



Grandes Temas de Política Internacional dos séculos XX e XXI

Organizadores

Augusto Zanetti
Fabio Gentile

**Grandes temas de
Política Internacional**
dos séculos XX e XXI

Grandes temas de Política Internacional dos séculos XX e XXI

Organizadores
Augusto Zanetti
Fabio Gentile

Fortaleza-CE
2022



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Grandes temas de política internacional
[livro eletrônico] : dos séculos XX e XXI /
organização Augusto Zanetti, Fabio Gentile. --
1. ed. -- Fortaleza, CE : Edmeta Editora, 2022.
PDF.

ISBN 978-65-86311-15-0

1. Ciências políticas 2. Política internacional -
Século 20 3. Política internacional - Século 21
I. Zanetti, Augusto. II. Gentile, Fabio.

22-125336

CDD-327

Índices para catálogo sistemático:

1. Política internacional : Multilateralismo :
Ciências políticas 327

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

2022, EDMETA

Grandes temas de Política internacional

dos séculos XX e XXI

Organizadores

Augusto Zanetti
Fabio Gentile

Capa e projeto gráfico

Ana Carolina Frota

Diagramação

Eleni Lopes

Revisão ortográfica

João Vianney Campos de Mesquita

EDMETA

Edmeta - Editora Digital e Impressa Ltda
Av. Desembargador Moreira, 2800, Sala
1008

Bairro Aldeota Fortaleza - CE, Brasil

Conselho editorial

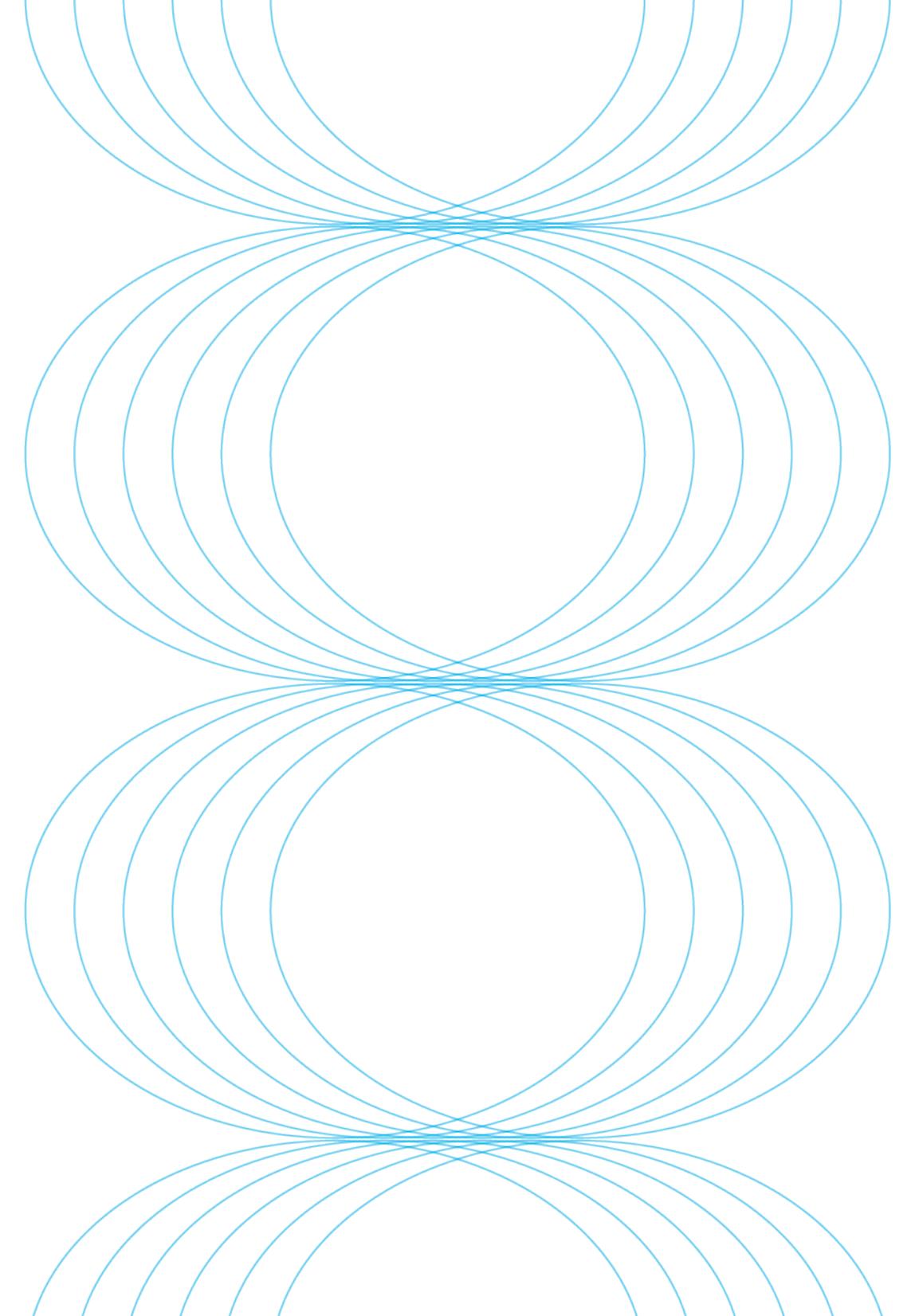
Francisco Horácio da Silva Frota
Maria Helena de Paula Frota
Maria Andréa Luz da Silva
Jeanete Filomeno Puchain Ramos
Irapuan Peixoto Filho

Creative Commons CC BY-NC

Esta licença permite que outros remi-
xem, adaptem e criem a partir do seu
trabalho para fins não comerciais

Sumário

- 7 **Apresentação**
- 9 **Dos Sentinelas para os Chefes das Nações: Denúncias nas Cartas de Populares para Getúlio Vargas (1937-1945) e Juan Domingo Perón (1946-1955)**
Mayra Coan Lago
- 51 **Segurança da Ásia e as Novas Potências do Século XXI: o Caso do Japão**
Paulo Daniel Watanabe
- 74 **Crisis Económicas, Pandemia y el Orden Mundial (2007-2021)**
Alejandro Simonoff
- 101 **Idealismo, Realismo, Neorrealismo, Dependência, Racionalismo, Liberalismo, Neoliberalismo e Construtivismo do entre Guerras ao Pós-Guerra Fria**
Augusto Zanetti
- 147 **O Populismo Visto sob o Prisma do Laboratório Ideológico-Político Brasileiro: Vargas, Collor e Bolsonaro**
Fabio Gentile
- 169 **A Dimensão Cultural nos Processos de Integração: História, Velhos e Novos Atores**
Margarida Nepomuceno
- 194 **“Fingere e Ingannare”: la Strategia Della Paura alle Origini della Guerra non Ortodossa al Comunismo**
Angelo Ventrone
- 217 **O Regresso das Ditaduras**
António Costa Pinto



Apresentação

Augusto Zanetti¹

Os textos aqui reunidos são a elaboração escrita das falas produzidas durante o Curso Grandes Temas de Política Internacional dos Séculos XX e XXI, realizado de 14 de maio a 16 de julho de 2021. Concebido com o objetivo de aprofundar com mais rigor e amplitude temáticas abordadas nos cursos de graduação universitária no transcurso do período acadêmico que sofreu com mais intensidade os efeitos pandêmicos da Covid-19, o Curso Grandes Temas de Política Internacional dos Séculos XX e XXI agregou professores pesquisadores de linhagens teóricas e formações humanísticas diferenciadas, oriundos de percursos no âmbito do ensino superior multivariados, tais como: História, Economia, Relações Internacionais, Ciências Sociais e Políticas, Antropologia e Letras. A nação de origem de cada um desses analistas apresenta também um painel multifacetado que abrange desde a Itália, Portugal, Argentina, Brasil e a Nipo Brasileira.

O amplo repertório de tópicos que encerra dois séculos de história foi contemplado mediante, não somente o convite e a participação dos palestrantes ao Curso, mas na busca de melhor dividir as questões mais relevantes desse amplo lapso temporal, já definido no que respeita o “breve” século XX, como a Era dos Extremos. Assim sendo, foram

¹ cursou Disciplinas Econômicas e Sociais (DES) na Itália, Università Commerciale Luigi Bocconi (Milão). É graduado em História pela USP, instituição na qual realizou seu mestrado em que discute o tema da organização do trabalho tal como figura na revista italiana: *L' Organizzazione Scientifica del Lavoro* (1927-1943). A tese de doutorado, em História Social, foi realizada na UNICAMP. Nela prosseguiu suas investigações sobre a racionalização do trabalho, abordando a introdução do Taylorismo no Brasil e a personagem que a historiografia frequentemente associa a esta temática: o engenheiro Roberto Mange. Atualmente é professor de Relações Internacionais da UNESP - Franca, desenvolve linhas de pesquisas enfocando a organização do trabalho, mudanças tecnológicas e no seu sentido amplo o mundo do trabalho, que abrange as pequenas e médias empresas de gestão familiar (no Brasil e no nordeste da Itália) no âmbito do MERCOSUL. Estuda, ainda, os processos de integração regional, com ênfase no MERCOSUL, e as relações comerciais internacionais.

explanados assuntos envolvendo tópicos relacionados a economia, as ciências políticas, remetidas ao alinhamento ideológico contemporâneo no qual desponta a reprodução do mesmo ou uma nova modalidade de conservadorismo de extração ultradireitista, ou em inglês “far right”, meio ambiente, sustentabilidade e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), defesa e segurança, a estratégia da tensão na Itália durante a Guerra Fria (1947- 1991), enfoques de caráter literato antropológico que versam sobre a importância do aspecto cultural no campo dos estudos sobre a Política Internacional e Externa e, por fim, um estudo sobre as Teorias das Relações Internacionais.

O Curso Grandes Temas de Política Internacional dos Séculos XX e XXI consubstanciado nos textos elaborados pelos palestrantes deste abre o caminho a um sempre renovado exame da gênese do mundo hodierno, nos colocando diante do questionamento de como chegamos, onde nos encontramos, mantendo sempre aberta a práxis da perquirição infatigável e contínua.

Nesses termos, se encontram nessas páginas nossas contribuições metódicas e atentas sem tergiversações ou concessões, visando melhor entender a Política Internacional mais recente. Nossos escritos atestam que é preciso sempre submeter tudo a questionamentos sem os quais nada podemos comprovar, buscando a verdade, embora, esta possa não ser alcançada.

Dos Sentinelas para os Chefes das Nações: denúncias nas Cartas de Populares para Getúlio Vargas (1937-1945) e Juan Domingo Perón (1946-1955)¹

Mayra Coan Lago²

Durante o Estado Novo (1937-1945) e o Primeiro Peronismo (1946-1955), pessoas comuns³, enviaram milhares de cartas para os governantes Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón compartilhando

1 Este texto apresenta parte das reflexões que desenvolvi em um dos capítulos da minha tese de doutorado intitulada *Exmo. Sr. Getúlio Vargas, Mi Querido General Perón: imaginários populares no varguismo e no peronismo*. A tese foi defendida em 2021, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, e está disponível online no site da Banco de Teses e Dissertações da USP.

2 Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, Mestra em Ciências (área de concentração: Práticas Políticas e Relações Internacionais) pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (PROLAM/USP), especialista em História, Sociedade e Cultura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PIC-SP) e em Política e Relações Internacionais pela Fundação Escola de Sociologia e Política (FESPSP) e graduada em Relações Internacionais pela Fundação Armando Alvares Penteado. Atualmente é membro do Grupo de Pesquisa “Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos” (UERJ/CNPq) e professora de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e do Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA). E-mail para contato: mcoann@hotmail.com.

3 A nossa compreensão de pessoas comuns é muito similar a de “pessoas extraordinárias” que foi proposta por Eric Hobsbawm (1998) no livro *Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. Isto é, homens e mulheres, de distintos grupos sociais e colocações profissionais, cujos nomes são usualmente desconhecidos de todos, exceto sua família, vizinhos e amigos. Nos Estados modernos, seus nomes são conhecidos pelas repartições que registram nascimentos, casamentos e mortes. Em alguns casos, seus nomes também figuram em registros policiais e jornalísticos. Embora sejam desconhecidas individualmente, concordamos com o historiador ao ponderar que coletivamente são os principais atores da história, pois, além de serem maioria, o que eles pensam e realizam faz a diferença, podendo influenciar e mudar as ações e a cultura, em distintos tempos e espaços, portanto, a história.

a condição de serem “verdadeiros patriotas”, legítimos ou adotivos, que desejavam ser úteis e colaborar com os “novos países”. Apesar das particularidades conjunturais e nacionais, nos dois países, as cartas foram enviadas para órgãos específicos que eram responsáveis pelo recebimento, encaminhamento para os Ministérios correspondentes e resposta das correspondências para os missivistas.

No caso do Brasil, o principal órgão associado ao poder Executivo era a Secretaria da Presidência da República, responsável pelo Gabinete Civil e serviços anexos, sob a direção do secretário Luiz Vergara (VERGARA, 1960). No caso da Argentina, o principal órgão, também associado ao poder Executivo, era Secretaria Técnica da Presidência (STP), responsável pela direção e formulação de políticas econômicas e sociais, além do cuidado da comunicação política do presidente argentino (BERROTARÁN, 2003), sob a direção de José Francisco Figueroa. Com a reforma constitucional de 1949, ela foi transformada em Ministério de Assuntos Técnicos, tendo Raúl Antonio Mendé como responsável. O grande diferencial entre o Ministério e as Secretarias brasileira e argentina é a sua profissionalização e doutrinação, especialmente a partir de dezembro 1951, quando o presidente argentino convocou diretamente a população para que ela lhe contasse o que necessitava. Na teoria, as melhores “inquietações” seriam incluídas no Segundo Plano Quinquenal do governo que estava em fase de elaboração (LAGO, 2021).

As milhares de cartas foram amplamente valorizadas e utilizadas pelos governos varguista e peronista, inclusive com algumas das suas partes transcritas e divulgadas pelos regimes em discursos políticos, jornais, livros infantis, revistas governamentais e em outras publicações oficiais. Além das cartas serem usadas pelos órgãos de propaganda política dos respectivos países, as que continham denúncias das ameaças e dos opositores também foram mobilizadas pelos órgãos que prezavam pela segurança nacional, responsáveis pelo monitoramento, combate e repressão das ameaças e dos inimigos dos regimes, conformando uma ampla rede de vigilância e de denúncias que envolveu as sociedades e os governos no Brasil e na Argentina (LAGO, 2021).

Nosso objetivo é compreender como os missivistas operaram com a noção de “pátria”, sobretudo de “destruição e defesa da pátria”, proposta pelos regimes brasileiro e argentino, para apresentarem suas

aspirações, aflições, reivindicações e frustrações. Analisando estas cartas também é possível observar as distintas percepções sobre os momentos vividos, as ameaças, os inimigos e os aliados dos regimes, assim como os papéis que eles e os governantes deveriam desenvolver nos “novos países”.

Para realizar a reflexão, trabalhamos com 373 cartas, sendo 115 para Vargas e 257 para Perón. Em ambos os países, a grande maioria foi escrita individualmente, correspondendo a 103 para Vargas e 240 para Perón, e por homens, consistindo em 102 e 243, no Brasil e na Argentina, respectivamente. A análise das cartas foi realizada com base nos pressupostos teóricos da História Comparada, História Política Renovada e Nova História Cultural (PRADO, 2005; RÉMOND, 1988; BAZCKO, 1985). Especificamente sobre cartas, os estudos gerais sobre as escritas de si de Angela de Castro Gomes (2004) e de Teresa Malatian (2015) e os específicos acerca das experiências históricas estudadas (ACHA, 2013; FERREIRA, 2011; GUY, 2017; WOLFE, 1993) contribuíram para estas reflexões.

A despeito das particularidades das denúncias, algumas bases comuns de motivações foram encontradas e pautaram a divisão deste capítulo em duas grandes partes. A primeira reúne missivas com denúncias que expressam uma maior identificação dos missivistas com os projetos políticos. A segunda abarca cartas com denúncias que indicam uma motivação maior com os interesses pessoais dos missivistas. A despeito das duas bases de motivações mais amplas, a fluidez delas permite que em algumas cartas se observe motivações mistas, como de irregularidades governamentais onde interesses pessoais foram combinados com os coletivos.

DOS SENTINELAS DA NAÇÃO PARA OS GARANTIDORES DA ORDEM: A DEFESA EM PROL DOS PROJETOS POLÍTICOS

No Brasil e na Argentina, a maioria das cartas foram enviadas para os governantes Vargas⁴ e Perón⁵ com mais intensidade nos “segundos momentos” do varguismo (1942-1945) e do peronismo (1950-1955)⁶.

4 Getúlio Vargas assumiu o poder no Brasil por meio de um golpe de Estado em 1930, autoproclamado como “Revolução de 1930”, um movimento armado, fruto de uma articulação de forças heterogêneas lideradas por Vargas, que destituiu o presidente. Desde o início do governo provisório (1930-1934), Vargas manifestou seu desejo de construir uma “pátria nova” através de medidas autoritárias, centralizadoras, intervencionistas e nacionalistas. Durante os governos provisório e constitucional (1934-1937), Vargas enfrentou antigos e novos adversários e lidou com movimentos políticos de matizes distintas. Nos meses que antecederam o Estado Novo, o governo promulgou legislações trabalhistas, mas também reprimiu os trabalhadores e aqueles que foram identificados como ameaças e inimigos do regime. Em novembro de 1937, Vargas estendeu o seu tempo no poder instituindo a ditadura do Estado Novo (1937-1945). A Constituição de 1937, promulgada junto com o golpe, ampliava os poderes do Estado na sociedade (CAPELATO, 2009).

5 Juan Domingo Perón assumiu o poder na Argentina por meio da eleição democrática de 1946. Perón era conhecido dos argentinos desde 1943, pois pertenceu ao grupo que desferiu o golpe de estado que destituiu o então presidente argentino Ramón Castillo, instituindo a autoproclamada “Revolução de Junho”. Em 1944, durante o governo autoritário, Perón acumulou os cargos de Vice-Presidente, Ministro de Guerra, Presidente do Conselho do Pós-Guerra e secretário do Departamento Nacional do Trabalho (posteriormente transformado em Secretaria do Trabalho e Previdência). A partir deste último cargo, Perón se aproximou de parte dos trabalhadores, visitando seus locais de trabalho e promulgando a legislação trabalhista. Apesar da aproximação, Perón era identificado por alguns setores da sociedade argentina como um demagogo. Em outubro de 1945, por diferentes razões políticas e morais, Perón foi obrigado a renunciar seus cargos. Alguns dias depois, em 13 de outubro, ele foi preso na ilha de Martin Garcia. As notícias de sua renúncia e prisão geraram distintas reações nos argentinos, sendo que os setores populares, especialmente os trabalhadores, se concentraram na Praça de Maio no dia 17 de outubro exigindo a liberdade de Perón, que acabou sendo libertado. Após esse episódio, o antigo Secretário despontou como candidato natural das eleições que ocorreram em fevereiro de 1946. Nestas eleições, marcadas pelo clima político do pós-guerra, a chapa representada por Perón, do Partido Laborista enfrentou a frente ampla intitulada União Democrática, formada por uma composição heterogênea de forças políticas, representada por José Tamborini. Logo que foi eleito, Perón passou a identificar o seu governo como uma “revolução nacional”, de cunho social e com participação popular, que construiria um “novo país” por meio da centralização política, unidade nacional, intervenção estatal, nacionalizações e nacionalismo (TORRE, 2002).

6 Apesar de conhecermos e mencionarmos os governos como Estado Novo e Primeiro Peronismo, na historiografia diversos pesquisadores reconhecem que os quase dez anos de governo de Vargas no Brasil e de Perón na Argentina sofreram mudanças ao longo dos anos e tiveram particularidades nacionais e conjunturais (GOMES, 2002; TORRE, 2002). Deste modo, adota-se a “divisão” entre primeiro e segundo momento para marcar estas particularidades e contribuir para o estudo destes períodos.

Estes foram marcados por crises variadas e por grande mobilização popular, que favoreceram os discursos oficiais e não-oficiais em prol do fortalecimento da “unidade nacional” para a “defesa da pátria”.

No Brasil, a “unidade” e “defesa” nacionais foram uma preocupação desde 1930, mas foram intensificadas em momentos mais críticos como na “Revolução de 1932” e nas chamadas “intentionas” ou “levantes” dos comunistas em 1935 e dos integralistas em 1938. Estas palavras de ordem foram amplamente utilizadas pelo regime de Vargas para identificar as ameaças e os inimigos do governo, para legitimar a repressão aos seus opositores e centralizar o aparato policial.

Entre os inimigos do regime figuravam o liberalismo, os políticos representantes da Primeira República e as ideologias de esquerda, especialmente os comunistas. Além destes “inimigos” foram identificados, negativamente, os sem trabalho, os integralistas⁷ após 1938 e alguns estrangeiros. Ou seja, todos os que discordavam das políticas implementadas pelo governo foram vistos como inimigos e, portanto, reprimidos.

A preocupação com as “ameaças” dos “inimigos”, internos e externos se intensificou após o rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo, no final de janeiro de 1942⁸. Meses depois da Terceira Reunião de Chanceleres do Rio de Janeiro, o Brasil declarou

7 A identificação dos integralistas como inimigos é discutida por alguns especialistas, como Orlando de Barros. Os integralistas se aproximavam do regime de Vargas pela coincidência de algumas propostas dos distintos projetos políticos, como o trato da “questão social” pelo corporativismo, o centralismo político, o nacionalismo e a ênfase na brasilidade, a proximidade com a religião católica inclusive incluindo o ensino religioso nas escolas, o combate às empresas estrangeiras no país e o anticomunismo. Os integralistas, sobretudo representados por Plínio Salgado, participaram do processo da organização da implantação do Estado Novo. Em seu diário, Vargas menciona um encontro com Plínio Salgado alguns dias antes do golpe quando propôs o apoio dos integralistas em troca da participação no Estado Novo, sendo que Plínio Salgado ficaria responsável pelo Ministério da Educação. Contudo, após o golpe, Vargas não cumpriu o acordado e ainda dissolveu os partidos políticos em dezembro de 1937, inclusive a Ação Integralista Brasileira, despertando um sentimento de traição e vingança nos integralistas, que se manifestou de maneira mais explícita no levante armado em 1938. A despeito do levante integralista e conseqüente prisão e partida de Plínio Salgado para Portugal em 1939, em alguns momentos, o governo Vargas foi tolerante com os integralistas como mencionaremos adiante.

8 De acordo com Elizabeth Cancelli (1993), na véspera de romper as relações diplomáticas com o Eixo, Vargas enviou um telegrama em seu nome para todos os interventores, em caráter secreto, pedindo vigilância e cumprimento das medidas que seriam anunciadas.

guerra ao Eixo. Embora a população de algumas regiões do Brasil já sentisse parte da mobilização dos “esforços de guerra” desde 1941, com o estabelecimento das bases norte-americanas no Nordeste. Com o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, em 28 de janeiro de 1942, navios brasileiros tornaram-se alvos de ataques dos submarinos alemães. Nos sete meses seguintes de 1942, pelo menos, 19 navios mercantes brasileiros foram torpedeados na costa do país, causando centenas de mortes. Entre os meses de março e agosto de 1942, parte da sociedade brasileira se engajou participando de manifestações e passeatas que repudiavam os ataques aos navios brasileiros, criando organizações contra o Eixo e os “quinta-colunas”, dirigindo campanhas nacionais contra eles e colaborando com a Comissão Trabalhista de Defesa Nacional e Luta contra a 5ª Coluna⁹ (PEDREIRA, 2019).

Concordamos com Roney Cytrynowicz (2002) ao ponderar que, embora o Estado Novo já adotasse em seus discursos a “unidade e defesa nacionais”, bem como a disciplina, lealdade, vigilância, sacrifício e conclamava o “povo em marcha”, o momento propiciou a evocação de maior mobilização da sociedade por meio de ideais nacionais e cívicos.

A guerra se tornou parte do jogo interno do governo e foi amplamente utilizada para a organização e disciplinarização da sociedade, sobretudo após a entrada do Brasil no conflito. Amparado pelas noções de “front interno e externo” e “esforços de guerra”, o governo procurou transformar os cidadãos em “soldados à serviço da pátria”. No “front externo”, a atuação direta de alguns brasileiros no conflito, de formas diversas, como soldados da Força Expedicionária Brasileira e enfermeiras. No “front interno”, foram obrigados a participar das “batalhas” da produção e da borracha e dos treinamentos relacionados ao blecaute, empreendidos pela Defesa Passiva Antiaérea. Além disso, sofreram com a escassez e o encarecimento dos produtos de consumo cotidiano (CYTRYNOWICZ, 2002; SECRETO, 2007).

O momento exigia vigilância contra possíveis atos de espionagem e sabotagem em relação ao esforço de guerra nacional. A expressão “quinta-coluna”, antes utilizada pelos jornais brasileiros para referir-se

9 As informações foram extraídas da análise das aparições de “quinta-coluna” entre os anos 1937-1945 nos jornais A Noite (RJ), Correio da Manhã (RJ), Correio Paulistano (SP), Diário de Pernambuco (PE), O combate (MA), O Diário (RN) e Correio do Povo (RS).

à Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e posteriormente aos infiltrados e espões estrangeiros nos países que lutavam do lado dos Aliados no segundo conflito mundial, especialmente a partir de 1942, passou a ser amplamente adotada nos jornais brasileiros, praticamente diariamente, para referir-se à situação brasileira, sobretudo para designar os “agentes infiltrados” na sociedade.

Em abril de 1942, uma série de cartazes com as “situações e métodos usuais de ação dos inimigos da pátria” foram produzidos como parte desta “campanha nacional para alertar a população”, promovidos pelos empresários com o apoio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Estes cartazes foram difundidos nos jornais, mas deveriam também ser afixados nas paredes de locais de grande circulação de algumas cidades brasileiras, como estações ferroviárias, zonas portuárias e instalações industriais¹⁰. Segundo os promotores da ação, a ideia era que os cartazes alcançassem o grande público e facilitassem o entendimento de todos, inclusive dos iletrados.

A mensagem, amplamente reproduzida, era a de que a ameaça à segurança nacional não era apenas militar, pois os “eixistas” adotavam “novos métodos” de ataque para enfraquecer a nação, por meio da espionagem, sabotagem, traição e da circulação de boatos. Como os “intérpretes” destas ações podiam ser homens e mulheres, estrangeiros e nacionais, de qualquer idade, evocou-se a necessidade de distingui-los de espões comuns, porque agiam como um exército, e da população estar vigilante, como verdadeiros sentinelas¹¹.

As cartas brasileiras analisadas neste capítulo estão dentro deste universo simbólico vigilante, onde a delação foi incentivada pelas autoridades governamentais, especialmente entre os anos 1942 e 1943. Cancelli (1993), que analisou correspondências com denúncias, também identificou registros do estímulo das autoridades e do engajamento de parte da população brasileira nas “campanhas” e “perseguições” do governo, sobretudo aos comunistas e aos estrangeiros, a partir de 1935. Nestas correspondências, a historiadora identificou a necessidade dos remetentes serem úteis e contribuírem de alguma forma com o regime.

10 “A Noite”, 7 de abril de 1942, p. 8.

11 As informações foram extraídas da análise das aparições de “quinta-coluna” entre os anos 1937-1945 nos jornais *A Noite* (RJ), *Correio da Manhã* (RJ), *Correio Paulistano* (SP), *Diário de Pernambuco* (PE), *O combate* (MA) e *Correio do Povo* (RS).

Nas nossas correspondências analisadas, os “quinta-colunas” figuraram como os maiores inimigos, seguidos pelos descendentes dos países do Eixo, pelos brasileiros integralistas ou que flertavam com os países do Eixo e pelos que representavam a chamada “República Velha”. Menos de um mês depois da declaração do rompimento das relações, brasileiros e estrangeiros, de diversas cidades do país, manifestaram seu apoio às decisões de Vargas, repudiaram os ataques aos navios brasileiros e colocaram-se a serviço da pátria. Entre eles estava Ricardo Loureiro, que escreveu em fevereiro de 1942, do Espírito Santo:

Nesta hora que o Lema Nacional é O BRASIL ESPERA QUE CADA UM CUMpra COM O SEU DEVER, eu, como brasileiro que esteve sempre com o Brasil, julgo mais que oportuno defender os interesses nacionais em qualquer parte em que esteja, custe o que custar, doa a quem doer, uma vez que se trate do bem comum da grande pátria brasileira. Resido num pedaço de terra no Espírito Santo onde impera uma terrível onda fascista e nazista, onde o integralismo edificou o seu quartel-general, no Estado. Esses elementos, unidos aos que são genuinamente estrangeiros, continuam, espalhados por todo o município, a tramarem clandestinamente contra a integridade da Pátria, agindo de maneira mais suave e propícia. E, assim sendo, são elementos que pertencem a chamada “quinta coluna” numa proporção de 95%. No próprio funcionalismo encontrará V. Excia, verdadeiros inimigos, mais que carrascos, pois além de brasileiros nato, sugando o dinheiro dos cofres públicos, ainda tramam com ação, gestos e palavras, contra o governo constituído e contra o regime [...].¹²

O “dever de servir a pátria” vinha sendo evocado e utilizado por alguns missivistas desde meados dos anos 1930, estando muito associado às imagens de utilidade e colaboração para o engrandecimento do Brasil. A partir de 1941, o “dever” foi associado à defesa da pátria, sendo intensificado após o rompimento das relações com o Eixo. Apesar do discurso oficial endossar o quanto o momento exigia a colaboração e o sacrifício de todos os brasileiros, Ricardo pondera que isto já era parte da sua prática, endossando o seu apoio e lealdade antigos ao Vargas.

12 AN- GCPR, série Estados (Ceará e Espírito Santo), lata 324, processo 4.269.

A maneira que o missivista descreve as ameaças, adotando expressões como “uma terrível onda fascista e nazista”, revela que, para ele, a chegada e a permanência dos estrangeiros geraram uma espécie de “contágio”. Essas percepções são explicitadas quando ele culpabiliza os estrangeiros por iniciarem a onda que alcançou os nacionais, mesmo os que trabalham para o governo. A indignação do missivista com o “contágio dos funcionários públicos” revela e justifica a menção aos locais infiltrados, com raras exceções de funcionários “não contaminados”, como Foro Local, Prefeitura Local, Coletorias Federal e Estadual e na Polícia. Em seguida, Ricardo pondera:

Não estou denunciando ninguém, apenas cumprindo com o dever de brasileiro, e um daqueles que desde quando o nome da V.Excia foi apresentado para candidato á Presidencia da Republica, que vem lutando, neste recanto esquecido do Brasil, pelos princípios que V.Excia vem encarnando a nossa grande Pátria. Se V.Excia duvidar desta sinceridade que é a maior expressão da verdade, me submeto a investigação do Tribunal de Segurança, pois aqui resido há muito tempo, onde constitui família e continuo a trabalhar pelo bem, bem próprio e bem comum, estando onde sempre estive, ao lado da verdade, trabalhando pelo engrandecimento do Brasil, em defesa do direito, da ordem, da razão e da justiça. Como funcionário público que fui, desistindo quando o integralismo passou a ser oficializado aqui em Santa Teresa, quando até o Poder Público tudo fez para que ele triunfasse nas urnas, pedi exoneração do cargo porque achava que eu estava com o Presidente Vargas e não com aqueles que tramaram contra sua vida e sua família, procurando decretar a ruína do Brasil em troca do valor do dinheiro estrangeiro. Terminando, Sr. Presidente, aqui estou sempre firme, ao dispor do maior sacrificio que se possa imaginar pelo bem do Brasil, um amigo de 1930 e que se encontra em 1942 com o mesmo ideal e princípios. Santa Teresa, Sr. Presidente, precisa, carece, ser visitada por uma pessoa de confiança de V. Excia para sanar tanto abuso e mostrar aos estrangeiros aqui residentes que estamos dentro do Brasil e que este Brasil pertence aos brasileiros.¹³

O início do trecho explicita a concepção peculiar do significado de denúncia do que ocorria no Espírito Santo. No primeiro sentido,

13 AN- GCPR, Estados (Ceará e Espírito Santo), lata 324, processo 4.269.

é possível inferir que a denúncia carregava um sentido negativo, pela delação ou pela ausência de fundamento dos fatos. No segundo sentido, é possível deduzir que, para o missivista, denunciar implicava em comunicar algo secreto. Como a “onda nazista e fascista” era oficializada no Estado, não era segredo para ninguém. Portanto, o que ele estava fazendo era cobrar uma ação do Vargas e não uma denúncia.

A despeito dos sentidos, ou mesmo da combinação deles, na percepção de Ricardo, o ato era positivo, pois expressava mais uma demonstração do seu patriotismo. O “bom brasileiro” também associa o patriotismo ao getulismo, o que pode ser observado tanto na identificação com o governante quanto do “bem do Brasil” ser associado ao projeto político de Vargas.

O trecho final da carta revela como os estrangeiros passaram a ser associados às ameaças e aos inimigos da nação, identificação que aumentaria ao longo dos anos. Os ataques aos navios brasileiros, as distintas mobilizações contra os “quinta-colunas” e a favor da entrada na guerra e os antigos preconceitos contribuíram para que os membros e descendentes das colônias alemãs, japonesas e italianas que viviam no país fossem transformados em “suspeitos em potencial” e, em alguns casos, culpabilizados pela situação enfrentada. Em algumas cidades do sul do Brasil, como repúdio aos últimos ataques aos navios brasileiros, em agosto de 1942, uma multidão enfurecida apedrejou casas, pichou muros e paredes e quebrou placas de ruas e de lojas com nomes alemães. Estrangeiros e descendentes foram chacoteados e obrigados a dar “vivas ao Brasil”, aos interventores e a Vargas (FÁVERI, 2002). As restrições e as variadas medidas coercitivas contra estas colônias já haviam sido explicitadas na “campanha de nacionalização”, empreendida desde 1938. Com o rompimento das relações diplomáticas e a declaração de guerra, o governo promulgou decretos que obrigavam estes estrangeiros e descendentes a pagarem indenizações pelos ataques aos navios brasileiros, a portarem salvo-conduto especial para circularem pelas cidades, a não realizarem reuniões privadas, mesmo em suas residências, a não trocarem ideias ou discutirem, em locais públicos, sobre a situação internacional, entre outras diretrizes restritivas para não cometerem “crimes militares e contra a segurança do Estado”.

Ricardo também reforça a identificação com Vargas e explicita os papéis que deveriam ser desenvolvidos por ele e pelo Vargas: o missivista, como sentinela, e o governante, como o garantidor da ordem do Brasil por meio do combate às ameaças. A lealdade e a servidão pela proteção selariam a relação direta e pessoal estabelecida entre Ricardo e Vargas.

Nos trâmites internos, consta que denúncias similares, de outros missivistas, tinham sido recebidas. A colaboração de Ricardo possibilitou uma sindicância, sob responsabilidade da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES), dois dias depois do recebimento da carta. O DOPS/ES colheu depoimentos de onze pessoas do município de Santa Teresa para realizar seu parecer e o interventor do Espírito Santo Jones dos Santos Neves (1943-1945) também prestou esclarecimentos ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

O encaminhamento envolvendo diversos órgãos e autoridades não era exclusivo da carta de Ricardo. Cancelli (1993), que analisou cartas com denúncias durante o regime Vargas, também identificou o encaminhamento das denúncias para outras instâncias. As cartas eram enviadas diretamente ao governante, via Secretaria da Presidência da República, e encaminhadas ao Ministério da Justiça e posteriormente para a Chefia da Polícia do Distrito Federal onde as denúncias eram investigadas. A despeito de nem sempre seguirem o mesmo encaminhamento, é importante assinalar que, independentemente do tema, havia uma rede articulada para tratar das missivas, especialmente das com denúncias. Transcrevendo parte dos esclarecimentos de Ricardo, ele pondera que a “Única crítica [...] é a de manter nos altos postos municipais os ardorosos elementos que o integralismo fez galgar em altas colocações [...]”¹⁴ Contudo, explica que o município é centro de antiga colonização alemã e italiana, sendo um dos locais onde se elegeu um prefeito integralista em 1935¹⁵. Ademais, recorda que o

14 AN- GCPR, Estados (Ceará e Espírito Santo), lata 324, processo 4.269.

15 Em 1934, Vitória sediou o Primeiro Congresso Nacional da Ação Integralista Brasileira (AIB) que marcou a transição de uma associação cultural para um partido político que se expandiria em nível nacional. No ano anterior, os primeiros núcleos da “provincia integralista capixaba” começaram a ser instalados, crescendo ao longo dos anos, inclusive no interior, com a adesão de agricultores, funcionários públicos e profissionais liberais. Os integralistas não participaram das eleições estaduais, mas conseguiram participar com legenda própria nas eleições municipais, que ocorreram entre novembro de 1935 e fevereiro de 1936. Nesta eles elegeram 26 vereadores e dois pre-

próprio missivista ponderou que dos 15 funcionários, 4 ou 5 não eram quinta-colunas. Quanto aos 10 funcionários restantes, ele comenta que ingressaram nos cargos públicos antes do movimento.

A carta de Ricardo tensionava as relações entre a burocracia esta-donovista. Os processos subsequentes revelam como os funcionários públicos procuraram contornar a situação. Para o interventor, o caso já estava resolvido porque o então prefeito não era integralista e o Delegado da Polícia, que estava sob suspeita, fora substituído. Ele finaliza os esclarecimentos endossando que “[...] esta Interventoria continua sempre vigilante, como é dever de todos, principalmente neste momento [...]”¹⁶

Encontramos diversas cartas como a de Ricardo com denúncias de integralistas que estavam atuando no estado. Nelas é possível observar uma espécie de dupla denúncia sobre os integralistas e os funcionários estatais pela sua “ineficiência em combatê-los”. Elas também revelam a inflamação das tensões dentro da burocracia estatal, contrastando com as imagens de harmonia e união amplamente difundidas pela propaganda política estatal.

Ainda que de modo distinto, na Argentina também foram encontradas denúncias relacionadas aos funcionários públicos. No entanto, esses funcionários foram identificados como inimigos de maneira direta, algo que pode ser compreendido se observarmos como as preocupações com a “unidade” e a “defesa” nacional foram sendo elaboradas ao longo dos dois governos peronistas.

Embora não enfrentasse um conflito mundial direto como o Brasil, sob a égide da Guerra Fria, a Argentina assinou tratados e promulgou leis que objetivavam resguardar a segurança regional e nacional, como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1947, e a promulgação da Lei n° 13.234, também conhecida como “lei de defesa nacional”, em 1948, que estipulava as “[...] normas para organizar

feitos: Henrique Hildebrando em Santa Tereza e Otaviano Santos em Domingos Martins. Com o Estado Novo e a extinção dos partidos políticos pelo Decreto n° 37/1937, o núcleo nacional dirigido por Plínio Salgado tentou manter os integralistas organizados na Associação Brasileira de Cultura (ABC). Após a chamada “intentona integralista” em maio de 1938, diversos dirigentes capixabas foram detidos. Apesar das proibições e repressões, os integralistas não desapareceram do cenário estadual (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020).

a Nação para tempo de guerra desde tempo de paz.”¹⁷ Os documentos mencionados estimulavam a preparação da “defesa nacional” e estabeleciam diretrizes comuns do continente e específicas para a organização da nação em “tempos de guerra” (CHIARINI; PORTUGHEIS, 2014).

Em 1949, no segundo capítulo da nova Constituição, sobre os “direitos, deveres e garantias da liberdade pessoal”, o Artigo 29 ampliava a competência dos tribunais militares e o Artigo 34 previa o “estado de sítio”, que seria declarado em caso de “perturbação da ordem”, por comoção interior ou ataque exterior, suspendendo as garantias constitucionais. Este artigo também previu a declaração do “estado de prevenção ou de alarme”, em caso de “alteração da ordem pública que ameaçasse perturbar o desenvolvimento da vida ou das atividades primordiais da população”, que também suspenderia as garantias constitucionais.¹⁸ Em setembro do ano seguinte, o governo aprovou a Lei nº 13.985, que estipulava os delitos, como a espionagem, sabotagem e traição, e as penalidades contra a segurança nacional. No primeiro artigo, estabelecia-se que a lei era para argentinos ou qualquer pessoa que “[...] deva obediência a Nação por razão de seu emprego ou por função pública”¹⁹, ou seja, independentemente da nacionalidade.

Apesar do enfoque nas informações sobre os funcionários públicos, a lei também foi adotada para reprimir qualquer pessoa que por qualquer meio provocasse “[...] público alarme ou [deprimisse] o espírito público causando um dano à Nação.”²⁰ A imprecisão do que seria provocar danos à nação ou “deprimir o espírito público” possibilitou que este artigo fosse utilizado pelos funcionários públicos para reprimir os que foram identificados como inimigos do regime.

A preocupação para conter as ameaças e os inimigos foi intensificada no segundo governo peronista (1952-1955), marcado por distintas crises política, econômica e social. Alguns meses antes, em setembro de 1951, após a tentativa frustrada do golpe de Estado pelo general

17 Anales de Legislación Nacional 1948. Normas para la organización de la nación para tiempo de guerra: Ley nº 13.234 del 1 de septiembre de 1948. t. VIII.

18 Argentina, Constitución de 1949.

19 Boletín Oficial de la República Argentina, 16 de outubro de 1950, n. 16.757.

20 Boletín Oficial de la República Argentina, 16 de outubro de 1950, n. 16.757.

Benjamin Menéndez²¹, o governo promulgou o Decreto n° 19.376 declarando “estado de guerra interno” em todo o território nacional, que rapidamente foi transformado em lei nacional pelo Congresso Nacional de maioria peronista e mantido até a queda de Perón em 1955.²²

O governo estabeleceu um estado que não estava previsto na Constituição, permitindo que outras modalidades de punição e repressão fossem adotadas, como a forma de detenção e a extensão da pena dos identificados como “inimigos do regime”. Para Pablo Pizzorno (2018), o estado de guerra interno apenas condensava as antigas práticas autoritárias do regime. Logo que foi implementada, a lei foi alvo de diversas críticas da sociedade, pois permitia algumas ações extraordinárias do governo, como prender qualquer indivíduo por tempo indeterminado.

Na sociedade, as contestações figuraram de maneiras variadas, como na criação de uma Comissão Pró-Defesa da Liberdade e dos Presos Políticos, que teve uma atuação entre os anos 1952 e 1955, sobretudo no Congresso, denunciando a inconstitucionalidade, pedindo a derrogação da lei e esclarecimentos sobre a forma como o estado de guerra interno estava sendo aplicado.²³ As mobilizações sociais em torno da Liga Argentina pelos direitos do homem e da União de Mulheres da Argentina também tiveram uma ampla atuação denunciando as prisões arbitrárias e os maus-tratos - incluindo práticas de tortura - dos policiais em diversas prisões do país, e exigindo a liberdade imediata dos presos políticos.²⁴ Estas pressões foram encaminhadas ao Perón, mas sobretudo ao Congresso Nacional.

Além dos agrupamentos mencionados, parte da sociedade passou a pressionar ainda mais o governo, especialmente por meio das greves

21 Na manhã de 28 de setembro de 1951, uma revolta militar encabeçada por Benjamin Menéndez foi instalada para derrubar Perón que, em poucas horas, foi derrotada. Segundo Marcela Alejandra Garcia (1997), a ideia de derrocar o governo peronista por meio de um golpe de Estado já estava presente nos setores militares desde o final de 1949. No entanto, havia uma rivalidade entre os grupos acerca da forma como seria executado. Ainda de acordo Garcia (1997), poucos meses antes da tentativa, Menéndez conversou com alguns líderes políticos da oposição para garantir seu apoio.

22 A Lei n° 14.062, sancionada em 28 de setembro de 1951 (ARGENTINA, 1951).

23 Patrimonio Legislativo, caixa 6, números dos processos 359, 404 e 672.

24 Patrimonio Legislativo, sem número de caixa, processos 421, 466, 939 e 1009.

dos trabalhadores pelo país e das reuniões no Congresso Nacional, onde os deputados opositores reivindicavam a manutenção das garantias individuais e políticas, assim como dos direitos e liberdades de expressão e de pensamento.²⁵

Como resposta às mobilizações e crises, o governo peronista ponderava que toda a situação vivenciada era culpa dos “inimigos do regime”. Estes foram incluídos nas denominações amplas como “antipátria”, “antiperonista” e “antipovo”, que era composto, basicamente, por todos aqueles que eram opositores ou críticos ao regime, como os partidos políticos, os comunistas e socialistas, a Igreja Católica no segundo governo e a oligarquia. Assim como no Brasil, todos estes agrupamentos inimigos deveriam ser reprimidos.

A guerra interna se tornou parte do jogo do governo e foi amplamente utilizada para buscar a organização e a disciplinarização da sociedade. O momento exigia vigilância, pois para o governo tratava-se de uma “guerra psicológica”, organizada e dirigida do exterior, mas com agentes internos que ajudavam a sabotar as obras do governo. Mais de uma vez o presidente pediu para que os “verdadeiros argentinos” estivessem atentos e vigilantes ou que se convertessem em um “observador minucioso e permanente” para conterem as ações dos inimigos (PERÓN, 1951).

A lealdade e a vigilância foram ainda mais exigidas pelos funcionários públicos. Em 1952 circulou entre os organismos públicos um documento estritamente secreto, intitulado “Plano político 1952. Situação subversiva, apreciação e resolução”. Como o próprio título indica, o documento continha três partes, a saber: situação, apreciação e resolução. Na primeira apresentava a conjuntura nacional e identificava os inimigos externos e internos do regime, tratando de suas intenções, o “Plano Benson” e como o executariam. Na segunda, trataram de analisar o que foi exposto anteriormente, concluindo que o objetivo imediato era alterar a ordem do país por meio de uma ação estrangeira determinada e sugerindo um plano de ação para exterminá-los. Finalmente, na última parte, estabeleciam uma série de medidas para organizar a ação repressiva contra toda preparação ou tentativa de desordenar o país com todos os meios, energia e decisão.²⁶

25 Patrimônio Legislativo, caixa 6, números dos processos 63, 85, 124, 404 e 672.

26 Fonte: “PLAN POLÍTICO 1952. Situación subversiva, apreciación y resolución”.

Sob este universo simbólico vigilante muitos argentinos se dirigiram ao presidente. Assim como os brasileiros, parte dos missivistas argentinos adotou o discurso dos “esforços de guerra”, inclusive incorporando expressões e termos militares, como nas autoidentificações “soldado da pátria”, “sentinela”, “vigilante” e suas variações. Em graus e tons variados, eles demonstravam suas lealdades, antigas ou recentes, à causa nacional e, conseqüentemente, ao governante.

Apesar da diversidade de inimigos do governo peronista, os que mais apareceram foram os antiperonistas e os que prejudicavam o regime, especialmente os funcionários públicos, que muitas vezes foram culpabilizados pelas situações enfrentadas. Em agosto de 1952, José Cabrera, de Buenos Aires, se dirigiu ao presidente Perón:

V. Excia me perdoará a irreverência de ser nesta como em todas as ocasiões que escrevi, franco, sincero e leal [...]. Já antes de agora expressei a V. Excia que sou peronista de primeira hora e que para ser tal há que sentir-se tal como expressa a excelsa e nobre dos humildes em seu notável livro *A razão de minha vida*. Em consequência sendo integrante peronista por convicção profunda e não por acidade, por ter sido favorecido pela ação de sorte no governo revolucionário, posso falar e ter autoridade moral para fazer sem voltas. Bem senhor presidente: vossa amada esposa e companheira de todas as horas desgraçadamente, entrou na imortalidade; a pátria perdeu a mais diletta de suas filhas; o povo perdeu sua alma tutelar [...] posto que a grande bondade infinita de nossa Evita que fazia uma ponte entre V. Excia e os descamisados, muitos dos quais abusaram de sua bondade e sentimentos, sem querer, deu lugar as infiltrações de inimigos convictos e declarados na administração pública carentes das condições indispensáveis para ocupar postos de confiança e honra na administração nas distintas dependências do Estado; como era nobre e santa sempre com boa fé acreditava que todos faziam o mesmo. (tradução nossa)²⁷

Fundo Fiscalía Nacional de Recuperación Patrimonial” (FNRP). Comisión de Investigaciones (Biblioteca) (1955-1959), caixa 14, documento 567, p.25-26.

27 *“Ve me perdonará la irreverencia de ser en esta como en otras ocasiones que le he escrito, franco, sincero y leal [...]. Ya antes de ahora he expresado a V. Ex que soy peronista de primera hora y que para ser tal hay que sentirse tal como lo expresa la excelsa y noble de los humildes en su notable libro *La Razón de mi Vida*. En consecuencia siendo integrante peronista por convicción profunda y no por accidente por haber sido favorecido por la acción de la suerte en el gobierno revolucionario, puedo hablar y tener autoridad moral para hacer sin dobleces de ninguna clase. Bien señor presidente: vuestra amada esposa y compañera de todas las horas desgraciadamente*

Assim como o brasileiro, o argentino inicia a carta ponderando que sua colaboração e serviço à pátria são antigos e independem de benefícios concedidos. Esta percepção é utilizada para fortalecer o vínculo com o presidente, especialmente para que seus conselhos e denúncias sejam observados com mais atenção. O missivista também expressa a sua indignação com a infiltração dos “inimigos da pátria”, especialmente por estarem em cargos públicos, e reforça a imagem de Evita como uma “santa”, que foi enganada por estas pessoas. No restante da carta, José explicita sua paixão e devoção pela primeira-dama, como se fosse parte da sua família, como quando procura comprovar as denúncias realizadas:

Para comprovar parte do que digo posso assegurar a V.E que nas instituições particulares (indústria e comércio em geral) fizeram a nossa Evita, muito mais homenagens póstumas do que nas dependências e pessoal das repartições públicas do governo salvo exceções [...]. O uso da gravata de luto foi desvirtuada em muitas partes talvez por complacência culpável dos chefes e em outras pude comprovar que alguns elementos ao chegar perto das dependências em que trabalham trocam a gravata o que demonstrava ser. inimigos do governo e da insigne abandeirada dos humildes. (tradução nossa)²⁸

A base da comprovação dos inimigos da pátria, pela quantidade e qualidade das homenagens póstumas à Evita, revela a associação, necessária para José, entre patriotismo e peronismo. A carta também indica como em determinados momentos certos símbolos comuns se

entró en la inmortalidad; la patria ha perdido a la mas dilecta de sus hijas; el pueblo perdió su alma tutelar [...] puesto que la gran bondad infinita de nuestra malograda Evita que hacía un puente entre V. Excía y los descamisados, muchos de los cuales se abusaron de su bondad y sentimientos, sin querer, dio lugar a las infiltraciones de enemigos convictos y declarados en la administración pública carentes de las condiciones indispensables para ocupar puestos de confianza y honor en las distintas dependencias del Estado; como ella era noble y santa y siempre obrada de buena fe creta que todos hacían lo próprio.” (AGN-ST, caixa 585, processo 93.091).

28 “Para comprovar parte de lo que digo puedo asegurar a V.E que en las instituciones particulares (industria y comercio en general) lo han efectuado a nuestra malograda Evita, mucho mas homenajes postumes que las dependencias y personal de las reparticiones del gobierno salve excepciones [...]. El uso de la corbata de luto fue desvirtuada en muchas partes quizá por complacencia culpable de los jefes y en otras pude comprobar que algunos elementos al llegar cerca a las dependencias en que trabajan recien allí cambiasen dicha prenda lo que demostraba acabadamente ser enemigos del gobierno y de la insigne abanderada de los humildes.” (AGN-ST, caixa 585, processo 93.091).

tornaram referência para a identificação dos “verdadeiros argentinos”. Para José, naquele momento, a gravata preta era um símbolo das identidades compartilhadas dos argentinos, como nacionais e peronistas. A fluidez destas identificações e laços afetivos sustentaram as sugestões do que faria “bem para o país” que o missivista envia no fim da carta das quais destacamos três:

1º) Intimidar a todos e a cada um dos funcionários, empregados e trabalhadores de todas as repartições do Estado que não se sentem cómodos em seus postos por não ser peronistas, renunciem no prazo de 30 dias, terminados os quais deixarão seus cargos; todos eles deverão estar bem registrados; [...] 5º) Com base em tudo o que se escuta e se diz com luxo de detalhes em todos os ambientes de trabalhadores e de empregados do qual não me corresponde nem acusar e nem defender, a C.G.T deveria ser intervinda, chamar a eleições livres [...]. Por outra parte, direi a V. Excia que nos sindicatos há uma tirania, o direito a palavra foi desvirtuado; quando um trabalhador ou empregado fala para argumentar é chamado de comunista, o ameaçam e tirar a palavra [...] as palavras de V. E é desvirtuada desgraçadamente [...] 6º) A meu juízo o árbitro nisto deve ser V. E; com sua grande ascendência moral, com sua grande visão de estadista e psicólogo, suas sábias palavras de Professor e Condutor é o único que vai poder orientar e educar as massas para uni-la, para defendê-la com altura os preceitos do sindicalismo pelo qual lutou V. E como um titã desde o ano 1943 até hoje. Do contrário a grande obra sua vai ser derrubada pela obra dos homens maus [...]. (tradução nossa)²⁹

29 “1º) Intimidar a todos y a cada uno de los funcionários, empleados y obreros de todas las reparticiones del Estado que no se sientan cómodos en sus puestos por no ser peronistas, renuncien en el plazo de 30 días, terminados los cuales se les dejará cesantes; todos ellos deberá estar bien catalogados [...] 5º) En base a todo lo que oye y se dice con lujos de detalles en todos los ambientes obreros y de empleados de lo que no me corresponde ni acusar ni defender, la C.G.T debería ser intervenida, llamar a las elecciones libres [...] Por otra parte, diré a V.Excia que en los sindicatos hay una tirania, el derecho de la palabra ha sido desvirtuado; cuando un obrero o empleado habla para razonar es tildado de comunista, se le amenaza y se le quita la palabra [...] las palabras de V.E se unirse es desvirtuada, desgraciadamente [...] 6º) A mi juicio el arbitro en esto debe ser V.E; con su gran ascendiente moral, con su gran visión de estadista y psicólogo, sus sabias palabras de Maestro y Conductor es el único que va a poder orientar y educar a las masas para unirla, para defenderla con altura los preceptos del sindicalismo por el cual ha luchado V.E como un titan desde el año 1943 hasta la fecha. De lo contrario la gran obra suya se va a derrubar por obra de los malos hombres [...]”. (AGN-ST, caixa 585, processo 93.091).

As sugestões revelam como alguns missivistas reconheciam as identificações nacionais e políticas como necessárias, tal como o governo peronista. Já havia uma preocupação com a doutrinação dos funcionários públicos pelo governo peronista nos anos iniciais do regime. No entanto, ela foi acentuada neste segundo momento por continuarem encontrando problemas com alguns funcionários públicos, que eram considerados opositores do governo, e pela própria conjuntura que enfrentava. O argumento mais utilizado para a doutrinação, controle e segurança era a elaboração e execução do Segundo Plano Quinquenal (1953-1957), que deveria contar com a contribuição de todos os argentinos e, em especial, dos funcionários do Ministério de Assuntos Técnicos (MT), que coordenava a ação dos outros Ministérios e informava, periodicamente, ao executivo o andamento do plano.

Em uma ata de reunião do MT, de fevereiro de 1952, o controle do Estado e a punição aos opositores do regime, sobretudo dos funcionários públicos, eram justificados. De acordo com o documento, “graças ao controle do estado”, era possível identificar, mapear e expelir os funcionários públicos contrários ao regime. Ainda segundo o documento, Perón tinha recebido o mandato do povo e precisava da cooperação estreita dos funcionários do Estado. Assim, os não peronistas deveriam ser afastados das funções públicas uma vez que não compreendiam a causa e tampouco eram leais a ela.³⁰

A recomendação geral era que os diretores encorajassem estes funcionários a renunciarem a seus cargos. Caso a medida não fosse efetiva, deveriam investigar os antecedentes históricos dos seus funcionários, podendo, inclusive, contar com a colaboração de outros órgãos do governo. Posteriormente, um relatório sobre os funcionários deveria ser apresentado ao Ministério de Assuntos Políticos para que fossem identificados os que não estavam em condição de continuar em seus cargos. A decisão e as medidas a serem tomadas em cada caso ficaria a cargo dos diretores.

Além da coincidência de percepções, a carta revela como alguns argentinos concordaram ou mesmo estimularam medidas mais autoritárias e restritivas, que deveriam ser aplicadas aos “inimigos da pátria” pelo governo peronista, algo que também encontramos nas

30 AGN-ST, caixa 469, sem número de processo.

missivas brasileiras. A sugestão de constranger os funcionários públicos e intervir na Central Geral dos Trabalhadores (CGT) também evidencia a pessoalização da lealdade e do “serviço da pátria” ao casal, o que também é endossado no último ponto do trecho extraído.

Não identificamos o encaminhamento ou a resposta às sugestões de José. Contudo, é possível inferir que na Argentina a relação direta e pessoal constituída ou reforçada entre as pessoas comuns e os governantes também possibilitou o estabelecimento de uma rede de denúncias, que envolveu as pessoas comuns e o governo peronista, alimentada por ambas as partes. Nestes momentos, nos dois países, a relação direta e pessoal constituída ou reforçada fica explicitada, sobretudo porque estas cartas manifestavam o apoio e a legitimidade políticos de Vargas e de Perón.

Cartas como a de José possibilitam pensar na questão da lealdade para o peronismo. Fernando Balbi (2007), ao estudar os sentidos da lealdade no peronismo, mostra como uma ideia e conceito antigos, muito utilizados no meio militar para expressar um valor moral, foram apropriados e ressignificados pelo peronismo. O historiador pondera que a lealdade, embora tivesse um sentido polissêmico, indicava um valor moral que o líder e seus seguidores deveriam ter, pois era uma condição básica para a constituição da “condução política”.

Identificada como uma condição e uma “qualidade intrínseca” dos peronistas, a lealdade poderia ser aprofundada ao longo do tempo de acordo com a orientação e condicionamento de valores e de condutas dos apoiadores, de acordo com os locais de atuação e interesses. Diferentemente do âmbito militar, que implicava uma lealdade à instituição, no peronismo a lealdade deveria ser ao líder. A lealdade selava a relação pessoal entre Perón e seus seguidores, muito celebrado na principal comemoração do regime, no dia 17 de outubro, o “dia da lealdade”, e fortalecido nas “medalhas da lealdade” que eram entregues no mesmo dia. A associação entre as identidades política e nacional também implicou na lealdade de Perón ser sinônimo de lealdade à pátria.

A lealdade foi utilizada de maneiras diversas pelo regime e seguidores peronistas. Nas missivas, consideramos que as denúncias ou a insistência delas já constituíam uma demonstração da lealdade, que seria endossada na argumentação sobre os momentos que os missivistas estiveram junto com Perón ou mesmo quando finalizavam com expressões como “a vida por Perón”. Nas missivas brasileiras, também

é possível identificar a lealdade a Vargas nas denúncias enviadas e nas argumentações. Contudo, embora a lealdade também tenha sido difundida nos discursos e propagandas oficiais como um valor fundamental, ela foi menos evocada pelos missivistas do que na Argentina.

DOS SENTINELAS DA NAÇÃO PARA OS GARANTIDORES DA ORDEM: A VIGILÂNCIA COMO PRÁTICA COTIDIANA

Amparando-se nas imagens de “sentinela avançada” e de “serviço desinteressado à pátria”, alguns missivistas denunciaram outras técnicas de destruição da pátria, demonstrando que a vigilância já fazia parte do seu cotidiano. Em fevereiro de 1942, Democrito da Silva, do Rio de Janeiro, escreveu para Vargas. Na carta, ele conta que é inspetor comercial e que, em uma viagem a trabalho para Bom Jesus, escutou uma conversa entre dois homens sobre a instalação de uma fábrica de fécula alemã em Barra de Itabapoana, no Rio de Janeiro, por ocasião da “Campanha Integralista”.³¹

Segundo o missivista, a fábrica construiu um cais onde chegam muitos produtos sem fiscalização, como armas, e os submarinos alemães são abastecidos. Apesar do que mencionou, o missivista adverte: “Não posso afirmar a veracidade deste fato, porque nada vi, porém, como não há nenhum boato falso sem um que de verdade, seria conveniente que se investigasse, pois, como V. Excia bem sabe, a 5ª coluna vive espalhada e tudo hoje é possível.”³² Ele finaliza a carta endossando seu desejo de servir desinteressadamente às obras de Vargas, como faz desde 1930.

Nos trâmites internos, consta que uma denúncia similar já havia sido realizada, por isso o caso já foi investigado. Como resposta das investigações, o interventor carioca ponderou:

[...] a acusação é totalmente destituída de fundamento; não se trata de alemães, mas de dois cidadãos austríacos, que, em face do que estado de cousas europeu, recusaram aceitar a cidadania alemã e requereram a naturalização no Brasil [...] são pessoas de absoluta idoneidade, diretores da Tijuti S.A, companhia que mantém naquela zona do Estado vasta

31 AN- GCPR, série Justiça, lata 340, processo 5.169/42.

32 AN- GCPR, série Justiça, lata 340, processo 5.169/42.

cultura de mandioca e se dedica ao seu aproveitamento industrial, cuidando presentemente de instalar nova máquina para produção de amido, o que explica perfeitamente a recepção continua de volumes vindos do exterior.³³

A carta e a resposta revelam a vigilância policial, especialmente sob os estrangeiros, e a contínua associação entre os estrangeiros e os inimigos do regime pelos missivistas brasileiros, mas também o grau de vigilância e de controle que a sociedade estava submetida.

Como ponderou Cancelli (1993), fatos que num período normal passariam como acontecimentos corriqueiros tomavam proporções desmensuradas. A resposta também indica como a rede de denúncias era complexa e dinâmica, sendo que em alguns casos os próprios funcionários do governo ponderaram e relativizaram as denúncias populares.

Na Argentina, os missivistas não realizaram esta associação entre estrangeiros e ameaças a pátria, mas também escreveram para denunciar “conspirações” dos inimigos do regime. Fernando Garcia, em março de 1952, de Buenos Aires, escreveu para Perón. Contador peronista, que desejava colaborar na “grande obra” do governo, ele escreveu ao governante para solicitar uma audiência a fim de compartilhar suas inquietudes, mas sobretudo as informações de um “plano diabólico” que “[...] *dia a dia soma ao povo um abismo econômico e de inquietudes que colocam em jogo o prestígio de V. Excia, de nossa Pátria e felicidade de nosso povo.*” (tradução nossa)³⁴.

Segundo o missivista, todos os argentinos - amigos ou não, colaboradores, aduladores ou não do presidente - deveriam unir-se para fazer justiça em prol da “verdade, da luz e da felicidade” que o presidente desejava para o povo argentino. Essa última ponderação do missivista coincide com as metáforas políticas do regime peronista sobre a atuação dos “inimigos da pátria”. Sigal e Verón (2010), ao estudarem a enunciação discursiva do peronismo, ponderam que a construção dos inimigos da pátria era inseparável da imagem da sombra. Para os autores, o inimigo era oculto, estava escondido, infiltrado, operando na sombra. Se os inimigos estão na sombra, Perón estava na luz.

33 AN- GCPR, série Justiça, lata 340, processo 5.169/42.

34 “[...] *día a día sume al pueblo en un abismo economico y de inquietudes que pone en juego el prestígio de V.E, de nuestra Patria y felicidad de nuestro Pueblo.*” (AGN-ST, caixa 503, processo 230.047).

Outros missivistas argentinos escreveram para manifestar seu apoio às medidas implementadas ou para sugerir novas para o controle dos funcionários públicos. Ernesto González, em maio de 1953, de Buenos Aires, escreveu para o presidente felicitando as últimas medidas adotadas pela “seriedade da coisa pública”, em que os funcionários têm que declarar seus bens. Cabe lembrar que, em meados de 1953, escândalos de corrupção envolvendo funcionários públicos foram divulgados, sendo um dos principais suspeitos Juan Duarte, irmão de Eva Perón e secretário privado do presidente. Em abril de 1953, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) organizou um ato em apoio ao Perón, que acabou desenvolvendo-se de forma muito diferente do planejado, pois duas bombas explodiram nas proximidades da Praça de Maio, deixando sete pessoas mortas e centenas de feridos. O atentado teve uma resposta de grupos de manifestantes peronistas que atacaram os locais dos que identificaram como culpados pela situação, como as sedes do Jockey Club e do Partido Socialista. Eles também provocaram danos em alguns locais da União Cívica Radical e do Partido Democrata. As contestações e os atentados foram amplamente utilizados pelo regime para reprimir seus opositores. Alguns dias após o atentado de 1953, a polícia prendeu quatro mil dirigentes e personalidades opositoras, entre os quais Alfredo Palacios, político conhecido do Partido Socialista, e Victoria Ocampo, reconhecida escritora e editora (TORRE, 2002; PIZZORNO, 2018).

O missivista, além de felicitar, Ernesto desejava sugerir uma medida a mais, que se referia ao impedimento destes funcionários desenvolverem suas funções nas instituições privadas ou esportivas que tivessem afinidade. Além disso, ele menciona a atuação de Ramón Cereijo, ex-Ministro da Fazenda, no Racing Club pois, mesmo que não fosse sócio, circulava entre as pessoas um boato de que o seu time havia ganho os últimos campeonatos por “decreto”. Segundo o missivista, boato similar figurou com o Atilio Renzi no Club F.C.O.³⁵ Embora pondere a força dos boatos, mostrando-se do lado de Perón, ele demonstra que sua preocupação maior é com a imagem do governo. Por isso, aconselha o presidente:

[...] me parece prudente e aconselhável que os funcionários públicos e, de modo especial, aqueles empregados públicos de alta categoria, deveriam manter-se afastados de atividades que possam criar situações

embaraçosas para suas próprias atividades específicas de governo [...].
(tradução nossa)³⁶

Ernesto refere-se às insatisfações e aos escândalos no âmbito esportivo, momento em que muitos argentinos, sobretudo os antipe-ronistas, denunciaram os resultados dos campeonatos de futebol, que pareciam estar condicionados às preferências de funcionários de alto escalão do governo, como Ramón Cereijo. Para parte dos argentinos, as vitórias do clube nos campeonatos de 1949, 1950 e 1951 decorriam da gestão de Ramón como Ministro da Fazenda e sócio honário do clube (GAMBINI; KOCIK, 2017).

A despeito das acusações, ele finaliza expressando o seu apoio ao governo e endossando a importância do presidente seguir seu conselho, advertindo que uma das piores coisas é um governo criar uma “situação duvidosa” ante o povo. Para fortalecer o seu argumento, cita o caso do ex-presidente Yrigoyen, que em 1930 foi preso e investigado por uma comissão especial por suspeita de corrupção, evidenciando que “toda preocupação nunca é demais”.

Com uma sugestão mais extrema, Andrés Oscar Capacete escreveu para o presidente em abril de 1953, de Buenos Aires. Ele inicia a carta ponderando que:

Desejo ser útil a sua obra de Governo, como todo Argentino bem nascido, deseja ser útil a sua pátria. Tenho certeza de que os momentos que vivemos serão os maiores e mais iluminados na história da humanidade, vivemos a realização da caridade cristã mais extraordinária depois de Jesus. Em um mandato de minha consciência ofereço-lhe todos os esforços que minha vida renda [...] sem pretender outra coisa que servir, ser útil ao seu Governo, a sua doutrina e a grande obra de bem que está recebendo a pátria [...]. (tradução nossa)³⁷

36 “[...] *me parece prudente y aconsejable de que los funcionarios públicos y, de modo especial, aquellos empleados públicos de alta categoría, deberían mantenerse alejados de actividades que pudieran crear situaciones hasta embarazosas para sus propias actividades específicas de gobierno [...]*” (AGN-ST, caixa 516, processo 2.576).

37 “*Deseo ser útil a su obra de Gobierno, como todo Argentino bien nacido, desea ser útil a su patria. Tengo certeza de que los momentos que vivimos serán los más grandes y luminosos en la historia de la humanidad, vivimos la realización de caridad cristiana más extraordinaria después de Jesús. Es un mandato de mi conciencia ofrecerle todos los esfuerzos que mi vida rinda [...] sin pretender otra cosa que servir, ser útiles a su Gobierno, a su doctrina y a la gran obra de bien que esta recibiendo la patria.*” (AGN-ST, caixa 581, processo 369.680).

Após manifestar a sua percepção do momento vivido, bem como apoio e lealdade ao presidente, ele sugere que um “Comando de Guerra” seja criado, diretamente vinculado ao poder Executivo. Este comando ficaria responsável pelas declarações dos bens de todos os funcionários e seus cônjuges, que seriam realizadas em forma individual e particular. Segundo o missivista, este Comando contribuiria para a vigilância dos funcionários e denúncia dos desonestos.

Andrés pondera que todos os argentinos sabem e sentem as obras benéficas, e inclusive tiveram provas da honestidade do governo. No entanto, “ainda que de forma quase imperceptível”, alguns rumores sobre os funcionários foram sentidos. Para o missivista, os funcionários honestos e leais devem ser defendidos pelo governo. Portanto, o comando serviria para defender os bons funcionários e castigar os maus.³⁸

A despeito dos missivistas terem abordado os temas como algo menor quando comparado à “grande obra” do governo, mereceram as suas atenções, por isso aconselharam o presidente a conter os escândalos de corrupção e de “negociatas” dos funcionários públicos. As cartas que apresentavam preocupações com a imagem do governo e conselhos ao presidente reforçam a percepção de que os missivistas percebiam o peronismo como algo que era coconstituído, por eles e pelo presidente e, portanto, deveria ser preservado por ambas as partes, algo que não se observou nas missivas brasileiras.

De acordo com Silvana Ferreyra (2019), na Argentina, ao longo do século XX, as denúncias de corrupção foram utilizadas para legitimar a violência e realizar críticas aos governos “nacional-populares”, como nos golpes de 1943 e 1955, respectivamente. Em 1943, o governo autointitulado “Revolução Nacional” buscou encerrar a “década infame” (1930-1943), referindo-se aos escândalos e negociatas entre os funcionários públicos, empresários e estrangeiros.

Em 1955, a autodenominada “Revolução Libertadora”, que destituiu Perón, criou uma Comissão Nacional de Investigações cujo objetivo era investigar as irregularidades das gestões peronistas. Assim, alguns dos escândalos do governo, como as investigações que envolveram a gestão de Domingos Mercante em Buenos Aires em 1951 ou as investigações sobre as negociatas de Juan Duarte em 1953 foram fixadas com a Comissão. Analisando os usos políticos da corrupção,

Ferreira (2019) mostrou como determinadas representações sobre o peronismo e o antiperonismo foram reforçadas e ainda hoje circulam pelo imaginário político dos argentinos.

Nas missivas brasileiras não identificamos essa preocupação dos missivistas com os casos de corrupção ou escândalos públicos que comprometeriam a imagem do governo Vargas. As denúncias abordadas nestes dois tópicos iniciais, que demonstram o engajamento das pessoas comuns, tiveram como uma das motivações centrais a identificação e a defesa dos projetos políticos dos governantes. No próximo tópico continuaremos analisando denúncias em que as metáforas políticas e a identificação das ameaças e dos inimigos do regime, de forma consciente ou não, foram adotadas para defenderem os anseios, preconceitos, sonhos, vinganças e frustrações pessoais dos missivistas.

DOS PATRIOTAS INJUSTIÇADOS PARA OS JUSTICEIROS: A DEFESA DA PÁTRIA EM PROL DOS PROJETOS PESSOAIS

Em junho de 1942, João Francisco de Paula, do Paraná, escreveu para Vargas:

Em primeiro lugar, peço-vos desculpas por ter a ousadia de vos dirigir estas poucas linhas, mas uma força maior assim me obriga. Morando na Fazenda Amora Preta como comprador de uma pequena fábrica de Aguardente de propriedade de Joaquim Sezeslau de Azevedo, cujo era arrendatário ha quasi 20 anos do Senhor Jaime Carvalho de Oliveira residente em São Paulo. Pois bem em junho do ano proximo passado fui surpreendido pela chegada de um japonês chamado Suematsu Noda que entrou em meus terrenos dizendo que tinha comprado as ditas terras. Informando-me por fora, soube que o Senhor Jaime havia arrendado as terras da Fazenda por um certo tempo para a “colônia japoneza” para eles, os japonezes verem se as terras eram boas. Mas eles não respeitam minhas benfeitorias [...]. Procurando o tal japonez para me pagar o prejuízo, disse que nada tinha para a receber e não tinha direito de reclamar coisa alguma [...]. Perdendo eu tudo que tinha canais e benfeitorias, ainda fui intimidado pelo tal japonez para desocupar imediatamente.³⁹

39 AN- GCPR, série Estados, lata 391, processo 17.282, grifos do missivista.

João inicia a carta projetando as imagens dos sujeitos envolvidos. Ele como um trabalhador que foi expulso de suas terras devido à uma injustiça, e o “japonês Suematsu Noda”, como um estrangeiro, que destruiu com fogo tudo o que o brasileiro construiu nos últimos vinte anos. Os grifos do missivista na carta revelam não apenas a sua indignação ante uma injustiça, como também o destaque dela ter sido cometida por um estrangeiro, que tampouco é qualquer um: é um dos nacionais dos países do “Eixo” que o Brasil havia rompido relações diplomáticas recentemente.

Endossando essas imagens, João projeta as imagens de si como “bom brasileiro”, pobre, pai de cinco filhos e que agora vive na Fazenda Santo Antonio. Ao longo da carta, ele explica, em diversos momentos, que tentou resolver a questão antes de apelar ao governante. Ele conta que, por estar “desgostoso” e sentir-se injustiçado com a situação, reuniu os documentos que “provavam seus direitos” e utilizou todas as suas economias para contratar o advogado “Dr. Francisco Metodio Nobrega” em Siqueiras Campos. Como recorreu às instâncias que considerava necessárias e não teve o resultado desejado, ele decidiu pedir ajuda para o governante:

Caro chefe a vida hoje está difícil e além de ansioso tenho muitas dívidas a saldar, então pensei em vos fazer esta cartinha pedindo-vos uma pequena explicação de como devo proceder e ao mesmo tempo relatar-vos este grande desaforo de um japonez. Tambem saíram outros moradores das referidas terras para entrarem os japonezes. Todos os antigos moradores como minha sogra e outros têm em seu poder documentos para provar os seus direitos. Desde que os japonezes entraram aqui- Barra Bonita Paraná-, tudo transtornou, até o Regional de Jaguariaiva já esteve aqui levando 3 deles. Esta raça indigna ainda continua abusando da bondade dos brasileiros: quando foi a pique o nosso primeiro navio, eles aqui na Amora fizeram festa; tudo isto provo com testemunhas [...]. Já queixei-me por carta ao Regional de Jaguariaiva e nada até hoje. Como pequeno brasileiro prejudicado dentro de minha própria Pátria por um nosso grande inimigo, apelo para a bondade de meu caro e digno chefe, pois só Deus vos poderá recompensar. (grifos do missivista)⁴⁰

40 AN- GCPR, série Estados, lata 391, processo 17.282, grifos do missivista.

Embora a carta seja uma denúncia e um pedido de ajuda, o missionário também pede um “conselho” ao Vargas, no início do trecho, indicando a sua centralidade para a resolução do seu caso, mas também que, para ele, Vargas era um “governante-amigo”. Para conquistar seu apoio, João narra as ações negativas provocadas pelos japoneses procurando mostrar como elas impactaram a vida de vários brasileiros da região, em particular, e do resto do país, em geral. Apesar de estar motivado pelo preconceito e pela indignação, ele adota metáforas políticas para expressar a sua indignação e aprofundar o seu apelo ao Vargas.

Ele finaliza a carta ponderando a dificuldade de resolver a injustiça por vários desamparos, inclusive das autoridades locais. Em relatório interno, o Delegado Regional de Polícia, Tenente Benedito Magalhães, explica que João Francisco era arrendatário de um dos lotes da fazenda denominada “Amora Preta” de Jaime Camargo. Em seguida, pondera que a fazenda foi vendida em lotes para diversos japoneses, sendo que o lote arrendado por João Francisco ficou sob os cuidados de Suematsu Noda, o qual advertiu o missionário, muitas vezes, que gostaria que ele abandonasse a terra. Sem sucesso, Suematsu realizou uma “roçada”, que acabou levando o fogo para o canavial e para a casa de João Francisco, espaço que ocupava três alqueires.⁴¹

Ainda segundo o relatório, o Delegado conta que o sub-delegado visitou o local após o incêndio e tentou mediar a situação para que um acordo fosse realizado. Contudo, isso não foi possível porque o valor da indenização que Suematsu desejava pagar não foi aceito por João Francisco. Embora o delegado reconheça que o valor proposto era inadequado, ele acreditou que o caso estava solucionado já que o “japonês” seguiu trabalhando na terra e o “brasileiro” mudou-se para uma fazenda próxima, onde tem uma pequena fábrica de aguardente.⁴²

O delegado também ressalta que as afirmações do brasileiro sobre a “festa dos japoneses” no dia do torpedeamento dos navios e do “perigo” por eles estarem isolados e sem fiscalização são “sem fundamento”. Para comprovar, o delegado menciona que a fazenda está a 18 quilômetros da cidade e que é composta por 60 homens e 70 mulheres, que se dedicam a policultura o dia inteiro, produzindo sobretudo arroz e batatinhas em grande escala. Ele também explica que os três japoneses

41 AN- GCPR, série Estados, lata 391, processo 17.282.

42 AN- GCPR, série Estados, lata 391, processo 17.282.

foram presos, mas por possuírem “um revólver e duas espingardas de caça em casa” e garante que todos estão sendo vigiados. Portanto, para o delegado, que também teve que se defender da acusação, os japoneses não representavam uma ameaça para o Brasil, sendo a carta uma expressão da indignação e tristeza do missivista.

Segundo Cytrynowicz (2002), os japoneses foram o epicentro da política racista do governo Vargas. A Segunda Guerra intensificou a percepção estatal da nacionalidade e integração de todos que vivem dentro do Brasil pela assimilação ou aculturação. A dissolução da própria identidade dentro de uma cultura majoritária era calculada segundo parâmetros químicos, como solubilidade. Como na percepção estadonovista os japoneses não queriam ser assimilados, passaram a ser identificados como ameaça e sofreram perseguições como os demais descendentes dos países do Eixo. Além do que foi mencionado, Perazzo (2009) também pondera que, em alguns casos, diante dos interesses nacionais e do fluxo migratório, os japoneses foram identificados como a infiltração dos “tentáculos” do império japonês. Ainda de acordo com a historiadora, a ideia de “perigo amarelo” foi inspirada em discussões de décadas anteriores, domésticas e internacionais, que foram intensificadas com a Segunda Guerra Mundial.

Apesar destas percepções sobre as ameaças, o temor e as mobilizações populares antijaponeses não foram generalizadas, inclusive porque, em algumas partes do território brasileiro, como em São Paulo, a organização do trabalho, o sistema de cooperativas e o investimento familiar no trabalho eram valores positivos para a população. Em alguns momentos, estas percepções e valores ultrapassaram o estado de São Paulo, o que pode ser observado no parecer mencionado do delegado sobre o trabalho dos japoneses no Paraná.

Estamos de acordo com Cancelli (1993) ao considerar que a valorização das denúncias populares pelo regime, assim como sua institucionalização, contribuiu para que casos de vingança pessoal fossem transformados em investigação para garantir a segurança nacional. O descontentamento por colocações profissionais também figurou em cartas sobre outros estrangeiros, como os italianos.

Alguns meses depois, em outubro de 1942, de São Paulo, um brasileiro denunciava a situação de Tabatinga, como um “verdadeiro foco de elementos encapotados de quinta coluna”, e solicitava a

autorização do presidente para expurgar os “elementos aparentemente doces” que trabalhavam, mas eram “os maiores inimigos do Brasil”⁴³. Segundo o missivista, a ameaça estava no escritório de advocacia da cidade, que era dirigido por um “calabrês” e um “filho de um turco” que exercia função pública. Nas palavras do missivista “[...] bem pode calcular V. Exa quaes os males que podem resultar se medidas não enérgicas não forem imediatamente tomadas.”⁴⁴ Ele termina a carta reforçando o interesse no progresso do Brasil, em geral, e no de Tabatinga, em particular. Por isso, ele “Não pode cruzar os braços, consentindo que italianos e syrios continuem impunes, na pratica de criminosos e perigosos desatinos.”⁴⁵

Segundo Cancelli (1993), quando comparado aos japoneses e alemães, os italianos receberam investidas mais brandas do governo Vargas, mas também foram motivo de preconceito e preocupação das autoridades ao longo do regime. Além de sofrerem com os decretos mencionados por serem descendentes dos países do Eixo, em setembro de 1942, tiveram que nacionalizar o clube de futebol Palestra Itália, que foi transformado em Sociedade Esportiva Palmeiras. Outros clubes paulistas também foram vítimas da repressão como o Sport Germânia, que se transformou em Clube Pinheiros, e o Esperia, antiga Sociedade Italiana de Remo, transformada em Floresta. Além dos clubes paulistas, o historiador menciona clubes de fora do estado, especialmente no sul (SALUN, 2007).

A confusão das nacionalidades turca e síria reforça o preconceito com os indivíduos que não eram brasileiros e indicam que, para o missivista, não importa de onde são porque causam “mal” ao país da mesma forma. O delegado de polícia, Gastão Maia de Carvalho, em relatório sobre a carta indica que o missivista é conhecido no município e tido como “insano mental”. Além disto, pondera que ele: analfabeto quase, solicita a redação de cartas a pessoas, muitas vezes alheias a vida deste lugar, denunciando perseguições ou ameaças e perigos à Nação, apenas existindo na sua imaginação doentia, roubando desta forma preciosa atenção das altas autoridades do Paiz e do Estado a quem se dirige.

43 AN- GCPR, série Governos Estaduais, lata 512, processo 30.805.

44 AN- GCPR, série Governos Estaduais, lata 512, processo 30.805.

45 AN- GCPR, série Governos Estaduais, lata 512, processo 30.805.

Ainda há pouco provocou uma sindicância na Prefeitura Municipal de resultado completamente nulo. Peço vênia para sugerir a V. Excia, fosse esse cidadão submetido a exame psiquiátrico, para que ficasse constatado o seu verdadeiro estado mental e ressaltados em consequência, seus atos futuros, dessa natureza.⁴⁶

A resposta do delegado revela não só o cansaço da autoridade, mas também indica como os mediadores foram centrais na relação direta e pessoal com o governante, atuando de maneiras variadas. Além disso, expressa como muitos missivistas manipularam a situação e as metáforas políticas em prol de seus interesses pessoais maquiados com “colaboração patriótica”.

Adotando as imagens de “patriota” e “soldado da nação”, Wenceslau Muniz também escreveu para Vargas, em setembro de 1942, para denunciar a forte predominância dos “elementos estrangeiros, especialmente alemães”, de todas as classes, que agem contra a pátria junto com brasileiros natos e naturalizados no sul do Brasil. De acordo com o missivista, esta predominância pode ser observada nas distribuições dos cargos públicos entre “tais elementos”, que para ele demonstra o “nepotismo racial” dos alemães e julgamentos desiguais para brasileiros e alemães.⁴⁷

Wenceslau menciona uma série de “crimes” cometidos por alemães que foram absolvidos pelas autoridades estaduais. A denúncia das más ações das autoridades públicas abarca: boatos que envolvem a saudação ao Hitler na oficina de um funcionário público em frente à fotografia de Vargas; comemorações ao torpedeamento dos navios brasileiros pelos alemães; ensino e rezas em alemão nas escolas e nas igrejas; e o descaso com os locais públicos da cidade, como com o estado das calçadas e dos cemitérios. Todos esses fatos são associados às supostas preferências aos estrangeiros que vivem na cidade.⁴⁸

O missivista aproveita para criticar o desempenho da imprensa do país em divulgar as leis e os decretos governamentais para o povo que, por isso, “está ignorante de uma série de fatos”. A carta é finalizada pedindo uma providência, como a substituição destas autoridades por brasileiros “com mais amor as nossas causas, para manter com mais

46 AN- GCPR, série Governos Estaduais, lata 512, processo 30.805.

47 AN- GCPR, série Estados, lata 391, processo 28.399.

48 AN- GCPR, série Estados, lata 391, processo 28.399.

fever o espírito nacionalista”. Nos trâmites internos, informa-se que os fatos mencionados são improcedentes e que o missivista é “vítima de perturbações mentais”.⁴⁹

Não foi possível conferir se todas as identificações dos missivistas com algum distúrbio procediam ou se eram fruto do cansaço das autoridades ante as diversas denúncias improcedentes que recebiam diariamente. Contudo, chama a atenção a quantidade de encaminhamentos ou respostas internas desqualificando as denúncias e reclamações.

Como muitas cartas foram motivadas por questões pessoais, não era incomum que na argumentação os missivistas distorcessem alguns fatos, atrapalhando as investigações. As distorções e os apelos a medidas autoritárias mencionadas nas cartas deste tópico revelam que para alguns missivistas o viés autoritário e repressivo do regime era visto como valor positivo, que se identificavam e reivindicavam por adesão e/ou como consequência de hábitos bastante enraizados, o que também foi assinalado por José Roberto Franco Reis (2002) ao estudar as cartas para o Vargas no mesmo período.

Concordamos com o historiador ao ponderar que a identificação de alguns brasileiros com os valores autoritários do regime não surpreende, especialmente pela força das ideais autoritárias no Brasil das décadas de 1920 e 1930, que não se concentravam apenas no âmbito governamental. Assim como Reis (2002), Ferreira (2011) também chama a atenção para esta identificação de parte dos missivistas, sobretudo para compreendermos que não há um “estado natural” da sociedade, em que ela era “boa”, mas foi corrompida pelo Estado Novo. Portanto, circulavam preconceitos, medos, rancores e horrores que as pessoas queriam se livrar, por isso, “[...] se havia uma ditadura que se mostrava disposta a ajudá-las, o caminho ficava mais fácil.” (FERREIRA, 2011, p. 95).

As desaprovações da burocracia estatal também figuraram em alguns jornais da época. Em maio de 1942, a DOPS publicou um esclarecimento no “A Noite”, para que todos os cidadãos pudessem cooperar com os serviços de segurança pública, que interessassem à defesa nacional, informando a autoridade de maneira adequada, em forma discreta, quanto às atitudes, costumes, gestos, atos tomados, adotados ou praticados por nacionais dos países com os quais o governo, em sua alta

49 AN- GCPR, série Estados, lata 391, processo 28.399.

sabedoria, rompeu relações. Contudo, advertiu que a denúncia deveria seguir alguns critérios:

a) Absoluta fidelidade na apreciação do fato, fugindo sempre às influências apaixonadas ou a sentimentos de vingança, deixando ao serviço de investigações apurar se ele consiste ou não ato criminoso passível de intervenção policial; b) Não investigar de forma alguma os fatos dos quais tiver conhecimento ou sequer adotar qualquer providência para esclarecêlos porque assim fazendo, sem conhecimento dos sistemas admitidos nesses casos, poderá perturbar não só a eficiência das futuras investigações em torno do fato como prejudicar as porventura já existentes sobre a hipótese; c) Não referir a ninguém quaisquer suspeitas de observações feitas; d) Fazer as comunicações sintéticas, escrevendo: 1- Nome, residência, local de trabalho e outros detalhes sobre a identidade do denunciário; 2- Assunto sobre o qual versa a comunicação; 3- Nome de pessoas direta ou indiretamente ligadas à questão; 4- Observações gerais que possam esclarecer, orientar ou auxiliar as possíveis investigações; 5- Escrever só de um lado do papel, sempre que possível à máquina; 6- Encaminhar a nota pessoalmente à D.O.P.S ou enviá-la pelo Correio registrada; 7- Estabelecer a identidade quanto possível das pessoas ligadas direta ou indiretamente a figura central. A D.O.P.S garante absoluto sigilo sobre a identidade das pessoas que estiverem colaborando com os seus serviços e afirma que os cidadãos cumprindo a rigor as instruções acima terão prestado relevante serviço ao país. (grifos nosso)⁵⁰

Embora tenham sido publicados no jornal *A Noite*, os critérios foram replicados em outros jornais. A despeito de não tratarem das denúncias para o governante, consideramos que estes critérios também serviam para indicar a similaridade com as que eram enviadas diretamente para Vargas e encaminhadas para o DOPS. As diretrizes do diretor da Delegacia revelam como as denúncias motivadas por interesses pessoais foram frequentes durante o Estado Novo. A despeito do informe, como é possível observar pelas cartas aqui analisadas, que são de momento posterior, boa parte dos missivistas continuou identificando e denunciando de acordo com as suas questões particulares.

50 “A Noite”, 7 de maio de 1942, p. 4.

As “denúncias duplas”, do caso relatado e do descaso dos funcionários governamentais, foram mais comuns no Brasil. Na Argentina, os missivistas enviaram mais denúncias sobre o descaso dos funcionários públicos, especialmente aqueles que trabalhavam na Secretaria e, posteriormente, no Ministério de Assuntos Técnicos ou mesmo nos que encaminhavam a questão.

Enrique Tubaro escreveu em setembro de 1952, de Buenos Aires relatando que em 1949 enviou um desenho de trilho de trem, aprovado pelo Coronel Castro, então Ministro do Transporte. Com a aprovação, desenvolveu o modelo para a prova e enviou para os técnicos do governo, que não voltaram a procurá-lo. Depois de muito “insistir inutilmente” na correspondência, visando colaborar com a “nova Argentina”, Enrique recebeu uma resposta desfavorável da Assessoria de Ferroviários.⁵¹

Inconformado com a resposta e desconfiado pela matriz de prova não ter sido devolvida, ele apela ao presidente ponderando:

Excelentíssimo senhor Presidente, é que tudo isso não é verdade, que todos os que intervirem neste assunto não se ajustam a realidade das coisas (os nomes dos mesmos eu reservo), mas por isso solicito sua infinita bondade me permita chegar até V.Excia com a segurança que será a única pessoa que compreenderá a verdade, pois desejo contribuir com algo positivo e de valor para a grandeza da Pátria. (tradução nossa)⁵²

A carta de Enrique é marcada pelo contraste entre o “bom argentino”, que quer colaborar com a pátria, e os “maus argentinos”, que não permitem que isso ocorra. Como ele não confia nos funcionários, apela ao presidente para ter seu pedido atendido.

Enrique foi ao Ministério de Assuntos Técnicos prestar esclarecimentos sobre o caso. Após a sua visita, Bautista Tello, Diretor Geral de Informações do Ministério, elaborou um parecer interno explicando o

51 AGN-ST, caixa 582, processo 1.480/54.

52 “*Excelentísimo Señor Presidente, es que todo esto no es verdad, que todos los que intervinieron en este asunto no se ajustan a la realidad de las cosas (los nombres de los mismos me lo reservo), por eso solicito de su infinita bondad me permitiera llegar hasta Vd., en la seguridad que será la única persona que comprenderá la verdad, pues yo deseo contribuir con algo positivo y de valor para la grandeza de la Patria.*” (AGN-ST, caixa 582, processo 1.480/54).

caso e destacando que a denúncia do Enrique não é pelo descaso dos funcionários, mas por uma suposta “conspiração” contra o governo de Perón.

Segundo o missivista, ele estava sendo impedido de colaborar com a construção da “Nova Argentina”. Pelo o que foi exposto, o Diretor considerou:

Dado que o exposto pelo causante representa uma acusação contra o proceder dos funcionários do Ministério de Transporte que intervieram nos experimentos realizados, corresponde efetuar a investigação correspondente a efeitos de determinar as responsabilidades pertinentes e deixar a salvo o prestígio das instituições do Estado [...]. Solicito do senhor Chefe queira disponibilizar o informe desta Direção Geral sobre as conclusões obtidas na investigação ou trâmite que dê lugar a esta denúncia. (tradução nossa)⁵³

O reconhecimento da denúncia, a atenção ao missivista por um funcionário estatal e a sugestão de encaminhamento do assunto demarcam um contraste com os casos brasileiros analisados. Embora encontremos encaminhamentos e investigações internas das denúncias, sobretudo dos funcionários identificados como integralistas, nos demais pareceres foi mais frequente a desqualificação dos missivistas e a proteção dos funcionários públicos. A despeito desta distinção, assim como os brasileiros, o argentino também tensionou as relações entre as variadas instâncias governamentais.

Apesar dos esforços do missivista e da atenção estatal, o parecer continuou negativo. Enrique não ficou satisfeito com a resposta e, então, voltou a escrever para Perón em 1954 solicitando uma audiência para apresentar o seu invento diretamente para o presidente. Inconformado com a continuidade do parecer negativo, ele pondera: “[...] General Perón, faz 5 anos que estou lutando sem decair em meu propósito um só instante para poder brindar esta Nova Argentina meu Invento”, que em todo momento mereceu o estudo e a atenção dos

⁵³ “Dado que lo expuesto por el causante representa una acusación contra el proceder de los funcionarios del Ministerio de Transporte que intervinieron en las experimentaciones realizadas, el suscripto de opinión que correspondería efectuar la investigación correspondiente a efectos de determinar las responsabilidades pertinentes y dejar a salvo el prestigio de las instituciones del Estado (...) Solicito del señor Jefe quiera tener a bien disponer el informe a esta Dirección General sobre las conclusiones obtenidas en la investigación o trámite que diera lugar a esta denuncia.” (AGN-ST, caixa 582, sem número de processo).

funcionários do Ministério de Transporte que interviram no assunto, sem poder até a data conseguir uma resposta definitiva sobre esta particular:

Excelencia, para seu governo comunico ao senhor que de todos estes atuados há cópias fotografadas no escritório de Controle de Estado, uma vez mais lhe rogo queira me conceder uma entrevista na segurança de que então poderá comprovar que desejo aportar de todo coração a esta Querida Argentina, que o senhor tão dignamente conduz um grande Invento de valor técnico e econômico insuperável. Rogo ao Excelentíssimo Senhor Presidente queira perdoar as moléstias ocasionadas ficando a suas ordens. (tradução nossa)⁵⁴

Na sua segunda carta, Ernesto mobiliza mais o discurso oficial para mostrar que o seu pedido não é amparado em “desejos e interesses particulares”, pois o seu invento visa o coletivo. Portanto, a sua ambição não é como indivíduo, mas como argentino. Ele procura mostrar que é da posição de argentino, que sofre com a negligência dos funcionários, que a sua indignação com os outros nacionais é manifestada. Ou seja, ao invés de retratar suas dificuldades de vida, ele tenta convencer o presidente de que o seu invento é adequado e que os próprios funcionários sabotam os seus desejos, os chamados políticos presidenciais e o projeto peronista. A despeito da insistência, não identificamos na documentação uma resposta positiva ao missivista.

Em outros casos, a insatisfação com os funcionários públicos decorreu do não atendimento dos seus pedidos de audiência com o presidente. Hernan Bonnet escreveu em junho de 1953, de Buenos Aires, ponderando que em várias oportunidades solicitou uma audiência com o presidente para expressar a sua opinião sobre assuntos diversos da “grande obra governamental”, mas sem sucesso. O missivista cita a mensagem de Perón para os trabalhadores do campo e

54 “[...] General Perón, hace 5 años que estoy luchando sin decaer en mi propósito un solo instante para poder brindar a esta Nueva Argentina mi Invento, que en todo momento mereció el estudio y la atención de los funcionarios del Ministerio de Transporte que intervinieron en el asunto, sin poder hasta la fecha conseguir una respuesta definitiva sobre este particular [...] Excelencia, para su gobierno comunico a Ud que de todos estos actuados hay copia fotográfica en la Oficina de Control de Estado, por lo una vez mas le ruego quiera dispensarme una entrevista en la seguridad de que entonces podrá comprobar que deseo aportar de todo corazón a esta Querida Argentina, que Ud tan dignamente conduce un gran invento de valor técnico y económico insuperable. Rogo ao Excelentísimo Señor Presidente quiera perdonar las moléstias ocasionadas quedando a sus gratas ordenes.” (AGN-ST, caixa 598, processo 70.725).

ferroviários, em que o diálogo direto e pessoal com os argentinos foi evocado, para justificar a insistência da escrita. Para ele, haveria uma contradição, pois o presidente manifestara seu interesse em saber os anseios do povo argentino, mas os funcionários não permitiam que estes chegassem ao presidente.

Como ele identificou que um dos maiores problemas são os funcionários, nesta carta ele pondera que precisava de uma audiência para “[...] pôr em conhecimento direto de deficiências que adoecem os Organismos do Estado que, por estarem ao serviço do público resultam mais prejudiciais ao progresso do país [...]”.⁵⁵ Hernan, adotando a percepção de que todos os argentinos podem contribuir independente de seus “postos”, menciona que só tem como “título” “trabalhar honradamente” no campo e na indústria, sendo que o que o motiva é a sua “consciência”. Apesar dos esforços do missivista, não foi possível comprovar se Hernan foi recebido pelo presidente. Contudo, tal como Enrique, a indignação e frustração com o governo, especialmente com os funcionários estatais, conviveram com a confiança e lealdade ao Perón.

As ambivalências de sentimentos das pessoas comuns e as tensões com os funcionários públicos mencionadas nas últimas cartas fizeram parte das experiências políticas argentina e brasileira e constituíram, com diversas particularidades, a complexa relação direta e pessoal construída e reforçada pelas pessoas comuns e os governantes, especialmente nos “segundos momentos” do varguismo e do peronismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo procuramos compreender como os missivistas operaram com a noção de “pátria”, sobretudo de “destruição e defesa da pátria”, para apresentarem suas aspirações, aflições, reivindicações e frustrações. A partir da análise das cartas também foi possível observar as distintas percepções sobre os momentos vividos, as ameaças, os inimigos e os aliados dos regimes, assim como os papéis que eles e os governantes deveriam desenvolver nos “novos países”.

Notamos que a mobilização e o engajamento das pessoas comuns como vigilantes foi analisada a partir de motivações distintas que

⁵⁵ “[...] ponerle en conocimiento directo de deficiencias de que adolecen Organismos del Estado que, por estar al servicio del publico resultan más perjudiciales al progreso del País [...]” (AGN-ST, caixa 598, processo 70.725).

tinham bases comuns mais amplas como as identificações e defesa dos projetos políticos e/ou dos interesses pessoais. A despeito das particularidades e da fluidez destas bases, os missivistas contribuíram para a legitimidade dos governos, tensionaram as relações entre os funcionários estatais, incentivaram e/ou reconheceram a necessidade de medidas mais autoritárias e auxiliaram a constituição de uma ampla rede de denúncias, que inclusive fez parte do cotidiano de muitos deles. Em outros casos, os missivistas se utilizaram do universo simbólico vigilante, de grande mobilização popular contra os “inimigos da pátria”, para apresentarem suas angústias, tristezas, frustrações e preconceitos em nome da “segurança nacional” para conseguirem justiça de casos variados.

Estas cartas explicitaram a integração, identificação e o reconhecimento dos projetos políticos, que em muitas cartas foram amparados em um caráter profundamente autoritário e intolerante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHA, O. *Crónica sentimental de la Argentina peronista: sexo, inconsciente e ideología, 1945-1955*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

ARGENTINA. *Constitucion de la Nación Argentina*. Buenos Aires: Presidencia de la República, 16 mar. 1949.

ARGENTINA. *Boletin Oficial de la República Argentina*, Buenos Aires, n. 16.757, 16 out. 1950.

ARGENTINA. Ley 14.062, 25 de octubre de 1951. Promulga el Ejecutivo la Ley que aprueba el Decreto 19.376/51. *Boletin Oficial de la República Argentina*, Buenos Aires, ano 49, n. 17.012, 25 oct. 1951.

Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/7029714/19511025>. Acesso em: 22 jul. 2020.

ARGENTINA. *Anales de Legislación Argentina 1948*. Buenos Aires: La Ley, Sociedad Anónima Editora e Impresora, 1966. T. 8.

BACZKO, B. A imaginação social. In: LEACH, E. *AnthroposHomem*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BALBI, F. *De leales, desleales y traidores: valor moral y concepción de política en el peronismo*. Buenos Aires: Antropofagia, 2007.

BERROTARÁN, P. *Del plan a la planificación: el estado en la época peronista*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2003.

CANCELLI, E. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*. Brasília, DF: EDUNB, 1993.

CAPELATO, M. H. R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

CHIARINI, S.; PORTUGHEIS, R. E. (org.). *Plan Conintes. Represión política y sindical*. Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. Secretaría de Derechos Humanos. Archivo Nacional de la Memoria, 2014.

CYTRYNOWICZ, R. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Edusp, 2002.

FÁVERI, M. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a segunda guerra mundial em Santa Catarina*. 2002. 392 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2002.

FERREIRA, J. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

FERREYRA, S. Usos políticos de la corrupción en el enfrentamiento peronismo-antiperonismo. Una lectura desde las comisiones investigadoras de 1955 en Argentina, *Institut de Ciències Polítiques i Socials*, Barcelona, n.356, p.5-30, 2019.

GAMBINI, H.; KOCIK, A. *Crímenes y mentiras: las prácticas oscuras de Perón*. Buenos Aires: Sudamericana, 2017.

GARCIA, M. A. *La oposición política al peronismo: los partidos políticos en la argentina entre 1943 y 1951*. 1997. 318 f. Tesis (Doctorado) - Instituto Universitario Ortega y Gasset, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1997.

GOMES, A. C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

GOMES, A. C. (org.). *A escrita de si, a escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

GONÇALVES, L. P.; CALDEIRA NETO, O. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2020.

GUY, D. J. *La construcción del carisma peronista: cartas a Juan y Eva Perón*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2017.

HOBSBAWM, E. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. Trad. de Irene Hirsch e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

LAGO, M. C. *Exmo. Sr. Getúlio Vargas, Mi Querido General Perón: imaginários populares no varguismo e no peronismo*. 2021. 305f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MALATIAN, T. Cartas-narrador, registro e arquivo”. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 195-221.

MARTINS, A. P. V. Dos pais pobres ao pai dos pobres: cartas de pais e mães ao Presidente Vargas e a política familiar do Estado Novo. *Diálogos*, Maringá, v. 12, n. 2/3, p. 209-235, 2008.

PEDREIRA, F. S. (org.). *Nordeste do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: LCTE Editorial, 2019.

PERAZZO, P. F. *Prisioneiros da guerra: os “súditos do Eixo” nos campos*

de concentração brasileiros (1942-1945). São Paulo: Editorial Humanitas; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

PERÓN, J. D. Perón quiere saber lo que su pueblo necesita. Discurso político de Juan Domingo Perón de 3 de dezembro de 1951. *In: OBRAS completas del General Juan Domingo. Discursos de Juan D. Perón, 1950- 1951.* Buenos Aires: Unión del Personal Civil de la Nación, 1951.

PIZZORNO, P. I. *Orígenes, trayectorias y radicalización de la identidad antiperonista durante el primer peronismo (1943-1955).* Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales) - Facultad de Ciencias Sociales, Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, 2018.

PRADO, M. L. C. Repensando a história comparada na América Latina. *Revista de História*, São Paulo, n. 153, p. 11-33, 2005.

REIS, J. R. F. *Não existem mais intermediários entre o governo e o povo: correspondências a Getúlio Vargas- o mito e a versão (1937-1945).* 2002. 310 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política.* São Paulo: Ed. FGV, 1988.

SALUN, A. O. *Palestra Itália e Corinthians: quinta coluna ou tudo buona gente?.* 2007. 277 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SECRETO, M. V. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas.* São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2007.

SIGAL, S.; VERÓN, E. *Perón o muerte: los fundamentos discursivos del fenómeno peronista.* Buenos Aires: Eudeba, 2010.

TORRE, J. C. *Nueva historia Argentina: los años peronistas (1943- 1955).* Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2002.

VERGARA, L. *Fui secretario de Getúlio Vargas.* Porto Alegre: Globo, 1960.

WOLFE, J. *Working women, working men: São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class, 1900-1955*. Durham: Duke University Press, 1993.

Jornais consultados:

A Noite (RJ).
Correio da Manhã (RJ).
Correio Paulistano (SP).
Diário de Pernambuco (PE).
O Combate (MA).
O Diário (RN).
Correio do Povo (RS).

Cartas:

Archivo General de la Nación (Argentina) - Fondo Documental
Secretaria Tecnica 1° y 2° Presidencia del Teniente General Juan
Domingo Peron (1946-1955), caixas 469, 503, 516, 581, 582, 585, 598.

Arquivo Nacional (Brasil) - Fundo Gabinete Civil da Presidência da
República (GCPR). Série Estados, latas 391 e 512; Série Estados (Ceará
e Espírito Santo), lata 324; Série Justiça, latas 274, 340.

Patrimônio Legislativo (online), caixa 6.

A Segurança da Ásia e as Novas Potências do Século XXI: o Caso do Japão

Paulo Daniel Watanabe¹

A Ásia é um continente de grandes contrastes, tanto populacionais, econômicos, étnicos, de desenvolvimento humano, entre outros. Esses contrastes, em grande parte históricos, são refletidos nas suas relações diplomáticas e comerciais, e ainda, nas relações de segurança entre si. Trata-se de uma região ainda afetada por problemas políticos históricos, marcada por agressões entre seus membros e, especialmente, pela ausência de reconhecimento oficial por parte dos agressores.

Nos temas internacionais, o continente também chama bastante atenção por conta de seus potenciais econômicos que criam, a cada ano, diversas especulações sobre uma nova ordem mundial baseada na China, em contraste com os EUA. Contudo, é importante mencionar que, diferentemente do continente americano e do europeu, a Ásia ainda é marcada por ameaças de conflitos tradicionais entre seus membros com maior economia. Nesse sentido, esclarece-se que este capítulo versará sobre uma área específica do continente, mais conhecida como região Ásia-Pacífico, ou Leste Asiático.

O continente asiático, mais especificamente a região da Ásia-Pacífico, é frequentemente retratado pela literatura específica como uma área muito propensa a conflitos tradicionais, ou seja, conflitos voltados para disputas territoriais, controle de águas internacionais e influência sobre os demais. O mar do sul da China é frequentemente alvo de disputas territoriais entre Pequim e os diversos países do Sudeste asiático, em que a China tem um poder de atuação determinante construindo plataformas ou ilhas artificiais para manter o seu controle

¹ Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP) e professor da Universidade São Judas Tadeu (USJT).

no entorno. Além disso, disputas chinesas com o Japão, a partir das ilhas Senkaku, também são exemplos importantes dessa interação.

Dentro e fora da esfera geopolítica, ocorre uma dinâmica de projeção de poder entre os Estados mais influentes, como a China e o Japão. Em termos econômicos, atualmente, tratam-se da segunda e terceira maiores economias mundiais. Contudo, essa dinâmica se torna mais diferenciada, uma vez que o Japão não tem capacidades militares ofensivas como tem a China. Nesse capítulo, trabalhar-se-á a hipótese de que a segurança e a estabilidade da região dependem de dois grandes atores, China e Japão, e dar-se-á ênfase na reconstrução do Japão como potência militar, que vem sendo um movimento velado e negado oficialmente pelo governo japonês, apesar de causar apreensão em Pequim e mudanças nas relações com Washington. Assim sendo, o presente capítulo tem como objetivo apresentar as relações de segurança que ocorrem na região do Leste Asiático e a forma como o Japão está dinamizando a sua defesa, a fim de manter-se apto a neutralizar ameaças vindas da China e da Coreia do Norte, principalmente.

As novas potências da Ásia estão se apresentando de formas diferentes: a China, além do crescimento econômico, apresenta o segundo maior orçamento em defesa. Enquanto isso, o Japão, diante de um orçamento mais discreto, porém perceptível, nega qualquer tentativa de remilitarização, uma vez que sua Constituição possa ser um entrave (doméstico) para tal finalidade.

Conforme mencionado anteriormente, o Japão ainda não deixa clara a sua intenção em questões militares e de defesa. Sua atual Constituição não autoriza “potenciais de guerra”, o que abre questionamentos sobre o que seria permitido ou não dentro dessa norma. Fora dos debates constitucionais, o poder militar ao Japão teve, ao longo dos séculos XIX e XX, uma grande importância para apresentação do arquipélago como uma grande potência diante dos europeus e dos EUA.

O Japão moderno, como o conhecemos hoje, é diferente do “Japão moderno” do século XIX. A modernidade, naquele momento, era espelhar-se nos países ocidentais, a fim de impedir a dominação branca que ameaçava a região. Assim, a partir de segunda metade do século XIX, o país passou um grande momento de reconstrução do Estado, em que o poder centralizado saiu das mãos do Xogum (militar e governante delegado) e retornou para as mãos do Imperador,

que tinha apenas o papel de representar a nação e delegar poderes da gestão do Estado.

O poder militar, desde a Restauração Meiji em 1868, representou grande importância à nação japonesa. Nesse período, a composição de um poder militar representou a garantia de sua autonomia perante os Estados europeus. Assim, o Japão repeliu o imperialismo por meio do seu próprio imperialismo. O reconhecimento como uma potência militar deu ao arquipélago um lugar ao meio das potências europeias e os Estados Unidos até o final da Segunda Guerra Mundial.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Japão ocupado adotou uma Constituição que, até hoje, proíbe constituir qualquer tipo de potencial de guerra, ou seja, Forças Armadas. Além disso, o país renuncia ao direito de guerra. Isso faz com que seja caracterizado na literatura corrente como um “Estado Anormal” nas Relações Internacionais². Após a retomada de sua soberania em 1952, e após um amplo debate sobre a constitucionalidade do projeto, o país criou as Forças de Autodefesa, que atuam sob a Constituição, em defesa do território japonês. A criação das Forças de Autodefesa foi estruturada sob o amplo conceito de “defesa”, que vem sendo modificado de acordo com governo eleito.

Ao longo das décadas seguintes, as Forças de Autodefesa foram adquirindo um caráter mais ofensivo que defensivo. Seus equipamentos foram modernizados e suas competências foram ampliadas. O discurso sobre “o que é defesa” quando da criação das Forças de Autodefesa é incompatível com as atuais noções de “defesa” que o governo assume. A partir de 2005, a China e a Coreia do Norte passaram a ser encaradas abertamente como ameaças à segurança do Japão, que busca dinamizar suas Forças de Autodefesa e o Tratado de Segurança com os Estados Unidos a fim de dissuadir qualquer tentativa de ataque ao território japonês por parte dessas duas “ameaças”.

Com a mudança drástica da percepção em relação ao termo “defesa” e com as políticas de defesa implementadas, é possível questionar se o país já constitui um poder militar respeitável na Ásia, sob ou fora do guarda-chuva nuclear dos Estados Unidos. Nesse caso, contudo, potência militar, não deve ser entendida como potência nuclear, que não se enquadra ao caso japonês. O ponto importante a ser observado é a relutância do país em assumir-se como um poder militar de fato ou em ascensão.

2 País que não possui capacidades de manter sua segurança de forma independente.

Hoje em dia, conforme o Livro Branco³ do Japão de 2021, a Defesa do Japão é permitida apenas diante de três condições que o governo japonês (2021) afirma serem “novas condições”, uma vez que no passado, houve direções contrárias: 1) Quando um ataque armado contra o Japão é executado, ou contra um país com quem o Japão tem uma relação próxima e que, como resultado, ameaça a sobrevivência do Japão. 2) Quando não há outro meio apropriado para garantir a segurança o Japão e proteger seu povo; 3) Uso da força mínima necessária.

Um ponto interessante é que, desde a sua concepção em 1954, as Forças de Autodefesa do Japão (apontadas como Forças Armadas convencionais, mas negadas pelo governo) jamais poderia atuar fora do território japonês. A partir de uma interpretação constitucional, suas capacidades e competências foram ampliadas, transparecendo a intenção de Tóquio de remilitizar-se e comportar-se como uma potência “normal”.

A IMPORTÂNCIA DO PODER MILITAR PARA O JAPÃO

Nas últimas décadas do século XX, o Japão desapontou como uma grande potência econômica. Suas indústrias e empresas estavam produzindo cada vez mais e comprando outras empresas, inclusive nos Estados Unidos. Em 1970, o analista político e estrategista norte-americano Herman Kahn acreditava que sua década seria um período de transição, em que o Japão se tornaria uma Superpotência de fato, com capacidades econômicas, políticas e militares.

Acredito, e neste livro o afirmo, que, dentro de dez ou vinte anos, o Japão atingirá quase inevitavelmente uma estatura econômica, tecnológica e financeira gigantesca, sendo muito provável que se torne financeira e politicamente poderoso nos assuntos internacionais e que termine esforçando-se por ser também uma potência militar. (KAHN, 1970, p. 9).

Havia, portanto, uma perspectiva de que o Japão se tornaria a maior economia mundial, que não se concretizou por efeito de uma grande crise econômica que assola o país desde a década de 1990. Além disso, esperava-se que o Japão passaria a demandar para si maio-

³ Publicação oficial em que os países apresentam como a Defesa está estruturada diante das ameaças.

res responsabilidades relacionadas à sua segurança, podendo, inclusive, entrar no clube das nações detentoras de armas nucleares. Para o teórico neorrealista Kenneth Waltz (2008), é apenas uma questão de tempo para o Japão se arme com armas nucleares. Contudo, o Japão se mostra reticente em relação a essa opção que fora utilizada anteriormente para projetar o Império nipônico.

O poder militar teve grande importância para as relações internacionais do Japão. Graças ao seu desenvolvimento bélico, o arquipélago repeliu qualquer tentativa colonialista de nações estrangeiras brancas. Diz-se, então, que a abertura do Japão no século XIX fugiu aos padrões tradicionais, em que as nações asiáticas foram colonizadas ou invadidas por potências europeias. O pensamento japonês nas relações internacionais era, na época, movimentado pela *Realpolitik*, que deu um lugar ao Japão no meio das grandes potências europeias, dando aos japoneses o apelido de “arianos honorários” (BRADLEY, 2010).

Em meados do século XIX, o Japão já exercia sua política expansionista pela Ásia. Desde a Restauração Meiji de 1868, que centralizou o poder do Imperador, os governantes japoneses sabiam que o país estava cercado por Estados imperialistas incomparavelmente mais fortes. Para que o país pudesse sobreviver e manter-se como uma nação independente nesse ambiente, era necessário entender o lugar do Japão e o que se deveria fazer para que o país não fosse dominado por outras nações. A força que levou o país a modernizar-se era o medo: o medo de que o território nipônico fosse dominado por estrangeiros (COONEY, 2006).

Assim, entre 1871 e 1872, foram enviadas delegações japonesas aos Estados Unidos e a alguns Estados europeus com o objetivo de estudar uma política compatível com os grandes poderes. No retorno, a delegação enviada informou ao governo que se o Japão quisesse coexistir entre as nações visitadas, ele deveria ser um país militarmente forte. Aproveitando os impulsos da necessidade de fortalecer-se internamente, o Japão vivenciou a expansão da Revolução Industrial. A necessidade de matérias-primas e de mercados externos levou o país a praticar uma política de expansão imperialista no Extremo Oriente, baseado no lema “*Fukoku Kyohei*” (“Riqueza e Força Militar”).

A busca por zonas de influência levou o Japão a duas guerras: a primeira, em 1894, contra a China; e a segunda, em 1904, contra a Rússia.

Ambas as guerras foram vencidas pelo Japão. A vitória na Guerra Russo-japonesa deu ao Japão o reconhecimento por parte das outras potências ocidentais como uma grande potência. A partir desse momento, o arquipélago foi visto pela primeira vez como uma potência militar pela comunidade internacional (CARR, 1981).

Após o reconhecimento, o país começou a aumentar sua participação na política internacional, pegando um grande impulso na Primeira Guerra Mundial. Além de posicionar-se entre as grandes potências da Europa, a economia do Japão sofreu um grande crescimento por conta do grande conflito. A economia do Japão teve mais ganhos do que teve a economia dos Estados Unidos. As importações e as exportações triplicaram e a produção de aço e cimento mais que dobrou. O país se tornou o mais produtor de navios do mundo. A dívida externa do arquipélago foi liquidada durante a guerra, tornando-o um credor (KENNEDY, 1987, p. 299).

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, apesar de não ter participado diretamente nos blocos, o Japão ficou ao lado dos vencedores, tomando as posses territoriais alemãs na Ásia. Em fevereiro de 1922, durante a Conferência Naval de Washington, as grandes potências (EUA, Grã-Bretanha, França, Japão e Itália) assinaram um acordo denominado “Tratado de Limitação Naval das Cinco Potências”, criando uma cota de navios de guerra entre eles. Para cada cinco navios capitais mantidos pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha, o Japão manteria três e a França e a Itália, 1,75. Com o tratado, os EUA e a Grã-Bretanha comprometeram-se a não expandir sua força naval na região asiática, criando, assim um grande pacto entre as potências.

O FIM DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A ORIGEM DAS FORÇAS DE AUTODEFESA

A Segunda Guerra Mundial é certamente um ponto marcante na história militar do Japão. O fim dela, com a rendição incondicional anunciada ao povo em 15 de agosto de 1945, encerrou a era imperialista nipônica. Após alguns dias da comunicação oficial da derrota feita pelo Imperador no dia 15 de agosto de 1945, os Estados Aliados iniciaram a ocupação no território nipônico que durou até 1952 e foi gerenciada pelos EUA, por meio do General Douglas MacArthur, apesar de resistências dentro do grupo dos Aliados.

Os principais objetivos da ocupação dos Aliados no pós-Segunda Guerra era desmilitarizar e democratizar o Japão para que nunca mais voltasse a ser uma ameaça a outros Estados. Com a Constituição de 1947, mais precisamente no Artigo 9º, o Japão encontra-se proibido de possuir Forças Armadas ofensivas, ou com “potenciais de guerra”, o que o caracteriza como “Estado anormal”. Mais precisamente, o Artigo 9º da Constituição deixa um grande espaço para novas interpretações:

Sinceramente aspirantes a uma paz internacional baseada na justiça e na ordem, o povo do Japão renuncia **para sempre** a guerra como um direito soberano da Nação e a ameaça ou uso da força como meio de resolução dos litígios internacionais.

A fim de concretizar o objetivo do parágrafo precedente, as forças terrestres, marítimas e aéreas, bem como qualquer outro potencial de guerra, **nunca** serão mantidas. O direito de beligerância do Estado não será reconhecido. (JAPAN, 1946, tradução nossa).

Apesar de a iniciativa ter partido do Comandante Supremo da Ocupação, o General estadunidense Douglas MacArthur, o governo japonês deveria aprovar a nova versão do documento. Além de proibir o país de possuir Forças Armadas, o documento retirou os poderes do Imperador. A aceitação da Constituição e de suas limitações pode ser entendida através da política formulada por Yoshida Shigeru, terceiro Primeiro-Ministro na sucessão do pós-guerra. Yoshida foi o responsável em aprovar a nova Constituição no Parlamento, sendo conhecido por formular uma política baseada em grande parte na reestruturação econômica do país, aceitando a subordinação militar aos Estados Unidos. Mais tarde, a política de Yoshida ficou conhecida entre os estudiosos como “Doutrina Yoshida”.

Na sua época de premiê, Yoshida (1961), informava que o direito de autodefesa não era especificamente proibido pela Constituição. Mas como o direito de beligerância e a manutenção de potencial bélico foram renunciados no Artigo 9º, logicamente uma guerra em auto-defesa também seria proibida. Ele ainda afirmava que a proibição da autodefesa seria positiva, pois ela havia sido o pretexto para a maioria das guerras (YOSHIDA, 1961). É importante citar que o Artigo 9º foi

escrito de uma forma em que ninguém possa ter certeza de seu real significado. Não há como saber se tal artigo proíbe Forças Armadas de Autodefesa e o que são potenciais de guerra.

No início da década de 1950, o Japão ainda estava sendo ocupado pelos Aliados e seus objetivos já estavam quase alcançados. Nesse mesmo período, iniciou-se a Guerra da Coreia. A Guerra da Coreia foi responsável por grandes mudanças no Japão, principalmente na área econômica. O Japão tornou-se um grande fornecedor de suprimentos para as tropas lideradas pelos Estados Unidos no conflito. Além disso, o General Douglas MacArthur, comandante supremo da Ocupação, tornou-se o comandante das forças das Nações Unidas na Coreia.

Inicialmente, MacArthur imaginou que seria uma guerra simples, sem grandes esforços. Entretanto, em 25 de junho de 1950, o exército da Coreia do Norte atacou Seoul e tomou a cidade. Diante do caos que poderia gerar, MacArthur decidiu mover as tropas do Japão para a península coreana. Tropas vindas dos Estados Unidos demorariam muito para chegar. De quatro tropas no Japão, apenas uma ficou para proteger o norte do país. Como a vitória da Coreia do Norte já era prevista, em julho, todas as tropas da ocupação haviam cruzado o mar para conter as tropas inimigas. Obviamente, uma preocupação de MacArthur era a segurança do Japão. A retirada de tropas norte-americanas poderia ser um convite aos soviéticos, uma vez que o norte do Japão (Hokkaido) sempre fez parte das cobiças soviéticas.

Diante desse quadro, no dia 8 de julho de 1950, MacArthur enviou uma diretiva ao Primeiro-Ministro Shigeru Yoshida, informando que as forças de polícia do Japão eram proporcionalmente muito inferiores ao tamanho da população do país, comparadas às forças de outras democracias, e por isso, autorizava a formação de uma Reserva Nacional de Polícia, composta por 75 mil homens. Surgia, assim, o embrião das Forças de Autodefesa.

A Dieta (Parlamento) questionou a constitucionalidade da Reserva Nacional de Polícia, uma vez que poderia representar um rearmamento do país. Yoshida (1961) defendia que o propósito da nova organização era manter a ordem dentro do território japonês e não tinha nada a ver com o rearmamento. Assim, a Reserva Nacional de Polícia foi oficialmente inaugurada em 10 de agosto de 1950. Os princípios gerais da RNP eram: 1) A RNP constitui “*peacekeeping force*” que trabalhará com

fins civis; 2) A RNP deverá possuir um comando nacional, dividido em quatro distritos; 3) O Primeiro-Ministro deverá possuir jurisdição direta, e, sob ele, haverá um ministro de estado responsável pela RNP; 4) O Primeiro-Ministro deverá indicar um comandante geral da RNP; 5) A polícia deverá possuir mobilidade e armas leves (MAEDA, 1995).

A nova Reserva Nacional de Polícia trouxe grandes mudanças para a polícia existente. Era claro que a divisão em quatro distritos tinha como finalidade preencher o vácuo de poder deixado pelas tropas americanas. Em 1951, Yoshida começou a afirmar que o país tinha o direito de autodefesa, apesar de muitas guerras terem sido causadas para este fim. Todavia, Yoshida insistia que a Reserva Nacional de Polícia não previa o rearmamento do país. Para ele, a RNP somente atuaria na manutenção da ordem interna. Tal instituição, ao longo dos anos, transformou-se no que se conhece hoje por Forças de Autodefesa, que são vistas como Forças constitucionais e não representam a remilitarização do Japão, conforme será visto.

ALIANÇA ENTRE JAPÃO E OS ESTADOS UNIDOS: A ORIGEM

Um dos elementos mais fortes dentro da política de defesa do Japão até os dias de hoje é a aliança com os Estados Unidos. Em 2021, o governo japonês ressaltou em seu Livro Branco de Defesa que a aliança com Washington é fundamental para a segurança do arquipélago e, principalmente, para manter os limites constitucionais em relação às Forças de Autodefesa.

Se uma nação planeja atacar o Japão, o agressor deve estar preparado para enfrentar não apenas a capacidade de defesa das Forças de Autodefesa (SDF), mas também a força militar esmagadora dos Estados Unidos, devido à obrigação dos EUA de defender o Japão em caso de um ataque armado. Como resultado, a nação adversária deve reconhecer claramente que sofrerá gravemente se realizar uma invasão, e tais desejos serão abandonados na fase de planejamento. Em outras palavras, isso serve como dissuasão contra ataques. (JAPAN, 2021, tradução nossa).

Dessa forma, é importante analisar como a proximidade entre os dois países foi facilitada pela conjuntura internacional da época.

Próximo ao fim da ocupação, quando os objetivos iniciais já estavam próximos de serem alcançados, Os EUA demonstraram grande receio em relação ao futuro do Japão. A possibilidade de o Japão aliar-se à URSS era temida pelos norte-americanos, que chegaram à conclusão de que o arquipélago não poderia ter um destino independente. Já nessa época, os interesses norte-americanos giravam em torno do papel que o Japão poderia desempenhar no Extremo Oriente, pois a China já se tornara comunista em 1949.

Os acordos que iniciaram as relações Japão-EUA na década de 1950 foram o Acordo de Paz de São Francisco e o Acordo de Segurança Mútua Japão-EUA, ambos assinados em 1951. Após a assinatura do Acordo de São Francisco, que lhe devolveu sua soberania, o Japão assinou um Acordo de Segurança Mútua com os Estados Unidos que foi claramente desigual (PYLE, 2007, p. 234). Por tempo indefinido, o Japão serviria de bases para os EUA como um satélite militar. Além disso, os EUA teriam o direito de intervir internamente em qualquer momento. Ao mesmo tempo, o arquipélago seria protegido pelos EUA e se beneficiaria da dissuasão (nuclear) estendida norte-americana.

Assim, com a assinatura do Tratado de Segurança com os Estados Unidos, o governo japonês enviou um projeto de lei à Dieta (Parlamento) para que a Reserva Nacional e a Força de Segurança Marítima fossem unificadas, e para que as capacidades marítimas e terrestres fossem ampliadas a fim de garantir a segurança do Japão. Nesse contexto, o termo “potencial de guerra” teve seu sentido modificado. Para o governo japonês, o termo se refere à capacidade de fazer uma guerra, e o rearmamento das duas forças não as colocariam nesse potencial. As principais mudanças para a recém-criada Forças de Segurança foram: 1) contingente de 110 mil homens; 2) modelo de educação militar norte-americano (MAEDA, 1995). Em julho de 1952, foi aprovada a criação da Força de Segurança Nacional, englobando a Reserva Nacional e a Força de Segurança Marítima.

A partir da criação das Forças de Segurança Nacional em 1952, o Japão começou a equipar-se, por meio de acordos com os EUA, com materiais pesados, como tanques M4, Caças L-16 e L20, Fragatas Tacoma etc. Em 1953, os Estados Unidos propuseram um novo sistema de parceria com o Japão baseado na *Mutual Security Assurance*. Através do MSA, os EUA ofereceriam ajuda financeira para o Japão ex-

pandir suas Forças de Segurança de 110 mil homens para um exército de 350 mil homens (PYLE, 2007, p. 234). Inicialmente, o Japão não aceitou a proposta alegando que a Constituição não permitiria o aumento proposto pelos Estados Unidos, mas não havia nada na Constituição que mencionasse números.

Após discussão entre as duas partes, foi decidido que o Japão aumentaria suas capacidades defensivas de acordo com seu ritmo econômico, a fim de substituir as tropas norte-americanas. Em janeiro de 1954, Yoshida propôs ao Parlamento a criação da Agência de Defesa e de uma Força Aérea, que seria integrada à Força de Segurança Nacional, gerando as Forças de Autodefesa. No dia 2 de junho de 1954, as leis foram aprovadas. No dia 1 de julho de 1954, a Agência de Defesa foi inaugurada.

A década de 1960 representou um grande salto das Forças de Autodefesa. A partir de 1958, o governo implementou planos de modernização da sua defesa (*Defense Build-up Plans*) que moldaram as Forças de Autodefesa. O Tratado de Segurança com os Estados Unidos foi revisado, eliminando a possibilidade de os Estados Unidos intervirem em assuntos internos, alegando o governo japonês que as Forças de Autodefesa poderiam manter a paz pública sozinhas. Com o crescimento econômico do Japão, as Forças de Autodefesa receberam mais recursos, uma vez que costumava-se limitar os gastos em defesa a uma certa porcentagem (normalmente era 1%) do Produto Interno Bruto (PIB). O avanço econômico do país fez com que o orçamento para as Forças de Autodefesa dobrasse durante a década. Além disso, o sentimento anticomunismo ajudou o governo a justificar os gastos, colocando-se como um aliado importante na luta contra a URSS e seus aliados.

Já a década de 1970 foi marcada por grandes mudanças no Japão, não apenas nas Forças de Autodefesa. A visita de Nixon à China e o choque do petróleo mudaram a visão que o país tinha do mundo. Após a visita de Nixon, a China e o Japão assinaram um acordo de paz e o Japão denunciou os acordos anteriores que reconheciam Taiwan como um Estado soberano. A China deixou de ser a principal ameaça ao Japão, e assim, os gastos das Forças de Autodefesa perderam grandes justificativas. Entretanto, na década de 1970, a União Soviética começou a fortalecer sua Força Naval no Oceano Pacífico, o que

gerou respostas dos Estados Unidos: bases militares foram reforçadas em diversas ilhas do Pacífico, incluindo Okinawa. Pela primeira vez, os Estados Unidos pediram para o Japão proteger as rotas marítimas da região. O Tratado de Segurança Japão-Estados Unidos ganhou uma dimensão e uma profundidade sem precedentes (MAEDA, 1995).

O primeiro choque do petróleo de 1973 afetou bruscamente a economia do Japão. A economia do Japão diminuiu seus índices de crescimento, atingindo sua primeira contração, o que afetou a defesa do país. O crescimento do orçamento de defesa era inviável. O reatamento das relações com a China diminuiu a noção de ameaça, dificultando ainda mais a justificativa dos gastos de defesa. O choque do petróleo também mostrou ao Japão a sua vulnerabilidade. O país era altamente dependente da estabilidade das rotas marítimas. Era necessário proteger o fornecimento de matéria-prima das ameaças soviéticas. Assim, os navios que transportavam petróleo começaram a ser escoltados por navios de guerra, como parte da estratégia antisoviética dos Estados Unidos.

Em 1976, o governo do Japão divulgou um documento chamado *Esboço do Programa de Defesa Nacional (National Defense Program Outline)*, que informava como o país iria desenvolver suas capacidades defensivas. Nesse documento foi lançado o conceito de *Força Básica de Defesa*, a fim de permitir ao Japão a posse do mínimo possível de armamentos para sua defesa como um Estado soberano. Os pontos focados foram: prevenção de invasão; reação a invasões; defesa nacional. Em todos os pontos, o país afirmava que qualquer tentativa de ataque ou invasão seria reprimida, e que a política de defesa do país era possuir uma forte capacidade de defesa com o apoio dos Estados Unidos. Em outras palavras, o conceito de Força Básica para a Defesa tinha como foco a prevenção de invasões ao território japonês por meio da dissuasão (JAPAN, 2011).

De 1958 até 1976, o Japão criou quatro planos de modernização militar para aumentar suas capacidades de defesa. Nesse período, houve grande questionamento em relação à constitucionalidade das Forças de Autodefesa, porém nada foi concluído contra elas. O orçamento destinado à defesa sempre foi em torno de 1% do PIB. Houve tentativa de aumentar o índice na década de 80, mas sem sucesso.

O FIM DA GUERRA FRIA E O NOVO PAPEL DO JAPÃO

Com o fim da Guerra Fria, o Japão foi obrigado a rever sua política de defesa. Sua inabilidade em definir sua participação na Guerra do Golfo fez com que o governo japonês repensasse o papel das Forças de Autodefesa do Japão.

A invasão ao Iraque em dois de agosto de 1990 forçou o país a encarar a realidade do seu status de grande potência econômica pela primeira vez. Para evitar qualquer interferência militar proibida pela Constituição, o Japão propôs aos EUA, que o estava pressionando por ajuda humana, a quantia de 400 milhões de dólares. Esse valor subiu para quatro bilhões de dólares após alguns dias. Como o arquipélago era um dos países que mais compravam petróleo do Oriente Médio, foi questionada a sua posição, mostrando-o como um Estado mesquinho que queria fazer apenas uma contribuição simbólica. Esse valor foi fechado em treze bilhões de dólares. Mesmo após se tornar o segundo maior financiador da Guerra do Golfo, atrás da Arábia Saudita, a imagem da ajuda simbólica e a da “diplomacia do cheque” surgiram e permaneceram (COONEY, 2006, p. 39).

Com a ofensiva terrestre “Tempestade do Deserto” de fevereiro de 1991 aprovada pelas Nações Unidas, o Japão ficou sem saber como agir nessas situações. Assim, aprovou novas leis que regulamentaram o envio das Forças de Autodefesa para o exterior sob a bandeira da ONU. Era preciso apagar a imagem negativa criada com a diplomacia do cheque.

Nesse meio, o *Esboço do Programa de Defesa Nacional* de 1976 não refletia a realidade da nova ordem mundial. As ameaças haviam mudado e o Japão deveria contribuir para a segurança internacional com novas capacidades defensivas. Assim, em 1995 foi lançado o *Novo Esboço do Programa de Defesa Nacional* (conhecido por NNDPO), que incluía em seu escopo as regiões próximas ao Japão e a estabilidade internacional como uma preocupação do país. O NNDPO de 1995 continuou com a noção de Força Básica para a Defesa, porém seus focos são diferentes.

No documento de 1995, o Japão leva em consideração o fim da Guerra Fria, mas evidencia o perigo resultante dela. Novas nações possuíam armas nucleares e a península da Coreia ainda estava instá-

vel. Tudo isso representava uma ameaça ao país. O papel dos Estados Unidos continuou importante na política de defesa do arquipélago, sendo a única garantia contra ameaças nucleares. Nesse documento, o país afirma que qualquer tentativa de agressão ao território deve ser neutralizada pelas Forças de Autodefesa, que serão equipadas de acordo com as ameaças. Nesse sentido, o país mostra uma postura a favor de utilizar sua total capacidade defensiva. Outra novidade do documento de 1995 é a resposta a agressões indiretas. Nesse sentido, o país se reserva o direito de responder a qualquer tentativa de agressão indireta que possa atingir o território japonês, a fim de neutralizá-la em seu estágio inicial. Entretanto, não é explicado o que são as agressões indiretas.

Em 1995, houve uma tentativa do país de mostrar-se responsável pela segurança internacional a fim de apagar a imagem da diplomacia do cheque. Nesse sentido, o Japão se mostra como uma potência incompleta. Seu poder econômico não foi capaz de preencher o espaço do poder militar. Enquanto o arquipélago continuava sem saber como deveria agir no momento pós-guerra fria, seus vizinhos já iniciaram suas modernizações militares, como a China e a Coreia do Norte. O Japão precisaria responder a essas pressões externas. O grande impulso para a mudança de comportamento foi o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001.

PÓS-II DE SETEMBRO DE 2001: O PRETEXTO

É possível verificar que o poder militar abriu espaço para o Japão projetar-se como uma grande potência nas relações internacionais ainda no século XIX. Com o final da Segunda Guerra Mundial, houve o crescimento dos sentimentos antimilitaristas no Japão, que moldaram a política de defesa do arquipélago por várias décadas, como explicam os construtivistas das Relações Internacionais. De modo geral, a corrente explica o comportamento estatal pelas normas e identidades que são socialmente construídas. Berger (1996, p. 318), afirma que a questão está além do debate sistêmico e que se deve analisar o âmbito doméstico. A história fez com que o sentimento antimilitarista fosse institucionalizado na política japonesa, fazendo parte da identidade nacional. A norma antimilitarista, para os construtivis-

tas, é a responsável pela “inatividade” ou “passividade” do Japão nas questões de segurança.⁴

Com o início do novo século, novas ameaças surgiram para o Japão, sendo a Coreia do Norte a principal. O lançamento de um foguete *Taepodong* sobre o Japão em 1998 e os ataques terroristas de 2001 fizeram com que o país mudasse novamente seus conceitos em relação à defesa. Não somente o governo, mas a população começou a abandonar o sentimento antimilitarista e começou a abraçar o nacionalismo, que era liderado pelo popular primeiro-ministro Junichiro Koizumi. Koizumi foi responsável por lançar projetos de leis relacionados à defesa que passaram pela Dieta com grande facilidade. O grande pretexto era o terrorismo, que também tinha como alvo o Japão. Assim, Koizumi manteve e fortaleceu as relações com os Estados Unidos, apoiando a Guerra Contra o Terror nas condições compatíveis com suas leis internas. Mesmo diante da impossibilidade política de reformar o Artigo 9º, membros do governo Koizumi se sentiram livres para abordar temas considerados tabus na política. Abe Shinzo, político próximo a Koizumi, chegou a dar uma palestra a uma universidade sobre a constitucionalidade das armas nucleares, e por conta disso, Fukuda Yasuo, Chefe de Gabinete, afirmou em maio de 2002 que os três princípios não nucleares poderiam ser alterados, dependendo da situação internacional (SHINODA, 2007, p. 105).

Em 2005, ainda sob Koizumi, o país lançou uma nova versão do *Esboço do Programa de Defesa Nacional sob o nome National Defense Program Guideline*. Nesse documento, o país afirma que as formas de dissuasão convencionais não conseguem mais responder às novas ameaças, executadas por atores não-estatais, como grupos terroristas. As ameaças de outros Estados foram nomeadas: Coreia do Norte, com seu programa nuclear, e a China, com a modernização de suas Forças Armadas. As relações com a China, apesar de serem comercialmente boas, foram afetadas pelo excesso de nacionalismo de Koizumi ao visitar o Templo Yasukuni, dedicado a soldados mortos, considerado um ato ofensivo pela China. Segundo o *National Defense Program Guideline*

4 A população até o início do século XX era majoritariamente contra qualquer mudança na Constituição em relação ao Artigo 9º. Atualmente, o debate é aceito com menos “preconceito” e em 2009 foi realizada uma pesquisa pelo jornal Asahi Shinbun, que indicou que mais de 50% dos entrevistados são favoráveis à revisão do texto constitucional do Artigo 9º.

de 2005, a defesa do país seria realizada em conjunto com os Estados Unidos, por conta da questão nuclear. O Japão, de acordo com o documento, não tinha interesse em desenvolver sua própria dissuasão nuclear. Outro ponto importante é a modernização das Forças de Autodefesa: enquanto as áreas de atuação das Forças continuavam aumentando, a população disponível estava diminuindo. Dessa forma, o governo pretendia modernizar as Forças de Autodefesa a fim de torná-las altamente preparadas para qualquer situação (multifuncionais, flexíveis e eficientes). “Na construção de uma Força de Defesa, sem expandir seu tamanho, o Governo do Japão vai otimizar o contingente, os equipamentos e as operações a fim modo de atingir maiores resultados com os limitados recursos que estão disponíveis.” Ainda sobre a modernização, o documento de 2005 previa a construção de um Sistema de Defesa de Mísseis Balísticos, reforço no Sistema de Inteligência, aplicação de alta tecnologia na comunicação, incluindo proteção contra-ataques cibernéticos.

O NACIONALISMO JAPONÊS E A REMILITARIZAÇÃO

Os últimos políticos que assumiram o comando do governo, iniciando com Koizumi, apresentaram uma pauta considerada nacionalista em termos de defesa. Shinzo Abe, que assumiu o governo em duas ocasiões, tornando-se um dos primeiros-ministros que mais tempo permaneceram no cargo, defendia uma nova visão ao Japão em termos internacionais. Para Abe, o Japão deveria reestruturar a sua defesa e deixá-la compatível e dinâmica com as ameaças internacionais, nomeadamente China e Coreia do Norte. É muito importante lembrar que a cooperação com os EUA nunca deixou de ser parte da política de defesa do arquipélago. O que ocorreu é que, em alguns momentos, Tóquio tentou aumentar sua autonomia ao tentar redesenhar os parâmetros da cooperação.

Em 2009, chegou ao poder Yukio Hatoyama, vindo do Partido Democrático do Japão (PDJ) e então oposição, que quebrou a liderança que o Partido Liberal Democrático tinha no Parlamento. Sua principal promessa era retirar as bases militares norte-americanas da ilha de Okinawa, ao Sul do Japão. Ao mesmo tempo, sua política era voltada ao aumento da participação japonesa em assuntos estratégicos,

diminuindo o peso dos Estados Unidos. Hatoyama pregava maior autonomia perante os Estados Unidos, o que o diferenciava de seus antecessores. Hatoyama não teve sucesso em seus planos e renunciou após alguns meses, alegando a perda de confiança e temendo retaliações contra seu partido nas próximas eleições.

Após o fim do governo de Partido Democrático do Japão, o PLD retomou a maioria no Parlamento e esteve apto a indicar seus nomes mais fortes. Um dos principais nomes é Shinzo Abe, um político veterano, que é considerado hoje um dos maiores nacionalistas japoneses. Entre suas declarações, Abe chegou a defender a reforma constitucional para que o artigo 9º fosse formulado ou banido, dando ao Japão a liberdade de estruturar as Forças de Autodefesa conforme as ameaças.

Shinzo Abe⁵, ao retornar em 2012, cria na literatura um novo modelo de política externa para o Japão: a Doutrina Abe. A Doutrina Abe abriu uma fase de mudanças no comportamento japonês em relação ao exterior. Alguns fatores são importantes que ajudaram a fomentar essa política: ascensão da China, menor compromisso dos EUA com a segurança do Japão e ameaças nucleares vindas da Coreia do Norte e baixo prestígio internacional. O último mencionado diz respeito à imagem que o país havia projetado para si nas últimas décadas, em especial na Guerra do Golfo.⁶

Em suma, a Doutrina Abe é considerada uma visão revisionista e nacionalista (o oposto da Doutrina Yoshida) sobre o papel do país no sistema internacional, que encontra no poder militar e no estreitamento de relações com os EUA a forma de buscar maior autonomia na região, diante do dilema de armadilha – abandono⁷ (ENVALL, 2018).

5 Abe se retirou do poder em 2020 por motivos de saúde, e mesmo ser haver uma liderança popular como ele, os seus sucessores Yoshihide Suga (2020-2021) e Fumio Kishida (2021 – até o momento da publicação) foram recebidos com as mesmas expectativas, apesar de o primeiro não ter sido muito expressivo nos termos da Doutrina Abe.

6 Para evitar qualquer interferência militar, o Japão propôs aos EUA, que o estava pressionando por ajuda humana, a quantia de 400 milhões de dólares. Esse valor subiu para quatro bilhões de dólares após alguns dias. Como o arquipélago era um dos países que mais compravam petróleo do Oriente Médio, foi questionada a sua posição, mostrando-o como um Estado mesquinho que queria fazer apenas uma contribuição simbólica. Esse valor foi fechado em treze bilhões de dólares. Mesmo após se tornar o segundo maior financiador da Guerra do Golfo, atrás da Arábia Saudita, a imagem da ajuda simbólica e a da “diplomacia do cheque” surgiram e permaneceram (COONEY, 2006, p. 39).

7 Aliança com os EUA poderia ser uma armadilha, pois colocaria o Japão na mira dos inimigos dos EUA; Da mesma forma, o Japão poderia sofrer abandono pelos EUA nos momentos de necessidade. Ambos os cenários seriam preocupantes.

Mesmo sem o apoio formal para a revisão constitucional, Abe se transformou em um dos políticos mais populares da história do Japão. Outra preocupação era a economia japonesa, que se mostrava estagnada e pouco ativa. Assim, Abe também criou a agenda Abenomics, com possíveis soluções econômicas.⁸

É possível verificar dois possíveis cenários para o futuro do Japão que foram desenvolvidos e publicados pelo autor em publicações anteriores (MIYAMOTO; WATANABE, 2014): o primeiro cenário prevê o Japão se tornando uma grande potência completa e normal, com armas nucleares, diante do crescimento chinês e da falta de comprometimento norte-americano, abrindo uma pequena, porém real chance de abandono. Nesse cenário, os EUA seriam empurrados para fora da região, pois não teriam mais utilidade. Por conta disso, Washington dificilmente aprovaria e evitaria qualquer indício de movimento de Tóquio nesse sentido. Apesar de a Administração Trump defender maior autonomia ao Japão, em especial sobre os custos, as mudanças que iniciaram em 2001 não parecem seguir essa tendência radical, como discursava Abe ao propor as mudanças.

O segundo cenário, que é mais provável, prevê o Japão como uma “potência explosiva”. Nesse caso, a Constituição permaneceria como está, bem como as relações com os EUA. Contudo, o tratado de segurança com Washington não seria fundamental, e Tóquio continuaria expandindo suas capacidades. Em caso de abandono, o Japão poderia realizar a sua própria defesa sendo um poder explosivo, transformando-se em uma grande potência militar com facilidade. O que torna possível esse cenário é o fato de que o Japão já esteja paulatinamente se tornando menos dependente dos EUA, apesar de a aliança ser vista como fundamental. Em relação à China, ela também poderá definir o papel que o Japão terá no futuro. Se decidir relacionar-se com o Japão por meio de tons não amigáveis, o Japão responderá a isso. Se a China mantiver uma relação diplomática relativamente amigável e menos agressiva, o Japão não terá motivos para remilitarizar-se. Surge aí um dilema aos chineses que consideram a aliança Japão-EUA uma ameaça

⁸ A agenda Abenomics é centralizada em três grandes atuações, conhecidas como política das três flechas, fazendo alusão a uma lenda antiga, em que um senhor feudal diz a seus filhos que uma flecha sozinha pode ser quebrada, mas três flechas juntas são inquebráveis, indicando que tais medidas são indissolúveis e complementares. A agenda tem foco nas seguintes medidas: política monetária expansionista, política fiscal flexível e estratégia de crescimento.

ao equilíbrio regional. Se as bases militares dos EUA no Japão ameaçam a China, seria melhor que o Japão não tivesse nenhum tratado com os EUA? De fato, o que impede uma profunda remilitarização pelo Japão é a proteção norte-americana. Sem tal proteção, o Japão certamente se transformará em uma potência militar por necessidade. O que a China iria preferir? (MIYAMOTO; WATANABE, 2014).

Em suma, pode-se verificar que o Japão atual vê nas FAD uma forma de projeção internacional. Pode-se até argumentar que tal projeção internacional tem um viés pacifista, uma vez que procura manter a estabilidade. Nesse caso, pode-se afirmar que há um novo tipo de pacifismo no Japão: o pacifismo coercivo, em que o uso da força é legítimo apenas para manter a estabilidade, aceitando o Japão como um agente importante na manutenção do status-quo. Enquanto os meios diplomáticos derem conta da estabilidade, não haverá necessidade de utilizar a força. Contudo, em outros casos, o Japão poderia agir utilizando a força em nome de um bem universal, a paz. Por isso, as FAD devem estar preparadas. Aparentemente, a população e as elites estão convencidas de que o futuro papel do Japão nas relações internacionais, como uma nação pacífica, seja proteger a estabilidade internacional por meio da coerção. Nesse sentido, o novo pacifismo aceita e incentiva o protagonismo do país na estabilidade internacional. Assim como a Constituição, o pacifismo japonês é adaptável. Mesmo que fatores domésticos e externos tenham “puxado o gatilho” da remilitarização, os fatores externos serão os grandes responsáveis por definir os caminhos futuros do Arquipélago no que diz respeito à sua Defesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segurança no continente asiático passa por diversas interpretações e apresenta diversas variáveis. As grandes potências militares (China, Rússia e EUA) e as novas potências em ascensão buscam encaixar os seus interesses no meio de suas interações, que muitas vezes equivalem a um jogo de soma zero. Os conflitos anteriores, como a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, ainda estão presentes, influenciando as relações diplomáticas e, conseqüentemente, aumentando a tensão do dilema da segurança entre os vizinhos (quanto mais um se arma, maior é a ameaça que representará aos vizinhos, que irão se armar).

O Japão, por ser uma potência econômica e insatisfeita com o seu status internacional, tem um papel fundamental na estabilidade da região, pois, assim como a Coreia do Sul, “convida”, por tempo indeterminado, uma potência externa aliada e, ao mesmo tempo, tem condições financeiras e técnicas para aumentar seu poder militar relativo.

Ao longo da história pós-guerra do Japão, as Forças de Autodefesa ganharam cada vez mais espaço na política de defesa. Por ser, teoricamente, uma Força de Defesa, a Constituição de 1947 atualmente não a proíbe. É importante citar que quando o documento constitucional foi aprovado, nenhuma capacidade defensiva era permitida. Com o crescimento de tensões e o aparecimento de instabilidade da região, o Japão vem adaptando suas Forças de Autodefesa para garantir sua segurança.

Os equipamentos das três Forças de Autodefesa são altamente modernos, fazendo do Japão uma potência militar “secreta” ou “tímida”. Possuem fins apenas defensivos, entretanto, nada as impediriam de iniciar e sustentar um ataque ofensivo. Ainda não há uma clareza sobre as reais competências das Forças de Autodefesa, o que é reconhecido pelo governo japonês:

O uso da força mínima necessária para defender o Japão sob o direito de legítima defesa não está necessariamente confinado aos limites geográficos do território japonês, águas territoriais e espaço aéreo. No entanto, é difícil dar uma definição geral da extensão real em que pode ser usado, pois isso varia de acordo com a situação. (JAPAN, 2021, tradução nossa).

A Constituição mostra que há diferentes formas de lidar com uma possível e lenta remilitarização. O Japão só não tem o *status* de “remilitarizado” porque a Constituição não permite tal denominação. O conceito de “fins defensivos” foi tão modificado que não é possível dizer o que é defensivo e o que é ofensivo. Uma coisa é certa: o revisionismo de Abe em relação à postura do Japão, tanto em termos de política externa, como em termos de política de defesa, abriu um novo paradigma ao país.

Nesse sentido, diante das possibilidades que o Japão tem em conciliar seus interesses e a estabilidade da Ásia, considero que

a situação seja comparada a um *train wreck* (acidente de trem): A situação é a seguinte: dois trens estão nos mesmos trilhos um em direção ao outro. Você sabe que eles vão bater; você não pode evitar o confronto, você só pode vê-lo acontecer. Tudo isso significa que o fortalecimento do Japão acontecerá de alguma forma. Não há nada a fazer para evitá-lo. É previsível, mas inevitável. E, provavelmente, será desastroso para o entorno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, T. Norms, identity, and national security in Germany and Japan. In: KATZENSTEIN, P. (ed.). *The Culture of National Security: norms and identity in world politics*. New York: Columbia University Press, 1996.

BRADLEY, J. *O Cruzeiro Imperial: uma história secreta de império e guerra*. São Paulo: Larousse, 2010.

CARR, E. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Brasília, DF: UnB, 1981.

COONEY, K. *Japan's Foreign Policy since 1945*. Nova York: M.E. Sharpe, 2006.

CUMIN, D.; JOUBERT, J. *Le Japon: puissance nucléaire?* Paris: L'Harmattan, 2003.

DATABASE OF JAPANESE POLITICS AND INTERNATIONAL RELATIONS. *National Defense Program Outline 1976*. Tokyo, 1976. Disponível em: <http://www.ioc.u-tokyo.ac.jp/~worldjpn/documents/texts/docs/19761029.O1E.html>. Acesso em: 3 mar. 2022.

ENVALL, H. D. P. *The "Abe Doctrine": Japan's new regional realism*. International Relations of the Asia-Pacific, 2018.

FOUSE, D. Japan's FY 2005 National Defense Program Outline: new concepts, old compromises. *Asia-Pacific Security Studies*, Honolulu, v. 4, n. 3, p. 1-4, March 2005.

JAPAN. *The Constitution of Japan*. Tokyo, 3 nov. 1946.

JAPAN. *Defense of Japan*. Tokyo, 2011.

JAPAN. *Defense of Japan*. Tokyo, 2021.

KAHN, H. *Japão superpotência*. São Paulo: Melhoramentos, 1970.

KENNEDY, P. *The rise and fall of the Great Powers*. New York: Random House, 1987.

MAEDA, T. *The hidden army: the untold history of Japan's Military Forces*. Chicago: Edition q, 1995.

MILITARY Balance 2011: The annual assessment of global military capabilities and defence economics. London: IISS. 2011.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. *National Defense Program Outline in and after FY 1996*. Tokyo, [199-]. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q&a/ref/6a.html>. Acesso em: 3 mar. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. *National Defense Program Guideline FY 2005*. Tokyo, 2004. Disponível em: https://japan.kantei.go.jp/policy/2004/1210taikou_e.html. Acesso em: 3 mar. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. *National Defense Program Guidelines for FY 2011 and beyond*. Tokyo, 2010. Disponível em: https://japan.kantei.go.jp/kakugikettei/2010/ndpg_e.pdf. Acesso em: 3 mar. 2022.

MIYAMOTO, S; WATANABE, P. D. Towards an uncertain future? The strengthening of Japan's autonomy in Asia-Pacific. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 57, n. 1, p. 98-116, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/D4C6ntzBg9QbcmBzd3RRhQP/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 3 mar. 2022.

PYLE, K. *Japan rising: the resurgence of Japanese power and purpose*. Nova York: Public Affairs, 2007.

SHINODA, T. *Koizumi Diplomacy: Japan's Kantei Approach to Foreign and Defense Affairs*. Seattle: University of Washington Press, 2007.

SHINODA, T. *Contemporary Japanese Politics*. New York: Columbia University Press, 2013.

WALTZ, K. *Realism and International Politics*. New York: Routledge, 2008.

YOSHIDA, S. *Last Meiji Man*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1961.

Crisis Económicas, Pandemia y el Orden Mundial (2007-2021)

Alejandro Simonoff¹

El objetivo de este artículo es analizar cómo los procesos globales que constituyeron nuestro tiempo fueron moldados por crisis económicas, y más recientemente por la pandemia iniciada en 2020. Esta relación podemos rastrearla a lo largo de la historia contemporánea, desde la crisis de 1873, cuando ésta motivó la era imperial europea, y esta a su vez la Primera Guerra Mundial con la llamada gripe “española”, y la crisis de 1929 que promovió el ascenso del nazismo en Alemania y la ruptura del orden de Versalles y la posterior emergencia del mundo bipolar.²

DE LA CRISIS DEL “PETRÓLEO” A LA DE LAS SUBPRIME

Aunque inicialmente subvaluada y reducida al aumento del precio del petróleo, la profundidad de la Crisis de 1973 fue reconocida por diversas perspectivas dado su impacto en el devenir del siglo XX, como las de Eric Hobsbawm para quien marcó el inicio de la era del Derrumbe (HOBSBAWM, 1995), y la de Giovanni Arrighi quien la identificó como el punto de quiebre del siglo americano y el inicio del asiático. (ARRIGHI, 1999).

Este crack desarticuló el mundo de posguerra, ya que liquidó la universalización del Estado de Bienestar y la estructura militarmente

1 Professor de História Geral VI e de Assuntos Problemáticos de História Geral na Faculdade de Ciências Humanas e da Educação da Universidad Nacional de La Plata (UNLP). Partes de este texto são extraídas do livro *La crisis de más de cuarenta años: una historia global reciente* (SIMONOFF, 2021b).

2 De cada uno de estos caos sistémicos, los Estados Unidos fueron avanzando en la escena mundial, y se convirtieron, desde mediados del siglo pasado, en la principal potencia mundial.

bipolar, pero con tres mundos: el occidental y desarrollado, el bloque socialista y el Tercer Mundo como se habían instituido con la derrota del Eje nazi-fascista.

Explicó el ascenso de la “nueva derecha” en el Primer Mundo con sus recetas políticas, económicas y culturales que dinamitaron los contratos sociales de posguerra. Las reformas en el Bloque Oriental tuvieron distintos resultados: la *Perestroika* soviética que reconfiguró a la URSS y su mundo circundante, llegando a su posterior colapso, y las “Cuatro modernizaciones” de Deng Xiaoping en China, con mucha más perdurabilidad. En el caso del mundo periférico y sus diversos modelos de crecimiento (proccidentales, prosoviéticos y nacional-desarrollistas) con diversos impactos, en donde resaltamos los cambios acontecidos en el Oriente con la aparición de la tercera oleada revolucionaria del siglo XX, la revolución iraní y sus consecuencias estratégicas por las intervenciones soviéticas en Afganistán y en el Golfo Pérsico por parte de Estados Unidos. En otras latitudes, como América Latina, se inició un proceso de democratización con imposición de reglas de mercado, luego de la crisis de la deuda de los años ochenta.

La desaparición de la URSS puso fin al mundo bipolar, y se inició una segunda oleada de la democracia de mercado, ahora sobre las antiguas sociedades socialistas. Pero la mayor apertura e integración de la economía no alejó a las crisis, sino que se sucedieron con cierta regularidad desde la periferia, siendo el punto culminante la que tuvo lugar en 2007 en Estados Unidos.

El shock inicial del colapso del mundo bipolar permitió alentar políticas unipolares desde Washington y la extensión de las estrategias neoliberales comenzó a generar resistencias en diversos planos, como se observó en la falta de consenso en el Consejo de Seguridad de Naciones Unidas y la proliferación de propuestas alternativas en diversos lugares del globo, como fue el caso de los gobiernos latinoamericanos durante los primeros momentos del nuevo milenio.

La organización de la economía mundial en la Posguerra Fría provocó exclusión social, y generó opciones políticas irracionales que, en vez de solucionar, potenciaron los problemas. Los Estados se mostraron vulnerables ante una economía que tiene un aspecto virtual, fantasmal que no se detiene ni temporal, ni espacialmente, ya que funciona las 24 horas del día y no reconoce fronteras.

Nuestro mundo lejos del espejismo neoliberal y posthistórico “se volvió más complejo y más peligroso” que el bipolar y cuyas características fueron “todavía peor en el Sur” (RAMONET, 1997, p. 124).

El principal problema que enfrentó ese espejismo fue que no se constituyó un Orden Mundial, porque no existió una unidad política, o un conjunto de ellas, que dirigieran el sistema y ejercieran su hegemonía. Como explicó Giovanni Arrighi (1999, p. 44): “Un Estado dominante ejerce una función hegemónica si dirige el sistema de Estados en la dirección deseada y ello se percibe como la protección del bienestar general. Este tipo de liderazgo es el que hace hegemónico al estado dominante.”

Esta situación hizo muy difícil pensarlo, ya que realidad existió una disputa entre las elites globales por establecer un diseño que osciló entre uno unipolar y otro multipolar. Además, el principal actor del sistema, Estados Unidos, como dijera Stephen Walt en *The Hell of Good intentions* (2018), actuó como si la historia estuviese de su lado y pensó que con su accionar no se iban a desencadenar oposiciones.

Pero la crisis financiera de 2007, cuyo epicentro fue precisamente los Estados Unidos, inicialmente marcó un cambio, ya que los recursos no fluyeron de Sur a Norte, como las anteriores, sino desde las sociedades desarrolladas, ya que rápidamente también se extendió por Europa, a los centros financieros.

Básicamente desde el fin de la confrontación bipolar, Washington ha pretendido erigir un orden unipolar, que solo tuvo cierta eficacia durante un breve periodo a inicios de los años noventa, pero el mundo se reveló como un lugar muy caótico, con nuevas amenazas (estados “bandidos”, competidores potencialmente compatibles, terrorismo internacional, entre otros) que le impidieron cumplir con esos deseos, pero tampoco aun hoy, esta situación aparece definida hacia el multipolarismo que reclaman muchísimos Estados.³

Lejos de parecer un horizonte estable y duradero, el sistema internacional no constituyó un Orden, o Régimen, sino que quedó claro que estamos frente a una larga transición.

La economía norteamericana posee un enorme déficit presupuestario y comercial que hasta ahora había sido financiado, por la compra

³ Es la situación definida por Giovanni Arrighi (2007), como “hegemonía sin dominación”.

de bonos del tesoro por parte de Japón en los ochenta y principios de los noventa y por China después, también por los fondos de inversión que fueron el sector más afectado de la crisis iniciada en 2007.

La divergencia entre la dimensión de economía norteamericana a nivel mundial y su gasto militar resultó central para entender lo que pasa. El crecimiento de este gasto permitió simular la caída del total por la virtual desaparición del gasto social que puso a los deseos de Washington frente a una situación delicada.

A pesar de haber cerrado los frentes abiertos en Afganistán e Irak, productos de las políticas de los últimos tiempos de la confrontación bipolar, más las de la Guerra contra el Terrorismo posterior al 11 de septiembre de 2001, los costos de aquellos han sido elevados para el Economía norteamericana, aunque su mutación hizo imposible un alejamiento de ese tablero geopolítico global.

El resto de los jugadores del escenario mundial tampoco saldrán indemnes. La situación europea y de los mercados emergentes de la periferia no parece ser tampoco la más favorable, ya que muchos de esos fondos que no llegarán para abonar al crecimiento como hasta ahora.

WASHINGTON: ENTRE EL MULTILATERALISMO-UNIPOLARISMO Y EL CRUDO UNIPOLARISMO

A la asunción de Obama Washington tenía una relación tensa con Europa, América Latina poseía amplios márgenes de maniobra y las guerras en Irak y Afganistán drenaban sus recursos e incrementaba su nivel de endeudamiento.⁴ Por ello en la segunda década del nuevo milenio EEUU neutralizó esas tendencias que favorecieron cierto policéntrismo e intentar volver a mantenerse en el centro del esquema de poder mundial.

Llevó adelante una reducción de su presencia militar en aquellos escenarios de Oriente, gracias a un retiro parcial de tropas, pero esto generó otros tipos de problemas, ya que produjeron un vacío de poder y el recrudecimiento de la violencia en esas áreas.

Aunque durante su Secretario de Estado, John Kerry, declaró que la doctrina Monroe había terminado, lo cierto es que por un lado

4 Recién con la llegada de Joe Biden se terminó la ocupación militar estadounidense en ese país, permitiendo el retorno de los talibán al poder.

confinó la autonomía de los países de América de Sur a ese espacio geográfico, por otro estimuló a los países más próximos en la región (Chile, Colombia, México y Perú) a formar la Alianza del Pacífico que le permitió a Washington con ella presentar una alternativa a la hegemonía brasileña que giró en torno del UNASUR y a la bolivariana alrededor del ALBA (MENEZES; BANZATTO, 2016, p. 144).

Una nueva agenda económica internacional fue impulsada por los países del G8⁵ y miembros de una tríada (Estados Unidos Europa Occidental y Japón), que consistía en la ampliación de la comercialización y la incorporación de normas referidas a la competencia, a movimientos de capitales, propiedad intelectual, desregulación laboral, inversiones y cooperación en rubros como energía, medio ambiente, etcétera.

Claramente, esta agenda marcó el cenit de la oleada neoliberal de fines de la Guerra Fría, en donde hubo claramente un avance del poder transnacional sobre el estatal. Esa profundización del modelo neoliberal tuvo un freno por parte del G22 plus que trabó aquellas intenciones en la Cumbre de Cancún de la OMC de 2003.⁶ Esta situación fue registrada e impulsó la ampliación de lo que había sido hasta ese momento el consorcio internacional global, el G8, con la revitalización a fines del mandato de George W. Bush del G20 en un intento de sumar a los emergentes al nuevo concierto global.⁷

5 El G8 nació en 1998 producto de la incorporación de la Federación Rusa al G7. Éste último se remonta a la crisis de 1973, cuando los países más desarrollados de entonces (Estados Unidos, Japón, Alemania Federal, Reino Unido, Francia, Italia y Canadá) decidieron impulsar una alianza informal para responder a los efectos del crack y en la Pos Guerra Fría pretendió dirigir los destinos globales.

6 El G 22 integrado por los principales exportadores de materias primas concentra el 22 % de la producción agrícola mundial y el 70 % de los trabajadores rurales, pudo frenar el acuerdo cerrado sobre los subsidios que tenían Estados Unidos y la Unión Europea para la reunión de Cancún (AMORIN, 2004, p. 36).

7 Originalmente el G20 financiero tuvo su primera reunión en diciembre de 1999 en Berlín como una respuesta a la crisis de fines de los años 90 y cuya aparición estuvo motivada en la necesidad de crear un foro que reconociera a los principales países emergentes, subrepresentados en los organismos multilaterales tradicionales y se lo revitalizó cuando se le otorgó nivel presidencial en 2008. Está constituido por 19 estados (Estados Unidos, Canadá, Francia, Reino Unido, Alemania, Italia, Japón, Federación Rusa, China, Corea del Sur, Indonesia, Australia, Arabia Saudita, India, Sudáfrica, Turquía, México, Brasil y Argentina), el veintavo miembro es la Unión Europea (representada por España). Su presidencia tiene a su cargo la organización del conclave anual y es elegida por un sistema de rotación entre cinco grupos de países, en 2018 le correspondía a Latinoamérica.

Sin embargo, y a diferencia de lo que ocurrió en el G8, el G20 no tuvo el mismo nivel de homogeneidad, y, por ende, fue más difícil establecer políticas comunes. Por ello, la administración de Obama complementó esta estrategia con otra más: la reconstrucción de la agenda OMC Plus a partir de la promoción de los llamados TISA, TTP y TTIP (Acuerdos Transpacífico y Transatlántico), que buscaban imponer los temas bloqueados en 2003. Los “nuevos” principios fueron promovidos por parte del demócrata a través de la estrategia de “pinzas de cangrejo” sobre Beijing, como la denominó el economista Matthew Cooper (COOPER *apud* MONTESA; AZCÁRATE, 2015), con el objetivo de controlar y fijar las reglas del comercio y de las inversiones.

La importancia que ellos tienen para Washington quedó claramente explicitada cuando Obama en la conferencia de prensa conjunta con el Primer Ministro de Singapur, Lee Hsien Looy en agosto de 2016, señaló que Estados Unidos no puede separar su “seguridad” de sus intereses económicos contenidos en tipo de tratados, y que de ellos depende quien manejará el comercio global, si ellos o Beijing (DEUTSCHE WELLE, 2016).

Ante esta situación, las elites sudamericanas tuvieron un cambio de posición en torno al año 2010, y en ello fue importante el rol de algunas organizaciones empresariales, como la FIESP, por ejemplo. La amenaza que aquellos acuerdos cerrasen el acceso a fuentes occidentales de inversiones si no se aceptaban los criterios OMC Plus, los llevó a apoyar esas políticas.

Por otra parte, se evidenciaron problemas estratégicos con implicancias económicas. La decisión norteamericana de poner bajo su lógica las áreas de mayores recursos petroleros y gasíferos produjeron una erogación presupuestaria sin precedentes que significó, durante el mandato de G. W. Bush, la suba del endeudamiento de la economía norteamericana (STIGLITZ; BILMES, 2008).

La llegada del magnate norteamericano a la Casa Blanca significó un quiebre y podemos interpretarla como una vuelta de tuerca del Programa para el Nuevo Siglo Americano, aunque con una situación más compleja para Washington.⁸ Michel Anton el influyente el portavoz y Consejero Adjunto de Seguridad Nacional de Trump, sostuvo que:

8 Ello se expresó también en el alejamiento de la estrategia iniciada por Obama de promocionar acuerdos como el TTP y TTIP y preferir la negociación bilateral.

El establishment [norteamericano] pensó que podría tener un sistema (más o menos) integrado de la OCDE o el Club de las naciones ricas y hacer que funcione en todas partes. Eso nunca fue posible y aun no lo es. El “orden internacional liberal” es mejor llamarlo el “orden liberal de los países ricos” o, si lo prefiere la jerga de la política exterior “orden liberal de funcionamiento básico”. (ANTON, 2017, p. 123).

E interpretó que esa construcción llevada adelante por esa elite: “Era una cuestión muy grande para nuestros estómagos (o dientes) y una confusión de ideología e intereses. Sin embargo, esta expansión no era necesaria para los intereses estadounidenses fundamentales: la paz, la prosperidad, el prestigio.” (ANTON, 2017, p. 124).

A pesar de este diagnóstico aparentemente próximo a las críticas neorrealistas, autores de esta corriente como Stephen Walt (2018b, p. 16-17), declararon: “[...] no hay razón para creer que Trump tenga una comprensión sofisticada de los asuntos exteriores, y mucho menos uno ‘realista’. En cambio, su política exterior es esencialmente una versión caótica, confusa e inepta del enfoque de sus predecesores.”

En ese sentido, Trump bloqueó el funcionamiento de la OMC, que fue otro de los pilares del funcionamiento económico neoliberal y desató una guerra comercial con China (DONNAN, 2017). El abandono de las estrategias OMC Plus generó un vacío que “[...] se ve como una rebaja del compromiso de Washington con Asia que allanan el camino para las ansias expansionistas y hegemónica de China” (FAUS, 2018, p. 3). Ya tiempo antes, cuando el proyecto había sido retirado por Obama como resultado de la elección, el presidente chino planteó en la reunión de APEC de Lima, que podía reemplazar al Transpacífico por el RCEP (JU, 2016).

Sin embargo, este ofrecimiento no sería un simple cambio de actores, sino también de dinámicas u objetivos. Así lo interpretaron, los 11 países restantes del TPP (Australia, Brunéi, Canadá, Chile, Japón, Malasia, México, Nueva Zelanda, Perú, Singapur y Vietnam) que continuaron con el pacto y lo ratificaron en Chile en marzo de 2018, bajo el nombre de Tratado Integral y Progresista de Asociación Transpacífico (CPTTP por su sigla en inglés, o TPP-11), el cual se presentaron como un “motor para superar el proteccionismo” que emergió en el mundo (VENEGAS LOAIZA, 2018).

Por otro lado, la UE llevó adelante una reconstrucción de la triada occidental residual con la firma de un acuerdo con Japón, uno de los ángulos de aquella, la revisión de los tratados de libre comercio con México y Chile, otro con Canadá y el acuerdo con el Mercosur.

La gestión de Donald Trump presentó algunos rasgos aislacionistas, como lo podría refrendar con la retirada de Siria, donde Washington jugó a favor de los intereses de sus dos socios en la región (Arabia Saudita e Israel), y el incremento de la presión sobre el régimen venezolano para reemplazarlo por el opositor Guaidó, donde se mezclaron sus necesidades energéticas con ideas de patio trasero.

En un único plano donde sus pretensiones globales continuaron intactas fue en el plano de la desnuclearización, donde las presiones sobre Corea del Norte e Irán continuaron ejerciéndose, ya que fueron el pilar fundamental de la distribución de poder (PUIG, 1980).

Pero el ascenso de Trump debilitó al núcleo neoliberal occidental, no porque pretenda un camino distinto de desarrollo económico, sino por su impugnación a sus características multilaterales a favor de las bilaterales. Como ha dicho Acharya (2021, p. 12): “Le dio a la globalización un nuevo empujón cuesta abajo, pero no causó ni una desaceleración, ni una reacción contra la globalización neoliberal.”

Reconocemos que existen por lo menos cuatro fenómenos que hemos marginado y que resultan relevantes para comprender el mundo actual: las revueltas árabes, el brexit, la guerra separatista en Ucrania y la crisis migratoria.

El primero de ellos, las revoluciones del jazmín que enarboló como premisa la incorporación del mundo árabe a los logros políticos de la posguerra fría, exigiendo una mayor democratización, resultaron más una promesa que una realidad. Nacidas al calor de la suba de alimentos por la crisis de 2008⁹, la aplicación de la doctrina Obama en la Guerra contra el terrorismo en la cual buscaba conciliar el Islam con los derechos humanos¹⁰ y la utilización de redes sociales como

9 En ese momento, los fondos de inversión se orientaron hacia los commodities que impactaron en los precios de los alimentos en toda la periferia, y el Magreb no fue la excepción. Incluso el hecho que desató toda la revuelta, la inmolación de Mohamed Bouazizi, un joven universitario que subsistía de la venta de productos hortícolas resultó significativo de esta situación.

10 Con la llegada del demócrata existió un cambio en la estrategia de lucha contra el terrorismo, Obama buscó conciliar al islamismo político con los derechos humanos y con ello diferenciarse de George W. Bush. Ello se vio plasmado en su discurso en la Universidad del Cairo el 4 de junio de 2009.

motor de las movilizaciones, sus resultados estuvieron muy por debajo de sus expectativas.¹¹

Los reclamos de mayor democratización quedaron rezagados en una suerte variopinta de resultados, algunos donde internamente se encauzó y otros con intervención externa. En casos como Túnez o Egipto, donde el primero islamizó su carta magna y en el segundo donde fue abortado por un golpe de Estado, primaron los factores propios.¹²

La acción internacional frente a estos acontecimientos podríamos decir que fue hemipléjica, ya que en algunos casos como Yemen o Bahrein tuvieron poco o ningún celo por defender a esos pueblos¹³, mientras que en otros (Libia o Siria) se privilegiaron los intereses de sus socios regionales, volviéndose implacables.¹⁴

La decisión de David Cameron de convocar a un referéndum para definir la situación de Gran Bretaña en la Unión Europea ha generado a partir de su realización una novela de enredos. Su resultado a favor de la salida del mercado regional resultó significativo, ya que mostró las tensiones existentes en esa sociedad sobre su integración al mercado comunitario y mundial y que acercó a las mayorías a un discurso claramente extremistas ante el vacío de propuestas progresistas en la materia.

Tras el triunfo de la Revolución del Maidán¹⁵ que llevó a la salida del presidente pro ruso Víktor Yanukóvich y la llegada de Petro Proshenko en 2014 al gobierno que impulsó un acercamiento con la

11 Los sectores medios que eran el núcleo de las protestas utilizaron su acceso a celulares, Tablet y demás dispositivos digitales para motorizar y darle contenido.

12 El régimen de Mubarak tuvo que enfrentar manifestaciones que se concentraron en la plaza de Tahir y terminaron derrocándolo. La llegada al poder de los Hermanos Musulmanes con Mohamed Morsi como presidente desató un clima de persecución religiosa y cierta tensión en la relación con Israel y los aportes norteamericanos para el ejército. Estos factores contribuyeron a la intervención militar que derrocó al electo jefe de estado e instaló en el poder al general Abdul Al-Sisi.

13 Aquí las masas que reclamaban eran chiitas contra autoridades sunnitas, y ante el temor de la extensión del poder iraní hizo que ellas fueran ignoradas.

14 En ambos casos se enarboló el derecho a proteger, aunque sólo en la situación de Trípoli se logró aval internacional y que terminó con el régimen de Gadafi y produciendo una virtual desaparición del estado. El segundo caso tuvo una acción más decidida de la Federación Rusa en favor de Al Asad que a pesar de la emergencia del Daesh pudo poner fin a la guerra civil tras 8 años de guerra civil.

15 Estos eventos se desarrollaron entre fines de 2013 y principios del año siguiente.

Unión Europea, pero agudizando las tensiones con las regiones rusófonas del país (Donetsk y Lugansk). Rápidamente se inició una escalada de violencia que tomó forma de guerra secesionista, alentadas también por la anexión de la Federación Rusa de Crimea en abril de 2014. Kiev y sus aliados occidentales acusaron a Putin de estar detrás de estos acontecimientos llevando a diversos momentos de tensión entre ellos.¹⁶

Finalmente, la crisis migratoria producto de ese mismo proceso afectó al África subsahariana¹⁷ y otras regiones del planeta, como en Centroamérica y el Caribe¹⁸ fue el promotor principal de estas movilizaciones masivas en sociedades donde las actividades económicas rentables se relacionan con la ilegalidad y la violencia. Pero también contaron con otros elementos, como la guerra civil en Siria que proporcionó millones de personas a la marea humana que huye de sus lugares de origen. O incluso la propia desaparición del estado en Libia proporcionó un corredor hacia el Mediterráneo generando ganancias para organizaciones delictivas o terroristas con el tráfico de personas.

LA LLEGADA DEL SUEÑO CHINO DE XI

Mientras este proceso vino aconteciendo, la gran incógnita la representó China. Es un país que decididamente que está avanzando hacia la cúspide de la pirámide del poder mundial. Mucho de su crecimiento estuvo atado a las actuales condiciones de la economía mundial, y estadounidense en particular. Los capitales llegaban a sus costas para promover la producción industrial, sostenida por un uso

16 En 2022 Rusia inició una intervención a gran escala en Ucrania que se encuentra en proceso al momento de escribir estas líneas.

17 En el Mediterráneo tenemos dos núcleos que generaron estas movilizaciones desde el África subsahariana y Siria. En el primero de los casos la existencia de las guerras civiles endémicas potenciadas por su marginación del nuevo orden económico mundial, aunque la disputa entre Occidente y China podría potenciar su rol de proveedor de recursos energéticos y alimentarios que empujan a miles de personas hacia Europa. En el caso de Siria fundamentalmente la guerra civil es el factor de expulsión de personas hacia países vecinos, como una primera escala, y luego hacia Europa.

18 En el caso de la frontera entre México y Estados Unidos estos movimientos migratorios están impulsados por la desestructuración de sus agriculturas generados por diversos tipos de acuerdos de libre comercio con Washington que convirtieron a países agrícolas en importadores de alimentos. Otro gran expulsor de población en la región es Venezuela producto de la crisis humanitaria que allí se está viviendo.

de la mano de obra intensiva y sumamente barata, que encontró su mercado, por la pérdida de competitividad norteamericana, allí su principal destino exportador. Este comercio bilateral, ampliamente favorable a Beijing, les permitió a éstos generosamente comprar bonos del tesoro norteamericano que ayudaban a financiar su déficit.

El cambio más significativo tras la crisis de 2008 fue que China dejó de ser exclusivamente un proveedor de manufacturas, receptor de inversiones y soporte financiero del déficit norteamericano, por este “desacople” tanto las bases de “chimérica”¹⁹ como las de la globalización crujieron.

Durante el crack, Beijing se sumó, junto al varios países emergentes, al consorcio global ampliado, el G 20, ya que resultaba claro que ya no podía obviarse a estos nuevos actores. Como señalaron Comini y Sanahuja, el G 20:

[...] significó un (tardío) reconocimiento de su nuevo estatus como *rule-markers* globales y puso en evidencia que los emergentes tienen ahora más influencia que en el pasado, puede crear nuevas organizaciones internacionales e incluso desplegar una “gran estrategia” de índole geopolítica. (Sanahuja; Comini, 2018).

Lecturas más críticas como la de Bernard Cassen por ejemplo, calificaron el impulso de este grupo como una estrategia de “cooptación” del G8, para “[...] preservar contra viento y marea el modelo neoliberal a escala planetaria.” (CASSEN, 2009, p. 16).

Sin embargo, las reuniones del G20 tuvieron una tendencia hacia la proclamación de declaraciones vacías, ya que su extensión a los emergentes tuvo como consecuencia una pérdida eficacia a la hora de fijar objetivos para la administración del mundo. Además, ello aconteció en un escenario singular de pérdida de poder norteamericano,

19 Ferguson denominó “Chimérica” al proceso por el cual, gracias al modelo impuesto desde los tiempos de Reagan (acceso a mercaderías baratas y extensión del sistema financiero por endeudamiento para garantizar el consumo norteamericano) y de la “bandada de gansos” del sudeste asiático estimuló la externalización de la producción en China, gracias a mano de obra barata e intensiva y le permitió a Estados Unidos “[...] disfrutar de unos tipos de interés significativamente inferiores a los que hubiera afrontado en otra situación.” (FERGUSON, 2009, p. 356). Si bien este modelo garantizó el consumo, pero trajo problemas estratégicos para Estados Unidos, ya que, China no estaba subordinada a Washington, promoviendo una “bifurcación”, como la denominó Giovanni Arrighi (2007, p. 16).

la entronización de Beijing como potencia alternativa y en conflicto con aquel, el ascenso de fórmulas extremistas en los gobiernos de los países centrales y un retroceso generalizado de aquella organización en el ámbito internacional (SIMONOFF, 2020).

En 2013 Xi Jinping asumió el liderazgo del país y presentó como propuesta de gobierno el denominado “sueño chino” que:

No es otro que hacer próspero y fuerte a nuestro país, revitalizar la nación y llevar felicidad al pueblo. Es un sueño de paz, desarrollo, cooperación y beneficio mutuo, y que tiene muchas cosas en común con todos los sueños hermosos de los pueblos del mundo, incluido el sueño americano. (XI, 2014, p. 345).

Consistió en tres objetivos básicos: reorientar las pautas de crecimiento, atender los problemas ambientales y convertir a China en un país de renta media. El impulso de esta estrategia confirmó el rumbo iniciado desde 2008 contra las bases de “chimérica”, ya que buscó el aumento del consumo interno y diversificó el uso de sus excedentes comerciales, ya que además de comprar bonos del tesoro norteamericano, utilizó sus excedentes para realizar inversiones en infraestructura en el exterior y así garantizar su acceso a alimentos y a energía (SEGURA, 2017).

Con esta nueva posición, Beijing fue afirmando un rol más preponderante en el escenario internacional donde las ambigüedades entre el pragmatismo de los “28 caracteres” y el principismo de los “Cincos Principios de la Coexistencia Pacífica”, se fueron diluyendo a favor de este último.

En realidad, desde la llegada de Hu Juntao al poder, el accionar internacional chino ya estaba caracterizado por el “cierre del Siglo de las Humillaciones” y postuló “el renacimiento de la nación” (MONCADA DURRUTI, 2011, p. 10). Un ejemplo de los efectos de este cambio se observa en el caso de América latina donde la política de pragmatismo, conciliación, estabilidad y no irritar a Washington que había caracterizado desde fines del milenio anterior (TOKATLIÁN, 2008, p. 78-80), estuvo menos atenta al estatus quo y a las preocupaciones norteamericanas.

También lo observamos en la siguiente afirmación del actual Presidente Chino:

Más allá de los cambios en la configuración internacional, hemos de insistir siempre en la igualdad, la democracia, y la inclusividad. Debemos respetar el derecho de los países a elegir su sistema social y camino de desarrollo, y respetar la diversidad de las civilizaciones. Los países, sean grandes o pequeños, poderosos o débiles, pobres o ricos, son miembros por igual de la comunidad internacional. Los asuntos internos de un país los decide su propio pueblo mientras que los asuntos internacionales deberán ser abordados por todas las naciones mediante consultas. (XI, 2014, p. 398).

Su influencia ha crecido aún más, mientras que la crisis disminuyó el alcance occidente, y ubicaron a Beijing en un lugar privilegiado en el escenario internacional para el logro de esos objetivos.

La promoción de la Nueva Ruta de la Seda busca la creación de infraestructura que garantice sus exportaciones como el acceso a materias primas que le permitan consolidar su crecimiento y aumentar su influencia global, como señaló Zelicovich (2018, p. 126):

Esta iniciativa apunta a mejorar la infraestructura regional de transporte terrestre aéreo y marítimo, poniendo el foco en la cantidad y calidad de la conectividad y la comunicación. Para ello se toma en consideración la facilitación del comercio, física y aduanera, y de las inversiones. Se incluye además el intercambio cultural, y el mutuo entendimiento, como mecanismos de reaseguro de esa infraestructura logística transnacional.

Fue presentada como un instrumento estratégico que consiste en la construcción de una ambiciosa red de infraestructura de puertos, ferrocarriles, rutas y aeropuertos que involucra a 68 países con 4.400 millones de personas y el 40 % del PBI global. Como ha dicho Archarya (2021, p. 10):

China está buscando nuevas oportunidades para sí misma liderando la globalización, especialmente en áreas donde tiene fortalezas particulares, como el desarrollo de infraestructura, que es un ingrediente vital de esta nueva globalización.”

Incluso antes del COVID-19, China había prometido un fuerte apoyo al libre comercio y globalización. Ha sido la fuerza detrás de las instituciones que apoyan la nueva dinámica de globalización, como la Iniciativa de la Franja y la Ruta (BRI), el Banco de Infraestructura Asiática (AIIB), y las instituciones de los países BRICS (Brasil, Rusia, India, China y Sudáfrica), como el New Development Bank (NDB), y el Acuerdo de Reserva Contingente (CRA).

Además, Beijing promovió un acuerdo económico, la Asociación Económica Integral Regional (RCEP - Regional Comprehensive Economic Partnership) que busca vincular a China con los países del Sudeste Asiático. Sus reglas son más laxas que los Transpacífico y Transatlántico promovidos por Washington, ya que no incluye cambios en “[...] políticas laborales, ambientales y regulaciones sobre empresas estatales.” (ZELICOVICH, 2018, p. 125). La clave está en los mecanismos de negociación planteados por la potencia asiática, donde la armonía y la complementariedad tienen como trasfondo la aceptación de cierta jerarquía bajo el concepto de *tianxia*²⁰.

LA GUERRA COMERCIAL

La oscilante situación de Washington y el ascenso de Beijing se expresó en el *Documento de Seguridad Nacional* presentado por Trump. Allí se volvió a la idea de competencia no sólo contra China, sino también con Rusia en términos explícitos, rechazando la cooperación con ellos y alejándose de las calificaciones de socios estratégicos utilizados por Clinton u Obama, las llama “competidores” (GARCÍA ENCINA, 2018, p. 6).

Como parte de esta percepción el magnate señaló que en la Organización Mundial de Comercio, los Estados Unidos “no recibe un trato justo” y que “No podemos tolerar más estos abusos comerciales crónicos [interpreta que China abusa del sistema multilateral de comercio e incluso no debería formar parte de él], y no lo vamos a hacer.” (DONNAN, 2017) Como parte de ello la administración republicana bloqueó la cobertura en el comité de apelaciones del organismo, y que

20 Es un concepto tomado de la filosofía neoconfuciana que plantea la construcción de un sistema global sobre la base de la armonía que ha generado un debate en cuanto al alcance de ésta como adhesión voluntario o imposición (SIMONOFF, 2021a).

muchos sospechan que esa en medida realidad apunta a la eliminación de los sistemas de solución de controversias.

Con ello Trump no varió la “bifurcación”, sino que orientó a los Estados Unidos hacia una política más proteccionista que buscaba redefinir el sistema multilateral y profundizó los sesgos unilaterales que afectaron aún más a la alianza occidental.

La presencia china fue visualizada como generadora de situaciones de dependencia con el resto de los países, como lo sostuvo el entonces Secretario de Estado, Mike Pompeo: “Creemos en una alianza estratégica, no en una alianza de dependencia” y aseguró, sin detallar, que Washington ayudará a sus aliados a estar libres de la “coerción o la dominación de un gran poder.” (FAUS, 2018, p. 3).

En consonancia con ello, su antecesor, Rex Tillerson, incluso había llegado a declarar el retorno de la Doctrina Monroe para América Latina tratando de poner un cerco ante el avance de Beijing, pero como sostuvo Juan Gabriel Tokatlián (2018) éste sea “[...] el último intento de restaurar una doctrina obsoleta para lo que ya es y será el siglo XXI.”

La declaración de la Guerra Comercial sinoestadounidense por parte de Trump consistió inicialmente en la suba de aranceles inicialmente de un 25 % para el acero y 10 % para el aluminio que luego se fue extendiendo hacia otros productos. Inmediatamente generó el rechazo en China, pero también de la Unión Europea (UE), aunque existieron excepciones con México y Canadá y otros socios comerciales menores (FERRER, 2018, p. 3).

Algunos analistas llegaron a sostener que esta batalla del acero y el aluminio tuvo un “[...] valor del producto más simbólico que económico.” (FERRER, 2018, p. 3). Apuntó al corazón del votante del presidente norteamericano, aunque como señala Stiglitz (2018, p. 13): “En caso de que la fabricación regrese a EEUU esto no creará empleos en el viejo Cinturón del Oxido. En cambio, los bienes probablemente sean producidos por robots [...]”

Y no dudaron en que:

[...] las firmas chinas se han vuelto más competitivas, los salarios y los estándares ambientales en China han aumentado... Irónicamente, mientras que Trump dice estar velando por los trabajadores industria-

les estadounidense, el verdadero ganador de las negociaciones “exitosas” quizás sea Wall Street. (STIGLITZ, 2018, p. 13).²¹

Además del hecho que como fue señalado el periodista del diario español *El País*, Thiago Ferrer: “Debido al alto nivel de deuda estadounidense y la dependencia de la voluntad de China de comprar bonos del país norteamericano, Estados Unidos no puede luchar realmente contra la competencia China.” (FERRER, 2018, p. 5).

Los efectos de esta guerra comercial se expresaron en el plano multilateral, donde muchos países del Sudeste Asiático aprobaron el TPP11 o CPTPP, e incluso también las negociaciones con el RCEP que concluyeron en noviembre de 2020 (VIDAL LIY, 2020, p. 2). Las diferencias entre estos dos tipos de acuerdos fueron muy marcadas, ya que:

El CPTPP tiene capítulos sobre el trabajo y las empresas estatales que exigen la libertad de asociación, eliminan todas las formas de trabajo forzoso y establecen disciplinas sobre las actividades comerciales de las empresas públicas; mientras que el RCEP (Asociación Económica Integral Regional) no lo hace. Tanto el CPTPP como el RCEP contienen un capítulo sobre comercio electrónico, pero los compromisos asumidos son muy diferentes. (GÓMEZ TAMES, 2021, p. 2).

Pero a pesar de ello, en septiembre de 2021 Beijing pidió ingresar al acuerdo Transpacífico quedando en evidencia que “Estados Unidos muestra que no tiene una estrategia comercial para respaldar su postura militar en la región” del Indo-Pacífico (GÓMEZ TAMES, 2021, p. 2).

PANDEMIA: NACIONALISMO Y DIPLOMACIA DE LAS VACUNAS

Y en medio de este contexto tuvo lugar la Pandemia de COVID 19, la cual como lo ha expresado el historiador británico Adam Tooze en *El apagón*:

21 La Agencia Xinhua informó que los resultados de esta guerra llevaron a la economía norteamericana a reducir su crecimiento “y le costó 245.000 puestos de trabajo” (XINHUA, 2021).

Esta es una verdadera guerra mundial [...]. Las otras guerras mundiales se localizaron en determinados continentes con muy poca participación del resto [...], pero esto afecta a todo el mundo. No es algo localizado. No es una guerra de la que puedas escapar” ... Conviene no olvidarlo: en el registro histórico del capitalismo nunca ha habido un momento en el que cerca del 95% de las economías del mundo sufrieran una brutal contracción simultánea, como ocurrió en el primer semestre de 2020. Más de 3.000 millones de adultos fueron despojados de sus trabajos de la noche a la mañana o empezaron, no sin problemas, a trabajar desde casa. Cerca de 1.600 millones de jóvenes vieron interrumpida de golpe su educación presencial. A ese momento se lo ha denominado Gran Confinamiento. (TOOZE *apud* ESTEFANÍA, 2021).

Y ello desató otro campo de batalla entre los Estados Unidos y China, signado por lo que Richard Haas ha señalado “[...] la seguridad sanitaria no es menos esencial que la seguridad física para el crecimiento económico.” (HAAS, 2021, p. 9)²²

Si bien inicialmente ante la escasez de suministros la actitud de China fue similar a la de las otras potencias (la UE, los Estados Unidos), ya que acumuló “[...] suministros de respiradores, máscaras quirúrgicas y guantes para uso de los propios trabajadores del hospital” (BOLLYKY; BOWN, 2020). Prontamente, junto con Rusia, se involucraron activamente en diplomacia de vacunas, donde “[...] las exportaciones de insumos sanitarios se convirtieron en instrumentos para lograr concesiones políticas y reconfiguraciones geopolíticas favorables.” (PRATT; LEVIN, 2020, p. 2). Actitud que contrastó con las de “Estados Unidos y la UE [que] tardaron en aprovechar plenamente las oportunidades geopolíticas de las vacunas diplomacia o al menos no están dispuestos a hacerlo con la misma presteza y entusiasmo que otros estados [...]” (PRATT; LEVIN, 2020, p. 2).

En el caso de Estados Unidos no solo fue una demora en su estrategia, sino también como Trump manejó la pandemia, como lo sostuvo Francis Fukuyama (2020, p. 27):

²² No todos los autores coincidieron con el impacto que la pandemia tendrá en los asuntos globales, en el caso de John Mearsheimer señaló que esta confrontación “[...] comenzó antes del coronavirus, y el coronavirus no importa mucho.” (MINEMURA, 2020).

Avivó la división en lugar de promover la unidad, politizó la distribución de la ayuda, responsabilizó a los gobernadores de tomar decisiones clave mientras alentaba protestas contra ellos por proteger la salud pública, y atacó a las instituciones internacionales en lugar de galvanizarla.

Además, la administración republicana hizo uso de “[...] la ley de Producción para la Defensa (US Defence Production Act), que privilegia la producción local y restringe la exportación de insumos necesarios para producir vacunas en otros países [...]” (MÚGICA, 2021, p. 13). Para Stephen Walt, Trump representó la peor respuesta, asumiendo las peores características de la autocracia y de la democracia, porque mezcla la opacidad y propaganda con ineficacia sin liderazgo (WALT, 2020).

Estas actitudes entre otras redujeron el lugar de las propuestas multilaterales como el mecanismo COVAX²³, que como lo reflejó el artículo de Ann Usher en *The Lancet*. Allí, se señaló que este mecanismo, más allá de ser una buena idea, resultó insuficiente, ya que se flexibilizaron criterios, como los de igualdad de trato, que atentaron contra los objetivos de conseguir fondos suficientes (USHER, 2021, p. 2322). Tal vez esta situación, como señalaban los neorrealistas, evidenciaba que la cooperación internacional: “[...] es a menudo frágil, ya sea porque los estados temen que otros no cumplan con sus compromisos, temen que la cooperación beneficie a otros más que lo que les beneficia a ellos, o quieran evitar asumir una parte desproporcionada de los costos [...]” (WALT, 2020).

La estrategia de Biden comenzó a variar esta situación, no solo permitiendo exportaciones de insumos y vacunas sino haciendo donaciones:

4 mil millones de dólares -más que cualquier otro país – para la iniciativa Covax de la Organización Mundial de la Salud. Además, envió vacunas a México y Canadá... el demócrata también levantó la prohibición

23 Esta institución fue concebida como un intento “incomparable y ambicioso” de crear un mecanismo para la búsqueda y suministro de vacunas COVID-19 a todos los países del mundo. Es gestionado por GAVI (siglas en inglés de “Alianza Global por las Vacunas e Inmunización”), junto con la Coalición para la Preparación de Innovaciones para Epidemias (Coalition for Epidemic Preparedness Innovations) y la OMS, tiene dos pilares: uno los países de ingresos altos, que pagarían sus propias vacunas, y el otro, 92 países de bajos ingresos, cuyas dosis serían financiadas con ayuda de donantes (USHER, 2021, p. 2322).

de exportación de filtros de vidrios, una medida ordenada por Trump en 2020 que había sido refrendada por el actual presidente apenas asumió. (DARÍO, 2021, p. 34).

Esta administración ha caracterizado su disputa en este campo con China en “[...] la idea de que el virus surgió y se escapó por accidente del Instituto de Virología de Wuhan” para culparla: “Si se llegara a aceptar ampliamente la narrativa de la ‘fuga del laboratorio’, la reputación mundial de China se vería seriamente perjudicada.” (HAAS, 2021, p. 9).

Pero la reacción del nuevo gobierno norteamericano no terminó allí, resultó significativa en la visita a la América Latina Juan González, Director de Asuntos Hemisféricos del Consejo Nacional de Seguridad que calificó a la actitud de Rusia y China en la región como de “mercantilismo”, entendiéndolo como una iniciativa para ganar mayor influencia en la región (LÓPEZ SAN MIGUEL, 2021).

Los demócratas no han abandonado la disputa con China, sino que, a diferencia de Trump, se concentraron en reconstruir el multilateralismo con sus aliados en Asia (AUKUS²⁴, FIVE EYES²⁵, QUAD²⁶) y otros lugares del mundo, y la defensa de los valores como la democracia.

China fue del grupo reducido de países, la mayoría desarrollados, junto a Rusia e India, que contaron tanto con capacidad para descubrir vacunas contra el COVID (Sinovac, Sinopharm y CanSino), como para producirla, cuestión que le permitió exportar a “alrededor del 60% de su producción” (MÚGICA, 2021, p. 12-13).²⁷

Beijing y Moscú (*apud* MÚGICA, 2021, p. 12-13):

24 Es el acrónimo en inglés de Australia, Reino Unido y Estados Unidos, un pacto de seguridad estratégico destinado a defender sus “intereses compartidos” en el Indo-Pacífico” que fue interpretado como un intento de contrarrestar los avances de China (BBC NEWS, 2021). En qué consiste Aukus, el pacto militar anunciado por Estados Unidos, Reino Unido y Australia (y por qué desató la ira de China).

25 Acuerdo de inteligencia que fue firmado por Australia, Canadá, Nueva Zelanda, Reino Unido y Estados Unidos durante la Segunda Guerra Mundial y que aún sigue vigente.

26 Es el nombre con el que es conocido el Diálogo de Seguridad Cuadrilateral que es un foro estratégico informal entre Estados Unidos, Japón, Australia e India que se mantiene mediante cumbres semirregulares, intercambios de información y ejercicios militares entre países miembros (WIKI)

27 Además, China es uno de los dominadores, junto con India, de “[...] los mercados de exportación de genéricos fuera de Occidente.” (PRATT; LEVIN, 2021, p. 2).

Están avanzando en Asia, África, Latinoamérica y aún en el centro y este de Europa, en países como Ucrania, Hungría y Serbia, con acuerdos en los que el componente político tiene un peso importante, ciertamente mayor que el comercial... [Aunque] No se trata de preferencias ideológicas, sino del lugar que se ocupa en la jerarquía de poder internacional.

Según Simon Pratt y Jamie Levin (2020, p. 2), “[...] nuevas filtraciones indican que China exigió cambios en la posición de Paraguay sobre Taiwán y con éxito presionó a Brasil para que abriera su mercado 5G a Huawei como condición previa para recibir las vacunas.” Aunque como indicaron los mismos autores a pesar de que China intentó explotar la pandemia para aislar a Taiwán -territorio que buscan reintegrar al continente bajo la fórmula “un país, dos sistemas” utilizado para los casos de Hong Kong y Macao (DENG,1987, p. 60-61) -, no tuvo éxito (PRATT; LEVIN, 2020, p. 2-3).²⁸

CONCLUSIONES

Si bien la Crisis de 2008 afectó en un primer momento a las economías desarrolladas (Estados Unidos y Europa) y permitió cierto reposicionamiento de la economía emergentes, en una segunda fase se trasladó hacia ellas, y principalmente por una desaceleración del crecimiento chino, y una reacción por parte de Washington donde osciló para recuperar la iniciativa entre fortalecer el multilateralismo y su abandono para garantizar sus intereses.

El resurgimiento de China gracias a las reformas económicas representa un desafío frente a la existencia de un patrón homogeneizado impulsado por los “triunfadores” de la Guerra Fría.

Con respecto a la disputa, tenemos más que certezas, preguntas: si existiría un recambio de liderazgo mundial, cómo, cuando, y a que ritmo, podría ocurrir y cuál será el impacto a los países periféricos.

Y aunque no sabemos si emergerá un nuevo patrón de relaciones internacionales, estamos seguro que este ascenso generará para los

28 En el caso argentino, por ejemplo, China a partir de esta diplomacia del barbijo y las vacunas ha buscado por un lado promocionar su expansión en materia de telefonía y 5G, garantizar, el comercio bilateral a través de la renovación del Swap, como así también explorar instancias de ventas de carnes porcina que ha encontrado cierta resistencia local (GONZÁLEZ, 2020, p. 22).

países del Sur alternativas, ya que China se reclama como un país de ese espacio, y eso podría reflejar una agenda mutuamente beneficiosa, y cómo enfrentar de manera creativa los desafíos que podrían aparecer ante las asimetrías que pudieran desarrollarse.

El mundo es un lugar complejo al que debemos entender con un análisis riguroso que nos permita determinar cuál es su estado real, alejado de la superficialidad reinante.

No nos encontramos frente a una situación fácil de definir, por ello para cerrar, muy provisionalmente estas reflexiones, nos resulta estimulante la tesis del libro más famoso de Paul Kennedy (1988), *Auge y cada de las grandes potencias*, en el cual se estudió los diversos momentos del declive de las naciones rectoras del planeta desde el Siglo XIV. La actividad económica resultó central para este mantener ese estatus, y su expansión generó tantos intereses diversificados que para defenderlos debían incrementar su gasto militar hasta un punto en el que éste afectaba mortalmente a aquella, y venía el declive ¿le habrá llegado el momento a la nación victoriosa de la segunda guerra mundial y la guerra fría? Estamos cerca de saberlo, no se pierda el próximo capítulo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARYA, A. Back to the future or a brave new world? Reflections on how the COVID-19 Pandemic is reshaping globalization. In: WANG, H.; MICHIE, A. (ed.) *Consensus or conflict? China and globalization*. Singapur: Springer, 2021. Rescatado de: https://doi.org/10.1007/978-981-16-5391-9_1. Acceso en: 1 feb. 2022.

AMORIN, C. La nueva multipolaridad triunfa en el comercio internacional. *Clarín*, Buenos Aires, 8 agosto 2004, p. 36.

ANTON, M. America and the Liberal International Order. *American Affairs*, Denville, v. 1, n. 1, p. 113-125, 2017.

ARRIGHI, G. *El largo siglo XX*. Madrid: Akal, 1999.

ARRIGHI, G. *Adam Smith en Pekín: orígenes y fundamentos del siglo XXI*. Madrid: Akal, 2007.

BBC NEWS. En qué Aukus, el pacto militar anunciado por Estados Unidos, Reino Unido y Australia (y por qué destató la ira de China). *BBC News*, [London], 15 Sept. 2021. Mundo. Rescatado de: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-58579238>. Acceso en: 1 feb. 2022.

BOLLYKY, Th.; Bown, C. The tragedy of vaccine nationalism: only cooperation can end the pandemic. *Foreign Affairs*, Clarkstown, v. 99, n, 5, Sept./Oct. 2020. Rescatado de: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-07-27/vaccine-nationalism-pandemic>. Acceso en: 1 feb. 2022.

CASSEN, B. Nuevas coreografías en el ballet de los “G”. *Le Monde Diplomatique*, Edición Argentina, n. 124, p. 16-17, Oct. 2009,

DARÍO, L. Estados Unidos sale a la cancha de la diplomacia de las vacunas. *Perfil*, Cidade Autónoma de Buenos Aires, 18 abr. 2021, p. 34.

DENG, X. *Problemas fundamentales de la China de hoy*. Beijing: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1987.

DEUTSCHE WELLE. Obama reafirma su compromiso con el acuerdo comercial TPP, *Deutsche Welle*, Bonn, 3 agosto 2016. Rescatado de: <https://www.dw.com/es/obama-reafirma-su-compromiso-con-el-acuerdo-comercial-tpp/a-19445157>. Acceso en: 1 feb. 2022.

DONNAN, S. Trump cuestiona a la OMC y le provoca una crisis de identidad. *El Cronista*, Cidade Autónoma de Buenos Aires, 11 dic. 2017. Rescatado de: <https://www.cronista.com/financialtimes/Trump-cuestiona-a-la-OMC-y-le-provoca-una-crisis-de-identidad-20171211-0014.html>. Acceso en: 1 feb. 2022.

ESTEFANÍA, J. De la Gran Recesión al Gran Confinamiento. *El País*, [Madrid], 9 oct. 2021. Rescatado de: <https://elpais.com/babelia/2021-10-09/de-la-gran-recesion-al-gran-confinamiento.html>. Acceso en: 1 feb. 2022.

FAUS, J. Estados Unidos avisa a China de que se opondrá a cualquier intento de dominio de Asia. *El País*, [Madrid], 31 jul. 2018, p. 3-4.

FERGUSON, N. *Historia del dinero*. Buenos Aires: Debate, 2009.

FERRER, T. Tambores de acero para una guerra comercial. *El País*, [Madrid], 18 mar. 2018, p. 2-5. (Negocios).

FUKUYAMA, F. The pandemic and political order. *Foreign Affairs*, CLARKSTOWN, v. 99, n. 4, Jul./Aug. 2020. Rescatado de: www.foreignaffairs.com/articles/world/2020-06-09/pandemic-and-political-order. Acceso en: 1 feb. 2022.

GARCÍA ENCINA, C. *La estrategia de seguridad nacional de la administración Trump*. Real Instituto El Cano: Madrid, 2018. (Documento de trabajo, 6/2018). Rescatado de: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/1501f628-9e3e-4b15-ade7-e61caf475af9/DT-6-2018-GarciaEncina-Estrategia-de-Seguridad-Nacional-Administracion-Trump.pdf>. Acceso en: 1 feb. 2022.

GÓMEZ TAMEZ, A. China quiere entrar al CPTPP, EE. UU. lo puede impedir. *Revista Industria Digital CONCAMIN*, Ciudad de Mexico, 4 oct. 2021. Rescatado de: <http://revistaindustria.com.mx/noticias/china-quiere-entrar-al-cptpp-ee-uu-lo-puede-impedir/>. Acceso en: 1 feb. 2022.

GONZÁLEZ, J. L. Relaciones Carnales II. *Noticias*, v. 30, n. 2277, p. 20-25, 14 agosto 2020.

HAAS, R. Ni murciélagos, ni pangolín: el virus se habría fugado de un laboratorio chino. *Revista de Cultura*, Cidade Autónoma de Buenos Aires, v. 28, n. 923, p. 9, 5 jun. 2021.

HOBBSAWM, E. *El siglo XX*. Barcelona: Crítica, 1995.

JU, P. Discurso inaugural de presidente chino en cumbre empresarial de APEC es muy elogiado. *Xinhua*, Beijing, 22 nov. 2016. Rescatado de: http://spanish.xinhuanet.com/2016-11/22/c_135847809.htm. Acceso en: 1 feb. 2022.

KENNEDY, P. *Auge y caída de las grandes potencias*. Madrid: Plaza y Janés, 1988.

LÓPEZ SAN MIGUEL, M. Las definiciones del enviado de Biden, Juan González, sobre el FMI y las vacunas. *Página/12*, Cidade Autónoma de Buenos Aires, 14 abr. 2021. Rescatado de: <https://www.pagina12.com.ar/335666-las-definiciones-del-enviado-de-biden-juan-gonzalez-sobre-el>. Acceso en: 1 feb. 2022.

MENEZES, R. G.; BANZATTO, A. P. A. Brasil e Aliança do Pacífico: resistência, aproximação e acomodação. *Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe*, [Buenos Aires], v. 13, p. 133-146, 2016.

MINEMURA, K. Interview/ John Mearsheimer: U.S.-China rift runs real risk of escalating into a nuclear war. *The Asahi Shimbun*, [Osaka], 17 Aug. 2020. Rescatado de: <https://www.asahi.com/ajw/articles/13629071>. Acceso en: 1 feb. 2022.

MONCADA DURRUTI, M. *Visión del mundo exterior de las cuatro generaciones de líderes políticos de la República Popular de China: evolución histórica y conceptual.*, Barcelona, jun. 2011. (Documentos CIDOB-Asia 27). p. 1-14.

MONTESA, F.; AZCÁRATE, B. Una OTAN de la economía. *Le Monde Diplomatique*, [Madrid], n. 240, oct. 2015. Rescatado de: www.monde-diplomatique.es/?url=articulo/0000856412872168186811102294251000/?articulo=763f1dd55fb741028da9626d903f5403. Acceso en: 1 feb. 2022.

MÚGICA, T. Vacunas y poder. *El Estadista*, ed. 200, p. 12-13, 29 mar. 2021.

NYE, J. S. China y el síndrome del sonámbulo. *Clarín*, Buenos Aires, nov. 2021, p. 221.

PRATT, S.; LEVIN, J. Vaccines Will Shape the New Geopolitical Order. The gulf between haves and have-nots is only growing. *Foreign Policy*, Washington, DC, 29 Apr. 2020. Rescatado de: <https://foreignpolicy.com/2021/04/29/vaccine-geopolitics-diplomacy-israel-russia-china/#>. Acceso en: 27 maio 2021.

PUIG, J. C. *Doctrinas internacionales y autonomía latinoamericana*. Caracas: Universidad Simón Bolívar, 1980.

RAMONET, I. *Géopolitique du Chaos*. Paris: Galilée, 1997.

SANAHUJA, J. A.; COMINI, N. Las nuevas derechas latinoamericanas frente a una globalización en crisis. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 275, maio/jun. 2018. Rescatado de: <https://nuso.org/articulo/las-nuevas-derechas-latinoamericanas-frente-globalizacion-en-crisis/>. Acceso en: 1 feb. 2022.

SEGURA, A. China no sabe cómo alimentar a todos sus ciudadanos. *La Vanguardia*, Barcelona, 8 jun. 2017. Rescatado de: <https://www.lavanguardia.com/comer/tendencias/20170608/423242625438/china-no-sabe-como-alimentar-a-todos-sus-ciudadanos.html>. Acceso en: 1 feb. 2022.

SIMONOFF, A. El Nuevo Orden Mundial entre los deseos y las realidades. *Revista de Estudios Internacionales*, Buenos Aires, v. 2, n. 1, p. 28-43, enero/jun. 2020.

SIMONOFF, A. Autonomía y Tianxia como conceptualizaciones conosureñas y chinas de las Relaciones Internacionales. En: Staiano, M. F.; Molina Medina, N. *El Centenario del Partido Comunista de China (1921-2021)*. Mérida: Asociación Venezolana de Estudios sobre China; Centro de Estudios de África, Asia y Diásporas Latinoamericanas y Caribeñas “Dr. José Manuel Briceño Monzillo”; Universidad de Los Andes y Centro de Estudios Chinos; Instituto de Relaciones Internacionales; Universidad Nacional de La Plata, 2021a. p. 475-495.

SIMONOFF, A. *La crisis de más de cuarenta años: una historia global reciente*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata/Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2021b. Recuperado de: <https://libros.fahce.unlp.edu.ar/index.php/libros/catalog/book/185La%20Plata>. Acceso en: 1 feb. 2022.

STIGLITZ, J. La confusión comercial de Trump. *El País*, [Madrid], 23 abr. 2018, p. 13.

STIGLITZ, J.; BILMES, L. *La guerra de los tres billones de dólares*. México: Taurus, 2008.

TOKATLIÁN, J. G. Una mirada desde América Latina. En: Paz, G.; Roett, R. *La presencia China en el hemisferio occidental: consecuencias para América Latina y Estados Unidos*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2008. p. 77-116.

TOKATLIÁN, J. G. Tillerson y la nostalgia monroísta. *Página/12*, Cidade Autónoma de Buenos Aires, 14 feb. 2018. Rescatado de: <https://www.pagina12.com.ar/95368-tillerson-y-la-nostalgia-monroista>. Acceso en: 1 feb. 2022.

USHER, A. D. A beautiful idea: how COVAX has fallen short. *The Lancet*, London, v. 397, p. 2322-2325, 19 June 2021.

VENEGAS LOAIZA, A. Hoy se firmará el nuevo Tratado Transpacífico sin la participación de Estados Unidos. *La República*, Bogotá, 8 marzo 2018, p. 1.

VIDAL LIY, M. China y otros 14 países firman el mayor acuerdo comercial del mundo. *El País*, [Madrid], 15 nov. 2020. Rescatado de: <https://elpais.com/internacional/2020-11-15/china-y-otros-14-paises-firman-el-mayor-acuerdo-comercial-del-mundo.html>. Acceso en: 1 feb. 2022.

WALT, S. *The hell of good intentions: America's foreign policy elite and the decline of U.S. primacy*. Farrar: Straus and Giroux, 2018.

WALT, S. The Realist's Guide to the Coronavirus outbreak. *Foreign Policy*, Washington, DC, 9 marzo 2020. Rescatado de: <https://foreignpolicy.com/2020/03/09/coronavirus-economy-globalization-virus-icu-realism/>. Acceso en: 1 feb. 2022.

XI, J. *La gobernación y administración de China*. Beijing: Ediciones de Lenguas Extranjeras, 2014.

XINHUA. Guerra comercial de Trump contra China fue fracaso en todos sentidos, según artículo Axios. *Xinhua*, Washington,

DC, 2 marzo 2021. Rescatado de: http://spanish.xinhuanet.com/2021-02/03/c_139718436.htm. Acceso en: 1 feb. 2022.

ZELICOVICH, J. China, los tratados de libre comercio y la gobernanza global del comercio internacional en el siglo XXI. *Estudos Internacionais*, Belo Horizonte, v. 4, n. 3, p. 113-129, 2018.

Idealismo, Realismo, Neorrealismo, Dependência, Racionalismo, Liberalismo, Neoliberalismo e Construtivismo do entre Guerras ao Pós-Guerra Fria

Augusto Zanetti¹

Os paradigmas das Relações Internacionais são constructos teóricos criados com o objetivo de melhor apreender a realidade transnacional à semelhança dos “tipos ideais” weberianos moldados com o intuito de esquadrihar o fenômeno social configurado, por exemplo, pela estrutura organizativa burocrática (COHN, 1979; WEBER, 1999). Assim sendo, são reduções eidéticas, que exageram certos traços distintivos das práticas sociais analisadas, identificando seus componentes básicos e conseqüentemente negligenciando, matizamentos, nuances e especificidades, uma vez que se mantêm, preferencialmente, limitados a reter os traços mais peculiares e relevantes da temática estudada. Nesse sentido, os procedimentos teóricos das Relações Internacionais, tais como o idealismo, liberalismo, racionalismo, realismo, neoliberalismo e neorrealismo, a teoria da dependência, bem como construtivismo são apenas esteios orienta-

1 Cursou Disciplinas Econômicas e Sociais (DES) na Itália, Università Commerciale Luigi Bocconi (Milão). É graduado em História pela USP, instituição na qual realizou seu mestrado em que discute o tema da organização do trabalho tal como figura na revista italiana: *L'Organizzazione Scientifica del Lavoro* (1927-1943). A tese de doutorado, em História Social, foi realizada na UNICAMP. Nela prosseguiu suas investigações sobre a racionalização do trabalho, abordando a introdução do Taylorismo no Brasil e a personagem que a historiografia frequentemente associa a esta temática: o engenheiro Roberto Mange. Atualmente é professor de Relações Internacionais da UNESP - Franca, desenvolve linhas de pesquisas enfocando a organização do trabalho, mudanças tecnológicas e no seu sentido amplo o mundo do trabalho, que abrange as pequenas e médias empresas de gestão familiar (no Brasil e no nordeste da Itália) no âmbito do MERCOSUL. Estuda, ainda, os processos de integração regional, com ênfase no MERCOSUL, e as relações comerciais internacionais.

dores de investigações cuidadosas, que oferecem cooperação indispensável na busca da natureza intrínseca de um objeto histórico social e de seus componentes absolutamente necessários e invariáveis que o tornam o que ele de fato é (NOGUEIRA; MESSARI, 2005) A dimensão modelar paradigmática das teorias das Relações Internacionais a torna, portanto, suscetível a reparos e impasses no transcurso do exame atento de um evento que transcende os limites das formações sociais nacionais. Tal constatação não seria, no entanto, um obstáculo impeditivo a geração do saber no campo das Relações Internacionais e, assim sendo das humanidades, porquanto estas se encontrem situadas em uma esfera diferente daquela onde se albergam as ciências da natureza. A antroposfera que acolhe as ciências do homem estão atravessadas pela ação humana constituída por imprevisibilidades e situações insólitas, pois estão submetidas a criatividade e originalidade humana (COTRIM, 2005). A bioesfera, que abrange a natureza, por seu lado, recobre um mundo dominado por leis, que asseguram fenômenos reproduzidos continuamente, comportam previsões exatas, ainda que sob o aspecto não apenas da física mecânica, mas da quântica e da teoria das probabilidades ocorra a interferência do sujeito no objeto observado e, uma certa, mesmo que limitada indeterminação sobre os resultados alcançados. No entender do físico Werner K. Heisenberg, criador da mecânica quântica e do princípio da incerteza: o espectador compõe a experiência da observação (BASSALO; CARUSO, 2014). Esse é o motivo que incentiva, o pesquisador apresentar e debater as conclusões de seus estudos diante da comunidade científica ao reparo das opiniões, da “doxa” e da falta de rigor e comprovação bem fundamentada. Se soluções definitivas para muitos problemas apresentados carecem de uma resposta conclusiva, isso não quer dizer que devemos abandonar à busca da verdade.

Não há dúvida que seja difícil, no domínio das ciências humanas manter o devido distanciamento, esfriando o ímpeto das visões de mundo, pensando contra nossas conveniências sociais, desmontando o discurso ideológico; nos postando no interior de certos cânones instaurados nos quadros do rigor científico e na intenção de guiar o exame de singulares acontecimentos sociais sob o prisma da busca conhecimento mesmo que este se apresente como efêmero e frequen-

temente questionado por inovadoras abordagens assentadas em fontes inexploradas ou interpretações desconsideradas (STRAUSS, 1996).

Os fundamentos analíticos configurados nas vestes dos paradigmas das Relações Internacionais ou as teorias produzidas a partir de observações ancoradas na produção analítica tecida no transcurso histórico, apresentam lacunas e reiterados equívocos expressos, na impossibilidade de dar conta das singularidades dos episódios sociais atípicos e complexos resultantes das múltiplas variáveis dependentes ou independentes (GUIMARAES, 2021). E as interpretações que as teorias reiteram conservam sempre os mesmos esquemas consagrados, de forma que a saída abrigue a chegada: o ato inaugural da pesquisa já encerre seu fim. A adesão ao “*déjà vu*”, ao lugar comum, a inércia cumpliciada com temor de ousar e a reprodução do Mesmo, compromete a investigação séria e descompromissada. Face esta ameaça, alguns analistas optam por se afastar dessas teorias das Relações Internacionais, preferindo excluí-las de suas perquirições, explicitando, por conseguinte, sua vulnerabilidade e indicando sua inaderência à realidade examinada. Nesses termos, se por um lado há uma adesão plena e acrítica a um certo aparato teórico obliterando e ignorando que este encerra reticências, bem como que abrigue a renúncia à apreensão de modulações e variantes, paralelamente sua completa rejeição formula e implementa uma postura contrária a qualquer método ou dispositivo teórico de qualquer matiz, embora sub-repticiamente ocorra uma evidente adoção a um aprazado juízo e posicionamento conceitual e epistêmico de nenhum modo integralmente explicitado (KUHN, 2017; FEYERABEN, 2011).

Neste artigo, fundamentado em estudos realizados no campo do exame da Política Externa Brasileira (OLIVEIRA, H. A., 2005; ZANETTI, 2016, 2018; RAMAZZINI; FARIAS, 2021; BECARD, 2009), pretendo resgatar a temporalidade dos denominados paradigmas das Relações Internacionais e o aparato conceitual teórico que abrigam, no contexto dos Grandes Temas de Política Internacional dos séculos XX e XXI, reconhecendo, que apesar de suas inconsistências à luz do multivariado conjunto de elementos ignorados, eles reiteram o substrato epistêmico que alicerça inúmeras análises desenvolvidas durante período histórico em tela. Ademais, tenciono como já fizeram muitos outros estudiosos recuperar a historicidade das Relações Internacionais,

rompendo com os marcos cronológicos tradicionais que estabelecem sua gênese (ANDREATTA; CLEMENTI; COLOMBO; ARCHIBUGI; PARSI, 2012). É recorrente em manuais e textos de divulgação repetir que as Relações Internacionais como as conhecemos até nossos dias se originaram das negociações de paz desenvolvidas no período posterior ao fim da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), os denominados Tratados e a Paz de Westfalia (1648). Assim sendo, tal fato histórico teria instaurado o estatuto da soberania e da territorialidade que, em conjunto com um povo e uma cultura, estabeleceram a definição atribuída ao Estado (EUZET, 2004; ROMANO, 2008; ABERNETHY, 2002).

Resulta dessa reconstituição histórica que o nascimento das Relações Internacionais, em sua configuração prefigurada no século XVII e mantida até o presente momento, coincide com formação dos Estados; muito embora estes ostentem à época uma insuficientemente ligação com os delineamentos essenciais desenhados pela invenção das tradições e o invólucro da nacionalidade ainda esteja ausente, como bem assevera Eric Hobsbawn, nos textos *Nações e Nacionalismos e a Invenção das Tradições*. Há, com efeito, uma dimensão das Relações Internacionais anterior ao Estado Moderno, explicitado no conjunto da bibliografia vinculada a esta temática que se debruça sobre sua gênese, tal como emerge em um celebrado texto lido na perspectiva das lides bélicas, que aparentemente privilegia a abordagem da Defesa e a Segurança, a chamada história militar, mas que na verdade propõem um enfoque orientado no sentido de enfatizar as regras constitutivas do saber histórico, a importância do controle eficiente das fontes diretas e indiretas, visando o resgate da memória e, conseqüentemente, o expurgo nesse processo da narrativa mítica lendária e das fabulações (PIRES, 2006).

Por outro lado, cabe salientar, que as Relações Internacionais não se originaram em um *locus* territorial determinado situado no hemisfério ocidental, inúmeros escritos demonstram sua difusão por diferentes quadrantes do globo. Por certo seria um grave equívoco, já criticado, pensar que o arsenal teórico das Relações Internacionais tenha sido engendrado a partir do ocidente no bojo do período delimitado pelo fim da Primeira Guerra Mundial (1918-1945) e o transcurso da Guerra Fria (1947-1991) (GULLO, 2018). Mormente porque, algumas formulações teóricas que propiciaram a constituição de

paradigmas singulares, a exemplo da dependência, afloraram em formações sócio nacionais localizadas em países do denominado terceiro mundo ou periféricos

De todo modo é preciso frisar que, embora as teorias das Relações Internacionais tenham surgido nos chamados países hegemônicos, na segunda metade do século passado, elas passaram a ser pensadas e reelaboradas em centros do saber externos ao centro difusor, em polos produtores do conhecimento destituídos de proeminência, nos quais as conceituações analíticas empreendidas externamente eram interpretadas sob outros viés, revelando que abrigavam um hiato entre o que era proposto e praticado, entre o dizer e o fazer. Tudo isso era claramente observado na natureza inerente do paradigma liberal e seu “*aggionamento*”, qual seja a vertente retocada que se patenteou intensamente na década de oitenta do século passado, em concomitância com a crise do “*Well fare State*” (1973), o fim da Guerra Fria (1947-1991), associada à implosão da URSS, e a nova política econômica chinesa sob a liderança de Deng Xiaoping (1978-1992), o homem que pôs a China na cena do século XXI (MARTI, 2021).

A HISTORICIDADE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As Relações Internacionais não são uma realidade Contemporânea. O aparato teórico que as estuda não apresenta traços de coincidência com elas, tanto do ponto de vista histórico, quanto no que diz respeito às suas áreas temáticas. As Relações Internacionais em uma primeira aproximação são historicamente recorrentes no que tange: clãs, povos, impérios ou Estados. Elas se desenvolveram no contexto dos Grandes Reinos do Antigo Oriente, Polis Gregas, Roma (Monarquia, República e Império, este último entendido enquanto dilatação territorial, a delimitação e defesa das fronteiras), Cartago, no decorrer das Guerras Púnicas e entre Reinos Chineses (VEYNE, 2015). Por outro lado, elas passam a ser desenhadas mediante uma proposição sempre reiterada de sua gênese remetida ao advento dos Estados territoriais, já dotados de uma embrionária soberania, em um primeiro momento em escala europeia e depois Mundial, com o advento do sistema dos Estados italianos da segunda metade do século XV (KRIPPENOFF, 1979). Assim sendo, a história das Relações Internacionais oculta sua mais

longínqua linhagem, na qual estas assumiram específicos enredos protagonizados pelas Cidades-Estados, Impérios e por último pelos Estados Nacionais. A obra intitulada *A Guerra do Peloponeso* da coleção dos grandes pensadores das Relações Internacionais organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão, órgão vinculado ao Itamaraty, de autoria do historiador grego Tucídides atesta a mais antiga epifania das Relações Internacionais. Ela não aborda apenas o conflito que coloca frente a frente duas Cidades Estados gregas, bem como a noção de hegemonia e o fenômeno contumaz da ascensão e a queda das grandes potências, mas inaugura a definição de história, que em grego clássico designa: investigação e pesquisa (PIRES, 2006). As Relações Internacionais pensadas em sua origem, mais do que no seu início, são contemporâneas ao advento da história, enquanto inquérito que acolhe testemunhos diretos e indiretos, comprovados mediante um rigoroso controle das versões escoimados de fabulações, lendas míticas, falas e fontes falsas e ilegítimas presentes no texto poético de Homero e até mesmo, persistindo, nos escritos de Heródoto. É com Tucídides que a crítica aos registros recolhidos e consultados adquire importância fulcral. As Relações Internacionais, ainda que imediatamente interligadas aos conflitos bélicos, florescem em um terreno no qual surgem os centros urbanos, o exercício do debate político, o teatro, a história e as transações comerciais, em suma, a emergência de uma racionalidade na qual deixaram de vicejar os mitos, embora estes continuassem a persistir nas sociedades gregas da Antiguidade; em um período no qual floresce a pesquisa e a investigação que subsidia o inquérito jurídico exercido nos tribunais (TUCÍDIDES, 1987).

Mas, ainda que seja possível confirmar uma continuidade das Relações Internacionais na história, desde o advento dos reinos Mesopotâmicos, entre os quais assume destaque o Sumério, onde para alguns historiadores a história teria iniciado, cabe reconhecer que elas sofreram modificações radicais até o presente momento, que as tornaram incompatíveis com sua natureza primordial e, fundamentalmente, em decorrência da característica singular dos atores, cenários e entidades que integram um determinado sistema (GILPIN, 1981).

A partir da Baixa Idade Média, ocorre o fenômeno da formação dos Estados Medievais e, em seguida, os Absolutistas que implementam uma convivência internacional oposta àquela existente durante

a vigência dos Impérios da Antiguidade (Sumério, Egípcio, Persa, Assírio, Babilônico e outros mais), com as Cidades Estados (Atenas, Esparta, Tebas e Roma) ou, ainda, com as Cidades Estados Maia, o Reino Astecas, o Império Inca, os Reinos Chineses e Japoneses (BONANATE; AMAO; TUCCARI, 1997). Uns e outros podem possuir a mesma estrutura institucional, a mesma noção definidora da esfera política no campo interno e internacional, entretanto, a presença das Relações Internacionais pressupõe unidades políticas que em determinado grau se diferenciarem no aspecto endógeno e exógeno (SINGER; ARAUJO; BELINELLI, 2021). Sem uma territorialidade circunscrita, as Relações Internacionais não poderiam subsistir, é inquestionável que sejam delineadas fronteiras instauradas mediante tratados consensuais, e que ao invés da fidelidade exclusiva a um governante, seja respeitado o específico conceito moderno de soberania; vale dizer a vinculação das camadas sociais e suas fracções a uma rede de fidelidades múltiplas e sobrepostas ou acordadas, em virtude de sua legitimidade, remetidas a uma fonte de autoridade. Irrompe, nesse contexto, a combinação do universalismo e do individualismo explicitado na Baixa Idade Média com a formação do Estado português e espanhol. A superação do particularismo de um ordenamento espacial limitado, malgrado abrangesse o dobro do tamanho da França, como era o caso do Império Inca, não permitiu discernir o plano interno e internacional, manifestado de forma pioneira na constituição do Estado português e espanhol e, em seguida no tocante do francês, inglês e dos Países Baixos. Com o advento destas formações sociais, ainda não totalmente modeladas no interior dos marcos da nacionalidade, constata-se a presença do outro e de si, em sentido político, dois ambientes sociais distintos e complementares: a esfera endógena e a exógena (PANE-BIANCO, 1992).

RELAÇÕES INTERACIONAIS E TEORIAS

A efetiva constituição das Relações Internacionais contemporâneas está intimamente vinculada as “polis” ou as “urbes” no que tange a experiência histórica da Baixa Idade Média, durante a qual renasceram (1066-1453) e na Idade Moderna (1453 -1779).

Por sua vez, a sistemática teórica acadêmica das Relações Internacionais não abarca a mesma situação vivenciada por elas e sua história.

Há no interior dela uma reflexão política, jurídica, diplomática e filosófica que sempre acompanhou a realidade da Política Internacional. Pois, como é sobejamente conhecido, cada modelo histórico das Relações Internacionais teve seus próprios intérpretes, a exemplo do sistema das Pólis gregas, Tucídides, Xenofontes; das cidades italianas como Florença, Maquiavel e Guicciardini; o europeu do século XVIII Hume, Grócio, de Vattel e Heeren. Contudo, vale sublinhar as teorias das Relações Internacionais é uma disciplina recém estruturada no hiato temporal dos primeiros trinta anos do século XX, a partir do Reino Unido, onde logo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi criada a primeira cátedra de “International Politics”, que emigrou, em seguida de forma acelerada, sobretudo, para os Estados Unidos, em uma transição hegemônica que se manifestou plenamente na segunda metade do século XX, com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e com o início do bipolarismo (FERNANDES, 2011). Com o advento da Guerra Fria (1947-1991), as teorias das Relações Internacionais mantiveram uma conexão intensa com aspectos que se encontram no campo político, econômico, militar e ideológico. Essa restrição das teorias ao horizonte norte americano, não obstante tais formulações revisões contassem com pensadores europeus, franceses como Raymond Aron e ingleses Martim Wight, Adam Wartson e Hurbert Butterfield, influenciou profundamente tanto a seleção dos problemas, como os dispositivos conceituais ou os modelos teóricos mediante os quais estas foram formuladas (VIERA, 2012).

As teorias plurais das Relações Internacionais, embora preponderasse o “vies” realista, se debruçaram crucialmente sobre o lapso temporal circunscrito a segunda metade do século XX, que ensejou o episódio político e militar denominado: Guerra Fria (LESSA; OLIVEIRA, 2013). Elas não se detiveram sobre os séculos que precederam o bipolarismo, o patrimônio conceitual legado pelas Relações Internacionais, o amplo conjunto de experiências que comportam o espólio e o repertório de práticas sociais mediante os quais elas estavam se fendendo ou deformando. Foi perdida a percepção que a Política Internacional como a conhecemos ou como usualmente é definida não compreende de fato plenamente o campo do conhecimento que lhe concerne, mas um específico recorte deste, historicamente e geograficamente constituído. Tal evidencia é claramente confirma-

da quando se constata que as Relações Internacionais, recentemente, transcendem as articulações das áreas regionais e sub-regionais diferentes, constituindo-se em um sistema político, econômico e jurídico unitário que se mantém interligado por meio de uma rede intensa de interdependências, que a linguagem comum de forma resumida etiqueta sob a denominação de globalização. E no interior dessas relações que intervêm os atores externos aos Estados-Nações como as Organizações Internacionais, ONGs, empresas multi e transnacionais, indivíduos singulares e os acordos subnacionais. Estes novos atores adquirem uma ampla importância no exame das Relações Internacionais e, malgrado a perda contínua do poder de atuação, os Estados-Nações mantêm uma posição central tanto nas relações entretecidas por eles, como no que respeita a Política Externa de cada formação social nacional. Por isso, os Estados-Nações são as únicas organizações institucionais que podem empregar legitimamente o uso da força e as relações estabelecidas entre eles atravessam de ponta a ponta a Política Internacional em escala planetária (OLIVEIRA, H. A., 2005). Assim sendo, a Política Internacional contemporânea caracteriza-se por acolher uma dimensão interestatal, uma faceta recente e como tal reversível (PEREIRA; BLANCO, PEREIRA, 2020).

É na esteira da economia mundo (conceito braudeliano adotado por Immanuel Wallerstein) implementada a partir do século XV que afloram no sistema predecessor à globalização, em sentido difuso, as conexões entre os Estados e alguns continentes Wallerstein (1974) e Braudel (1985). Elos esporádicos que não podem ser confundidos com a edificação de um único sistema dotado de uma mesma base moral, jurídica e até em certa medida ideológica implantado mais recentemente no mundo contemporâneo em decorrência da expansão dos mercados. Foi somente no decorrer do século XIX que, de fato, deu-se o engendramento do sistema mundo como o conhecemos até os nossos dias e, por conseguinte, da sociedade internacional, no decurso da consolidação do sistema capitalista mundial, por obra da dupla revolução: a industrial, iniciada em 1750, e a Francesa que irrompe em 1789 (HOBSBAWN, 2012). Com efeito, dá-se a partir daí o processo de integração das inúmeras regiões unificadas em um sistema mundial; um único teatro político e estratégico, simbolizado primeiramente por uma renovada e específica segunda corrida colonial, também de-

nominada Era dos Impérios (1875-1914) e, em seguida, graças as duas grandes conflagrações mundiais e, por fim da Guerra Fria (HOBSBAWM, 2012; PELLISTRANDI, 2000).

Desse modo, se o sistema mundo teve início com as grandes navegações e com a Paz de Westfalia, em 1648, na medida em que surgem os preceitos de soberania e territorialidade que promovem e instituem a organização estatal, é somente com a nova fase da globalização impulsionada pela dupla ação revolucionária que de fato se consolida o sistema mundo, incorporando aceleradamente novas unidades sócio produtivas que ainda não haviam sido incluídas ao seu mecanismo de reprodução ampliada. Com efeito, se no intervalo temporal da Baixa Idade Média, em sua fase final, é gestado um inovador processo produtivo que se espraia por todos os quadrantes do globo, onde havia sido possível enraizar-se, este contou com ator fundamental o Estado, para que pudesse alcançar um sucesso coroado por inúmeras ações coalhadas de violações e brutalidades. E com a consolidação do Estado, em sua versão Absolutista, é desencadeada uma reflexão sobre sua dinâmica, bem como articula-se o aparato argumentativo que o justifica e o legitima. O mais brilhante pensador que se debruça sobre este novo agente da vida política que havia sofrido numerosas modificações desde sua criação durante a tarda Idade Média, é sem dúvida Thomas Hobbes. Contemporâneo da Revolução Puritana de 1640 e, portanto, da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), que ensejou a Paz de Westfalia (1648), Hobbes mais um moralista, *“avant la lettre”*, do que um defensor do Estado Absolutista reitera que o homem sendo lobo do próprio homem deve ser controlado por uma organização institucional ameaçadora, o Estado, concebido como um Leviatã, um monstro bíblico, que suscite, primordialmente, temor; pois a intimidação seria mais eficaz do que a opressão brutal divisável. O medo da punição coibiria as tentativas de um homem lesar um outro homem. A compreensão que um ser humano assume as atitudes de um lobo, confere ao primeiro uma característica desalentadora que o aproxima à intenções vinculadas ao horizonte mental da irracionalidade e ao mundo animal, faz de Hobbes um moralista, um pensador alinhado com uma visão pessimista da humanidade, que concebe o Estado Absolutista como uma preciosa ferramenta criada para inibir a natureza maligna, o egoísmo, a tendência de prejudicar quem não pode

se defender ou se encontra inserido em um ambiente no qual vige a lei do mais forte e a luta de todos contra todos. No Estado de Natureza descrito como antecessor do Estado político, ainda, que não seja, precisamente, aquele Absolutista, vale manter intocada a legítima e reconhecida autoridade, sob a ameaça da sociedade humana recair no Estado de guerra ou de anarquia que lhe é intrínseca (RIBEIRO, 1984; HOBBS, 2004). Para Hobbes a origem do poder político e da desigualdade social era provenientes de uma fonte principal “a força ou a violência’ da pessoa que privava as outras de sua liberdade.

Coube a Thomas Hobbes (1588-1679) e Nicolau Maquiavel (1469-1527), um outro moralista que compartilha a percepção pessimista do primeiro (mas em oposição a ele um proponente da controvérsia, do debate, da discordância que eram o esteio à estabilidade, em lugar da ordem, que puderam garantir a República romana, em cinquenta anos, ampliar seus domínios e alcançar um enorme destaque no concerto da Antiguidade), (BOBBIO, 1998), assumirem a condição de pensadores filiados a uma das teorias das Relações Internacionais conhecida como realista, cuja proeminência intercorre no entre guerras, apesar de alguns diplomatas que viveram no início do século XX, como o Barão do Rio Branco, também se encontrarem vinculados a ela (GOFFREDO JÚNIOR, 2005). É esta concepção que ressalva a importância do Estado, reforçando a constatação da inexistência no contexto internacional de algum organismo institucional acima deste, e, por outra explícita a visão pessimista do homem sempre apto a dar vazão aos seus interesses pessoais, no âmbito internacional representados, por exemplo pela posse de recursos naturais escassos, ocupação de territórios essenciais na perspectiva geopolítica e a submissão de populações mais vulneráveis. O realismo supõe uma atitude sempre alerta, pois ressalta que o cenário internacional possui uma propensão anárquica, sendo destituído, portanto, de normas, apesar da presença de regras ditadas pelo direito internacional. Segundo essa concepção das Relações Internacionais não há como exigir o cumprimento de certas diretrizes ou que transgressor possa ser castigado. No entanto, vale asseverar, quando examinamos o comportamento humano entrelaçado com o exame do Estado de linhagem Absolutista retratado por Hobbes que uma crítica tem lugar, pois não podemos vincular as atitudes humanas situadas em esferas territoriais restritas com as relações exercidas nos quadros

dos elos interestatais, uma vez que as situações vivenciadas por elas são bem diferentes. Os Estados não podem se isolar, enquanto um indivíduo estaria em condições de escolher essa alternativa quando atacado ou em decorrência de ataque as suas posses. O ser social está em condição de manter relações ocasionais com outros de modo a não interromper sua opção a insularidade. Os Estados estão impedidos de se enclausurarem e tal condição seria descartada mesmo que quisessem. Os indivíduos podem eventualmente jamais se encontrarem. Os Estados não estão em condições de se apartarem uns dos outros, nem mesmo que quisessem. De forma que a soberania convive com uma complexa rede de inter-relacionamentos, porquanto os Estados são constrangidos a conservar uma densa teia de relações entre eles. Essa é a problemática da interdependência política, estratégica e econômica que vige entre os Estados. E com efeito, vale asseverar, ela hodiernamente vai se aprofundando e adensando face ao intenso e acelerado ritmo conferido a globalização desde a segunda metade do século XX (ANDREATTA; CLEMENTI; COLOMBO; KOENIG-ARCHIBUGI; PARSI, 2012).

Contudo há, ainda, um contexto externo, distinto do interno, anárquico que oferece ao mesmo tempo o desencadeamento da violência e uma certa insegurança, uma vez que não há um governo mundial ou uma comunidade internacional organizada. Nesses termos, cada Estado é obrigado, via de regra, a cuidar de si mesmo contribuindo exemplarmente para que o cenário externo anárquico se consolide. Assim sendo, se de um lado, segundo Hobbes, os indivíduos coexistindo em um contexto social no qual domínio do medo impera, devem celebrar um pacto que permita a superação do Estado de natureza, instaurando um Estado à imagem e semelhança do monstro bíblico Leviatã, cujo objetivo seria impedir a incidência das transgressões; por outro é preciso reconhecer que a vida social opera de forma diferente das relações urdidadas entre os Estados no que respeita, por exemplo, o isolamento. Aos Estados não há o padrão repetitivo, apanágio dos seres humanos, que reforça a adoção do alheamento; é incontornável, portanto, que eles persigam intensos relacionamentos, que engendram uma densa interdependência, incapaz de dissolver a natureza anárquica da esfera internacional, posto que as condições necessárias para a constituição de um governo mundial não estariam ao seu alcance.

É em função desse impedimento de se criar um governo capaz de lidar com o entorno externo, no contexto do entre guerras, que se consolida a linhagem teórica das Relações Internacionais denominada realista nos escritos do historiador inglês Eduard Carr. Ela se encontra filiada as reflexões de Maquiavel e Hobbes, remetendo-as à esfera internacional, na qual o Estado de Guerra persiste, pois este só pode internamente ser superado pela formação dos Estados absolutistas, substituídos, por sua vez pelos constitucionais republicanos modernos. Identificado com a visão aterradora representada pelo caos no que respeita o cenário internacional, Carr opõe-se à concepção idealista das Relações Internacionais inaugurada, logo após a primeira guerra mundial, com a criação de uma cátedra orientada aos estudos das Relações Internacionais. Ele assinalava que predominavam nas pesquisas desenvolvidas no âmbito dessa cátedra, o pressuposto que em decorrência da formação da primeira organização internacional efetivamente conhecida, a Sociedade das Nações (SDN), 1919-1946, a hipótese que qualquer conflagração bélica estaria afastada. Perdurava, nesse sentido, uma visão no mínimo ingênua, “naive”, sobre o convívio pacífico das nações e era exagerada a confiança nos mecanismos normativos instituídos pela SDN. Foi Carr, destarte, que colocou em dúvida tal prognóstico, tornando o paradigma realista predominante nas análises das Relações Internacionais, mormente após a Segunda Guerra Mundial e a concomitante irrupção da Guerra Fria (CARR, 2002). Face ao otimismo do entre guerras decorrente da implantação da SDN, ele havia previsto o desencadeamento de um novo conflito de dimensões globais e o advento de uma fase turbulenta no período pós-bélico. O questionamento básico encetado por Carr e retomado por inúmeros intérpretes das Relações Internacionais aparentados com o realismo pode ser sintetizado nas seguintes indagações: como alcançar a ordem malgrado a anarquia? Como evitar uma nova guerra mundial?

Para responder a essas indagações temos, grosso modo, no campo gnosiológico das Relações Internacionais a formulação das três mais importantes teorias: a idealista, a liberal e a realista e suas atualizações expressas por meio do prefixo neoliberalismo e realista, nas quais se situam a maioria dos mais renomados e ilustres analistas (NEVES, 2014).

O IDEALISMO

O idealismo está associado ao filósofo e Immanuel Kant (1724-1804) e a seu escrito: *A Paz Perpétua* (KANT, 1989). Nesse texto, ele propõe três medidas a fim de que fosse factível evitar um conflito bélico. A primeira delas seria a adoção do regime de governo Republicano, oriundo da Res Pública romana, anterior ao Império (durante o qual a constituição republicana fora, apenas, formalmente mantida), sistema aparentado com aquele democrático ateniense, que o precedeu. Kant propõe sua implementação, uma vez que não existiam registros históricos atestando que dois Estados democráticos tivessem se enfrentado em conflitos bélicos. A segunda, o federalismo, que oferece a cada unidade territorial distinta, que compõe uma formação nacional específica, a condição de obter uma relativa autonomia, uma observância maior nos cuidados de cada problemática local, dilatando a participação popular e refreando, assim, os conflitos internos que poderiam gerar intervenções externas ou sua difusão internacional. A terceira é a anfitriagem ou a atitude de acolher com desvelo o forasteiro, no transcurso de um convencional período de tempo, com o intuito de ser bem recebido quando se estivesse, por sua vez, visitando o país de origem deste. O estabelecimento de sólidas relações de amizade, recíproca ajuda, gratidão e afeto eliminariam futuras desavenças e desconfianças com estrangeiros. O cuidado despendido pelo anfitrião com o hóspede desmancharia sentimentos de antipatia, ressentimento, repúdio, inveja, discriminação e desentendimento, contribuindo crucialmente para que conflitos externos fossem afastados. A discórdia que viceja em condições assimétricas saturadas de preconceitos e atravessadas pelo desrespeito a alteridade, ao Outro, que figura como diferente, provoca, no entender de Kant, conflitos que despertam fricções armadas internas e externas.

O LIBERALISMO

A teoria liberal, outra vertente teórica das Relações Internacionais e sua atualização, o neoliberalismo, por sua vez, se radica na produção filosófica de John Locke (1632-1704), considerado o principal representante do empirismo britânico, um dos mais destacados teóricos do contrato social, juntamente com Thomas Hobbes e Jean Jacques Rou-

sseau (1712-1778). Ele foi o “pai do liberalismo”, defensor em seus escritos da liberdade e da tolerância religiosa, oposição ao absolutismo, favorável aos direitos e garantias individuais e respeito ao individualismo. Locke, assim como Denis Diderot avançam a ideia perigosa de que a verdadeira origem da autoridade política brota do povo, e que esse corpo político não apenas tem o direito inalienável de delegar esse poder, mas também de toma-lo de volta. O contrato social se contrapõe ao direito dos reis oriundo da vontade de Deus (CURRAN, 2022).

Por outro lado, em sua obra, o Segundo Tratado sobre o Governo Civil, Locke pretende justificar a existência da propriedade privada, não só em função do trabalho despendido e do valor que este gera, mas enquanto afirmação do direito natural, da competição e do merecimento nivelados às condições de vida e de liberdade (LOCKE, 1994; FRANCO, 1993). Segundo Locke, todos os homens ao nascerem, deviam desfrutar dos direitos naturais: a vida, a liberdade e a propriedade. Para assegurar esses direitos, apreendidos segundo o preceito de serem naturais, os homens haviam criados governos e, consequentemente, Estados. Se esses governos, no entanto, não respeitassem a vida, a liberdade e a propriedade, o povo tinha o direito de se insurgir contra eles. A falha do Estado de Natureza (já teorizado, como vimos, por Hobbes, anterior ao Leviatã), desencadeia a violação da propriedade e, face a essa situação, cria-se um contrato social objetivando formular, projetar e implementar a transição dessa primeira organização estatal falha à criação da Sociedade Política moderna asseguradora da defesa e preservação dos bens privados. No entender de Locke, as pessoas podiam contestar um governo injusto, o que não era aceito por Hobbes, e não eram obrigados a aceitar suas decisões e, paralelamente, devia-se impedir a usurpação da propriedade. Com efeito, como reitera Locke, o povo tem direito a resistência (uma postura alinhada com as revoltas e os conflitos armados, que florescem com o advento do Cisma Protestante, 1515, em função das perseguições envidadas pela Contrarreforma, ou Reforma Católica, 1545), em decorrência das perseguições empreendidas por governantes tirânicos que agem ao arrepio da lei ou quando era violada ou deixava-se de garantir o direito dos indivíduos à propriedade. Nesses termos, Locke impõe a defesa da propriedade como principal fonte de formação do Estado, malgrado ela tivesse já existido anteriormente a sua instituição advinda com a

Sociedade Política. A propriedade privada, como ressalva Locke, se caracteriza por tudo aquilo que se atribui um valor e tenha sido conquistado por direito. É algo legítimo e todo o indivíduo tem direito a tal conquista, e assim sendo, o Estado teria uma função primordial de protegê-la.

O paradigma liberal se encontra vinculado substancialmente com o pensamento liberal na figura do presidente norte americano Woodrow Wilson (1856-1924), na verdade um defensor de uma mescla híbrida do liberalismo com o idealismo.

Mas em que sentido específico o presidente Wilson inaugura a linhagem teórica liberal das Relações Internacionais? A nosso aviso mediante o projeto de criação da Sociedade das Nações, a primeira Organização Internacional, conhecida, cujo objetivo primordial consistia na manutenção da paz mundial, após o término da Primeira Grande Guerra. A Sociedade das Nações (SDN), designação que melhor capta sua orientação do que Liga das Nações, possuía uma configuração institucional nos moldes de uma sociedade anônima por ações de perfil empresarial, na qual cada sócio deve pagar uma quota equivalente a participação em sua gestão. Havia, portanto, um Conselho formado pelos cinco “*Bigs*”: EUA, França, Reino Unido, Japão e Itália, por conseguinte de uma maioria de países europeus; com efeito eurocêntrico; uma assembleia, na qual atuavam todos os poucos países que nessa época não estavam sob o domínio colonial e um secretariado. A SDN foi projetada no interior dos 14 pontos estabelecidos pelo presidente democrata Wilson, cujo objetivo primordial era evitar novas conflagrações internacionais (NYE JUNIOR; WELCH, 2012; VARGAS, 2005).

Os 14 pontos concebidos por Wilson possuíam uma nítida filiação liberal, na medida em que confiavam, para afastar o perigo de um conflito de magnitude mundial, nem uma organização multilateral, projetada segundo os cânones idealistas e liberais, mas que ao mesmo tempo adotava preceitos realistas, uma vez que o seu poder executivo, o Conselho, era dominado por Estados-Nações majoritariamente europeias concentradoras de liderança e poder. Em linhas gerais, a SDN reunia sinais distintivos liberais, pois se estruturava como uma empresa de capital aberto, um tipo de natureza jurídica, sem fins lucrativos que tinha como principal característica a divisão por ações. Nesse caso, os sócios eram chamados acionistas e eram mais de dois

(HERZ; HOFFMANN, 2004). Ela oferecia ajuda a todos os sócios, caso qualquer ameaça à integridade territorial viesse a se concretizar; contudo, durante sua vigência, manteve-se omissa diante da ocorrência de inúmeras transgressões materializadas em invasões de países sócios, que resultaram na debandada da SND dos próprios invasores, a exemplo do Japão, Itália e Alemanha (os alemães conseguem um assento no poder executivo da primeira OI, somente a partir de 1926), todos eles países membros do Poder Executivo da OI, o seu Conselho. As sanções aplicadas a cada um desses países infratores teve muita pouca eficácia. No caso italiano, Mussolini, no que respeita a Etiópia, conquistada a partir da Eritreia (1935), as atribuiu ao agrupamento judaico, maçônico e liberal. Esse padrão repetitivo de transgressão acabou reforçando a insegurança e o desrespeito às normas internacionais instauradas com a criação da SDN é apontado como uma das causas primordiais que atçaram a segunda grande guerra mundial, além de fatores econômicos, étnicos raciais, sociais e políticos (LOHBAUER, 2012). A perda da legitimidade da SDN a percepção que o Direito Internacional podia e devia ser desacatado, pois podia intimidar os países fracos e não inibiria ou melhor seria ineficiente para conter os mais fortes.

A respeito da lista dos 14 pontos emerge a concepção liberal que advogava que a primeira guerra fora desencadeada em virtude da preponderância de um posicionamento antiliberal assentado no exercício do protecionismo. Cabia eliminar os obstáculos que impediam o livre comércio, conquanto este era visto como agente promotor da paz. Em conjunto com a proposta de banir o nacionalismo e as restrições alfandegárias, recomendava-se eliminar, também, o colonialismo, malgrado fosse exercido ainda que de forma anômala por parte dos Estados Unidos da América, no espaço territorial que reunia a América Central, o Caribe e o Oceano Pacífico, desde o final do século XIX, prosseguindo no início do XX (NASSER, 2010). E dar um basta, nesse apanhado sintético dos 14 pontos, recomenda-se for fim a diplomacia secreta, optando por aquela aberta que proporcionava à opinião pública entrar em contato direto com os termos e as condições dos tratados internacionais. Uma propositura, vale asseverar, que ignorava o funcionamento da negociação diplomática, a ordem hermética e técnica de seu discurso e o peso que as declarações emitidas e ocultadas assumiam no concerto dos acordos bem-sucedidos.

Sem sombra de dúvidas, havia uma série de denúncias envolvendo acordos selados em segredo antes e durante a Primeira conflagração Mundial, que prejudicavam uma das partes envolvidas, entretanto, a recomendação de fomentar a denominada diplomacia aberta ignorava a enorme dificuldade que o compartilhamento de informações sobre as tratativas implicava. Era preciso entrar no ordenamento do discurso sobre a matéria tratada, desfrutar de conhecimentos técnicos fundamentais, dispor de informações situadas no terreno dos segredos de Estado e conhecimentos bastante aprofundados sobre as argumentações apresentadas.

O RACIONALISMO

Outra teoria das Relações Internacionais, que adquire destaque no intervalo temporal que entrecorre a Guerra dos Trinta anos é o racionalismo. Ele se encontra contemplado nas reflexões de Charles Irénée Castel ou abade Saint-Pierre (1658-1743) Compêndio do projeto da Paz Perpétua (SAINT-PIERRE, 2003). Saint-Pierre trabalhou como negociador do Tratado de Utrecht (1712-1713), mas não foi durante seu transcurso que ele desenvolveu seu projeto de paz universal, trabalhando nessa ideia em 1708 e publicando as primeiras versões em 1712. Ele faz uma crítica aguda da política, do direito e das instituições sociais. Foi um dos primeiros a mencionar a possibilidade de uma união europeia formada por Estados independentes e autônomos e concebeu uma ordem internacional baseada no princípio de autodefesa coletiva que ensejará a formação da Sociedade das Nações ou a Liga das Nações.

Outro pensador de vertente racionalista é o holandês Hugo Grócio, fundador do Direito Internacional, que em seu entender estaria assentado no Direito natural. A obra mais conhecida de Grócio seria: *“De iure belli ac pacis”* (Das leis de guerra e paz, 1625); na qual aparecem os conceitos de guerra justa e de direito natural (GRÓCIO, 2005). Foi ele que ajudou a negociar o tratado para pôr fim à Guerra dos Trinta Anos, em 1648. Grócio discute em seus escritos três meios de se resolver uma disputa pacificamente: o primeiro é a conferência e a negociação entre dois rivais ou contestantes. O segundo é o compromisso ou acordo por meio do qual cada um dos lados abandona certas exigências e faz

concessões. O terceiro é o combate ou tirar a sorte. Para Grócio, seria melhor por vezes renunciar a alguns direitos exercidos pela força. No que se refere à barganha e a mediação, o primeiro e o segundo método, Grócio sustenta que para a sua consumação era importante saber escolher um juiz com caráter e decência. Para conseguir paz e, por conseguinte, obter alguma forma de justiça, Grócio ressalta que a justiça traz a paz de consciência enquanto a injustiça causa tormento e angústia. A justiça é aprovada e a injustiça condenada, pela concordância comum dos homens bons. Entre os defensores do direito internacional e, portanto, do racionalismo, enquanto fundamento normativo do discernimento, aceito e aplicado no cenário que transcende os limites dos bastiões nacionais, se encontra, além de Grócio, também Emer de Vaffel (1714-1767) e no início da República Velha brasileira, o Barão do Rio Branco (1845-1912) cuja Política Externa se assentava sobre dois paradigmas: o Racionalista e o Realista. O racionalismo, nesses termos, propõe uma série de medidas para alcançar a paz, tais como: Conferências Internacionais, a existência de sistema diplomático excepcional e institucionalizado, o comprimento e o respeito do direito internacional exercido por um tribunal legítimo acatado pelas partes que tomam participam de uma disputa e, principalmente, a ordem internacional baseada em regras formuladas, elaboradas, aceitas, aplicadas e implementadas por todos os membros da comunidade internacional nacional.

O REALISMO

Por fim, a teoria dominante das Relações Internacionais, como já vimos, é o realismo cuja origem remonta as obras de Thomas Hobbes e Nicolau Maquiavel, contando também com as valiosas contribuições do pensador chinês Sun Tzu (IV a.c), em seu tratado, A arte da Guerra e de Carl von Clausewitz (1780-1831), no texto, Da Guerra (CLAUSEWITZ, 2010). Segundo este autor a guerra seria: “a continuação da política por outros meios”. Tal proposição divorcia o político do guerreiro, cabendo ao primeiro assumir o papel de negociador enquanto o segundo convive com a dimensão da força bruta. De forma que a meta da guerra seria alcançar objetivos vetados ao horizonte dos pactos e a harmonia barganhada, não ao exercício da dominação.

Entretanto, em outra passagem de seus escritos, Clausewitz (2010, p. 15), assevera que a guerra seria “[...] um ato de violência destinado a impor ao adversário inimigo convergir a posições estabelecidas por nós.” Essa formulação se contrapõe, por conseguinte, a percepção da guerra enquanto a busca da concórdia, bem como da simetria. Em resumo, o realismo propõe, um conjunto de procedimentos objetivando manter a paz e afastar o conflito, sem descartar o conflito bélico, entre os quais se encontra o equilíbrio de poder ou o denominado “*Balance of Power*” (quando um Estado torna-se poderoso demais os mais fracos se unem em alianças, com o objetivo de se protegerem e o enfraquecer, alentando o equilíbrio de poder e consequentemente afugentando o perigo de um conflito, pois quando unidades territoriais nacionais possuem poderio equivalente dificilmente entram em litígio), o Estado centrismo, o incentivo à segurança nacional, dispor de exército autóctone ou nacional, que elimine a necessidade do recrutamento de mercenários (conselho dado por Maquiavel à cidade italiana de Florença), estar sempre preparado para um litígio, o entendimento que o cenário internacional possui uma estrutura anárquica, a capacidade de dissuasão e estar pronto para participar de um jogo de soma zero (SARFATTI, 2005). O realismo concebe o Estado-Nação, não apenas na condição de possuir o monopólio legítimo do uso da força, mas como ator central das Relações Internacionais, assim como da Política Externa, afastando, desta maneira, os fatores endógenos inerentes ao repertório dos pleitos nacionais daqueles pertencentes a teia de relações mantidas na esfera exógena. Ele, portanto, desassocia a Política Interna de um país de sua Política Externa de forma que as necessidades internas de cada país são dissociadas das oportunidades externas, em linhas gerais os aspectos endógenos permanecem desvinculados dos exógenos. O realismo justifica a existência de um Estado, no entanto se recusa em estabelecer seus limites e até suas prerrogativas principalmente face a ameaças interna e externas reais ou imaginárias.

PONDERAÇÕES SOBRE O REALISMO

A Europa pode se livrar, com o fim da Guerra dos Trinta anos, no início do século XVII do espectro de uma monarquia universal espanhola em um primeiro momento e francesa em seguida, mas não foi

possível evitar no contexto da convivência internacional no interior do qual os Estados assumiam a condição de competirem entre eles, que se intensificasse o incentivo aos contendores de melhorarem continuamente a própria eficiência política, econômica e militar (CAMPANELLA, 1997). E paralelamente que viesse à tona um ulterior aspecto, o acolhimento resultante desse cenário internacional no qual assumiam relevância os Estados, suas relações de convívio e as emulações. A usual prática do refúgio, asilo e exílio desenvolvidos em virtude da existência de fronteiras relativamente abertas consentiam às minorias ameaçadas e perseguidas que se abrigassem em unidades territoriais mais seguras e tolerantes. Era muito comum que as dissensões obtivessem proteção de um Estado cioso de resguardar sua autonomia. Se muitas vezes, a atitude de receber um perseguido por motivos étnicos, religiosos, grupo social, nacionalidade, opiniões religiosas ou políticas permitiu a livre circulação de ideias que acabaram influenciando os países hospedeiros, ela incentivou, também, a eclosão de muitos conflitos. É no interior dessa percepção situada no campo das relações interestatais implementadas desde a modernidade que emergem as divergências doutrinárias, filiações a um sistema ideológico estabelecido, interesses econômicos e geopolíticos, dilatações contínuas do poderio visando um acréscimo de prestígio e proeminência que o realismo adquire centralidade, mormente de forma mais veemente durante a Guerra Fria. Ele assume destaque no âmbito da legitimação de um conjunto de regras que permitiam aos Estados tornarem-se agentes respeitadores de singulares procedimentos formatados pelo direito interestatal.

Nesse contexto, os Estados progressivamente se impuseram como únicos titulares da plena legitimidade nacional e, na ausência de um legislador internacional ou de normas comuns dotadas poder efetivo, apesar da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1947 e da vigência do Direito Internacional, estes estabeleceram preceitos válidos para todos, que deviam ser administrados, interpretados, certificados e, por fim, adaptados, face a mudanças intermitentes do cenário internacional ou até mesmo impostos sob a ameaça do uso da força (DUROSELLE, 2001).

O diferencial entre os Estados e todos os outros atores das Relações Internacionais passou a ser o princípio da soberania e sua afirmação

real. E o exercício desta pressupõe a preservação da autonomia, palavra que em grego designa: ação livre de constrangimento externos. O reconhecimento que nada se encontra acima da soberania e tudo está abaixo dela fortalece o preceito normativo fundamental ou constitutivo da política internacional moderna oriundo dos Tratados e da Paz de Westfalia, caro a Henry Kissinger, que pode ser considerado um dos mais reverenciados pensadores do realismo. Kissinger, o ex secretário de Estado norte americano durante os governos Richard Nixon (1969-1974) e Gerald Ford (1974-1977), concebe que o cenário externo resultaria de uma sociedade de Estados, uma conceituação que repele a supranacionalidade e suas identidades coletivas (Banco Central Europeu, Comissão e os Tribunais), presente na formação da União Europeia (UE), um processo de integração no qual se encontra ausente um poder centralizado e soberano vigente nos Estados-Nações (KISSINGER, 2015).

Desde a formação de Estados, no início da idade moderna, existiu um intenso relacionamento entre eles que se projetou no plano externo, sobrepujando a criação de um império universal, uma comunidade cosmopolita de indivíduos singulares ou até mesmo o Estado de Natureza no qual o homem perseguindo suas inclinações egoístas e deletérias representaria uma ameaça ao convívio social. No entanto, o cenário internacional, interestatal, como já foi mencionado, não pode ser confundido com as relações de convívio social que definem uma sociedade humana. E, por outro lado, o Estado Político, que assume o lugar do Estado de natureza não garante a supressão da anarquia internacional, pois se elimina a interna exercida, precedentemente, nos limites territoriais do Estado, externamente, nos quadros do cenário internacional, ela se mantém plenamente ativa. E mais, à guisa da instauração do sistema interestatal, vale asseverar, que no universo da paz e da guerra, a subjetividade desaparece, pois são poucos que tem a virtude e a capacidade de praticar as ações de apaziguamento e bélicas, ainda, que pudessem legitimamente dispor de tal traquejo, seria necessário que assumissem as atribuições de um Estado, respeitando por certo os cânones estabelecidos pela comunidade internacional e pelo direito interestatal (SCHEIDEL, 2020). Assim sendo, as relações interestatais apresentam uma natureza diferente das sociais em dois sentidos: na impossibilidade do isolamento e na esfera da conciliação e do conflito (DUROSELLE, 1976).

A Estadualidade configura-se, assim sendo, como um limite ao acesso pleno da subjetividade (alheamento e participação efetiva na pacificação ou no confronto), ela se encontra envolvida em procedimentos diferentes daqueles que acompanham as relações sociais, embora Hobbes e os autores realistas privilegiem estas últimas para demonstrar a importância da formação dos Estados, coube aos analistas afinados com o realismo definir o cenário internacional como anárquico, uma vez que ele ao contrário das unidades estatais não comportaria um Estado, ou um órgão institucional acima de uma estrutura interestatal.

Mas se o Estado é uma invenção europeia imposto a muitos povos que foram colonizados, que como vimos atuam dentro de uma lógica diferente da subjetividade, como explicar a intensa corrida objetivando a formação de novos Estados, conduzida no processo de descolonização? (VAISSE, 2013). Qual seja como uma criação europeia pode se expandir mundialmente adquirindo a mesma orientação e finalidade?

Na atualidade, os povos e as nações em luta pela independência, ainda, submetem-se a formação de um Estado autônomo, um invento, evidentemente, desenvolvido, como já vimos, na Europa. Tal reivindicação se manifesta reiteradamente, na atualidade, a propósito da Palestina, Kosovo, Timor Leste, Sudão do Sul, Iêmen, Bósnia e outros mais.

Por sua vez, outro momento em que a subjetividade foi anulada transcorreu durante a Guerra Fria nos quadros das trocas comerciais entre países comunistas e os da Europa ocidental, posto que estas eram reduzidas ao mínimo, mormente porque dependiam somente dos Estados. Um cidadão soviético não tinha o direito de efetuar trocas com indivíduos capitalistas a não ser por meio da pública administração. Não podia estabelecer contatos com eles sem provocar suspeitas. A convivência interindividual era na maior parte proibida para que fosse conservado o acanhado e restrito limite das comunicações interestatais.

Contudo, a heterogeneidade do sistema interestatal divide a sociedade transnacional. O equilíbrio entre relações interestatais vis a vis com as internacionais não estatais parece ter alcançado um verdadeiro limite crítico, no curso do último século. E, hodiernamente, adquirem sempre maior importância, em lugar dos Estados, as Organizações Internacionais (OIs), Organizações Não Governamen-

tais (ONGs), empresas multinacionais, as transnacionais, igrejas, federações sindicais, atores subnacionais e seus acordos. No bojo das divisões Norte-Sul, Leste-Oeste, por sua vez, emergem o fenômeno dos Estados falidos, só para mencionar alguns, a Somália, Etiópia, Chade, Síria, Líbia, Afeganistão, Mali ou dominados pelo narcotráfico e milícias, como no México e muitos países da América do Sul e Central.

Com efeito, a equiparação comumente estabelecida entre relações internacionais e interestatais arrisca de ser cada vez menos adequada ou até certo ponto incompleta; como vimos acima ao mencionarmos a produção teórica do ex-secretário de Estado norte americano Henry Kissinger e ao indicamos o repúdio que este confere a diluição do delineamento usual conferido a definição de soberania que a UE estabelece. Acomodando diretrizes, órgãos econômicos, políticos supranacionais e, por conseguinte, recorrendo a renúncia a uma certa concepção ilimitada de autonomia em prol da conservação do processo de integração, a UE, resguarda a permanência das organizações estatais, mas reformula o preceito da soberania, mediante cessão de parcelas dela, em prol de organismos, como Tribunais que zelam pela aplicação de normas e regulamentos validos para todos os Estados membros (FERRERA; GIULIANI, 2008).

O modelo westfaliano torna-se um problema em virtude edificação dos processos de integração, bem como da crise de ordem regional e dos mecanismos de integração abertos e fechados, forjados segundo propostas que enveredam em sentido de privilegiar uma área de livre comércio, uma união aduaneira, um mercado comum ou unidade que albergue uma moeda, um parlamento, políticas econômicas, legislação e diretrizes comuns, tal como se estabelece na UE (ZANETTI, 2015). Os inúmeros transtornos que irrompem nos processos de integração que abrem o caminho insólito a reabilitação dos nacionalismos e, assim sendo ao resgate do sistema westfaliano, interestatal, em um mundo em que prepondera a proposta de consolidar a multilateralidade, o post colonialismo e que se extirpe as discriminações de gênero, étnicas, raciais e as homofóbicas. Do bipolarismo ao unipolarismo ao atual multipolarismo (GOWA, 1989; DEUTSCH; SINGER, 1964), com o despontar de novas potências como a China, Índia e a Rússia remodelada, não mais assimilada a URSS, bem como a África do Sul e o Brasil, formando os BRICS (acrônimo urdido pelo econo-

mista-chefe da Goldman Sachs Jim Ó Neil, em um estudo de 2001, intitulado “*Building Better Global Economic*”), passamos para a emergência ambiental, as pandemias e o monopólio sobre a guerra protagonizado pelos Estados e suas alianças, cujo exemplo mais notável é a Organização do Atlântico Norte (OTAN-1949) criada para combater o avanço do comunismo a partir do leste europeu que continua atuando, conquanto tal perigo não exista mais em virtude do fim da URSS (1991) e da Guerra Fria (SILVA; GONÇALVES, 2010).

Entretanto, a prerrogativa Estatal do monopólio de fomentar uma guerra foi desafiada no ataque às Torres Gêmeas (*World Trade Center*), em 11 de setembro de 2001, que contou com a participação, nesse hediondo evento que inaugurou o atual século, de atores capazes de violar a segurança interna, não de um país frágil ou marginal, mas de uma superpotência.

E tal ação de caráter terrorista a fim de melhor ser analisada demanda o exame atento das condições internas de muitos países do Oriente Médio, África e Ásia incluídos na lista de Estados em situação de quase ou completo colapso e ruína como é o caso de: Ruanda, Serra Leoa, Libéria, Líbia, Congo, Chade, Mali, Afeganistão, Iraque muitos outros, bem como aqueles “não legitimados como Israel, em virtude das Colinas de Golã, pertencentes a Síria, Jerusalém Leste e a Palestina, esta última reconhecida como nação pela ONU, mas não ratificada enquanto tal pela comunidade internacional, e, por fim no passado a África do Sul durante o *apartheid*.”

O sistema interestatal dá sinais de esgotamento face a criação de um Califado, no Iraque e Síria, a unidade conhecida como Umma, não só porque transgrede as fronteiras de dois Estados em situação de degradação e desfalecimento, mas por assumir a condição de plataforma devotada à difusão de ataques terroristas. Diante da formação de um Califado em território submetido a guerras, em virtude do petróleo ou sua importância geopolítica, o sistema interestatal ou a comunidade internacional tem a difícil tarefa de combater organizações fundamentalistas islâmicas tal como a Al Qaeda, que já desfecharam investidas não apenas direcionadas a alvos militares e diplomáticos, mas, fundamentalmente, civis (ANDREATTA, 2001). A dificuldade consiste em desbaratar tais agrupamentos, defensores de recorrentes ações de intimidação ou intolerância que reúnem indivíduos origi-

nários de vários países, embora possam operar a partir de formações nacionais específicas. O fenômeno do terrorismo é transnacional e modifica os cânones tradicionais das guerras convencionais, uma vez que não opõe um exército contra outro, em decorrência de antagonismos suscitados por rivalidades, franca desavença territorial ou interesses opostos difusos. Enfim ele é resultante das trágicas dinâmicas estabelecidas entre o Ocidente e o Oriente Médio, no contexto da decadência desta região nos últimos dois séculos, que são clara e objetivamente explicitadas considerando os fatores sociais e econômicos, muitas vezes omitidos no plano da literatura sobre o Islão e o mundo muçulmano. Há um vazio de poder que agrava ainda mais a situação, não obstante muitos regimes árabes permaneçam sob influência norte americana, situação que aumenta ainda mais a instabilidade interna alimentando a contestação nacionalista de tonalidade sempre mais religiosa (CORM, 2009).

As ações terroristas de orientação fundamentalista ufanista agem no sentido de edificar um Estado Islâmico, lançam mão de organizações descentralizadas situadas em vários países, apelam para uma guerra santa que coloca em xeque as organizações militares conhecidas; posto que agem encobertas pelo anonimato ou prévio comunicado, ramificando-se toda parte, atuando em qualquer localidade, operando por meio de lobos solitários ou células isoladas (NAPOLEONI, 2015). Elas agem mediante intervenções nas quais os agentes responsáveis por sua execução estão comprometidos com o próprio sacrifício que redundará na autodestruição. Nesses termos, a crise que acompanha sistema interestatal, vale reconhecer, irrompe por obra do cansaço que atinge sua efetividade, legitimidade e as carências manifestadas face a configuração de uma contenda incomum que rompe com os padrões assentados pelas guerras convencionais e, até mesmo aquelas que abarcam as táticas e as estratégias estruturadas segundo o nexos das guerras de guerrilha, que dominaram o teatro das batalhas e revoluções durante o transcurso do século XX. Os Estados pouco ou nada podem fazer face a atentados autodestrutivos suicidas, não obstante seja de substancial importância garantir o perfeito funcionamento dos órgãos de inteligência. Vale lembrar, contudo, uma faca de dois gumes, uma vez que se a espionagem permite transgressões a “*privacy*”, a evasão de informações sigilosas vinculadas a riquezas

naturais de um país, a revelação de segredos industriais e científicos, ela pode, também, evitar ataques mortais e capturar agrupamentos fanáticos sectários antes que estes coloquem em prática a ação planejada. Consta-se que Estados fragilizados, uma situação usual na atualidade, permitem que sejam inseridas instalações e unidades de agentes consagrados a perpetrar atos violentos. O debate mais ou menos Estado, envolvendo sua natureza essencial e prerrogativas abrange a difusão de informações cujo conhecimento por pessoas não autorizadas possam ameaçar ou causar dano à independência, unidade e integridade nacional. Por outro lado, como vamos controlar abusos e questionar desvios? Como evitar que alguns protagonistas se escondam atrás de uma cortina de sigilo auto protetora? Como assegurar a inviolabilidade da privacidade? (FOTTORINO, 2016).

No sistema interestatal, os Estados tiveram que ceder uma parte das suas prerrogativas seja para baixo que para o alto, como verificou-se no processo de integração europeu, gerando questionamentos, contestações, reacendendo nacionalismos e, sobretudo, organizando movimentos de cunho secessionista, expressos, notadamente, no episódio da saída do Reino Unido da UE, o Brexit, após a consulta plebiscitária de 23 de junho de 2016 (KOHN, 1967).

No terreno da legitimidade ao contrário a equiparação entre política internacional e interestatal em torno do desafio consubstanciado no surgimento de uma visão alternativa e irreconciliável da ordem internacional fundada não mais no particularismo da sociedade dos Estados, assume a perspectiva da implementação do cosmopolitismo, da consolidação da sociedade global, no interior da qual os titulares dos direitos não seriam mais os Estados, mas os indivíduos singulares.

Por sua vez, no campo do universalismo não se perdeu, no âmbito da reflexão filosófica e jurídica incrementada pelo iluminismo, a confiança liberal na unificação e pacificação do mundo, mediante o comércio, do mesmo modo que é repudiada a sombria e traumática experiência dos terrores totalitários e, portanto, a defesa da liberdade individual, a celebração dos princípios da soberania e não ingerência em assuntos internos de cada país

Não basta para fechar o parêntese interestatal de convivência internacional uma revisão do globalismo ou a defesa do cosmopolitismo, pois ele já adquire um caráter politicamente e juridicamente

híbrido, reflexo da literatura científica na qual aparecem expressões como *inter domestic-affairs*, *governance multinível* e, o termo depreciativo, *neomedievalismo*, outorgado à fase durante a qual a interestadualidade passaria por uma reformulação, que resultaria no regresso a um decurso anterior a criação dos Estados; no qual vigia o direito consuetudinário, formações militares pontuais e obrigações ditadas pela orientação que um senhor poderoso dava a elas.

O monopólio dos Estados sobre o uso da força legítima, que saiu reforçado durante o apelo à guerra global contra o terrorismo, contraria a multiplicação dos direitos de uma multidão de heterogêneos indivíduos (camadas sociais, etnias, nacionalidades, gênero e perfis sexuais diferenciados), membros dos Estados. Nesses termos, a ordem internacional parece emergir na condição típica de todas as transições institucionais, uma situação na qual princípios instituídos, pertencentes a modelos diferentes de convivência internacional compartilham do mesmo espaço; cada um bastante forte para resistir às pressões do outro, mas não o bastante para afastá-las definitivamente.

As Relações Internacionais se confrontam com este emaranhado de continuidades e clivagens. O modelo westfaliano é contraposto a estratificação de teor excepcional, cuja perspectiva histórica e geográfica se caracterizou pelo parêntese interestatal, modelado sob o impacto das seguidas ondas da globalização desde a Era dos Impérios (1875-1914) até a década oitenta desse século, que viu o renascimento do liberalismo após o colapso que este sofreu com a crise de 1929.

No entanto, em que pesem as reformulações do sistema interestatal intensificadas no intervalo temporal da Guerra Fria e, fundamentalmente, com seu término, a tradição hegemônica no saber internacionalista é explicitamente realista e neorealista, que como vimos, algumas páginas atrás, privilegia o Estado enquanto ator central. Até os nossos dias, as Relações Internacionais e sua subdivisão, a Política Externa, privilegia temáticas relacionadas aos conflitos bélicos e, por conseguinte, reconhece a importância de estudos que se debruçam sobre a segurança internacional. Só para comprovar tal evidência bastaria elencar algumas obras e seus autores realistas ou neorealistas. O catálogo de textos mais renomados das Relações Internacionais incluiria: *A Política entre as Nações* de Hans Morgenthau (1948), *A Teoria da Política Internacional* de Kenneth Waltz (1979), *A Guerra e mudança*

na Política Internacional de Robert Gilpin (1981), A lógica da Potência. A América, as guerras, o controle do mundo de John Mearsheimer (2001), A sociedade anárquica: um estudo da ordem no mundo político de Hedley Bull (1977), Vinte anos de crise 1919-1939 de Eduard E. Carr (1936), A grande ilusão. Um Estudo sobre as potencias militares em relação a prosperidade das nações de Norman Angell (1910), A ascensão e queda das grandes potências de Paul Kennedy (1987), Ordem Mundial de Henry Kissinger (2014), O equilíbrio de Poder de Martin Wight (1966), Paz e Guerra entre as nações de Raymond Aron (1968), Fora de Controle de Zbigniew Brzezinski (1993), História e Relações Humanas de Henry Butterfield (1950), A expansão da sociedade internacional de Adam Watson (1984).

O realismo, como vimos dizendo, assevera que a guerra está irremediavelmente vinculada a uma estrutura anárquica da política internacional que suscita uma concepção de segurança nacional (invocada no período subsequente a segunda guerra mundial para internamente combater projetos progressistas que eram associados ao comunismo), enquanto um jogo de soma zero, este último viabilizado mediante a práxis do equilíbrio de poder e a defesa coletiva. O escopo das nações submetidas a um ambiente conflituoso seria maximizar o próprio poder, operando isoladamente ou em conjunto, até alcançar o objetivo final que consistiria na hegemonia global (AGUILAR; ALONSO, 2018).

PARADIGMA DA DEPENDÊNCIA DÉCADA DE SETENTA

Um paradigma politicamente radical ou revolucionário que na conjuntura ideológica cultural da década de setenta do século passado foi confundido com o neomarxismo, consiste naquele que assumiu a denominação de teoria da dependência. Ela individuou nas relações econômicas o aspecto central que permitia a compreensão plena da dinâmica das Relações Internacionais em lugar de valorizar aquelas de extração político militares. A chave para a apreensão da ordem internacional não mais se reduziria a fatores políticos estratégicos interligados ao bipolarismo, demandando uma análise exaustiva e rigorosa envolvendo a atividade produtiva capitalista de extração mundial, que passa por uma continua renovação, embora preserve intocada sua ontologia, ou melhor seu “ser enquanto ser”.

A teoria da dependência não procurou uma via de saída à guerra, ao contrário buscou uma explicação da estrutura hierárquica internacional e de seus conflitos, na esteira das interpretações conduzidas por Vladimir I. Lenin preterindo outros teóricos de vertentes sociais democratas de variegados matizes, liberais ou até mesmo austro marxistas. A teoria da dependência está estritamente vinculada ao exame do ideário e práxis imperialista implementado no início do século XX às vésperas da eclosão da primeira guerra mundial, no transcurso da nova onda da globalização que substitui a dos séculos XV e XVI. Os formuladores da teoria da dependência são intelectuais que vieram ao Brasil com o objetivo de realizar estudos e lecionar, como Gunder Frank, latino americanos como Enzo Faletto na condição de coautor, uma série de pesquisadores tais como Fernando Henrique Cardoso, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, Ruy Mauro Marini, Orlando Caputo e Roberto Pizarro e, estrangeiros a exemplo do egípcio Samir Amin e o norte americano Immanuel Wallerstein (FRANK, 1967, CARDOSO; FALETTTO, 1969).

A teoria da dependência propõe examinar os processos de reprodução do subdesenvolvimento, na denominada, periferia do capitalismo mundial. Para ela, a dependência, que caracteriza os países “atrasados”, decorre do capitalismo mundial e da dependência estabelecida entre os países “centrais” e os “periféricos” Os primeiros estariam identificados como aqueles em que ocorrem as manifestações do meio técnico científico informacional em escala ampliada e os fluxos econômicos financeiros escoam com mais intensidade. A periferia mundial, onde estão situados os países periféricos se apresentam como o espaço onde as pesquisas e o desenvolvimento da ciência, da técnica e da informação ocorrem em menor escala e as interações em relação ao centro se dão gradativamente e de forma descompassada. A dependência expressa a subordinação, a ideia de que o desenvolvimento desses países está submetido ou limitado pelo desenvolvimento de outros países, que o impedem, posto que a prosperidade dos países centrais depende do atraso ou subdesenvolvimento dos periféricos. A condição de retardo não foi forjada pelo predomínio da economia agroexportadora ou pré-capitalista dos países subdesenvolvidos herdada do passado colonial, mas pelo padrão de desenvolvimento capitalista desses países e sua inserção no capitalismo mundial de vertente

imperialista. Assim sendo, a superação do subdesenvolvimento passaria pela ruptura com a dependência e não pela modernização, industrialização da economia e o crescimento, pois supõe uma ruptura com o sistema produtivo vigente.

É a lógica do sistema produtivo capitalista mundial que reproduziria continuamente a submissão e a dependência, engendrando um cenário interacional profundamente conflituoso. Assim sendo, propunha-se, a fim de fugir a um e a outra, mover-se não mais contra a economia internacional dominante, mas revolucioná-la ou melhor romper com ela e com seus mecanismos de subjugação que condenam ao subdesenvolvimento e a pobreza, ao invés de perseguir a lógica que advoga a implementação da política de substituição das importações.

A teoria da dependência sofreu a dissensão, já na década de noventa do século passado de Fernando Henrique Cardoso, que observando o curso econômico dos anos oitenta percebeu a intervenção primordial das empresas em lugar dos Estados nacionais no processo de globalização acelerada, avançada e insólita desse período, no qual aflorava em seu entender a interdependência, a supranacionalidade e concomitantemente a delegação ou compartilhamento de soberanias. A contestação a teoria da dependência e a aceitação da interdependência ganhou o apoio não apenas de Cardoso, mas também anteriormente, a partir do texto de S. Nye escrito em colaboração com R.O. Keokane, *Power and Interdependence*, de 1977. Ela incorporava, também, o conceito de assimetria, interdependência complexa e se dava em função, tanto da apuração atenta dos dados, revisão dos registros compulsados e perquirição de fontes ignoradas face as mudanças políticas que irrompem com a queda do muro de Berlim em 1989 e a implosão da URSS em 1991. Ademais, os óbices, os obstáculos insuperáveis, indicados nos estudos filiados à teoria da dependência que impediam o desenvolvimento de países que não fossem os centrais sofria graves revezes em virtude das intensas melhorias econômico técnicas e científicas alcançadas por algumas nações entre os quais se encontrava a Coreia do Sul e Singapura (VISENTINI, 1997; GULLO, 2012). Por outro lado, tornava-se difícil entender o exercício do domínio imperialista praticado pelos países periféricos às expensas de seus vizinhos que se encontram na mesma condição. No computo final muitos teóricos da dependência se mantiveram fiéis aos seus pres-

supostos, contudo outros preferiram enveredar para a interdependência, com a ressalva da admissão que nela se acomodava a incidência de assimetrias, até mesmo entre as formações nacionais periféricas.

E, ainda, que a teoria da dependência esteja apartada da lógica dual que supõe que o cenário internacional esteja dividido em duas partes: centro e periferia ou até em três; quando é acrescentada a semiperiferia. Bem como que ela se opusesse aos pressupostos que definem um determinado sistema produtivo no âmbito da lógica dual, ou seja, o capitalismo instaurado a partir do desenvolvimento bifurcado composto pelo atraso e avanço, envolto em contradições que se manifestam de forma recorrente mediante a eclosão das contínuas crises inerentes a sua natureza, como bem asseveram muitos autores (SCHUMPETER, 2017). Em suma, a dinâmica assumida pelo processo de produção capitalista, segundo a teoria da dependência, encerra uma orientação na qual o centro está unido a periferia, gerando um desenvolvimento desigual e combinado. Tal fusão, no entanto, preservaria o dualismo: sede e margem, impedindo sua superação. O descompasso que opõe a parcela norte ao sul do nosso globo, é continuamente reproposta mesmo que se pretenda suplantar a dualidade centro e periferia (OLIVEIRA, F. 2013). Pois, segundo essa concepção analítica, a economia dos países marginais se encontraria combinada com a dos centrais em condições de desigualdade. O desenvolvimento, nesses termos, em sua dinâmica requer a conservação do atraso, ou melhor dizendo, a persistência da divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (na atualidade designados como nações em desenvolvimento), o avanço dos primeiros depende, portanto, do retardo dos segundos. Esta avaliação que entrelaça o moderno com o atrasado, o adiantado e o descompassado, conquanto garanta a crítica à razão dualista centro e periferia, reiterado na segunda metade da década de cinquenta do século passado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), perpetua, no entanto, o binômio dentro e fora, interno e externo, centro e subúrbio assim como alberga uma evidente perspectiva teleológica, promovendo o crescimento enquanto aspecto central de uma determinada modalidade produtiva à condição de agente supressor do atraso e da pobreza, vis a vis com a impossibilidade do planeta terra ter condições de suportá-lo nos quadros das correntes crises ambiental e pandêmica. A percepção teórica

que o capitalismo se desenvolva de forma desigual e combinada conserva, ainda que não o quisesse, o dualismo centro e periferia, pois não o concebe enquanto uma totalidade sem dentro ou fora, que se reproduz de forma ampliada e resultante do acúmulo de temporalidades diferenciadas, ao invés de espaços físicos distintos. O reconhecimento que não há nada fora do capital e que ele se reproduz mediante a apreensão de tempo, transforma o espaço o “locus” em apenas o lugar no qual ele se reedita de maneira diferenciada, revitalizando-se continuamente (CARVALHO, 1970, 1974).

Destarte, malgrado seja possível emitir uma plêiade de críticas a abordagem teórica, como a dependência, cabe salientar que novas conceituações no campo dos paradigmas surgiram fora do circuito delimitado pelos países envolvidos na Guerra Fria e na fase que se seguiu a esta (GULLO, 2014).

No que concerne, a teoria da dependência, foram produzidas inúmeras interpretações e outras tantas controvérsias em torno de suas noções centrais e sobre a ausência de comprovações rigorosas em torno da apreensão da dinâmica da economia mundial. Propuseram-se projetos políticos inviáveis na década de setenta ou impedidos de se efetivar como foi o caso chileno (1973) e, carentes, ainda mais, de exequibilidade efetiva, após 1991. No entanto, vale sublinhar, a teoria da dependência desencadeou uma reinterpretação de sua natureza intrínseca que se fundamentou na proposta de uma outra conjectura, renomeada como interdependência complexa, supranacionalidade, regimes internacionais que, por sua vez, em virtude de condicionamentos de caráter econômico e político deu lugar, a vertentes que a associavam a assimetrias manifestadas, até mesmo, entre os países periféricos. Assim sendo, a Bolívia seria dependente do Chile, em virtude, por exemplo, da saída para o Oceano Pacífico e este em decorrência das reservas bolivianas de água, mas tal convivência está assentada em uma condição de assimetria complexa, tal qual a que se dá entre Brasil e Bolívia e deste com Paraguai em decorrência de fontes de energia: gás e hidroelétrica. A interdependência complexa confere o entrelaçamento de relações até mesmo entre países com histórico de conflitos ou desavenças recentes.

CONSTRUTIVISMO ANOS OITENTA E NOVENTA

Tanto o neorrealismo, que admite além da conflitualidade do universo internacional, também a possibilidade da cooperação e o racionalismo como o neoliberalismo que sustenta a desregulamentação de normas de toda ordem desde as internas até as externas, a abertura econômica e privatizações e o individualismo, os Estados permanecem os atores principais das Relações Internacionais; que esses sejam egoístas racionais, unicamente preocupados em maximizar a utilidade esperada em termos de segurança poderes e interesses; que a sua identidade seja delineada plenamente e, portanto, permaneça independente de fatores ideacionais, crenças, princípios, expectativas e a processos de aprendizado. Em oposição a essas premissas teve lugar, no final dos anos oitenta e início dos noventa, uma abordagem mais sociológica e histórica ao estudo das Relações Internacionais: o construtivismo (FERNANDES, 2011). Contra a orientação racionalista e positivista, as duas perspectivas paradigmáticas dominantes das Relações Internacionais, o construtivismo buscou examinar como os fatores ideacionais, reunidos em um conjunto multivariado de ideias e ideologias, normas e estruturas sociais ou, ainda, ideias compartilhadas poderiam ser fundamentais para redefinir identidades e interesses dos atores, tornando-os menos propensos a manterem relações hostis uns em relação aos outros. Nesses termos, o construtivismo superou decisivamente o paradigma estadocêntrico do realismo e, até mesmo do liberalismo, uma vez que este último advogando a restrição da interferência do Estado em todas as atividades humanas, reforça sua importância, confiando a ele a condição, por isso mesmo, de ator central das Relações Internacionais. Ademais, o construtivismo ao romper com centralidade dos Estados nos estudos envolvendo o campo do saber internacionalista reavalia o papel desempenhado pelos atores não estatais na gênese e nas transformações das normas constitutivas da convivência internacional (por exemplo aquelas relacionadas com a igualdade racial e o combate à discriminação, preconceito e a segregação), seja perscrutando no âmbito da Política Interna de cada Estados como se desenrolaria a socialização de normas compartilhadas (WENDT, 1992). Ele demonstra como as estruturas normativas moldam agentes como os Estados e indivíduos e estes as influenciam

e criam. Para o construtivismo, os sistemas de compartilhamento de ideias, crenças e valores exerce uma poderosa influência sobre a ação política e social. As estruturas normativas tornam-se tão relevantes quanto as materiais. O construtivismo reitera que a apreensão do modo pelo qual o mundo material forma e é formado pela ação e interação humana depende de interpretações normativas e ao mesmo tempo do dinamismo epistêmico deste (MARIANO, 2015).

No plano intelectual, a importância do construtivismo se radica na sua inserção em correntes mais compreensivas (abraçando até mesmo as artes, arquitetura, a história das mentalidades coletivas, estudos sobre cultura e outras mais), objetivando a desmontagem das grandiloquentes e solenes narrativas. Ao longo da fracção conclusiva do denominado breve século XX e a absorção política, ideológica e estratégica da Guerra Fria, o construtivismo se propôs repensar ou como chegou a manifestar a “desconstruir” o conceito e a práxis da “segurança” (nacional, regional e de alianças) observada enquanto resultante de uma construção social (o processo de reiterar o preceito da defesa, com um bem que exclui os direitos) que define e trata como problema de segurança o que poderia ser definido e tratado de outra maneira. Assim sendo, tal renovado raciocínio recolocou em discussão a natureza mesma da anarquia internacional e da sua presumível propensão a suspeição e ao conflito. Mesmo porque, uma vez mediada a existência de normas sociais e práticas narrativas “a anarquia procede do que os Estados fazem”. Ela não deriva necessariamente de estrutura social permeada da falta de confiança, tal a induzir os Estados a formular as hipóteses mais pessimistas acerca as suas respectivas intenções e, por conseguinte, definir os próprios interesses em termos de autodefesa. Ao contrário, há sempre a possibilidade de potencialmente se criar uma estrutura alternativa caracterizada pela confiança recíproca e pela renúncia a violência como instrumento de resolução das controvérsias internacionais. Se tal situação foi conquistada em âmbito europeu e transatlântico (embora hodiernamente a ameaça russa se torne efetiva na porção leste do continente, fundamentalmente, na Ucrânia, em virtude da ocupação da Criméia, do separatismo que atinge a região de Donbass, as localidades de Donetsk e Lugansk, visando a impedir, como ocorreu com outras ex repúblicas soviéticas, que este país ingresse na OTAN ou NATO em inglês) (SILVA; GONÇALVES, 2010),

em linha de princípio, graças ao papel “constitutivo” das instituições geradas pela UE, poderia tornar-se bem-sucedido em outros lugares. Vladimir Putin enseja reedificar a Grã Rússia do período czarista (1547-1917), reunindo a Bielorrússia ou Belarus, a Ucrânia, a porção leste, o sul agregando o litoral do mar de Azov, a Criméia e, por conseguinte alcançando o mar Negro, a Chechênia, a Geórgia (Abecásia e a Ossétia do Sul), a Moldávia a região da Transnistria, Casaquistão, bem como mantendo o controle sobre as outras ex repúblicas soviéticas; implementando, assim, o projeto euroasiático concebido pelo ideólogo ultraconservador do atual governo russo Alexander Dugin.

Apesar das ameaças representadas pela situação explosiva do Oriente Médio, região do Cáucaso, Ucrânia, Geórgia, Cazaquistão e a região sul do mar da China, a Europa, após duas guerras mundiais que se desenrolaram substancialmente em seu território, afastou a eventualidade que pudesse eclodir um conflito entre a Alemanha e a França gerador do desencadeamento da refrega franco prussiana, assim como da primeira e segunda guerra mundial, muito em virtude da edificação da UE (PECEQUILO, 2014; KEGEL, 2001). Por outro lado, apesar da situação tensa no âmbito da possibilidade de conflitos bélicos na região do mar sul da China, em virtude de Taiwan, ilhas artificiais e a primeira base militar em Djibuti, no chifre da África, próxima da Somália, e, portanto, criada fora de seu território, a China poderia se tornar uma garante da dissuasão de atritos bélicos a fim de viabilizar seus projetos econômicos comerciais. O mais importante deles é a Iniciativa do Cinturão e Rota (em inglês: Belt and Road Initiative), também conhecida como Um Cinturão, Uma Rota (em inglês: One Belt One Road) ou Cinturão Econômico da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Século 21 ou Nova Rota da Seda, é uma estratégia de desenvolvimento de infraestrutura, constituída por ferrovias, portos marítimos e secos, investimentos em países da Europa, Ásia e África. O “Cinturão” e o que é ainda mais turbinado na atualidade o denominado, Corredor Internacional de Transporte Internacional Norte Sul (CITNS), referem-se às rotas terrestres ou ao Cinturão Econômico da Rota da Seda, enquanto a “Rota” diz respeito às vias marítimas, ou à Rota da Seda Marítima deste século. A “Rota” gerou a compra da maioria das ações de portos gregos, espanhóis e italianos e o “Cinturão” passa pela Ucrânia palco do conflito com a Rússia, país este que firmou um acor-

do sem limites com os chineses. E enquanto o “Cinturão”, o CITNS e a “Rota” segundo o governo chinês e alguns estudiosos devem ser encarados como uma iniciativa visando melhorar a conectividade regional integrando a Ásia, pois atravessaria as ex repúblicas soviéticas, como o Cazaquistão, até mesmo o Afeganistão, Rússia, Índia, Paquistão, Irã, Europa e uma parte leste da África, possibilitando a eliminação de contendas de caráter belicista, bem como a adoção de outra divisas monetárias outros tantos analistas, por seu lado, os veem como um impulso para o domínio da China em assuntos globais fortalecendo uma rede comercial centrada em Pequim.

A ação social, como salienta, o construtivismo, não é inteiramente determinada por aspectos físicos ou constrangimentos ditados pelas preferências pessoais e escolhas racionais. Ela depende, também, que seu conhecimento seja compartilhado e que a apreensão de seu significado coletivo não negligencie a situação vivenciada, a autoridade e legitimidade das leis, as instituições e até mesmo os recursos naturais. O reconhecimento de que essas mediações atravessam de ponta a ponta a ação social permite divisar um novo caminho no qual aflorem práticas originais criativas (PEREIRA, 2021; JACKSON; SORENSEN, 2007).

O construtivismo como o realismo e até mesmo o liberalismo mantem-se vinculado a ótica estadocentrica, no entanto ao contrário dessas duas teorias anui que o aparato estatal é um construto concebido pela intervenção de fatores culturais, históricos, sociais e da ordem das mentalidades coletivas. Com o adendo que assumindo tal juízo, ainda assim, o construtivismo permanece preso a uma visão estadocentrica, ainda que se reconheça a intervenção dos sujeitos sociais na moldagem do Estado e a influência e a intervenção deste naqueles.

CONCLUSÃO

A gênese das Relações Internacionais se situa no intervalo histórico que convencionalmente é designado como Antiguidade. No entanto, emergem tanto no hemisfério ocidental, cuja a referência seria a obra de Tucídides, A guerra do Peloponeso, como nos Reinos chineses, entre os povos mesopotâmicos e o Egito, portanto, no extremo norte da África. Elas integram não apenas as lides, táticas e estratégias bélicas, negociações diplomáticas, a compreensão da ascensão e

colapso de projetos hegemônicos, mas fluxos comerciais, trocas culturais e a ações empreendidas por cada ator social inserido em um cenário, uma estrutura de poder mutante, uma conjuntura específica e uma concepção de história. A investigação, que em grego do período clássico assume a denominação de história, floresce ao mesmo tempo que a narrativa das Relações Internacionais entretidas entre as cidades estado de Atenas, Esparta e Tebas. Assim sendo, a reflexão sobre as Relações Internacionais é contemporânea ao estabelecimento das normas que presidem a constituição da memória, no contexto da argumentação fundamentada sobre precisas evidências e constatações que alinha uma pesquisa rigorosa.

As teorias das Relações Internacionais surgem mais tarde entre os pensadores que se debruçam sobre a natureza imanente das novas organizações sociais representadas pelos centros urbanos do final da Idade Média e início da modernidade, as negociações de paz que sucederam a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), as revoluções Puritana e Gloriosa de 1640 e 1688, entre as duas conflagrações mundiais (1918-1939), a Guerra Fria (1947-1991) e o lapso temporal seguinte, o pós essa conflagração que nunca alcançou as raias do conflito aberto entre as duas super potências. As teorias se expressam mediante paradigmas assemelhados aos tipos ideais weberianos, reduções eidéticas que deixam de apreender as modulações, os entretons, variantes, nuances e os matizamentos.

Além da teoria construtivista elaborada por Wendt (1992). Muitas outras foram concebidas, vale lembrar a Teoria Crítica formulada por R. W Cox e a Feminista que estabelece a implementação de uma Política Externa na qual as mulheres assumam de fato direitos iguais aos dos homens, assim como, voz ativa.

Com relação a teoria construtivista vimos que sua rápida difusão coincidiu não casualmente com a breve temporada da euforia vivida na Europa entre o final da década de oitenta e o início do decênio sucessivo. Com efeito, período no qual ainda nos encontramos, em que refloresce a reflexão em torno das Relações Internacionais. Período no qual sob os golpes da grande onda da fragmentação internacional que irrompe com a implosão da URSS e da ex Iugoslávia, o “Brexit” e a crise da integração latino-americana, não somente, mas quase todos os principais atores a começar pelos Estados Unidos se apressaram

a recuperar concepções e práticas da segurança do constructo teórico tradicional centradas na prevenção e antecipação as ameaças à paz mundial. O que distingue o atual momento marcado pelo temor que ocorram guerras, nas fronteiras do leste da Europa e no mar sul da China, o trágico rastro de vítimas deixado pela pandemia do Covid 19 e a devastação ambiental que coloca em perigo a sobrevivência humana em nosso planeta, é uma visão menos otimista conferida a atores não estatais, percebidos no início dos anos noventa como portadores de perspectivas alternativas e pacíficas a respeito da convivência internacional. Hoje sob a ameaça de ataques terroristas, guerras, degradação do meio ambiente que produz uma grande quantidade de deslocados, a relevância das estruturas não materiais que condicionam os indivíduos, tais como valores, princípios, expectativas e fatores ideacionais declinam, assim como não são mais elementos de unificação e resiliência ao lugar comum vislumbrado no âmbito do preconceito, opiniões infundadas e negacionismo (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Tal condição nos aproxima a uma temporada na qual viceja a exacerbação do individualismo em lugar do respeito à individualidade e o exercício do uso desenfreado força ao contrário da resolução pacífica dos conflitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERNETHY, D. B. *Dynamics of Global Dominance: European Overseas Empires, 1415-1980*. New Haven: Yale University Press, 2002.

AGUILAR, S. L. C.; ALONSO, Z. I. *Os desafios da política externa e segurança no século XXI*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

ANDREATTA, F. L'orizzonte della cooperazione. La controversia sui vantaggi relativi nelle relazioni internazionali. *Rivista Italiana di Scienza Politica*, Bologna, v. 31, n. 2, p. 235-275, 2001.

ANDREATTA, F.; CLEMENTI, M.; COLOMBO, A.; KOENIG-ARCHIBUGI, M.; PARSI, V. E. *Relazioni internazionali*. Bologna: Il Mulino, 2012.

BASSALO, J. M. F.; CARUSO, F. *Heisenberg*. São Paulo: Livraria da Física, 2014.

BECARD, D. S. R. *Relações exteriores do Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOBBIO, N. *Teoria das formas de Governo*. 10. ed. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

BONANATE, L.; AMAO, F.; TUCCARI, F. *Le relazioni internazionali: cinque secoli di storia*. Milano: Bruno Mondadori, 1997.

BRAUDEL, F. *Le Méditerranée*. Paris: Flammarion, 1985.

CAMPANELLA, T. *Monarchie d'Espagne et Monarchie d'France: fundament de la politique*. Paris: PUF, 1997.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependencia y desarrollo en America Latina: ensaio de interpretación sociológica*. México: Siglo XXI, 1969.

CARR, E. H. *Vinte Anos de Crise 1919-1939: uma introdução ao estudo das relações internacionais*. Brasília, DF: Ed.UnB, 2002.

CARVALHO, F. M. S. *O moderno e suas diferenças*. 1970. Tese (Livro-Docência), Departamento de Ciências Sociais/faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1970.

CARVALHO, F. M. S. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974.

CARVALHO, F. M. S. "All the world was America." - John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico. *Revista USP*, São Paulo, v. 17, p. 30-53, 1993.

CLAUSEWITZ, C. VON. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

COHN, G. (org.) *Max Weber*. São Paulo: Ática, 1979. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

CORM, G. *Storia del Medio Oriente*. Perugia: Jaca Book, 2009.

COTRIM, G. *Fundamentos da filosofia: história e grandes temas*. São Paulo: Saraiva, 2005.

CURRAN, A. S. *Diderot e a arte de pensar livremente*. São Paulo: Todavia, 2022.

DEUTSCH, K. W.; SINGER, J. D. Multipolar power systems and international stability. *World Politics*, v. 16, n. 3, p. 390-406, Apr. 1964.

DUROSELLE, J. B. *A Europa de 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais*. Lisboa: Edições Texto e Grafia, 1976.

DUROSELLE, J. B. *História das relações internacionais de 1919-1945*. Lisboa: Edições Texto e Grafia, 2001.

EUZET, C. *Relations internationales*. Paris: Ellipses, 2004.

FERNANDES, J. P. T. *Teorias das Relações Internacionais: da abordagem clássica ao debate pós-positivista*. Coimbra: Almedina, 2011.

FERRERA, M.; GIULIANI, M. *Governance e politiche nell'Unione Europea*. Bologna: Il Mulino, 2008.

FEYERABEND, P. *Contra o método*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

FOTTORINO, E. (org.). *Quem é o Estado Islâmico? Compreendendo o novo terrorismo*. São Paulo: Autentica, 2016.

FRANCO, M. S. C. All the world was America: John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico. *Revista USP*, São Paulo, v. 17, p. 30-53, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i17p30-53>. Acesso em: 5 abr. 2022.

FRANK, A. G. *Capitalism and underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil*. London: Monthly Reviewpress, 1967.

GILPIN, R. *War and change in international politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GOFFREDO JÚNIOR, G. S. *Entre o poder e direito: a tradição grotiniana na política externa brasileira*. Brasília, DF: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão 2005.

GOWA, J. Bipolarity, multipolarity and free trade. *American Political Science Review*, Baltimore, v. 83, n. 4, p. 1245-1256, Dec. 1989.

GRÓCIO, H. O. *Direito das leis da guerra e da paz*. Porto Alegre: Ed. Injuí, 2005. v. 6.

GUIMARÃES, F. S. *Teoria das relações internacionais*. São Paulo: Contexto, 2021.

GULLO, M. *Insubordinación y desarrollo las claves del éxito y el fracasso de las naciones*. Buenos Aires: Editorial Biblos-Politeia, 2012.

GULLO, M. *A insubordinação fundadora: breve história da construção do poder pelas nações*. Florianópolis: Insular, 2014.

GULLO, M. *Relaciones internacionales: una teoria crítica desde la periferia sudamericana*. Buenos Aires: Editorial Biblos-Politeia, 2018.

HERZ, M.; HOFFMANN, A. R. *Organizações internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HOBBS, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

HOBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

HOBSBAWM, E. J. *A era das revoluções*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOBSBAWM, E. J.; TERENCE, R. *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

JACKSON, R.; SORENSEN G. *Introdução às relações internacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

KANT, I. *A paz perpétua*. Porto Alegre: L&PM, 1989.

KEGEL, P. Soberania e supranacionalidade dos estados membros da EU: o point of no return da integração regional. In: PIMENTEL, L. O. (org.). *Direito da integração*. Curitiba: Juruá, 2001.

KISSINGER, H. *Ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KOHN, H. *The idea of nationalism*. New York: Collier Macmillan, 1967.

KRIPPENDORFF, E. *História das relações internacionais*. Lisboa: Antídoto, 1979.

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

LESSA, A. C.; OLIVEIRA, H. A. (coord.). *Teoria das relações internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2013.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOCKE, J. *O Segundo Tratado sobre o Governo Civil*. Petrópolis: Vozes, 1994.

LOHBAUE, C. *História das Relações Internacionais II: o século XX: do declínio europeu à era global*. Petrópolis: Vozes, 2012.

MARIANO, K. *Globalização regionalismo e as teorias de integração regional*. In: *Regionalismo na América do Sul: um novo esquema de análise e a experiência do Mercosul*. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

MARTI, E. M. A. *China de Deng Xiaoping*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

NAPOLEONI, L. *A Fênix Islamista: o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

NASSER, R. M. *Os arquitetos da política externa norte-americana*. São Paulo: Educ, 2010.

NEVES, A. (org.) *Teoria das relações internacionais: as questões mundiais em debate*. Petrópolis: Vozes, 2014.

NOGUEIRA, J.; MESSARI, N. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*. São Paulo: Atlas, 2005.

NYE JUNIOR, S.; WELCH, D. A. *Understanding global conflict and cooperation: an introduction to theory and history*. 9th. London: Perason, 2012.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista - O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, H. A. *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.

PANEBIANCO, A. *Relazioni internazionali*. Milano: Jaca Book, 1992.

PECEQUILLO, C. *A união europeia: os desafios, a crise o futuro da integração*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

PELLISTRANDI, B. *As relações internacionais de 1800 a 1871*. Lisboa: Edições 70, 2000.

PEREIRA, A. E.; BLANCO, R.; PEREIRA, D. C. (org.) *Relações internacionais contemporâneas: novos temas e novas abordagens*. Curitiba: NEPRI/UFPR, 2020.

PEREIRA, A. E. R. B. *Teorias contemporâneas RICS*. São Paulo: Entre Saberes, 2021.

PIRES, F. M. A retórica do método (Tucídides I.22 e II.35). *Revista de História*, São Paulo, n. 138, p. 9-16, 1998. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i138p9-16. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18839>. Acesso em: 22 fev. 2022.

PIRES, F. M. *Mithistória*. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

PIRES, F. M. *Diálogos Tucidideanos I: no tempo dos Humanistas* (de Bruni a Alberti). São Paulo: EDUSP-FAPESP, 2007.

RAMANZINI, H.; FARIAS, R. *Análise de política externa*. São Paulo: Contexto, 2021.

RIBEIRO, R. J. *Ao leitor sem medo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ROMANO, R. Paz da Westfália. In: MAGNOLI, D. (org). *História da paz: os tratados que desenharam o planeta*. São Paulo: Contexto, 2008.

SAINT-PIERRE, C. I. C. *Projeto para tornar perpétua a paz na Europa*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2003.

SARFATTI, G. *Teoria das relações internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005.

SCHUIDEL, W. *Violência e história da desigualdade: da idade da pedra ao século XXI*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

SILVA, G. A.; GONÇALVES, W. *Dicionário de relações internacionais*. Barueri: Manole, 2010.

SINGER, A.; ARAUJO, C.; BELINELLI, L. (org.). *Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

STRAUSS, L. *Tristes trópicos*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1996.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília; IPRI, 1987.

VAISSE, M. *As relações internacionais a partir de 1945*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

VARGAS, G. E. *O Brasil e a Liga das Nações: 1919-1926: vencer ou não*

perder. Imprensa: Fundação Alexandre Gusmão. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

VEYNE, P. *Pão e circo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

VIERA, S. *Introdução às relações internacionais*. São Paulo: Ed. Escolar, 2012.

VISENTINI, J. W. *A Nova Ordem Mundial*. São Paul: Ática 1997.

WALLERSTEIN, I. *The modern world-system: capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century*. New York: Academic Press, 1974.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. Torino: Ed. Comunità, 1999. v. 4.

WENDT, A. Anarchy is what States make of it: the social construction of power politics. *International Organization*, Cambridge, v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992.

ZANETTI, A. *O Mercosul: dimensões do processo de integração na América do Sul*. 2. ed. São Paulo: Claridade, 2015.

ZANETTI, A. A política externa do Brasil do Barão do Rio Branco sob a ótica dos paradigmas das Relações Internacionais e o modelo carismático de tomada das decisões *Revista Prâksis*, Novo Hamburgo, ano 13, v. 2, p. 40-53, 2016. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/1094/1548>. Acesso em: 14 abr. 2022.

ZANETTI, A. Uma abordagem histórica da política exterior brasileira durante o período imperial (1808-1889). In: MATEU, C.; Alberto Luiz SCHNEIDER, A. L. (org.). *Estados nacionais e pensamento social na América Latina*. coord. Vera Vieira. São Paulo: EDUC, 2018.

O Populismo Visto sob o Prisma do Laboratório Ideológico-Político Brasileiro: Vargas, Collor e Bolsonaro

Fabio Gentile¹

Na origem do conceito de populismo há uma ampla gama de fenômenos bem diferenciados entre eles.

Por um lado, os movimentos antimodernizadores na Rússia Czarista e nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX. Por outro lado, sobretudo, os fenômenos surgidos simultaneamente na Europa e na América Latina logo depois da Segunda Guerra Mundial: é o caso dos movimentos e dos partidos de contestação da democracia liberal representativa (“qualunquismo” e “laurismo”²) na Itália do Sul e do nacional-desenvolvimentismo peronista na Argentina.

Trata-se do pano de fundo das primeiras teorizações científicas do populismo, formuladas nas décadas de 1950 e 1960 (GELLNER; IONESCU, 1969), para analisar fenômenos produzidos por tendências

1 Formado em Letras Modernas pela Universidade “L’Orientale”, Nápoles, Itália, tem PhD em Filosofia e Política pela Universidade “L’Orientale”, Nápoles, Itália e pós-doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, SP/Brasil. Professor de Ciências Políticas no Departamento de Ciências Sociais e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal do Ceará, onde também atua como coordenador do programa de Pós-Graduação em Sociologia. Também é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará.

2 Com a palavra “Qualunquismo” define-se o movimento populista de recusa da política tradicional liderado pelo comediógrafo e homem político Guglielmo Giannini, fundador do “Uomo Qualunque” – UQ (pode ser traduzido “Homem Qualquer”) na Itália entre o final da década de Quarenta e a década de Cinquenta. Com “Laurismo” entende-se o movimento liderado por Achille Lauro, empresário, armador e prefeito da cidade de Nápoles, na Itália da década de Cinquenta. Foi criador do Partido Monárquico Popular (PMP), dono do club de football da cidade de Nápoles, e do jornal quotidiano “Roma”.

“patológicas” da democracia de massa após a Segunda Guerra Mundial e, portanto, não claramente classificáveis nas categorias fascismo, autoritarismo e totalitarismo,

A partir da nova conjuntura das décadas de 1980 e 1990 do século XX, o espectro semântico-conceitual do populismo é ampliado. O conceito é pensado como um recipiente multiforme e elástico, capaz de capturar a essência mais profunda dos fenômenos (especialmente na área da direita, mas também na esquerda), provocados pelas crises das democracias ocidentais, no contexto do “fim das ideologias”, aberto pelo colapso da União Soviética.

É bastante consensual que a versatilidade do populismo é um caráter fundamental para medir o seu valor epistemológico no campo das ciências sociais, porem sinaliza também ambiguidades ínsitas no conceito, que marcam até hoje seu caminho tortuoso e não consensual no campo da teoria política europeia e americana (MUDDE, 2004; LACLAU, 2008; MOFFITT, 2016; FINCHELSTEIN, 2017; EATWELL; GOODWIN, 2018; MOUFFE, 2018; URBINATI, 2020).

Em suma, trata-se de um conceito político controverso, ambivalente, ilusório, cuja apropriação se dá, em muitos casos, de modo ideológico na linguagem política cotidiana, a despeito das necessidades científicas para as quais foi pensado.

No entanto, se restringirmos o campo de análise à circulação do conceito na América Latina desde a segunda metade do século XX, observamos que o populismo não foi marcado pelas mesmas antinômias, detectadas pelas ciências sociais europeia e norte-americana.

Sob o impulso da renovação metodológica e teórica trilhada pelo sociólogo ítalo-argentino Gino Germani, o populismo registrou grande sucesso no pensamento sociopolítico latino-americano, sem, todavia, ter sido submetido ao rigor metodológico e teórico que uma teoria política sólida demanda, tornando-se uma categoria em muitas circunstâncias mais ideológica do que científica, útil para classificar todas as etapas cruciais da modernização latino-americana (os populismos “clássicos” de Vargas, Cárdenas, Perón e os “neopopulismos” de Collor de Mello, Menem, Fujimori, sem considerar os populismos de “esquerda” de Chávez, Morales, Correa e Néstor e Cristina Kirchner), em contínua oscilação entre os níveis não coincidentes do conceito, do fato, da teoria e da semântica da comunicação populista.

Nessa perspectiva, as ciências sociais brasileiras constituem um verdadeiro “laboratório” da apropriação latino-americana do populismo. Se, por um lado, o debate brasileiro incorpora todos os pontos de força e de fragilidade do debate europeu e norte-americano sobre o populismo, o uso desse conceito no pensamento político-social brasileiro, por outro lado, precisa atender a necessidades específicas, a partir das primeiras teorias sobre “o povo amorfo”, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, passando pela análise do ciclo nacional-desenvolvimentista da “Era Vargas” (1930-1964), pensado como um projeto de industrialização integral, caminho privilegiado para superar o subdesenvolvimento, sob a égide do Estado (BIELSCHOWSKY, 1988) – que para muitos cientistas sociais marca o ponto de partida do populismo brasileiro –, até a ressignificação do conceito nas últimas décadas, para definir fenômenos (neo) populistas quais Collor e, sobretudo, Jair Bolsonaro e o chamado “bolsonarismo”.

Dadas estas reflexões preliminares, e levando em consideração o caminho trilhado rumo aos resultados mais significativos do debate (FERREIRA, 2001), pretende-se fornecer um panorama analítico, histórico-crítico e metodológico da elaboração brasileira do conceito de populismo, articulado em torno de um fio condutor que liga conjunturas, teoria e metodologias diferentes do pensamento político-social brasileiro, entre usos científicos – a análise das etapas cruciais da modernização do País (o ciclo do nacional desenvolvimentismo populista, 1930-1964) - e usos ideológicos-políticos - o populismo como *kampfbegriff* (um “conceito de combate”) na disputa quotidiana sobre o “bolsonarismo” (BOISARD, 2020).

Analisando o laboratório brasileiro, o qual apresenta uma riqueza de conteúdos e elementos tanto significativos quanto ainda pouco analisados no debate sobre o populismo contemporâneo, o objetivo é contribuir para incentivar as ciências sociais europeia, norte-americana e latino-americana a colaborar no terreno comum de uma história global do populismo (FINCHELSTEIN; URBINATI, 2021), pensada em torno de redes de interdependência, que precisam ser fortalecidas com base em uma ciência social comprometida com a “transnacionalização” da cultura (PINTO; FINCHELSTEIN, 2019). É preciso então avançar na perspectiva de um diálogo interdisciplinar, cruzando os terrenos do pensamento político-social brasileiro com a teoria polí-

tico-social (BRANDÃO, 2007), tendo em vista o objetivo comum de criar espaços transnacionais para a circulação de ideias, a interação e a comparação entre fenômenos que compartilham as mesmas raízes ideológicas e políticas.

O POVO “AMORFO” NO PENSAMENTO NACIONAL-AUTORITÁRIO BRASILEIRO DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

O Brasil não foi atingido pelo trauma da Grande Guerra. Porém, o primeiro pós-guerra foi uma época crucial de transformações sociais, sob o impulso de um nacionalismo “político-militante”, capaz de aglutinar diferentes linhagens do panorama político e cultural brasileiro em torno a um projeto de “redescobrimto” dos marcos originários do povo brasileiro desde sua matriz colonial. Embora com perspectivas teóricas e metodológicas diferentes, o elemento comum destas variedades de famílias políticas e intelectuais, comprometidos com a análise do povo brasileiro, é um modelo de Estado-nação qualitativamente diferente daquele do nacionalismo liberal do século XIX (LIPPI, 1990).

Existe, todavia, um vínculo de continuidade entre o nacionalismo brasileiro da segunda metade do século XIX e aquele das primeiras décadas do século XX. É o caso do político e intelectual liberal Alberto Torres (1865-1917).

Torres já no início do século XX, influenciado pela ampla circulação das ideias de Comte e Durkheim no Brasil, havia antecipado um dos temas centrais da ideologia nacionalista brasileira entre as duas guerras mundiais: o hiato profundo entre o Brasil “legal” da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891) – sofisticada obra jurídica baseada na montagem de modelos estrangeiros da tradição liberal europeia e norte-americana e, como tal, considerada inadequada ao caminho histórico nacional – e o Brasil “real”, lidando com profundos problemas sociais e econômicos e com um povo marcado pela “anomia”, pela ausência de laços de solidariedade, “amorfo” e totalmente desprovido dos requisitos mínimos para participação política.

Sem renunciar aos princípios fundamentais do liberalismo, o remédio para os “males do Brasil” – na opinião de Torres – era a incorporação do povo à nação mediante um nacionalismo organicista, ca-

racterizado pela ampliação dos poderes do Estado e pela organização de todas as forças econômicas e sociais do País (TORRES, 1914, p. XIII).

É nesse contexto que surge uma direita nacionalista e autoritária, plasmada em torno da “criação” e da educação do povo pelo Estado-nação.

A análise desse fenômeno sugere que o pensemos como um campo de relações intelectuais e políticas polarizadas em torno de um conjunto de problemas no qual temas tradicionais de longo prazo do pensamento político brasileiro (BEIRED, 1999), como a “ausência de um povo” (entendida como falta de consciência nacional) e a necessidade de um Estado centralizado, entrelaçam-se com os desafios da modernização, vinculados à crise do modelo agroexportador brasileiro, no contexto mais amplo da crise mundial do capitalismo e do Estado liberal, percebido como inadequado para governar as grandes transformações em andamento.

Essa galáxia de direita se apresenta com uma face tripla (BEIRED, 1999): a) o nacionalismo autoritário, herdeiro da tradição positivista brasileira; b) a direita católica; e c) a direita integralista, que, de acordo com uma análise consolidada no debate histórico, seria o movimento ideológico e político mais próximo do fascismo europeu (TRINDADE, 1974; PEREIRA; CALDEIRA NETO, 2020).

Na impossibilidade de examinar a trajetória das direitas brasileiras no século XX, nossa análise enfoca os traços essenciais do nacionalismo autoritário, já que esta linhagem – concentrada principalmente em torno de intelectuais como Francisco José de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos – abre o caminho teórico à apropriação sucessiva das teorias populistas nas ciências sociais brasileiras.

Como foi justamente observado, o diagnóstico da realidade brasileira e os remédios normativos propostos pelo nacional-autoritarismo constituíram o núcleo de uma nova “ideologia do Estado” (LAMOUIER, 1977), marcada por traços protofascistas, como resposta necessária e específica ao problema da organização do poder e da criação de um povo, diante da crise do liberalismo, no contexto mais amplo da crise internacional do primeiro pós-guerra.

Em busca de novas ferramentas teóricas e metodológicas para pensar a formação e a educação do povo brasileiro sob o controle do estado interventor, o nacional-autoritarismo brasileiro se alimentou pelo debate francês sobre o nacionalismo, desde a segunda metade do

século XIX, bem como pelo sindicalismo nacionalista, confluído então no fascismo italiano.

Trata-se de uma etapa fundamental para entender como os ideólogos do autoritarismo brasileiro se apropriaram das teorias europeias. Basta pensar ao clássico *Populações Meridionais do Brasil* (1920) de Oliveira Vianna (2005), no qual confluem todos os temas fundamentais do nacionalismo europeu, adaptando-os a realidade brasileira: a sociologia de Durkheim (BRESCIANI, 2004), o positivismo comtiano reelaborado de forma “ecclética” (LOVE, 1975) no encontro com a teoria spenceriana, base do evolucionismo social darwiniano, a recusa do liberalismo e a preocupação com a solidariedade e o organicismo social (o familismo de Le Play misturado ao racismo biológico de Lapouge e a demografia racial de Gobineau), bem como o controle corporativo dos conflitos produzidos pela sociedade industrial (o nacionalismo protecionista de Maurice Barres, e *l’Action Française* de Maurras), enfim a teoria das multidões de Le Bon e a teoria das elites de Mosca e Pareto, sendo complementadas com a psicologia e a psicanálise (VIANNA, 2005).

Servindo-se desta variegada literatura europeia, Oliveira Vianna e os principais teóricos do nacionalismo autoritário, no caminho aberto por A. Torres, adaptam os conceitos de “anomia” e “amorfia” à análise do povo brasileiro. De acordo com sua elaboração, a Constituição de 1891, até mais do passado colonial, vai ampliando o hiato entre o País “legal” dos “bacharéis” e o Brasil “real”, da pobreza e da miséria. O povo, desenraizado do latifúndio e dos seus laços clínico-parentais, é catapultado em uma época de profunda desorganização, que não pode ser mais pensada na perspectiva da representação liberal e individualista, mas precisa de uma nova representação moldada no “social”.

Dado esse diagnóstico, os teóricos do nacional-autoritarismo se comprometem com a reflexão sobre os principais elementos da sociedade civil, visando plasmar a nação na forma de um Estado autoritário que transforme as massas brasileiras, “amorfadas” e fragmentadas, em uma comunidade harmoniosa. A única solução racional e orgânica para a realidade econômica, política e social brasileira apontada por essa linhagem do pensamento político brasileiro é o Estado nacionalista autoritário em suas múltiplas funções de organização, incorporação, educação, controle e proteção da sociedade (VIANNA, 2005, p. 275-276).

O conceito de “povo amorfo” em busca de uma identidade nacional, elaborado pelos ideólogos do Estado Novo de G. Vargas, é apropriado também por outras linhagens. Basta pensar em Sérgio Buarque de Holanda, que, no clássico *Raízes do Brasil* (HOLANDA, 1936), animado por uma exigência de buscar novas categorias capazes de interpretar a entrada do País na modernidade, reformula a categoria de “homem cordial” brasileiro, dialogando também com as teorias psicossociologias do “povo amorfo”, constatada uma suposta incompatibilidade brasileira com o liberalismo das sociedades europeias modernas. Portanto, o homem brasileiro, nascido e criado na estrutura clã-parental do latifúndio, é pensado para Buarque de Holanda como uma coletividade-povo “emocional”, ainda marcada por seu passado escravocrata e rural, cuja cultura é caracterizada por um *corpus* de identidades simbólicas, mitológicas quais são a “espontaneidade” e a “cordialidade”.

Se, em acordo com Torres e Oliveira Vianna, a democracia liberal seria “sem raízes profundas na realidade” brasileira (HOLANDA, 1936, p. 152), e os totalitarismos de raça ou de classe seriam um produto dela, o personalismo das elites ou de um líder carismático poderia ser uma solução mais adequada para a criação da nação brasileira, já que é comprovada pela história da América Latina a capacidade das elites de despertar os sentimentos mais profundos do povo-massa, visando ganhar um consenso de caráter fideísta em torno de um projeto de nação.

Enfim, embora não seja possível falar de uma verdadeira teoria do populismo brasileiro na década de 1930, é oportuno reconhecer que os teóricos do Estado varguista abrem o caminho para o uso do conceito na análise dos processos de modernidade-modernização brasileira do século XX. Nesta perspectiva, a apropriação “ecclética” da linhagem nacional-autoritária no progressismo teórico-político de Sérgio Buarque de Holanda desenvolve um papel fundamental nas teorias do populismo elaboradas por uma nova geração de cientistas sociais, que mesmo sendo formados no marxismo, estarão disponíveis para dialogar com as leituras clássicas do povo brasileiro.

DA “IDEOLOGIA DO ESTADO AUTORITÁRIO” AO NACIONAL-POPULISMO DESENVOLVIMENTISTA COMO CATEGORIA EXPLICATIVA DA MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA

Com base no exposto, é preciso aguardar até a década de 1960 para ter as primeiras teorias do populismo de cunho científico. Isso não quer dizer que o conceito tenha desaparecido do debate. O problema é que, no imediato segundo pós-guerra, o populismo se limita ao discurso ideológico-político de setores do liberalismo reacionário, conservador e anticomunista, para desacreditar os “inimigos” políticos “varguistas” (G. Vargas, J. Goulart, L. Brizola, J. Quadros e J. Kubitschek), acusados de ser perigosos demagogos, levando o Brasil a uma catástrofe com seus projetos de reforma social (BIELSCHOWSKY, 1988).

Nesse horizonte de problemas se coloca a obra de alguns dos grandes fundadores da sociologia acadêmica brasileira das décadas de 1960 e 1970, em plena ditadura militar. Trata-se de uma conjuntura importante na elaboração brasileira do conceito de populismo.

Diante da necessidade científica e política de interpretar, no calor do momento, o nacional-desenvolvimentismo da “Era Vargas”, Octavio Ianni na obra *O colapso do populismo no Brasil* (1968) e Francisco Weffort na obra *O populismo na política brasileira* (1978), teoricamente insatisfeitos com as categorias fascismo, totalitarismo e autoritarismo, refletem sobre o conceito de populismo, liberado de seus usos ideológicos no conflito político da década de 1950, para ser aplicado como categoria científica na análise sócio-política do “ciclo desenvolvimentista” de 1930 a 1964.

Se, por um lado, Ianni e Weffort estão dispostos a aceitar a teoria dos ideólogos do Estado Novo de que o Estado varguista havia criado a nação brasileira, por outro lado, retomam de Buarque de Holanda a “cordialidade”, para reafirmar a necessidade de elaborar leituras específicas da sociedade brasileira, incomparável com a europeia, marcada por regimes totalitários e autoritários.

Apesar do esforço teórico de Ianni e Weffort, o populismo teria ficado à margem das ciências sociais brasileiras sem a contribuição de Gino Germani (1969, 1978). Os estudos do sociólogo ítalo-argentino proporcionam às ciências sociais brasileiras a oportunidade de legi-

timar a teoria do nacional-desenvolvimentismo varguista, populista, em bases científicas.

A partir dos trabalhos da década de 1940 e ao longo da sua trajetória de sociólogo dos processos de modernização, analisados sob a perspectiva estrutural-funcionalista e parsoniana, Gino Germani é um observador atento da era do totalitarismo fascista e do peronismo argentino. Embora Germani reconheça que a Europa mediterrânea tem um vínculo evidente com os Países latino-americanos, uma das principais contribuições da sua teoria comparativa é a análise específica das vias nacionais latino-americanas para o *desarrollo* ou o desenvolvimento.

Porém, a sociologia científica de Gino Germani também envolve o estudo da participação das massas na vida nacional. O confronto entre fascismo e peronismo leva o autor a reconhecer, por um lado, a novidade da mobilização permanente totalitária das massas no nazifascismo, mas, por outro lado, a admitir a impossibilidade de reproduzir nas sociedades latino-americanas o Estado-partido totalitário, que absorve a esfera do privado no público, já que era do nacional-populismo inaugurada por Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón se limitou a uma política populista de inclusão, embora passivamente, das massas na vida nacional, apesar de suas características autoritárias e corporativas (GERMANI, 1978).

Daí o interesse das ciências sociais brasileiras (IANNI, WEFORT, CARDOSO & FALETTTO) em analisar por que os países latino-americanos escolheram o populismo nacional-autoritário como modelo mais adequado para dirigir a inevitável e necessária entrada de suas sociedades na modernidade.

No horizonte aberto por Gino Germani, Ianni apresenta a “Revolução” varguista de 1930 como o ponto de partida da democracia populista no Brasil. Em sua opinião, a “Era Vargas”, embora autoritária no período do Estado Novo, havia inaugurado a política das massas, enquadradas no modelo econômico-social, cujo ponto de chegada foi o Decreto-Lei n. 5.452³ – um código trabalhista muito amplo, incorporando toda a legislação social produzida durante a “Era Vargas” e ainda em vigor nos dias de hoje –, que criou as condições para a implantação da democracia popular no Brasil.

³ Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, 1943.

Ianni argumenta que a década que vai do suicídio de Vargas ao golpe militar (1954-1964) é caracterizada por um ciclo econômico que rompe com o modelo agroexportador clássico, incentivando a importação de tecnologia e rompendo a dependência dos investimentos estrangeiros. A industrialização sustentada por um desenho político nacional-populista se torna o ponto crucial para o desenrolar da jovem e frágil democracia brasileira, no contexto da Guerra Fria e do imperialismo norte-americano na América Latina.

Assim, não parece paradoxal para Ianni que as grandes mudanças introduzidas pela “Era Vargas” – mesmo na fase mais abertamente fascista do Estado Novo – favoreçam a criação de um modelo de Brasil mais democrático e, conseqüentemente, também se tornem objeto de conflito ideológico-político entre os setores populares apoiando os presidentes “varguistas” e “populistas” e as elites aliadas com a burguesia reacionária, que leva ao fim do ciclo virtuoso (1930-1964), interrompido pelo golpe militar.

Na trilha de Ianni, Weffort elabora um dos modelos mais sofisticados de populismo. Para o cientista social, a era do nacional-populismo brasileiro é caracterizada pela participação das classes populares na vida nacional, no contexto das transformações econômicas, políticas e sociais provocadas pelos primeiros processos de modernização entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. A pressão das classes populares é exercida tanto em cima das estruturas estatais – ampliando a participação popular na política, especialmente no campo dos direitos sociais – quanto na economia, com o acesso de setores populares a profissões e bens de consumo dos quais eram tradicionalmente excluídos. O nacional-populismo seria, portanto, a política de inclusão das classes populares em um modelo de desenvolvimento inevitável e necessariamente industrial, dirigido pelo líder carismático e paternalista (Getúlio Vargas, “pai dos pobres e trabalhadores”), com o apoio de uma aliança política social nacionalista, antiliberal e antioligárquica.

Enfim, a importância das teorias do populismo de Ianni e Weffort no campo das ciências sociais brasileiras e, de modo mais geral, nas latino-americanas, consiste em ter feito o primeiro grande esforço teórico e metodológico para interpretar o modelo específico de desenvolvimento nacional dos Países latino-americanos, comparando-o com o europeu.

“A INVENÇÃO DO TRABALHISMO”

As teorias clássicas do populismo exercem forte influência pelo menos até o final da década de 1970, quando se registra um novo esforço para sistematizar questões teóricas e metodológicas ainda pouco exploradas do populismo. Em um panorama marcado pela lenta e gradual transição da ditadura militar para a democracia, também sob o impulso do “novo sindicalismo” e a volta dos movimentos sociais, na segunda metade da década de 1970, uma nova geração de cientistas sociais brasileiros, incomodados com a estagnação teórica do populismo, se confronta com a crise dos paradigmas estruturalistas e funcionalistas da década de 1950 e com a renovação no próprio marxismo, dialogando, sobretudo, com os estudos de E. P. Thompson sobre a classe trabalhadora inglesa.

A obra de referência dessa fase do debate sobre o populismo é, sem dúvida, *A invenção do trabalhismo* de Ângela de Castro Gomes (1988). O objetivo é abrir um diálogo interdisciplinar entre sociologia, ciência política e história, à luz das novas fontes documentais disponíveis, interpretadas sob a perspectiva das recentes teorias sobre o movimento sindical e trabalhista internacional (GOMES, 2001).

Ângela Gomes examina a “ruptura” provocada pela “Revolução” varguista de 1930 na história brasileira, repensando-a em função de um novo modelo interpretativo da história da classe trabalhadora brasileira. Se o marxismo brasileiro sempre apresentou as classes trabalhadoras como subordinadas e cooptadas em todas as conjunturas cruciais da história nacional – pelo menos desde a Independência, dada a ausência de uma revolução burguesa que deveria ter levado dialeticamente à revolução do proletariado –, Gomes, pelo contrário, recusa essa leitura consolidada, apresentando, com base em uma teoria multidisciplinar, a classe trabalhadora como sujeito ativo da história brasileira. O desafio é repensar o populismo sob uma nova perspectiva, desvinculada das teorias clássicas marcadas pela manipulação midiática das massas fascinadas pelas virtudes carismáticas do líder Getúlio Vargas, bem como pela incorporação autoritária da classe trabalhadora ao Estado.

De acordo com Gomes, longe de constituírem um sujeito passivo da história brasileira, as classes trabalhadoras interagiram dialetica-

mente com o Estado varguista, até condicionando suas estratégias políticas (GOMES, 2001). Enfim, o nacional-desenvolvimentismo é apresentado como um “campo de possibilidades” (GOMES, 2001, p. 46), no qual o Estado, a elite política, a burguesia industrial e a classe trabalhadora negociam uma nova forma de representação menos conflituosa e mais conciliatória, tendo por objetivo comum a industrialização brasileira.

A categoria elaborada pela cientista social é o “trabalhismo”. Trata-se de um novo pacto entre o Estado e as classes produtoras desde a criação do Estado Novo, em 1937. O sentido mais profundo do trabalhismo reside no vínculo entre o Estado e a classe trabalhadora em uma época que tem início bem antes da “Era Vargas” e termina bem depois. A cientista chega à conclusão de que a relação entre o Estado e o mundo do trabalho sempre foi marcada por conflitos, avanços e derrotas de ambos os lados e, por consequência, não poderia ser reduzida apenas à mobilização populista, passiva, das classes populares no Estado, de acordo com a teoria de Weffort.

Pode-se concluir que, por um lado, a obra de Castro Gomes teve o mérito de orientar o debate rumo a uma nova reflexão sobre o populismo, a Era Vargas e, sobretudo, a entrada do Brasil na modernidade do século XX; por outro, ela apresenta dois problemas teóricos e metodológicos fundamentais.

O primeiro problema é que Castro Gomes pensa a história brasileira sob uma perspectiva exclusivamente nacional. Ela não leva em consideração, senão marginalmente, que o trabalhismo se caracteriza por uma forte influência do *Stato Nazionale del Lavoro* (Estado Nacional do Trabalho), elaborado pelo corporativismo fascista italiano.

O segundo problema – em decorrência do primeiro – é que o regime autoritário do Estado Novo, purificado de suas características mais abertamente totalitárias, pode ser apresentado como o início de um pacto construído sob a égide do Vargas “pai do nacional-desenvolvimentismo”, abrindo caminho, então, para o revisionismo da “Era Vargas” dos últimos trinta anos.

O (NEO) POPULISMO DE DIREITA: DE COLLOR AO “MITO” JAIR BOLSONARO

Com a transição da ditadura para a democracia, a trajetória brasileira do populismo, entre usos científicos e usos ideológicos-políticos, enriqueceu-se com o debate sobre a nova onda dos líderes (neo) populistas na América Latina (PANIZZA, 2000; DIEHL, 2014; BETHELL, 2018).

Nas origens da reflexão sobre o populismo nas décadas de Oitenta e Noventa do século XX há alguns fatores que merecem ser mencionados, ainda que brevemente: o fim do mundo bipolar tem um reflexo fundamental no debate sociopolítico contemporâneo, uma vez que decreta o “fim” das ideologias do século XX e, conseqüentemente, convida-nos a repensar as categorias tradicionais de direita e esquerda à luz de novos fenômenos políticos aparentemente incompatíveis com elas (os populismos de direita e aquele de esquerda), a crise da representação democrática do século XX e as novas formas de personalização da política (MANIN, 1995), que, se encontra certa resistência nos atores sociais e nas políticas tradicionais nos países ocidentais, com instituições liberais e democráticas mais consolidadas, no caso brasileiro, pelo contrário, não enfrenta obstáculo algum, dada a fragilidade das instituições democráticas ainda muito jovens, também levando em conta a peculiar conformação do “presidencialismo de coalizão”, inaugurada em 1946 e restaurada pela Constituição da República Federativa do Brasil (CONSTITUIÇÃO FEDERAL [CF], 1988) após a ditadura militar (ABRANCHES, 2018).

É o caso do governo Fernando Collor de Mello, que durou apenas 3 anos – de 1990 a 1992 –, terminando com um processo de impeachment.

A vitória do político “outsider” (Collor) nas eleições presidenciais seria o resultado de uma mudança de sistema – da ditadura para a democracia – que rompe com o equilíbrio social e político tradicional. A democracia é aceita por todas as forças em disputa, mas o modelo de desenvolvimento econômico vê, por um lado, Collor à frente de um movimento social transclassista, “não partidário”, propondo políticas reformistas e liberais e elaborando um discurso emocional (SALLUM JUNIOR, 2016), que inflama o povo em nome do “Nós, Cidadãos do Bem” contra “Eles, Cidadãos do Mal”, sendo este grupo representado, pelo lado oposto, por antigos e novos partidos, aliados na reformulação de um projeto nacional-desenvolvimentista mais distributivo.

A campanha eleitoral brasileira de 1989 constitui um laboratório para analisar alguns dos temas centrais da crise da democracia representativa e do sucesso do populismo nos últimos anos.

Naquela conjuntura, o populismo de Collor já vem se apresentando polarizado em torno da personalidade do líder que, em nome da antipolítica, cria uma relação fideísta com seus eleitores, consultados pelas pesquisas de opinião. O espaço político, tradicionalmente ocupado pelos partidos, responsável por liderar as massas brasileiras da ditadura militar à democracia, torna-se um cenário no qual assume destaque o líder populista Collor, apoiado pela configuração “não partidária” de um novo movimento político, por meio do Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

O impeachment de Collor, em 1992, é sustentado por uma ampla mobilização popular, dirigida pelos principais partidos da transição à democracia. O caso Collor mostra, mais uma vez, a natureza polimórfica, elástica e, em última análise, ambígua do conceito de populismo, uma vez que é usado como categoria científica para descrever as características do populismo de direita de Collor, porém, ao mesmo tempo, volta a ser, bem como no conflito ideológico-político da década de 1950, uma arma de luta dos partidos que se opõem a Collor, definido com desprezo como “populista”, perigoso demagogo, inimigo da democracia.

Após uma época marcada pela confiança na estabilidade da democracia brasileira, com a alternância no poder do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de F. H Cardoso e do Partido dos Trabalhadores de Lula, o populismo como categoria explicativa da política brasileira volta à tona no debate sobre a conjuntura de 2013 à 2018 - crise do governo Dilma, impeachment da Presidenta em 2016, ascensão das direitas, vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, também se alimentado da vitória de Trump e do “trumpismo” nos EUA e de seu impacto na América Latina.

Um dos desafios principais do debate é discutir o suposto caráter populista ou fascista, ou a mistura de ambos, de Bolsonaro e do movimento “bolsonarista” (FINCHELSTEIN, 2017).

Para tentar de contribuir, precisamos fornecer uma análise dos tratos mais significativos da natureza ideológica e política de Bolsonaro e do “bolsonarismo”.

Embora Bolsonaro seja um político “velho”, ele se apresenta, entre o impeachment da Dilma e as eleições de 2018, como o alfeire da renovação, com um projeto “antipolítico” de combate a velha política “profissional”, apresentada como corrupta e ineficiente, na onda da “Operação Lava Jato”, do “antipetismo” e da perseguição judiciária, política e mediática do ex-presidente Lula. Portanto, se coloca no campo semântico-conceitual do populismo clássico (MUDDE, 2004; PARZIANELLO, 2020), uma vez que, na onda de um populista clássico como Vargas o dos neopopulistas Berlusconi e Collor, o “mito” Bolsonaro e os “bolsonaristas” conseguem também ganhar um consenso de massa e uma devoção quase fideísta sob o signo da oposição “Nos, do Bem, Eles, do Mal, corruptos e opressores”, versão atualizada da lógica “amigo-inimigo” de Carl Schmitt.

Suportado pelo Partido Social Liberal (PSL) e sobretudo por um sistema de propaganda capilar nas redes sociais, capaz de envolver as massas brasileiras - não apenas as reacionárias e conservadoras, mas também as moderadas, em busca de uma nova representação na crise dos partidos tradicional - no “odeio” como política (Solano 2018), alimentado também pela disseminação ilimitada de fake news, Bolsonaro pretende criar um projeto transclassista de mobilização de um eleitorado interclassista (amplos setores da burguesia produtiva e empresarial, à classe média, mas também setores do proletariado urbanizado) , porque é a imagem de uma sociedade marcada por complexos processos de modernização desequilibrada, transformações capitalísticas de cunho neoliberal, pobreza, desigualdade social, racismo, e reação ultraconservadora as grandes mudanças de gênero e identidade marcando a sociedade brasileira (o que se resume no slogan “conservador nos costumes, liberal na economia”).

Seria, todavia, redutivo interpretar o triunfo de Jair Bolsonaro apenas na perspectiva da “antipolítica” ou de uma polarização simétrica ao Lula e ao PT (o antipetismo), dado que, além dos ingredientes usuais (indignação, antipolítica, rejeição dos canais representativos tradicionais, personalização de política, carisma etc.), adequadamente descritos pelo conceito de populismo, Bolsonaro é o produto de uma característica específica da direita brasileira: a tensão entre liberalismo e autoritarismo, que marca toda a modernização brasileira ao longo do século XX.

Além disso, o populismo de Bolsonaro se alimenta de forma original e inovadora pelo “nacionalismo religioso” (JUERGENSMEYER, 1994), suportado pela adesão cristã, que como explica o cientista político G. Casarões (2021):

[...] remete a uma visão de sociedade que condiciona o pertencimento nacional não a critérios legais e laicos de cidadania, mas à filiação religiosa. Trata-se de um fenômeno global que ganhou força no pós-Guerra Fria, especialmente em regiões periféricas do mundo, do Irã ao Afeganistão, do Sri Lanka ao Myanmar. Nelas, a disputa entre capitalismo e comunismo foi suplantada por expressões religiosas de afirmação nacional, com enorme potencial de violência sectária.

Nos últimos anos, a ideia de organização política em torno do eixo religioso-civilizacional expandiu-se para além dos grotões. A crise dos valores liberais do secularismo e do multiculturalismo criou condições para a ascensão de partidos e lideranças populistas de extrema-direita, que muitas vezes estão atreladas a uma cosmovisão fundamentalista religiosa.

Possuímos agora elementos suficientes para discutir o caráter supostamente fascista e/ou populista de Bolsonaro.

De acordo com o diagnóstico apresentado, ele se apresenta como um populista próximo ao fascismo. Por um lado, do fascismo retoma a manipulação midiática e o uso da mentira como fundamento do seu projeto ideológico-político. Por outro lado, porém, não golpeia a democracia de fora, como acontece no fascismo, mas pretende esvaziá-la pela via eleitoral, como no populismo clássico, e uma vez no poder erode quotidianamente os princípios constitucionais fundamentais. De acordo com alguns autores, trata-se de uma estratégia compatível com o conceito de “autoritarismo competitivo” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Mas o que, sem dúvida, é um dos tratos marcantes para afastar Bolsonaro e os “bolsonaristas” (bem como Trump e os “trumpistas”) do fascismo “clássico” é que a composição social de amplos setores do eleitorado deles é ultra individualista e antiestatista, enquanto o fascismo se articula em torno da centralidade de um projeto de estado social, totalitário e corporativo.

Enfim, é possível dizer que o discurso populista e “bolsonarista” mistura autoritarismo e (neo)fascismo, militarismo, fundamentalismo, nacionalismo religioso, integralismo (basta pensar na importância do tripé “Deus, Pátria, Família”), e neoliberalismo globalizado, se destacando por ser um dos fenômenos mais expressivos da nova onda de direita em nível mundial (GROS, 2004; VELASCO E CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015; MESSEMBERG, 2017; FERNANDES; MESSEMBERG, 2018; CASIMIRO, 2018; ALMEIDA; TONIOL, 2018; GODINHO FARRIA; BARBOSA MARQUES, 2020), dado que na direita populista “bolsonarista” confluem os institutos neoliberais ligados às redes internacionais, os pentecostais, atores tradicionais da política brasileira desde a década de 1970, os evangélicos e os novos movimentos ativos, sobretudo nas redes sociais – Revoltados Online, Nas Ruas, Vem Pra Rua, Movimento Brasil Livre (MBL) e alguns neofascistas e neointegralistas (CALDEIRA NETO, 2016) –, abrindo caminho para a vitória de Bolsonaro, desde as manifestações de junho de 2013, passando pelo impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, até as eleições de 2018.

Com o apoio de seu “guru”, Olavo de Carvalho, teórico da revolta contra a intelectualidade de esquerda, concentrada nas universidades brasileiras, a direita de Bolsonaro se organiza em torno de uma plataforma político-ideológica cujas principais características são o antipetismo, o antibolivarismo – revisitações do anticomunismo da década de 1950 –, a exaltação da ditadura militar, até negando seu caráter autoritário, a antipolítica, expressa no discurso moral de indignação contra a corrupção sem limites, o conservadorismo (defesa da família tradicional e patriotismo), o negacionismo científico, a guerra contra o crime, a oposição à introdução de cotas raciais e de gênero nas universidades e, para completar, o Estado mínimo, a sociedade de mercado, a liberdade de empresa e o fim do Estado de bem-estar social – elementos centrais do pensamento neoliberal.

CONCLUSÕES

Das primeiras teorizações da década de Trinta sobre o Vargas “pai do povo brasileiro” versus o Estado liberal incapaz de dar forma a uma massa desprovida de qualquer organização, passando para o pacto populista entre Vargas e a classe trabalhadora de Ianni e Wef-

fort, o trabalhismo de Ângela de Castro Gomes, e chegando enfim no (neo) populismo de Collor e de Bolsonaro, pensados numa dialética de continuidade e sobretudo de ruptura com os populistas brasileiros “clássicos”, a análise do “laboratório” ideológico-político brasileiro -como temos demonstrado - pode dar uma contribuição significativa na construção de uma história global e transnacional do populismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S. *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALLMEIDA, R.; TONIOL, R. *Conservadorismos, fascismos, fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Unicamp, 2018.

BEIRED, J. L. B. *Sob o signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Loyola/Programa de Pós-Graduação em História Social-USP, 1999.

BETHEL, L. *Brazil: Essays on History and Politics*. London: London University Press/Institute of Latin American Studies, 2018.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1988.

BOISARD, S. Del totalitarismo al populismo: el enemigo antiliberal en el discurso de derecha. In: PINTO, A. C.; GENTILE, F. (ed.). *Populismo: teorías e casos*. Fortaleza: EdMeta, 2020.

BRANDÃO, G. M. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.

BRESCIANI, M. S. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

CALDEIRA NETO, O. Frente nacionalista, neofascismo e “novas direitas” no Brasil, *Faces de Clio*, Juíz de Fora, v. 2, n. 4, p. 20-36, 2016.

CASARÕES, G. Quando a cruz vira espada. *Folha de S. Paulo*, 16 set. 2021. Piauí. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/quando-cruz-vira-espada/>. Acesso em: 30 dez. 2021.

CASIMIRO, F. H. C. *A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

DIEHL, P. Politica come intrattenimento. Un'analisi della "messa in scena" politica di Fernando Collor de Mello. *Scienza & Politica: Per una Storia delle Dottrine*, Bologna, v. 26, n. 50, p. 161-179, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.6092/issn.1825-9618/4376>. Acesso em: 30 jul. 2020.

EATWELL, R.; GOODWIN, M. *National populism: the revolt against liberal democracy*. London: Penguin, 2018.

FARIA, F. G.; MARQUES, M. L. B. (org.). *Giros a direita*. Sobral: Sertão Cult, 2020.

FERNANDES, D. c.; MESSENERG, D. (ed.) Dossiê: Um espectro ronda o Brasil (à direita). *Plural: Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 1, 2018.

FERREIRA, J. (ed.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FINCHELSTEIN, F. *From fascism to populism in history*. Berkeley: University of California Press, 2017.

FINCHELSTEIN, F.; URBINATI, N. Su populismo e democrazia. In: Bresciani, M.; Schwartz, G. (ed.). *La democrazia dei populisti tra Europa e Americhe*. Roma: Viella, 2021. p. 31-57.

GALLEGO, E. S. (ed.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

GELLNER, E.; IONESCU, G. (ed.). *Populism: its meaning and national characteristics*. London: Weidenfeld & Nicolson, 1969.

GERMANI, G. *Sociología de la modernización*. Buenos Aires: Paidós, 1969.

GERMANI, G. *Authoritarianism, fascism, and national populism*. New Brunswick: Transaction, 1978.

GOMES, A. M. C. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

GOMES, A. M. C. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, J. (ed.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-59.

GROS, D. Institutos Liberais, neoliberalismo e políticas públicas na nova república. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 54, p.143-159, 2004.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

JUERGENSMEYER, M. *The new Cold War: religious nationalism confronts the secular State*. Berkeley: University of California Press, 1994.

LACLAU, E. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2008.

LAMOUNIER, B. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação, In: Fausto, B. (ed.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1977. v. 2. t. 3. p. 345-374.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LIPPI, L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LOVE, J. L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MANIN, B. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 621-647, 2017.

MOFFITT, B. *The global rise of populism: performance, political style, and representation*. Stanford: Stanford University Press, 2016.

MOUFFE, C. *For a left populism*. New York: Random House, 2018.

MUDDE, C. The populist Zeitgeist. *Government and Opposition*, Cambridge, v. 39, n. 4, p. 541-563, 2004.

PANIZZA, F. Neopopulism and its limits in Collor's Brazil. *Bulletin of Latin American Research*, Oxford, v. 19, p. 177-192, 2000.

PARZIANELLO, G. L. O governo Bolsonaro e o populismo contemporâneo: um antagonismo em tela e as contradições de suas proximidades. *Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política*, São Paulo, v. 12, n. 36, p. 49-64, 2020.

PEREIRA, L.; CALDEIRA NETO, O. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2020.

PINTO, A. C.; FINCHELSTEIN, F. (ed.). *Authoritarianism and corporatism in Europe and Latin America: crossing boundaries*. London: Routledge, 2019.

SALLUM JUNIOR, B. Crise política e impeachment. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 183-203, 2016.

TORRES, A. *A organização nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1914.

TRINDADE, H. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de trinta*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

URBINATI, N. *Io, il popolo*. Bologna: Il Mulino, 2020, VELASCO E CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (org.). *Direita, volver!* O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2015.

VIANNA, F. J. O. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília, DF: Ed. Senado Federal, 2005.

WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

A Dimensão Cultural nos Processos de Integração: História, Velhos e Novos Atores

Margarida Nepomuceno¹

A Epopeia de Bolívar

(Triptico em papel e aquarela conta a história do herói Bolívar, Fernando Leal, 1930)



Fonte: ADES, D. Ades. *Arte Latino Americana*. São Paulo: Cosac&Naify, 1997.

No presente artigo procuro abordar diferentes períodos de atuação da Diplomacia Cultural, que é o nome que se dá à uma atribuição específica das Relações Internacionais dos Estados responsável pelas políticas de aproximação entre países através de políticas de cooperação cultural com governos e instituições. Menciono a atuação das agências internacionais nesse campo, criadas no pós-guerra, que imprimiram um novo paradigma de atuação do Estado nessa área.

¹ Jornalista, Doutora e Mestre pelo PROLAM - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo, Pós-doutoranda em Estudos do Governo Vargas pela UERJ e Pesquisadora-Colaboradora do PROLAM com dedicação aos Estudos sobre as Políticas Culturais do Brasil na América Latina. Autora e organizadora de livros, dentre os últimos: *Intelectuais em Circulação na América Latina*; *A Dimensão Cultural nos processos de Integração na América Latina e Organismos internacionais nas políticas culturais para a América Latina*, editados pela FFLCH/PROLAM, USP.

Destaco, inicialmente, a centralidade do Estado via ministérios das Relações Exteriores e da Educação na formulação e acompanhamento das políticas culturais internacionais. Um período em que a direção, promoção e execução das práticas de intercâmbio cultural contavam com a liderança exclusiva do corpo diplomático e seus pares no governo.

Em um outro momento, analiso a aparente fragmentação dessa centralidade diplomática, que vigorou próximo aos anos de 1950, e de uma nova política cultural internacional que se inaugura após a criação das agências internacionais. Me refiro ao período pós 1970, no marco das declarações da UNESCO, e que compreende a participação/inclusão de comunidades culturais e atores diversos da sociedade civil organizada, propositores de programas/projetos culturais no âmbito internacional sob a perspectiva de um conceito ampliado de cultura. Setores esses, que atuam nessa área em formatos diversos às vezes com autonomia, às vezes em ações combinadas com a esfera pública.

Venho me dedicando à área de estudos sobre a dimensão cultural nos processos de integração na América Latina desde o meu Mestrado, portanto, meu campo de trabalho são as relações culturais institucionalizadas que o Brasil estabeleceu na América Latina, no início pensando Cultura em seu sentido mais restrito, ligado às produções artísticas e literárias mas em seguida, trabalhando com um conceito mais amplo de cultura, que compreende uma transversalidade de temas os mais diversos, e que enriquecem o campo cultural.

Trabalho em uma perspectiva histórica centrada em três momentos específicos: o primeiro, que considero relativamente curto da minha exposição, período anterior à República, quando algumas ações na área de cooperação cultural entre governos da região já eram registradas, tais como os intercâmbios universitários, técnicos, e de alcance limitado. Segundo, é um período relativamente longo em que vigoraram as Conferências Panamericanas, de 1889 a 1948, quando todos os países das Américas reuniam-se periodicamente para decidirem e formularem sistemas, normas e criar instituições em todas as áreas, inclusive a cultural, para serem compartilhadas pelas nações.

No Brasil, especificamente, com Getúlio Vargas, na década de 1930, discorrerei sobre a criação de uma política cultural de Estado para a América Latina, decorrente das reformas administrativas de

1931 e 1934 e de um contexto de pós crise de 1929, quando a derrocada econômica mundial impulsiona o Brasil a procurar novos parceiros comerciais, na região.

O terceiro momento, pós II Guerra Mundial com a criação da ONU e UNESCO, em 1945 e OEA, em 1948, organismos multilaterais que substituem a União Pan-americana, órgão administrativo das Assembleias Pan-americanas. Menciono, especialmente a UNESCO, que têm o papel de difundir, padronizar e criar as primeiras bases das políticas de Cooperação Cultural Internacional, desde que foi instalada.

Nesse terceiro ponto constatamos o surgimento de novos atores nesse campo, de uma profissionalização de múltiplos agentes e a uniformização nas recomendações para implementação de políticas culturais em detrimento das iniciativas regionais que até aquele momento vigoravam nesse campo. Após a década de 1970, confirma-se uma fragmentação do protagonismo do Itamaraty, na formulação das políticas culturais internacionais.

PACTO INICIAL DO MERCOSUL NÃO PREVIA TRATADOS SOBRE CULTURA

Quando o Mercosul completou 15 anos, em 2006, foi feita uma rodada entre os ex-presidentes dos países que compõem o Mercosul, no Memorial da América Latina, uma espécie de balanço das atividades de cooperação, nos campos econômico e comercial. Estiveram presentes representantes de países que acreditavam que o Mercosul deveria também dedicar-se a promover a integração cultural, fundamentando as políticas intergovernamentais em processo, em contraposição aos propósitos estritamente comerciais que foram a base do acordo regional ocorrido em 1991, entre os países fundadores do Mercado Comum do Sul.

Entre essas pessoas estava o escritor paraguaio Tício Escobar, curador de bienais, ex-secretário de cultura de Assunção, ex- Ministro da Cultura do presidente deposto Fernando Lugo. Em defesa da ideia de integração cultural, paralela à integração comercial afirmou:

É impossível ignorarmos que os processos culturais são os princípios configuradores da coesão social de uma unidade de interesses, baseada em semelhanças identitárias, para a construção de laços, de relações

culturais, de valorização das identidades plurais dos países. (ESCOBAR, 2006, p. 258).

Continuou:

Hoje seriam impensáveis modelos sustentáveis de desenvolvimento e projetos democráticos de sociedade construídos à margem dos argumentos que defendem a cultura como principal campo para a convivência, o re-conhecimento, a ação comum. (ESCOBAR, 2006, p. 258).

Sem o conhecimento da cultura dos povos, de suas origens, de sua visão sobre a educação, a organização das cidades, o sistema do trabalho, o sistema político adotado, os costumes e tradições, suas lutas, demandas, enfim, todo o patrimônio cultural, a herança cultural que é resultado dos processos históricos...sem a inclusão dessas identidades múltiplas e complexas e sem a visão aproximada das expectativas de cada unidade nacional na construção das políticas, no caso o Mercosul, esse tratado, segundo Escobar poderia se tornar um colosso, um gigante de pés de barro (ESCOBAR, 2006).

Pierre Bourdieu utiliza o conceito de Capital Cultural para distinguir grupos sociais, cuja análise tem a capacidade de relevar as desigualdades sociais. Pode revelar também aquilo que é valorizado ou não em uma sociedade e o papel da cultura na hierarquia de valores sociais, e o que mantém os processos de desigualdades sociais. Ele reflete sobre esse conceito ao analisar o papel da Escola no combate às desigualdades sociais, pois estava convencido de que “[...] o capital econômico não era o único tipo de capital mobilizado pelos sujeitos para reproduzir privilégios e distinção social [...]” (BOURDIEU, 1998, p. 28). Bourdieu (1998, p. 28), defende que “[...] a cultura é um bem simbólico, que quanto mais se tem, maior as condições de sua acumulação [...]”.

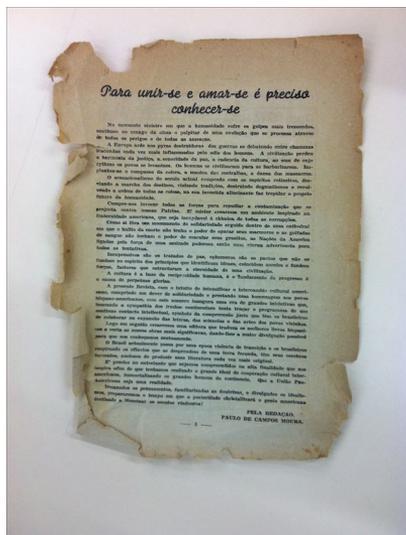
Para ele, a identificação desse capital cultural, nos grupos de estudantes era fundamental para levar ao sucesso ou ao fracasso qualquer empreendimento educacional.

As considerações de Escobar no âmbito do Mercosul, nos levam a questionar a visão produtivista de desenvolvimento, e nos conduz a revisar uma ideia meramente instrumental da cultura nos processos

de cooperação internacional, como simples fator de aproximação pragmática entre países, de intermediação de interesses econômicos, comerciais ou geopolíticos. Seria somente isso?

CULTURA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA AGENDA EM DISCUSSÃO

O Estado Novo e a Cultura na América Latina: aproximações



Fonte: Hemeroteca USP.

O termo cultura é muito amplo, é preciso não reduzi-lo, situá-lo na discussão e compreender que à medida que o conceito vai sendo redimensionado, por razões do contexto histórico, as políticas culturais tendem a se alterar na mesma proporção, ou alcance. Os conceitos são construções complexas e são resultado de um acúmulo de experiências intelectuais e empíricas.

Bem, se formos ao dicionário do Houaiss veremos cerca de 20 significações diferentes de cultura. Cada área de conhecimento mobiliza esse conceito para explicar seus próprios fundamentos. Mas, tradicionalmente, na América Latina, esse vocábulo esteve durante muito tempo ligado às Belas Artes, ao patrimônio Cultural, à Literatura, à música, à artesanaria, à arquitetura, ou seja, a coisas fixas, duráveis, hierarquizadas, e, sobretudo, com forte apelo nacionalista. Frequentemente, ligado à construção de identidades nacionais, onde

a cultura era manifestação do divino, se expressando na natureza humana. Algo semelhante a um adereço refinado, de acesso privilegiado destinado a determinadas camadas da sociedade (ESCOBAR, 2013)

Ainda segundo Escobar, em seu artigo *Cultura y Desarrollo: el desafío de las políticas pública em Paraguay*, a cultura no seu conceito ampliado inclui as redes de sentido formadas pela própria sociedade para se autocompreender e se legitimar. São as formas pelas quais as comunidades se reconhecem e se diferenciam. Portanto, os conceitos de cultura estão associados aos processos de formação e transformação das sociedades e “desestabilizam a ideia de significantes sociais definitivos”. Afirma o pensador: “A ideia ampla de cultura possibilita que no âmbito dos direitos culturais incluam-se a memória, os conceitos bem como as ideologias, acrescentando-se aos marcadores culturais mais tradicionalmente conhecidos.” (ESCOBAR, 2013, p. 1).

A centralidade da cultura não significa que ela é uma dimensão epistemologicamente superior às demais dimensões sociais, tais como a política, a econômica, a educacional, mas que atravessa toda e qualquer prática social. Essa centralidade indica: “[...] a forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, mediando tudo.” (ESCOBAR, 2013, p. 1).

Há dezenas de ótimos pensadores que escrevem e polemizam sobre a cultura, mas ficamos somente com alguns que trazem a discussão para o campo das relações internacionais, especificamente, para os processos de integração.

Como isso se dá no âmbito das Relações Internacionais?

Me refiro agora a um texto que foi o início desse meu interesse pelos estudos da Diplomacia Cultural que é de autoria da professora Monica Herz, da PUC do Rio de Janeiro, denominado “*A Dimensão Cultural das Relações Internacionais: proposta teórica metodológica*”, escrito em 1987, quase 35 anos atrás, sugerindo que os estudos das Relações Internacionais seguissem a tendência de outras disciplinas das ciências sociais de considerar a dimensão cultural com a mesma importância atribuída aos estudos econômicos e políticos. A considerar a lógica mais tradicional da conformação do Sistema Internacional, restrita às questões de ordem jurídicas, econômicas, políticas e de segurança abre-se, segundo Herz (1987, p. 61): “[...] um abismo teórico entre as análises das sociedades nacionais e do sistema internacional e

relega-se a segundo plano aquelas relações que envolvem atores não definidos territorialmente ou questões de caráter transnacional.”

Retorno àquela reunião dos 15 anos do Mercosul, comemorados lá no Memorial da América Latina em São Paulo e vejo a atualidade desse texto, o qual abordava não somente a premência dos estudos sobre os aspectos culturais nas Relações Internacionais, mas a existência e a importância de novos atores da sociedade civil nesse campo, não ligados estritamente aos órgãos públicos, a serem considerados. Demonstra com isso que a socióloga estava ligada aos debates que ocorriam nos marcos da UNESCO. E que estava justamente tratando da transversalidade da Cultura e das relações entre agentes diplomáticos e atores sociais.

Procuramos nos valer também dos estudos dos historiadores em Relações Internacionais, Mônica Leite Lessa e Hugo R. Suppo, que introduziram o tema da dimensão cultural na historiografia das Relações Internacionais reafirmando a importância da cultura para a política externa. Lessa e Suppo (2007, p. 223), dividiam a mesma preocupação com Herz ao afirmarem que:

[...] embora a cultura não tivesse foro privilegiado dentro dos paradigmas tradicionais dos estudos das RIs, esse aspecto vinha ganhando espaços cada vez mais significativos à medida que se constatava que a cultura norteava direta ou indiretamente, a política externa dos países.

Somente a partir dos anos 70 do século XX, a dimensão intercultural passou a ser incorporada como novo campo de pesquisa nos estudos das Relações Internacionais.

REFLETINDO AS EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS

O Guia de *Documentación Histórica y Diplomática sobre el Brasil en los Archivos del Uruguay*, editado pelo historiadores uruguaios e por diplomatas brasileiros, em 2005, e outras publicações uruguaias, tais como as de Luiz Alberto Musso (1967 e 1978) registram decisões dos governos, na área de cultura, desde o ano de 1850, quando o Brasil ainda era monarquia. Já existiam intercâmbios culturais entre os países, voltados às áreas técnicas e educacionais, mas eram ações mais espontâneas,

isoladas das demais políticas oficiais, embora patrocinados pelos governos e que dependiam muito do trânsito pessoal dos interessados com os governantes. Portanto, eram bem restritivas. Nos arquivos diplomáticos o termo que se lê é: “Assuntos culturais, Científicos e Desportivos”. Já existiam trocas de livros e de outras publicações, e eram fornecidas bolsas, ajuda financeira a “*viajeros calificados*”, que poderiam ser professores universitários, advogados, médicos, jornalistas.

Conforme nos revela Claudio Villafãe Santos (2004), historiador e autor de vários livros sobre política externa do império e início do período republicano, diferentemente e na contramão do que se passava com os países da América, onde o sentimento de fortalecer sociedades independentes da Europa mobilizava as novas repúblicas, o Brasil fizera a sua escolha monárquica, no ato da independência, autodenominando-se império e retardando em mais de 70 anos a possibilidade de acercar-se, como igual, aos interesses da região.

Ser o único estado monárquico entre a quase totalidade de repúblicas, criou, por certo, uma predisposição para resistir às propostas que começavam a despertar sobre o interamericaníssimo, pensamento que no final do século XIX e início do século XX tomariam corpo com o pan-americanismo de inspiração monroísta. Tudo isso para explicar, no período do Império, as modestas iniciativas de se estabelecer trocas culturais do Brasil com os demais países do mundo hispânico.

A República dá condições a que o Brasil amplie suas relações culturais com demais países da América quando começa a participar das Conferências Panamericanas. As conferências eram assembleias que se realizaram de 1889 até 1948 e foi a instância em que se deram os primeiros acordos de cooperação culturais (entre demais acordos econômicos, jurídicos, etc) em meio aos debates sobre identidades (ser ou não pan-americanista), sobre imperialismo, expansionismo americano, cooperação, autonomia e outros temas importantes.

As Conferências Pan-americanas realizavam-se em assembleias periódicas e desdobravam-se em dezenas de encontros regionais. Apesar da hegemonia exercida pelos EUA, deixou um legado de dezenas de ações, (declarações, convenções, indicações, sugestões, etc) no campo da cultura interamericana.

Chegada da Missão Cultural Brasileira em Montevidéu



Fonte: *La Mañana*, 22 de outubro de 1936. BIBNA – Uruguai.

Durante os 60 anos de atividades, os países trabalharam juntos para a formação de bibliotecas interamericanas, exposições de livros, proteção à propriedade literária e artística, promoveram intercâmbios universitários, sugeriram e criaram institutos culturais interamericanos, propuseram o ensino dos idiomas e das culturas dos países das Américas nas escolas nacionais, discutiram políticas sanitárias conjuntas, firmaram critérios para definir o que seria patrimônio Cultural. Nesse campo, houve a participação de Bertha Lutz nas Conferências defendendo a natureza, os rios, montanhas e mares como patrimônio cultural, o que consistiu em uma inédita pauta. Foram assinados dezenas de convênios culturais entre os governos. Nem todos os convênios tinham caráter multilateral uma vez que alguns temas diziam respeito a determinados países e não ao conjunto deles. Discutiu-se a necessidade de refazer os livros de História de tal forma que fossem diminuídos os termos jocosos, irônicos, sobre os personagens históricos.

O SONHO DE UMA UNIVERSIDADE INTERAMERICANA

Uma das últimas decisões dos países latino-americanos antes de ser instituída a Organização dos Estados Americanos (OEA) - em Bogotá, em 1948, foi a criação de uma universidade interamericana, no Panamá. O Brasil comprometeu-se com esse projeto, ao lado dos países signatários, colaborando com a elaboração de seu estatuto e participando das primeiras articulações para que a iniciativa desse certo, o que infelizmente não ocorreu. Em 1943, houve o encontro denominado de Primeira reunião de Ministros da Educação da América, na cidade de Panamá, para definir os primeiros passos do funcionamento da Universidade Interamericana, cuja discussão remontava anos atrás, desde 1928.

O Programa da *Primera Conferência de Ministros y Directores de Educación de las Repúblicas Americanas*, que incluía os Estados Unidos da América, mostrava que as questões de ordem pedagógicas e de funcionamento apresentadas era uma síntese das inúmeras discussões, congressos, encontros interpaíses que havia perpassado quase todas as Conferências Pan-americanas e que até aquele momento restringiam-se somente aos intercâmbios universitários. Fazia parte do programa aprovado o ensino da História dos países, o ensino dos quatro idiomas da América, a valorização de professores em especial as mulheres; estímulo à produção artística popular, o folclore e proteção do patrimônio histórico; publicação do material didático e literário para a universidade pela União Panamericana, criação de uma cidade universitária para receber alunos e professores da região; transferência de estudantes de Universidades dos países para a universidade interamericana, valorização da cultura indígena, das pesquisas arqueológicas, etc.

HIPÓTESES DO FRACASSO DA IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Ao final da Guerra, a correlação dos países alterou-se e a União Pan americana que organizava as conferências periódicas entre os países e que era, ao menos teoricamente, administrada por representantes nacionais com poder decisório, deu lugar à OEA, Organização dos Países Americanos, marcando o triunfo da hegemonia cultural e econômica dos Estados Unidos no mundo ocidental. Os interesses dos

EUA, após a Guerra alteraram-se e voltaram, especificamente, na reconstrução da Europa. Entretanto, houve outras razões que dificultaram a realização desse projeto.

A criação da Universidade Nacional do Panamá, local onde deveria ter sido implantada a Universidade Interamericana foi uma conquista dos setores humanistas do país e recebeu apoio dos professores espanhóis exilados, recém-chegados da Espanha (Guerra Civil Espanhola – 1936-1939). Sua fundação e os primeiros anos foram marcados por muitas mobilizações, de professores e alunos, para obter a autonomia da instituição em relação ao governo nacional. No contexto nacional, o presidente Arnulfo Madrid foi deposto, em 1941, por um golpe facilitado pelos EUA, por interesses no Canal do Panamá (EUA queriam com o confisco do Canal visando favorecer os países aliados e impedir o trânsito dos países do Eixo, na América Latina). É desse momento a criação de 134 bases militares dos EUA em território panamenho cuja permissão, foi dada em acordo com o governo golpista que substituiu o presidente Madrid. Paralelo à situação política turbulenta, na Universidade Nacional do Panamá o 1º presidente da Instituição compromete-se a organizar o que deveria ser a universidade interamericana. Ela foi composta inicialmente por seis universidades e 54 professores entre panamenhos, espanhóis e latino-americanos. A inauguração foi marcada para setembro de 1943 durante a reunião dos Ministros da Educação dos países, que deveriam assinar a convenção de fundação da universidade e assinar os estatutos de funcionamento da universidade interamericana encaminhando, posteriormente, a referida documentação aos órgãos competentes dos países para ratificação. Foi criado um *Consejo General Universitario*, composto pelo reitor (o presidente da Universidade do Panamá), representantes dos países signatários e representantes dos estudantes além de um corpo administrativo para dar andamento às decisões. Franklin Roosevelt, presidente dos EUA, não somente apoiou como também designou seu vice, Henry Wallace para organizar a universidade criando departamentos, cátedras, etc. Nesse clima de tensão e desconfiança o projeto seguiu, paralelo às greves de estudantes, desta vez deflagrada pela expulsão de um líder estudantil. Enquanto as questões políticas e de movimentação estudantis caminhavam para um acordo, a Universidade Interamericana foi aprovada pela Assembleia Nacional d Panamá e formada uma

comissão administrativa que facilitaria a participação de alunos e professores nas decisões administrativas. Nos anos seguintes, a comissão trabalhou junto aos países, sem entretanto obter a tranquilidade de trabalho diante de um contexto estudantil vigoroso que se articula em uma frente pela educação. Com o fim da Guerra Mundial, em 1945 e criação da ONU, o congresso do Panamá apresentou um projeto de restituição do antigo nome da universidade, retomando o sistema da antiga universidade em detrimento do projeto de universidade panamericana, antigo projeto dos educadores latino-americanos. O entusiasmo inicial de criar um projeto com o conjunto dos países no campo da educação havia passado. A expectativa dos países da região, após a 2ª Guerra, era entender o novo desenho da conjuntura política, as relações entre os perdedores e os vencedores da guerra, a formação dos grandes blocos econômicos, as políticas de alianças entre as potências vencedoras e descobrir qual seria seu papel no novo cenário internacional. Em 1º de março de 1946, o Congresso Nacional Panamenho ratifica a nova constituição do país e com ela, o compromisso de autonomizar o funcionamento da reconstituída Universidade do Panamá, demanda histórica dos primeiros fundadores da instituição.

Havia-se desfeito, por razões ainda não muito esclarecidas, o projeto Inter americanista de criar uma universidade que unisse pensadores, pesquisadores, técnicos, intelectuais de todos os países latino-americanos em torno de um projeto pedagógico para toda a América.

Ao longo de cerca de 60 anos, tempo de percurso das conferências até a criação da OEA, em 1948, tanto as assembleias gerais que ocorriam em períodos não muito regulares como os congressos temáticos ou as conferências específicas, dezenas delas regionais, foram responsáveis por discutir os parâmetros no âmbito da cultura e inspirar práticas de intercâmbio diversificadas de cooperação cultural entre os países. Criou Modelos que forneceram aportes de ordem técnica, jurídica, política e de sociabilidade para a organização de um campo cultural próprio a cada país.

O primeiro governo do presidente Getúlio Vargas, de 1930 a 1945, manteve representantes em todas as assembleias internacionais e soube beneficiar-se dos tratados culturais que o levaram a se aproximar dos países de idioma hispânico e a manter um bom fluxo comercial entre os países.

A CRIAÇÃO DE UMA DIPLOMACIA CULTURAL E DE INSTITUTOS CULTURAIS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Cultura e Economia: faces da mesma moeda



Fonte: Acervo de Margarida Nepomuceno.

Como já mencionado anteriormente, foi durante esse período, mais especificamente de 1930 a 1945, que foram impulsionados

projetos culturais e criação de uma política de Estado nessa área, através de reformas ministeriais e da criação de uma Diplomacia Cultural. Foram implantados programas de intercâmbio cultural sistemáticos na América Latina dirigidos por diplomatas do Ministério da Relações Exteriores, Ministério da Educação e Saúde, tendo à frente Capanema, e por Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo, com a participação de intelectuais reconhecidos em suas áreas e universidades brasileiras. O programa era extenso: feiras de livros, criação de instituições culturais, ensino da língua portuguesa e difusão da cultura brasileira, tradução de autores brasileiros para a língua espanhola e, circulação de publicações para a formação de bibliotecas e demais ações de cooperação cultural. No princípio, esse conjunto de ações concentravam-se no que se chamou de Missões Culturais, que foram desenvolvendo-se e já em 1939, implantaram-se programas permanentes com a colaboração dos governos locais e de intelectuais brasileiros que permaneciam vários anos nos países.

Alguns Institutos existem até hoje e deles participaram ou ministrando cursos, proferindo palestras, fazendo mostras e exposições, centenas de profissionais ligados à área da educação, intelectuais escritores, artistas plásticos, arquitetos, músicos, que se apresentavam para palestras, exposições e ministravam cursos.

Até o final dos anos 50, os programas da Missão Cultural Brasileira já haviam sido implantados em vários países na América Latina. O primeiro deles teve lugar em Montevidéu, em 1940. Os demais foram em Assunção, entre 1941 a 1944, em seguida, Buenos Aires, e La Paz, em 1958. Na Argentina, por exemplo, as trocas de visitas presidenciais entre Augustin Justo e Getúlio Vargas, em 1933 e 1935, deram início aos acordos e convênios de natureza técnico-científicas que se desdobram na criação de dois Institutos Culturais, um em Buenos Aires e outro em Córdoba. Até o final da primeira metade do século, esses institutos desdobraram-se passaram a ter permanência nos países, com sedes, funcionários locais, promovendo ações regulares em parcerias com as comunidades locais e arregimentando intelectuais e técnicos do Brasil, geralmente, cedidos pelas universidades brasileiras, tais como a Universidade do Brasil nome temporário da UFRJ), universidades de São Paulo, do Paraná e Rio Grande do Sul.

De 1960 em diante, esse programa cultural foi levado a outros países da Região, tais como Santiago do Chile (1960); Quito (1961); Bogotá (1971); Caracas (1971); e em cidades de outros continentes como Barcelona (1963); Washington (1964); Roma (1977). Na década de 80 e 90, com a mudança do nome para Centro de Estudos Brasileiros, os CEBs, como são hoje conhecidos, foram inaugurados na Cidade do México (1980); Paramaribo/Suriname (1983); San Salvador/El Salvador (1986); Manágua/Nicarágua (1992), e, em países da África como Guiné-Bissau (1984); e Moçambique (cidade de Maputo), em 1989. A tese de doutorado de minha autoria discorre e analisa em detalhes todos esses pontos de confluência cultural entre Brasil e demais países da região (NEPOMUCENO, 2015).

GETÚLIO FAZIA A PROPAGANDA DO NOVO BRASIL NA AMÉRICA LATINA

Durante o Estado Novo (1937-1945), com supressão das liberdades democráticas, Getúlio Vargas deu continuidade aos intercâmbios e aos projetos culturais de formação e de propaganda na América Latina. A experiência que eu destaco nessa fase foi a criação da *Revista Letras Brasileñas*, em 1936, editada em espanhol e difundida em toda a América Latina, além de países da Europa e Estados Unidos. Era escrita por intelectuais ligados ao governo Vargas e tinha o propósito de circular entre as comunidades culturais da região as realizações e o pensamento do novo governo além de estabelecer conexões culturais com os países vizinhos através de trocas de informações sobre o que se fazia.

Chamava-se *Letras Brasileñas. Cuadernos de Divulgación en idioma español de Literatura, Artes y Ciencias del Brasil* e reuniu destacados intelectuais das artes, literatura, música, concedendo lugar de destaque aos principais ideólogos do governo Vargas, como Francisco Campos, Oliveira Vianna, entre outros.

Tento mostrar nesse estudo, a propagação das ideias do Estado Novo em países da América Latina, pelas palavras de intelectuais, criadores dos principais pilares da Nova Ordem bem como de escritores, poetas e jornalistas, que viam naquele periódico um espaço de trocas literárias com a América Latina. Além dos já citados, mencionaria os escritores Rubens do Amaral, Cecília Meireles, Menotti del Picchia, Luiz da Câmara Cascudo, Monteiro Lobato, Sergio Milliet,

Adalgisa Nery, Murilo Mendes, Faustino do Nascimento, Paulo Eiró, Diná Silveira de Queirós, dentre dezenas de outros intelectuais. Pretendo também mostrar a estratégia do Governo Vargas era firmar uma posição de que não havia incompatibilidade política alguma entre o projeto nacional-desenvolvimentista e a fundação de uma sociedade moderna, com o regime autoritário implantado por seu governo desde 1935.

Dirigida pelo jornalista e fotógrafo paulista Eulico Mascarenhas de Queirós, *Letras Brasileñas* começou a circular em 1936, com 10 mil exemplares distribuídos em países de língua hispânica e na Europa. Era editada pela “Toda a América- Sociedade Comercial Limitada”, em São Paulo. Deixou de circular por alguns meses e voltou em 1940, modificando seu título e ampliando sua área de cobertura para além da área específica de cultura e da política. Passou a denominar-se “*Letras Brasileñas. Revista Brasileira de Intercâmbio Cultural Pan-americano. Cadernos de Divulgação em Idioma Espanhol de Literatura, Ciências, Arte, Jurisprudência, Indústria e Comercio do Brasil*”. Os redatores para a língua espanhola eram P. Núnéz Arca, Luiz Armando Sánchez e Álvarez Alonso.

A Revista era editada em São Paulo, na Rua Líbero Badaró, 314, 3º andar e em seu primeiro editorial assinado por Paulo de Campos Moura, escrito em português, fica transparente a adesão do governo Vargas ao panamericanismo e aos propósitos de reforçar os laços culturais e políticos com os países vizinhos. Com o título “Para unir-se e amar-se é preciso conhecer-se”, as palavras iniciais da Revista demonstram que o desencanto com a Europa, envolvida na 2ª Guerra, apontava para novas possibilidades de união entre os países sul- americanos. Assim defende o editor de *Letras*:

No momento sinistro em que a humanidade sofre os golpes mais tremendos, sentimos no âmago da alma o palpitar de uma evolução que se processa através de todos os perigos e todas as ameaças. A Europa arde nas piras destruidoras entre chamadas cada vez mais inflamadas pelo ódio dos homens. Inexpressivos são os tratados de paz, efêmeros são os pactos que não se fundam no espírito dos princípios, que identificam ideais, coincidem anseios, e fundem forças, fatores que estruturam a eternidade de uma civilização. A cultura é a base da reciprocidade humana, é o

fundamento do progresso, e a causa de glórias. A presente revista, com o intuito de intensificar o intercâmbio cultural americano, cumprindo um dever de solidariedade e prestando uma homenagem aos povos hispano-americanos, com esse número inaugura uma era de grandes iniciativas que, buscando a simpatia dos irmãos continentais tenta traçar o programa de um contínuo contato intelectual, símbolo da compreensão justa que têm os brasileiros de colaborar na expansão das letras, das ciências e das artes dos povos vizinhos. (LETRAS BRASILEÑAS, 1940, p. 2).

Getúlio Vargas, em vários momentos de seu governo, compôs com intelectuais que confluíam, senão totalmente ao menos parcialmente com seus interesses nas áreas da educação, cultura, política, economia, administração. Entretanto, aqueles que ocupavam os papéis substanciais de ideólogos do governo, desde os primeiros momentos da “Revolução de 30” e depois na nova ordem política do Estado Novo tinham lugar privilegiado na Revista.

Nas páginas de *Letras Brasileñas*, o que vemos, são os típicos intelectuais, a que se refere Edward Said, que são chamados para atestar práticas e validar verdades.

Na reedição no 1, de abril de 1940 a coluna “*Libros, hombres, ideas del Estado Nuevo*” com subtítulo descrito: Suplemento *Legislación Social y Privada del Nuevo Régimen Político del Brasil*, da página 3 a 5, indica os principais livros editados no Brasil que dão suporte jurídico e institucional às mudanças que ocorriam naquele momento. Uma delas: a “Revista Forense” publicação de doutrina, jurisprudência e legislação, escritas pelos brasileiros Bilac Pinto e Carlos Medeiros Silva com a colaboração de jornalistas de língua espanhola. Nessa coluna, o autor Nuñez Arca (LETRAS BRASILEÑAS, 1940, p. 2) procura mostrar que a organização da nova fase do governo concebido pelo presidente Vargas, se assentava “[...] em uma moderna legislação e copiosa literatura relativa à política social e econômica.”

Para o editor o livro básico da nova ordem, escrito pelo próprio presidente da República e publicado pela Editora José Olímpio era o “A Nova Política do Brasil”, editado em 5 volumes, que segundo o jornalista Nuñez Arca (LETRAS BRASILEÑAS, 1940, p. 3), expunha a “[...] gênese do atual regime renovador do país, de acordo com a realidade do momento e suas necessidades futuras.” “Repositório da Legis-

lação Brasileira”, título do livro organizado por A. Coelho Branco, Rio de Janeiro, era também publicação indicada pela Revista, pois continha os decretos impressos no Diário Oficial que deveriam ser interpretados como notas explicativas dos feitos do governo. O mesmo autor coordenava a publicação Legislação Trabalhista, ambos patrocinados pelo Ministério do Trabalho que continha todas as mudanças e regulamentações da atividade trabalhista.

As indicações do editor da revista não se resumiam a comentar obras e autores, mas indicar acervos e livrarias que possuísem livros de sustentação da Nova Ordem. Livros que abarcassem todas as áreas da organização do Estado, especialmente “A Nova Constituição dos Estados Unidos do Brasil”, com comentários e fundamentações de Augusto Estelitta Lins; “O Estado Novo”, do ministro da Justiça Francisco Campos que também escreveu “Estado Nacional”, o livro “Os problemas Brasileiros”, de João Pinheiro Filho prefaciado pelo General Góes Monteiro, e que sugere as diretrizes social, econômico-financeira e política das bases construtivas do Estado Novo.

“O Estado Nacional, sua estrutura e seu conteúdo ideológico”, escrito por Francisco Campos, primeiro-ministro da Instrução Pública do governo revolucionário, é a síntese no novo espírito de Getúlio Vargas, segundo o editor de *Letras Brasileñas* encontrava-se à disposição dos cidadãos para “[...] explicar ao mundo a nova modalidade política do Brasil, evitando confusões.” (LETRAS BRASILEÑAS, 1940, p. 5).

O escritor Oliveira Vianna, uma das estrelas da publicação, um dos atores reunidos na obra Problemas do Direito, da editora José Olímpio “, contribuiu na formação da literatura estado novista com a obra “Coorporativo” que abordava questões sobre o Direito Público, o Direito Coorporativo e o Direito Social, inclusive a legislação trabalhista, nova área do Direito incorporada à legislação brasileira.

Outros intelectuais tais como Temístocles Cavalcanti e Gastão Ferreira de Almeida, cada um deles com inúmeros ensaios e tratados jurídicos (O Mandado de Segurança; Instituições de Direito Administrativo; “Supremacia entre Estado e o Direito” e “A nova codificação Penal” ou “O Direito da Crise Universal”, eram consagrados articulistas da Revista.

O Estado Novo forjou seus próprios intelectuais juristas e eles se esmeraram em fundamentar, justificar ideologicamente a “redução de

poder do Legislativo, eleição indireta para o cargo máximo da Nação, a adoção de uma só Justiça para atender causas diferenciadas”. Enfim, todas essas medidas centralizadoras tomadas por Getúlio foram cuidadosamente elaboradas na obra: “A Constituição de 1937” e escritas pelo juriconsulto Araújo Castro. Outros escritores juristas, como Pontes de Miranda e Carlos Xavier também deram a sua contribuição na área jurídica.

O papel do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo, é destacado pelo editor da revista pelo fato daquele ministério ser responsável pela edição de muitos dos livros e patrocinado a divulgação de publicações dentro e fora do país.

Em “*Exposición de los motivos del Nuevo Código*”, o ministro da Justiça, Francisco Campos defende, explica e justifica a ditadura implantada em 10 de novembro por Getúlio e aliados, insistindo na inauguração de um reino da justiça onde os privilégios serão tratados (e resolvidos) pela nova Legislação:

Este documento legislativo já era uma imposição da Lei Constitucional de 34 e continuou sendo em 37. Mas era, sobretudo, uma imposição de alcance e sentido mais profundo: de um lado, a nova ordem política reclamava um instrumento mais popular e mais eficaz para a distribuição da justiça; por outro lado, a própria ciência do processo, modernizada em inúmeros países pela legislação e pela doutrina, exigia que se atualizasse o confuso e arcaico sistema de normas, que, variando de |Estado para Estado, regia a aplicação da Lei entre nós. (LETRAS BRASILEÑAS, 1940, p. 7).

E segue:

O regime instituído em 10 de novembro de 1937 consistiu na restauração de autoridade e do caráter popular do Estado. O Estado marcha para o povo, no sentido de garantir-lhe o gozo dos bens materiais e espirituais assegurados na Constituição, o Estado teve que reforçar sua autoridade a fim de intervir de maneira eficaz em todos os domínios que se revistam de caráter público. (LETRAS BRASILEÑAS, 1940, p. 7).

A Revista recebe colaborações de intelectuais dos países vizinhos de língua hispânica e do mundo. Publicava em suas colunas notas, informações sobre congressos internacionais, lançamento de livros, troca de livros dentre países, cursos em universidades, divulgação de revistas culturais, concurso cultural panamericano (RJ), peças teatrais, publicação de livros estrangeiros, etc. Dezenas de exemplares de revistas, vindas de muitas partes do mundo, especialmente dos países vizinhos, eram enviadas para a a redação da Revista que as divulgava. No número 4 de Letras Brasileñas enviam para a redação exemplares da Atenea (Chile); Revista da Faculdade de Ciencias Jurídicas e Sociales (Guatemala); Revista Bolivariana (Colombia); Claridad (Buenos Aires); Asistência (México); Letras y encajes (Colombia); Correo (UPA-EUA); Universidad de los Andes (Venezuela); Revista de Medicina Veterinária (Bogotá); Estudio (Colombia); Revista de las Indias (Bogotá); Nuestra España (Habana); Horizontes (Equador), Revista Hispânica Moderna (Venezuela); Democracia (Filipinas); Cultura Nacional (Caracas).

REFLEXÃO FINAL DESSE PERÍODO

Getúlio Vargas concebia a cultura como o braço ideológico da sua política de integração econômica e social entre as várias regiões do Brasil e entre o Brasil e as Américas. Em seu governo, como já exaustivamente comprovado pela literatura histórica brasileira, houve uma expansão das instituições públicas, em todas as áreas, especialmente na cultura com criação de uma estrutura de ensino com cursos básicos, técnicos e superiores, com a fundação de museus históricos, e um aumento vertiginoso da produção editorial. As diferentes áreas artísticas foram regulamentadas, o rádio passou a ser o grande elo nacional.

Em torno de um projeto político nacional, a cultura, controlada com mãos de ferro por homens como Capanema, Ministro da Educação e Saúde, e Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), ajudaria a interligar todas as regiões do país e o país ao restante das Américas.

Nesse projeto uniram-se os membros da Diplomacia Brasileira, muitos deles também jornalistas e escritores, além de educadores de diferentes matizes ideológicos, artistas, arquitetos, pensadores, empresários e políticos, entre muitos considerados pelo governo como fundamentais para a estruturação de um novo Brasil.

A *Revista Letras Brasileñas* bem como as demais ações culturais do Brasil na América Latina a partir dos anos 40 cumpriram o papel de exaltar a liderança de Getúlio, dentro e além das fronteiras brasileiras e de fortalecer, paralelamente os pressupostos do pan-americanismo. Mas, criou, por outro lado, um espaço de comunicação e interação e convivência entre a comunidade cultural do Brasil e de países da América Latina. Quando em 1944, Cecília Meireles foi ao Uruguai em uma das Missões Culturais Brasileiras, eles já conheciam seus escritos de longa data. Muito provavelmente de *Letras Brasileñas*.

A COOPERAÇÃO CULTURAL INTERNACIONAL APÓS A CRIAÇÃO DA UNESCO (1966- 2005): FIM DA CENTRALIDADE DO ESTADO

Em 1966, a Unesco divulgou a la Declaração de Princípios da Cooperação Cultural Internacional que previa acesso aos bens e serviços culturais como também os países deveriam cuidar da preservação e desenvolvimento da própria cultura.

Em 2005- Convenção sobre a Proteção e a promoção da Diversidade das Expressões Culturais ou Convenção da Diversidade do México. Convenção da Diversidade Cultural que cria um comitê intergovernamental para tratar da cooperação cultural dentro de um cenário de transversalidade com outras questões que se discutem.

No meio dessas duas datas, registra-se outra data igualmente importante quando se deu a assinatura da Convenção da Diversidade Cultural, assinada pelos países no México num grande encontro internacional dirigido pela UNESCO, em 1982.

Essa discussão está dentro de um contexto bem diferente do que até agora foi mencionado e que se refere a um cenário onde há profundas mudanças no cenário mundial, tais como a Guerra Fria, implantação de vários regimes civis-militares na América Latina, início do processo da globalização, consenso de Washington, etc. No campo social muitos movimentos sociais de resistência contra as hegemônias surgiram. No campo conceitual, há um alargamento do que se entende por Cultura: discute-se sobre Inter e multiculturalidade como possibilidades que se abrem para a valorização das culturas até então subalternizadas pelos centros hegemônicos e periféricos (a produção popular era tida como folclore e tratada como folclore, animavam os

calendários das festas regionais. Hoje elas são tratadas como produção popular de relevância que registram tradições históricas e igualmente criativas. Na década de 80, houve o reconhecimento da diversidade cultural, primeiro como uma declaração, depois como uma convenção.

Todas essas alterações, o redimensionamento do que deveria ser considerado a Cultura vão alterando aos poucos a formulação das políticas culturais entre e nos países.

Estamos mencionando também do surgimento de organismos culturais não governamentais, com e sem fins lucrativos, e que se articulam, por vezes, em redes internacionais; sobre o surgimento de atores e agentes que trabalham junto à sociedade civil com relativa autonomia; estamos pensando no fenômeno da globalização, das discussões sobre a relação da cultura com desenvolvimento, cuja discussão não é nova, sobre os direitos culturais - ligados à pauta dos direitos humanos; sobre a cultura nos processos de integração, sobre a criação de políticas culturais em países onde não havia nenhum órgão responsável pela Cultura². Transformada em secretaria, a Cultura já mudou a direção várias vezes, do Ministério da Cidadania, passou para o Turismo.

Todos esses marcadores contemporâneos que envolvem o termo cultura discutidos no âmbito da UNESCO, que é uma agência multilateral e intergovernamental, trazem como consequência, um maior envolvimento do Estado na formulação das políticas culturais de seus países e ao mesmo tempo a perda do protagonismo do Estado, tal como ele exercia até 1950.

Desde a formação da ONU (1945), o conceito de cooperação cultural esteve vinculado a perspectiva de desenvolvimento, tanto que algumas vezes apareceu como cooperação para o desenvolvimento e cooperação cultural para o desenvolvimento (GRAZIANO, 2021). E quando a estratégia de cooperação cultural passa a ser uma preocupação de um organismo multilateral como a UNESCO, há uma mudança de sentido sobre o que seria a cooperação cultural e essa expressão assume uma conotação ligada ao desenvolvimento entre países, atingindo vários âmbitos político, social e econômico e cultural etc.

2 Brasil teve um ministério que reunia Educação e Saúde até 1953, depois teve o Ministério da Educação e Cultura (MEC), e somente em 1985 teve um Ministério próprio de Cultura, o Minc, desfeito recentemente pelo atual presidente

Em 1991, criou-se dentro da ONU uma Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento e no final da década de 90 a ONU faz uma convocação Mundial que discutiria especificamente entre os países a importância da Cultura para o desenvolvimento e vice-versa. Denominou-se Conferência Intergovernamental sobre as Políticas Culturais para o Desenvolvimento. Iniciam-se debates sobre a economia criativa, as cooperativas populares.

Sobre o binômico cultura/desenvolvimento, a historiadora Lia Calabre (2010), pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa e docente da UFF, Rio de Janeiro, afirma que o economista Celso Furtado, quando ministro da Cultura acompanhou de perto as discussões na UNESCO, nas décadas de 70 e 80 sobre cultura e desenvolvimento. Ele foi o único representante brasileiro na Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (1993-95), iniciativa da ONU e da UNESCO, para a qual deu grandes contribuições.

CONTRIBUIÇÕES DA UNESCO NO CAMPO DA CULTURA NAS RIS

Hoje a cena internacional, nesse campo da cultura é muito mais rica. Se anteriormente, a Cultura era vista como um instrumento de aproximação dos Estados para realização de propósitos ou de estratégias várias, hoje a Cultura apresenta-se como um campo relativamente autônomo e ao mesmo tempo transversal, porque está conectada às questões do desenvolvimento, dos modelos econômicos, dos movimentos sociais, da democracia. Há novos discursos sendo formulados no campo da cultura e mudanças de concepção que alteraram radicalmente as políticas culturais, como o respeito à diversidade cultural.

Há uma forte possibilidade de os países beneficiarem-se dos instrumentos, as declarações, tratados, convênios e programas, da UNESCO e ONU, fruto de muitos debates na comunidade internacional e que podem servir tanto para a Diplomacia Cultural como para a sociedade civil com suas inúmeras organizações, fundações, instituições especializadas. Os atores multiplicaram-se. E a cultura entre os países não se implementa unicamente pela ação do Ministérios das Relações Internacionais, extrapolou para outros ministérios, outros organismos públicos como os governos regionais, as prefeituras e como já dissemos, para a sociedade civil que se organiza de forma autônoma e combinada.

Há, entretanto, uma distância muito grande entre o que se fala e o que se faz. Discursos oficiais, intenções e práticas nem sempre estão na mesma sintonia.

Como bem afirma Juan Acha (2003), sociólogo peruano em seu artigo *Definición Latinoamericana de las Artes* é necessário criar circuitos latino-americanos de intercâmbio de conhecimentos e de investigações, mediante levantamentos, publicações. Mobilizar as universidades para reunir esforços e influir, reivindicar presença nas grandes decisões dos países sobre cultura.

Talvez essas sejam formas que podem ser eficazes nas decisões dos países, sugestivas para a implementação de programas conjuntos- sejam eles oficiais ou originários da sociedade civil- e eficientes na distribuição de *presupuestos* culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHA, J. Definición Latino Americana de las artes. *Arte e Cultura da América Latina*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 2003.

BOURDIEU, P. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CALABRE, L. *Cooperação Internacional na América Latina: uma perspectiva histórica*. Madrid: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2010. (Papeles Iberoamericanos).

ESCOBAR, T. El debe y el Haber de lo Cultural. In: BARBOSA, R. A. (org). *Mercosul: 15 anos*. São Paulo: Impresna Oficial do Estado, 2006.

ESCOBAR, T. Cultura y desarrollo: el desafio de las políticas pública em Paraguay. *Ultima Hora*, Asunción, 9 marzo 2013.

GRAZIANO, V. T. *Perspectivas decoloniais Latino-Americanas*. Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura, 2021. (Curso Cultura e Relações Internacionais).

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 2, v. 22, p. 5, 1997.

HERZ, M. A dimensão cultural das relações internacionais: proposta teórica metodológica. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 61-76, jul/dez. 1987.

LESSA, M.; SUPPO, H. R. O estudo da dimensão cultural nas relações internacionais: contribuições teóricas e metodológicas. In: LESSA, M. L.; GONÇALVES, W. S. (org). *História das relações internacionais: teoria e processos*. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

LETRAS BRASILEÑAS. *Cuadernos de Divulgación en idioma español de Literatura, Artes y Ciencias del Brasil*. Acervo Histórico Hemeroteca USP. Acesso em: 10 jul. 2014.

NEPOMUCENO, M. M. C. *A Missão Cultural Brasileira no Uruguai: a construção de um modelo de Diplomacia Cultural do Brasil na América Latina (1930-1945)*. 2015. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-13092016-142012/pt-br.php>. Acesso em: jan. 2021/mar. 2022.

SANTOS, C. V. *O Brasil entre a Europa e a América*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

UNESCO. *Publicações*. Brasília, DF, [20--?]. Disponível m: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/publications>. Acesso em: maio 2021.

“Fingere e ingannare”: la strategia della paura alle origini della guerra non ortodossa al comunismo

Angelo Ventrone¹

Per comprendere i presupposti della strategia della tensione è necessario partire da due punti nevralgici. Il primo è che viene avviata con un preciso obiettivo: difendere il Paese dalla “guerra rivoluzionaria” che il mondo comunista, almeno a partire dalla fine degli anni Quaranta del XX Secolo, è accusato di aver scatenato in tutto il pianeta per giungere al potere; il secondo è che mira a sconfiggere il comunismo imitandone le tattiche e gli strumenti utilizzati per sovvertire l'ordine esistente.

Partiamo allora dai caratteri essenziali di quella che viene comunemente definita “guerra rivoluzionaria”. Il punto di avvio, per coloro che la combattono, è rappresentato dal fatto che, dopo la nascita nel 1949 della Repubblica Popolare Cinese, il comunismo controlla più di un quinto dell'intero pianeta; inoltre, costoro sono convinti che la sua offensiva non è terminata, come mostra chiaramente ai loro occhi l'espansione dei movimenti di liberazione nazionale nelle colonie occidentali in Asia, Africa e persino a Cuba, a due passi dalle coste degli Stati Uniti.

La guerra rivoluzionaria che il comunismo conduce riprende metodi e strumenti antichi, come la guerriglia (che mira al logoramento del nemico attraverso la tattica del mordi e fuggi) e la guerra sovversiva (che colpisce il nemico alle spalle, attraverso quinte colonne, o

¹ Professore ordinario di Storia contemporanea - Dipartimento di Scienze Politiche, della Comunicazione e delle Relazioni Internazionali - Università di Macerata/Macerata/It. - dove insegna Storia contemporanea, Storia sociale della politica e Storia dei Totalitarismi e dei Fundamentalismi.

di sorpresa, con colpi di Stato). Ma è anche qualcosa in più e di inedito: è l'utilizzo di queste tecniche in vista della realizzazione, come abbiamo detto, di una strategia di dominio planetario (DÍAZ DE VILLEGAS, 1967; TRINQUIER, 2017; GRAZIANI, 1965).

Ad accrescere i timori di chi si sente minacciato da questa sistematica offensiva sovversiva, si aggiungono tra gli anni Cinquanta e Sessanta i successi dell'Urss nel campo dei missili intercontinentali – che possono trasportare anche testate nucleari, di cui l'Urss dispone dal 1949 - e la sua (temporanea) superiorità nei confronti degli Stati Uniti. Una superiorità divenuta evidente a tutti nel 1957 con la missione dello Sputnik, il primo satellite inviato nello spazio. Senza tener conto dell'ascesa del mondo comunista e dei conseguenti timori diffusi in Occidente, non si può capire in effetti il successo che la dottrina della guerra rivoluzionaria – e del suo opposto, la guerra contro-rivoluzionaria - conoscono nei decenni seguiti alla fine della Seconda Guerra Mondiale.

La guerra rivoluzionaria fa dell'elasticità, della flessibilità, il suo cardine centrale. L'insurrezione non è perciò il primo obiettivo da perseguire; prima di scatenarla, bisogna costruire le condizioni che la rendano possibile e ne garantiscano il successo. Questa tattica attendista preoccupa molto chi vuole combattere la sovversione perché, agli occhi del variegato mondo anticomunista, le democrazie hanno in sé una debolezza che le rende estremamente vulnerabili: garantiscono il pluralismo politico. Il che vuol dire che permettono anche ai partiti e ai movimenti che in prospettiva vorrebbero distruggerla di presentarsi come legittimi attori politici. In effetti, come può la democrazia limitare le libertà civili e politiche senza smentire se stessa e i principi su cui si fonda? È quindi sufficiente che i partiti rivoluzionari, anche senza rinunciare in linea di principio all'utilizzo della violenza, si astengano temporaneamente dal praticarla per essere accettati nel gioco politico democratico. Ma tale rinuncia – ed è questa l'accusa mossa ai partiti comunisti che operano nei paesi occidentali – è solo strumentale. La via legale è cioè battuta esclusivamente nell'attesa che le condizioni interne e internazionali cambino e diventino più favorevoli per poter passare all'attacco e dare l'avvio alla rivoluzione (DE BOCCARD, 1965; BELTRAMETTI, 1965).

In Italia, dove vive e opera il partito comunista più forte dell'intero Occidente, il pericolo è quanto mai evidente. Ma qui, con sorpresa e rabbia da parte dei suoi nemici, il Pci, anche se provocato ripetutamente con i numerosi attentati alle sue sezioni o con la sua continua demonizzazione da parte della stampa, rifiuta lo scontro nelle piazze. Pur continuando a usare spesso un linguaggio e una retorica rivoluzionaria, nei fatti sceglie una linea di graduale radicamento sociale volta alla propria legittimazione politica. Non per questo, tuttavia, i suoi nemici si sentono rassicurati. Anzi, come abbiamo visto, nel suo comportamento vedono solo un furbesco *escamotage* per arrivare, passo dopo passo, lì dove il partito vuole arrivare: probabilmente, si pensa, non tanto dar vita a una Repubblica popolare di tipo sovietico, cosa peraltro inaccettabile perché l'Italia, dopo la Seconda Guerra Mondiale, è saldamente inserita nella sfera di influenza statunitense. Ma proclamare la neutralità internazionale del Paese e farla uscire dalla NATO, per rendere la penisola più isolata e fragile, e quindi in prospettiva più vulnerabile, indebolendo nello stesso tempo l'intero schieramento occidentale (VENTRONE, 2019, p. 256-257).

Il cardine centrale della riflessione antinsurrezionale – una riflessione elaborata principalmente nel corso della lotta per reprimere i movimenti indipendentisti nelle colonie francesi - può dunque essere sintetizzato in queste domande: come hanno fatto i comunisti – o i loro alleati - ad arrivare al potere in Cina, Indocina, Algeria, Vietnam e Cuba? Qual è il segreto del loro successo? Come possiamo neutralizzarli? (PAHLAVI, 2004; NAGL, 2005).

Il segreto dei sovversivi è procedere per tappe: coinvolgere la popolazione civile (con le buone o con le cattive, cioè attraverso la propaganda, le minacce o il terrore); mobilitarla in modo permanente, anche attraverso l'uso delle tecniche di persuasione di massa, a favore degli obiettivi che si vogliono raggiungere; corrodere, passo dopo passo, la legittimità e la compattezza del nemico per provocarne il crollo tramite un crescendo di attentati e un'attività propagandistica sempre più intensa; formare degli specialisti – dei “professionisti della rivoluzione” – in grado di creare le condizioni per arrivare al potere; soffocare infine ogni dissenso al proprio interno per evitare anche la più piccola crepa che possa indebolire il fronte di attacco.

In altre parole, la guerra rivoluzionaria condotta dai comunisti viene considerata una *guerra totale*, una guerra, cioè, che non conosce limiti, ignora ogni compromesso col nemico (se non temporaneamente, e solo per guadagnare tempo utile a rafforzare le proprie posizioni), e assume caratteri terroristici (DELMAS, 1973; HOGARD, 1958, p. 1309). Lo slogan che ne potrebbe riassumere il senso è: “Tutto è permesso”.

Se la si vuole sconfiggere, dunque, occorre utilizzare la sua stessa strategia e i suoi stessi strumenti e, nello stesso tempo, imitarne l'assenza di scrupoli morali. D'altronde, la convinzione è che l'arrivo al potere dei comunisti comporterebbe necessariamente lo scoppio di una sanguinosa guerra civile, e che quindi ogni mezzo utile a evitare questa catastrofe sia lecito. È questa la ragione per cui nel 1974 il giudice Giovanni Tamburino, dopo aver domandato a un ufficiale coinvolto nelle inchieste su stragismo e tentativi golpisti come sia possibile piazzare bombe per uccidere civili innocenti, compresi donne e bambini, con sorpresa si sente rispondere che una strage è “[...] pur sempre meglio di una guerra civile.” (TAMBURINO, 2017, p. 200).

Nel contesto della Guerra Fredda, la guerra rivoluzionaria sembra inoltre rappresentare la modalità bellica più adeguata ai tempi, tanto da arrivare a sostituire, nei fatti, la guerra convenzionale. Il pericolo di un conflitto atomico, dopo che anche l'Urss si è dotata di un arsenale nucleare, ha reso impossibile uno scontro diretto tra le due superpotenze, Stati Uniti e Unione Sovietica, che si trasformerebbe ineluttabilmente in un “suicidio reciproco”. In questo scenario, la guerra rivoluzionaria diventa dunque uno dei mezzi più importanti di cui le grandi potenze dispongono per scontrarsi – in modo indiretto e mediato –, per cercare di estendere il proprio dominio e per consolidare la propria egemonia, senza rischiare un conflitto frontale dagli esiti imprevedibili (KISSINGER, 1957; TRINQUIER, 2017, p. 105-106).

L'uso politico dello stragismo deve quindi essere considerato coerente con uno dei caratteri più drammatici dell'età contemporanea, e del Novecento in particolare. Infatti, nel secolo della politica di massa, la violenza mostra apertamente il suo duplice volto: non solo puntare a *distuggere*, per colpire o difendersi, ma pure a *costruire*. Inaspettatamente, la violenza, cioè, può trasformarsi in uno strumento utile a rifondare le ragioni del vivere insieme, e a ricostituire una comunità che sembra sulla soglia della disgregazione. Può essere, dunque, anche

una paradossale, e drammatica, *forma estrema di socialità e di comunicazione* proprio attraverso la massima chiarezza del messaggio lanciato e il terrore imposto a chi è considerato nemico. Da questo punto di vista, si può dire che la violenza più che dal fallimento del dialogo, nasca spesso dalla sua esasperazione. Le relazioni umane, è stato scritto acutamente, purtroppo non si reggono solo sullo scambio di “doni”, ma anche sullo scambio di “danni” (DELGADO, 1994, p. 136-154).

È dunque questa la ragione per cui la violenza può tragicamente trasformarsi in *terribile spettacolo* ogni volta che l’aspetto comunicativo prevale e la volontà di togliere al nemico ogni dubbio sulle proprie intenzioni vince gli scrupoli morali (Ventrone, 2012). Non è perciò un caso che il terrorismo contemporaneo – come mostra bene proprio il caso italiano negli anni Sessanta e Settanta - da arma finalizzata a colpire il nemico si tramuti innanzitutto in un’arma volta a manipolare i comportamenti delle masse, a colpirle sul piano psicologico. E la paura, la paura di morire, di avere un futuro incerto, è una delle leve su cui è più facile agire.

Naturalmente, se la lotta contro il comunismo è una *guerra totale*, quindi dura, lunga, costosa, tanto dal punto di vista materiale quanto morale, è possibile vincere solo se la nazione è compatta, se combatte come un sol uomo. Proprio la volontà di raggiungere questo obiettivo - spingere l’opinione pubblica ad assumere una posizione unitaria e univoca – spiega tutta la sofisticatezza della strategia della tensione.

Come abbiamo detto, l’Occidente sente il fiato del colosso sovietico sul collo. E ciò rafforza in molti la convinzione che in fondo le democrazie liberali non siano in grado di reggere la competizione perché divise al loro interno, perché troppo tolleranti contro i nemici che vivono e operano entro i propri confini nazionali (i partiti comunisti), e perché in competizione tra loro stesse.

Da questo punto di vista, va sottolineata una questione a lungo dimenticata: in Occidente, vasti settori politici, e soprattutto militari, nel secondo dopoguerra tornano a sentire il fascino dei regimi autoritari, com’era già accaduto nei confronti di fascismo e nazismo tra gli anni Venti e Trenta. In particolare, di essi viene ammirata la capacità di centralizzare e velocizzare il processo decisionale, e di tenere8, punito il fronte interno attraverso un mix di propaganda e repressione (GALLI, 2008, p. 117-127). Una capacità che le democrazie non sem-

brano possedere, come è d'altronde emerso alla luce del sole in Francia durante la guerra di Algeria. Infatti, alla fine degli anni Cinquanta, dopo essere riuscito a sottrarre il controllo di gran parte del territorio ai guerriglieri che lottano per l'indipendenza del Paese, l'esercito francese si è trovato alla fine sconfitto non per ragioni militari, ma perché travolto dalle accese polemiche scatenatesi nell'opinione pubblica nazionale dopo la scoperta della feroce repressione attuata anche contro i civili e del massiccio uso della tortura (VIDAL-NAQUET, 2001; BRANCHE, 2016).

Agli occhi dei settori più radicali dell'anticomunismo, in questi anni la democrazia si trova quindi di fronte una contraddizione insanabile: mentre i rivoluzionari possono approfittare degli spazi di libertà che vengono loro riconosciuti per corrodere, passo dopo passo, i sistemi democratici, questi ultimi, non appena si attivano per fermare i propri nemici, si trovano immediatamente accusati di tentazioni autoritarie. È proprio per uscire da questo *cul-de-sac*, che in certi ambienti comincia a profilarsi un pericoloso baratto: per proteggere e salvare la *Libertà*, diventa accettabile rinunciare a un po' di *libertà* riducendo gli spazi di azione politica, proprio per evitare che i comunisti ne possano approfittare. Un prezzo inevitabile – in questa prospettiva – se si vuole evitare una guerra civile o un conflitto aperto destinato a crescere su se stesso fino a sfociare, magari, in una guerra nucleare.

Un elemento di non poco conto che va sottolineato è però che i sostenitori di questo modello politico – una sorta di paradossale democrazia a libertà limitate – non sono tutti di estrema destra, né nostalgici del fascismo. Si può infatti essere anticomunisti senza per questo rimpiangere il passato. Si può, cioè, essere “estremisti di centro”, per usare le parole con cui Carlo Fumagalli, capo del Movimento Armato Rivoluzionario e coinvolto nelle trame stragiste e golpiste degli anni Settanta, definisce se stesso in una conversazione registrata di nascosto da un giornalista informatore dei Servizi segreti militari (E Questi..., 1974).

Queste considerazioni, che appaiono confermate dalla documentazione raccolta nel corso dei numerosi procedimenti giudiziari degli ultimi 50 anni, permettono di leggere in modo diverso, rispetto a quanto per molto tempo si è fatto, il disegno che sottostà alla strategia della tensione in Italia².

² Cfr. in particolare, perché giunta a condanne definitive, la sentenza sulla strage di piazza della Loggia, a Brescia, Corte di Assise di Appello di Milano, Sezione seconda, 22

C'è infatti una premessa da cui partire: in quei decenni, un golpe nella penisola è impossibile, e per varie ragioni. Il Paese conta circa 50 milioni di abitanti, e dunque è estremamente più complicato ripetere quanto è accaduto nel 1967 con il colpo di Stato dei colonnelli in una nazione molto più piccola e meno abitata come la Grecia; il territorio in gran parte montuoso della penisola e l'esperienza militare accumulata nel corso della guerra di Liberazione tra il 1943 e il 1945 faciliterebbero la resistenza dei guerriglieri comunisti; l'esistenza di molti centri urbani importanti renderebbe difficile il loro controllo; inoltre, l'Italia è uno dei Paesi fondatori della CEE, e molti altri paesi europei, soprattutto quelli in cui in quegli anni è al governo la sinistra (Gran Bretagna e Germania), non accetterebbero un regime autoritario. Infine, le stesse forze di governo che, come la Democrazia Cristiana e i partiti laici suoi alleati, si collocano sul versante antifascista, sanno che dopo un golpe militare con ogni probabilità sarebbero spazzati via anch'essi.

Tra gli anni Cinquanta e Settanta, il pericolo di un colpo di Stato fascista in Italia è dunque inesistente, o quanto meno interessa solo frange limitate dell'estrema destra. L'obiettivo è infatti un altro: tenere il Pci lontano dall'area di governo, a qualsiasi costo, senza però giungere al punto di rottura che potrebbe generare esiti imprevedibili quale, per l'appunto, una guerra civile. L'obiettivo reale è quello di “[...] destabilizzare l'ordine pubblico [tramite gli attentati], per stabilizzare l'ordine politico [rafforzando le forze politiche moderate].” (Vinciguerra, 2013, p. 109); in altre parole, un progetto volto a isolare e delegittimare la sinistra, ma nello stesso tempo a colpire anche l'estrema destra (che pure viene paradossalmente utilizzata per compiere gli attentati), in modo da spingere l'opinione pubblica ad allontanarsi dalle ali estreme e a votare in modo compatto per i partiti di centro.

Oltre all'abbondantissima documentazione raccolta nel corso delle inchieste e alle sentenze che ne sono derivate, un aiuto importante per decifrare l'operato di coloro che hanno diretto la strategia della tensione viene dai testi teorici che sono alla base della dottrina della guerra contro-rivoluzionaria. È proprio grazie ad essi che si riesce a

luglio 2015, presidente-estensore Anna Conforti. La sentenza è stata confermata dalla Prima sezione penale della Corte di Cassazione il 20 giugno 2017. Di notevole rilievo sono anche Tribunale di Bologna, Sentenza-ordinanza del G.I. Leonardo Grassi, 3 agosto 1994, e Tribunale Civile e Penale di Milano, Sentenza-ordinanza del G. I. Guido Salvini, 3 febbraio 1998.

comprendere meglio il quadro in cui le azioni terroristiche si collocano e qual è il piano generale individuato per combattere il comunismo.

Come abbiamo visto, la guerra contro-rivoluzionaria utilizza gli stessi metodi del nemico, ma li rovescia a proprio vantaggio. Il punto di partenza è che il terreno di scontro è passato dalla contesa per il dominio di un territorio (obiettivo delle guerre convenzionali), allo sforzo per impadronirsi “moralmente” delle popolazioni e portarle dalla propria parte. La guerra psicologica è dunque un elemento fondamentale di questa strategia (GIRARDET, 1960, p. 244; DONDI, 2014, p. 63-99).

Per queste ragioni, la *filosofia* tanto della guerra rivoluzionaria quanto di quella contro-rivoluzionaria si basa sulla convinzione che, per battere il nemico, la prima cosa da fare è logorarlo, sorprenderlo e squilibrarlo, mettendolo in una posizione di inferiorità (BEAUFRE, 1966, p. 77). Il problema principale non è quindi tanto parare i colpi dell'avversario, quanto “impedire all'avversario di mantenere l'iniziativa”, intimidendolo, screditandolo, colpendolo a casa sua, senza dargli mai tregua. Come scrive Guido Giannettini, uomo di estrema destra legato al SID (il servizio segreto militare) - indagato, condannato e poi assolto per la strage di Piazza Fontana, e autore di uno dei testi più espliciti sull'argomento - bisogna rifarsi al detto di Pascal secondo il quale “[...] per convertire un incredulo, bisogna cominciare col metterlo in ginocchio” (GIANNETTINI, 1965, p. 36).

Riprendendo un termine usato dalla guerriglia comunista, la propaganda diventa così anche “propaganda armata”. Il che vuol dire che le azioni armate hanno una finalità innanzitutto propagandistica e solo in secondo luogo militare. L'obiettivo delle forze sovversive è infatti accrescere la loro capacità di richiamo grazie alla paura che le azioni terroristiche incutono nella popolazione, alla evidente potenza che dimostrano e alla capacità di chiarire che lo Stato non è più in grado di proteggere la popolazione. È dunque il successo dell'azione terroristica la condizione necessaria perché la propaganda armata sia efficace. Un suo fallimento, evidentemente, attenua la capacità di richiamo degli insorti e permette al regime aggredito di recuperare prestigio e credibilità. C'è una frase che sintetizza bene questa convinzione diffusa negli ambienti della guerra contro-rivoluzionaria: il terrorismo “fa tacere [perché minaccia], fa fuggire [perché incute paura], fa aderire

[perché vincente]”. Ma se fallisce, non fa tacere, non fa fuggire, non fa aderire (VENTRONE, 2019, p. 177-185).

Questa considerazione apre uno squarcio di grande interesse su quanto accade in Italia tra il 1969 e la metà degli anni Settanta. Al di là della spessa coltre di nebbia che ha a lungo coperto, e in parte copre ancora, le vicende stragiste e golpiste, appare infatti possibile individuare uno *schema* che si ripete costantemente nella sequela di attentati e tentati golpe che si susseguono in Italia in quegli anni.

Come ha scritto nel 2015 la Sentenza della Corte di Assise d'Appello di Milano a proposito della strage di Brescia del 28 maggio 1974 (Corte di Assise di Appello DI MILANO, 2015, p. 457-461), la strategia della tensione si è basata su attentati attribuiti alla sinistra ma commessi in realtà da neofascisti con la complicità, la copertura (anche tramite depistaggi) e la fornitura di armi ed esplosivi da parte di uomini delle istituzioni, civili e militari, e di centrali di potere occulto, nazionali e internazionali.

Tuttavia, di questi numerosissimi attentati solo una piccola parte, fortunatamente, provoca morti o feriti, perché in realtà il loro obiettivo, come abbiamo detto, non è determinare il caos in vista di un colpo di Stato, ma in primo luogo provocare allarme nell'opinione pubblica e prolungarlo nel tempo. Una strategia lucidamente raccontata da alcuni documenti che conosciamo. L'ordinovista Maurizio Tramonte, ad esempio, ha rivelato che Carlo Maria Maggi – come lui condannato in via definitiva per la strage di piazza della Loggia – subito dopo l'attentato aveva annunciato i suoi piani: diffondere un comunicato per “esporre la linea politica e programmatica” della nuova organizzazione, Ordine Nero, nata in quei mesi per continuare l'opera della neo-nazista Ordine Nuovo, messa fuori legge nel novembre 1973 e principale responsabile, oggi lo sappiamo, delle stragi avvenute tra il 1969 e il 1974. In questo comunicato andavano preannunciate “azioni terroristiche di grande portata a breve scadenza”, con l'obiettivo di “accentuare lo sgomento diffusosi nel paese dopo l'attentato di Brescia”. Ma questa *escalation* avrebbe dovuto essere dosata con accortezza: prima bisognava annunciare azioni terroristiche che non sarebbero però state messe in atto, poi, quando “l'allarme provocato dal primo avviso si fosse smorzato”. Doveva essere pubblicato un altro comunicato analogo, al quale di nuovo non sarebbero seguite azioni concrete.

Infine, quando l'opinione pubblica si fosse convinta che questi annunci fossero solo iniziative allarmistiche destinate a non avere seguito sul piano operativo, sarebbe di nuovo scattata un'azione stragista.

D'altronde, Maggi, ritenendo "la strage uno strumento con il quale fare politica" (Corte di Assise di Appello DI MILANO, 2015, p. 278), non faceva altro che riprendere quanto, secondo alcune testimonianze, andava predicando sin dagli anni Cinquanta Pino Rauti, il capo di Ordine Nuovo, quando spiegava che "gli attentati, le bombe" avrebbero acquisito "peso politico" solo se inseriti nella strategia della guerra contro-rivoluzionaria.

La dinamite e la rivoltella - aveva spiegato con parole agghiaccianti - devono diventare immagini, pubblicità subliminale. Il loro ruolo effettivo deve essere quello di agire a livello dell'emotività individuale e collettiva. [Bisogna cioè] opporre alla ragione le istanze del profondo della psiche umana" (la paura di morire, per l'appunto). (Salierno, 1976, p. 95-96).

I tanti attentati falliti o depotenziati, che non provocano morti o al più solo qualche ferito, appaiono quindi legati a una precisa strategia: ridurre o limitare le stragi indiscriminate perché l'obiettivo non è il caos e un conseguente golpe ma, da una parte, evitare di giungere al punto di rottura, dall'altra, tenere sotto pressione l'opinione pubblica.

Anche la strategia di scaricare sulla sinistra la responsabilità degli attentati per delegittimarla va dunque letta in una luce diversa. Tale strategia si è infatti rivelata molto più complessa di quanto per molto tempo abbiamo pensato.

Il primo elemento da sottolineare è che gli attentati sono sempre accompagnati da una più o meno contemporanea diffusione di notizie sulle reali responsabilità della destra neofascista o neonazista. Il 7 dicembre 1969, ovvero qualche giorno prima di piazza Fontana, alcuni periodici britannici parlano ad esempio dell'avvio di una "strategia della tensione" in Italia, dove, scrivono, si è fatto forte il pericolo di un golpe di estrema destra. E così continuano a fare nei giorni seguenti. Il 16 dicembre 1969, quattro giorni dopo la strage, una nota del SID (il servizio segreto militare) indica che il responsabile della strage è Mario Merlino, definito un "filo-cinese" (in una nota del giorno dopo viene detto invece "anarchico"), che ha agito per ordine del capo della

neofascista Avanguardia Nazionale, Stefano Delle Chiaie, che a sua volta ha agito per conto di Yves Guérin-Sérac, presentato come un «anarchico tedesco», residente a Lisbona, dove dirige l'Aginter-Interpress. Nella stessa nota, si fa poi riferimento all'opera di infiltrazione dei militanti di AN nelle file del circolo anarchico 22 marzo – quello di Pietro Valpreda, accusato in un primo tempo della strage di piazza Fontana - proprio con lo scopo di addebitare agli anarchici gli atti terroristici realizzati (GIANNULI, 2018, p. 497).

Quello che sorprende di questa nota è la capacità di mescolare con grande attenzione elementi veri con elementi falsi, con l'evidente obiettivo di inquinare la realtà dei fatti. Infatti, mentre le indagini ufficiali si dirigono immediatamente (premeditatamente, si dovrebbe dire) verso la cosiddetta “pista anarchica”, che porta all'arresto di Valpreda e che entro un paio d'anni si rivelerà del tutto falsa, i servizi segreti militari indicano i nomi di persone di estrema destra – Merlino e Delle Chiaie - fino a quel momento del tutto fuori dall'inchiesta, e che invece oggi sappiamo essere stati implicati nella strategia della tensione (MORANDO, 2019; TOBAGI, 2019). Tuttavia, mentre fanno i loro nomi, nello stesso tempo introducono importanti inesattezze, con l'obiettivo di produrre un effetto confusione: Merlino, infatti, non è anarchico ma è legato ad Avanguardia Nazionale, però dipende realmente da Delle Chiaie; Guérin-Sérac, lo sapremo anni dopo, non è un anarchico tedesco, ma un francese che ha combattuto con le forze armate del suo Paese in Indocina e poi in Algeria, qui è passato nelle file dell'OAS, l'organizzazione clandestina che combatte con tutti i mezzi, feroci attentati compresi, per impedire che l'Algeria diventi indipendente, e quindi diventa effettivamente il capo dell'Aginter Press (non Interpress), che ha sede a Lisbona. Quest'ultima, ufficialmente è un'agenzia stampa, ma in realtà, come qualche anno più tardi si scoprirà, rappresenta addirittura uno dei principali – e segretissimi - centri di coordinamento della guerra contro-rivoluzionaria a livello internazionale. E già dagli anni Sessanta svolge un ruolo importante nell'addestramento dei neofascisti italiani all'uso degli esplosivi (DARD, 2011).

Questa tecnica di mescolare dati falsi e dati veri la ritroveremo in più occasioni. Ad esempio, nel giugno del 1970 sarà pubblicato, dall'organizzazione di estrema sinistra Lotta continua, il testo più famo-

so della cosiddetta controinformazione, *La strage di stato* (DI GIOVANNI; LIGINI; PELLEGRINI, 2006). In questo libretto emergono informazioni dettagliate che, ben prima che le inchieste giudiziarie si muovano in quella direzione, smentiscono l'attendibilità della pista anarchica nella strage di piazza Fontana e danno invece fondamento pubblico, per la prima volta, alla «pista nera», quella neofascista. Le notizie sugli intrecci tra estrema destra, servizi segreti, comandi militari, ambienti politici e imprenditoriali anticomunisti, alta finanza, non possono però certo provenire solo da un gruppo di giovanissimi giornalisti – di molti, peraltro, ancora oggi non si conoscono i nomi – appartenenti a una organizzazione di estrema sinistra nata appena sei mesi prima. Inoltre, secondo il consueto *modus operandi* di mescolare vero e falso, qui le notizie riportate si concentrano su Avanguardia Nazionale, mentre il ruolo centrale di Ordine Nuovo nella strage, che oggi sappiamo certo, resta del tutto in ombra. Come si sarebbe scoperto molto più tardi, molte delle notizie riservate sono infatti arrivate, con ogni probabilità, da chi conosce bene l'intricato mondo dell'eversione: uomini dell'estrema destra e militari (GIANNULI, 2019, p. 58-67).

Come sappiamo, la guerra rivoluzionaria combina guerriglia e guerra sovversiva. E così fa la guerra contro-rivoluzionaria, che agli attentati aggiunge, almeno fino al 1974, i progetti golpisti. Eppure, ogni volta che stanno per essere attuati, questi progetti naufragano. Misteriosi ordini dall'alto giungono infatti a bloccare le operazioni golpiste, oppure provvidenziali fughe di notizie ne impediscono l'entrata in azione. Il cosiddetto golpe dell'Immacolata, o golpe Borghese, che si doveva verificare la notte tra il 7 e l'8 dicembre 1970, viene fermato da un oscuro contrordine che blocca e smobilita i gruppi armati già in azione. Un altro progetto golpista, di cui poi non si è saputo più nulla, viene denunciato nel corso di un comizio dal democristiano Arnaldo Forlani nel 1972. Nel 1973 il cosiddetto golpe della Rosa dei Venti viene scoperto grazie alla consegna dei suoi piani alla polizia da parte di uno dei cospiratori, un medico ligure, Giampaolo Porta Casucci. L'anno successivo, la notizia dell'imminente piano del "golpe bianco", legato alla figura di Edgardo Sogno, da quanto ricorderà molti anni più tardi l'allora ministro degli Interni, Paolo Emilio Taviani, gli arriva sulla scrivania e viene da lui stesso immediatamente inviato al giudice Luciano Violante che opera a Torino, città dove vive Sogno (TAVIANI,

2002, p. 392). Lo schema appare dunque chiaro: fermare il colpo di Stato prima che entri in azione, rendendolo così *inoffensivo* dal punto di vista militare, ma *molto redditizio* dal punto di vista politico. Infatti, in questo modo vengono massimizzati i risultati – intimorire la sinistra – e nello stesso tempo minimizzati i rischi, perché si evita di imboccare la strada di uno scontro violento dagli esiti incerti.

Un ulteriore elemento sorprendente è che tutti o quasi tutti gli attori sui quali vengono scaricate le responsabilità dei progetti eversivi appaiono, secondo la mentalità dell'epoca, dei veri e propri *border-line*; individui, cioè, che, qualsiasi cosa riveleranno alle forze dell'ordine e ai magistrati, inevitabilmente risulteranno non credibili, né affidabili. Pietro Valpreda è un anarchico ballerino ma claudicante, si dice che sia omosessuale e di certo ha amicizie nell'estrema destra, tra cui proprio Mario Merlino, quello segnalato nella nota del SID successiva alla strage di piazza Fontana. Gianfranco Bertoli, responsabile dell'attentato alla Questura di Milano nel maggio 1973, al momento dell'arresto si dichiara anarchico individualista, ma oggi sappiamo che prima della strage è stato addestrato e preparato da membri di Ordine Nuovo (fra cui lo stesso Maggi), con cui è in contatto da anni; in più si dice che sia un venditore ambulante alcolista. Giampaolo Porta Casucci, l'uomo che porta alla scoperta del golpe della Rosa dei venti, è un medico che ama vestire la divisa nazista e che racconta di aver distrutto da solo qualche decina di carrarmati e alcune navi nel corso della Seconda Guerra Mondiale (in cui probabilmente non ha neanche combattuto); dice inoltre di essere stato decorato da Hitler in persona e, per finire, ai suoi pazienti prescrive medicine e contemporaneamente letture di testi classici del nazismo. Ermanno Buzzi, arrestato per la strage di piazza della Loggia e poi ucciso in carcere presumibilmente perché pronto a rivelare qualcosa di troppo ai magistrati, è un ladro di opere d'arte, è stato espulso dal Msi in quanto omosessuale e ha pure una inaspettata relazione con un giovane iscritto alla Federazione giovanile comunista. D'altronde, la "lotta propagandistica" prevista dalla guerra contro-rivoluzionaria, come ricorda Giannettini, ha tra i suoi scopi proprio quello di individuare un nemico, denunciarlo all'opinione pubblica e poi, soprattutto, farlo odiare e disprezzare "come un essere che va schiacciato" (GIANNETTINI, 1965, p. 67).

È dalla ripetizione costante di questo schema volto a confondere le acque che emerge l'estrema sofisticatezza della strategia della tensione. Una strategia che, a guardarla a tanti anni di distanza, appare una vera e propria, accurata, "messa in scena". Questa definizione non vuole naturalmente sminuire la tragicità degli eventi legati a quella stagione, con le centinaia di morti e feriti che ha provocato, ma è utile per chiarire il disegno complessivo che è all'origine dello stragismo nel nostro Paese. In ambito teatrale, per messa in scena si intende infatti il complesso di operazioni volte a orientare lo sguardo dello spettatore in modo da farlo dirigere lì dove il regista vuole che vada. Messa in scena è quindi l'insieme delle accortezze usate per rendere credibile un racconto che in realtà è una finzione, e per creare l'atmosfera emotiva che si vuole trasmettere allo spettatore. In effetti, "fingere" e "ingannare" sono due delle principali "azioni" offensive previste dalla strategia contro-rivoluzionaria proprio per nascondere il progetto realmente perseguito (BEAUFRE, 1966, p. 29-30). Così come la "creazione di 'messe in scena' emozionanti", cioè capaci di colpire le emozioni delle persone, è un elemento centrale nella guerra psicologica (CERQUETTI, 1975, p. 388).

Su questo punto, scrive parole molto chiare Eggardo Beltrametti, giornalista di estrema destra e figura centrale di questi anni, tanto da comparire tra gli organizzatori, nel 1965, del convegno dell'Istituto Pollio svoltosi a Roma all'hotel Parco dei Principi, che oggi sappiamo aver rappresentato l'ingresso nella fase operativa della strategia della tensione. A metà degli anni Settanta, in un libro intitolato, significativamente, *Il colpo di Stato militare in Italia*, fa infatti un implicito, ma chiaro, riferimento proprio all'idea di messa in scena. In un passo del volume, scrive che forze armate non in grado di fare un colpo di Stato quando se ne presenta la necessità, non sono evidentemente in grado di difendere lo Stato. Ma aggiunge, ed è qui la cosa interessante: "[...] se le forze armate sono in condizione di fare [e quindi di poter credibilmente minacciare] un colpo di Stato, scoraggiano ogni avventura e rappresentano il classico deterrente contro i tentativi eversivi» dei comunisti." (BELTRAMETTI, 1975, p. 171-172). Credo che sia proprio questa la chiave attraverso cui leggere il senso dei ripetuti e falliti tentativi golpisti – a partire dal Piano Solo del 1964 – che si succedono nell'Italia di quel periodo: evitare il colpo di Stato militare, ma far capire che è sempre possibile (FRANZINELLI, 2004). Mettere cioè in scena il golpe, senza però passare dalla finzione alla realtà.

Queste considerazioni permettono di sciogliere alcune importanti contraddizioni che, come abbiamo visto, si presentano in quanto accade in questi anni. Se l'obiettivo non è realizzare un colpo di Stato autoritario o tornare al regime fascista, proprio la categoria di "messa in scena" rende infatti comprensibile il fatto che i golpe non abbiano mai luogo e che siano sempre stati coperti e sventati per tempo. Così come contribuisce a spiegare perché gli attentati intenzionalmente mortali legati alla strategia della tensione siano troppo pochi (dicembre 1969, maggio 1973, maggio 1974 e agosto 1974) e distanziati tra di loro per scatenare il caos, ovvero la premessa indispensabile affinché un colpo di Stato appaia legittimo agli occhi dell'opinione pubblica e sia da essa accettato.

Come abbiamo detto, il terrore fa tacere, fa fuggire, fa aderire; ovvero, proprio il successo degli attentati mostra sia la forza di chi li commette, sia l'impotenza dello Stato, spingendo molti a schierarsi con chi, in quel momento, appare più forte. Ciò crea però una situazione paradossale. La strategia terroristica dei comunisti, nei Paesi in cui vogliono arrivare al potere, deve necessariamente risultare vincente perché possano legittimarsi come nuova autorità. Ma se in Italia è proprio questo che si vuole impedire, gli attentati - la cui responsabilità viene fatta cadere sulle spalle della sinistra - non debbono e non possono aver successo. In tal caso, infatti, rafforzerebbero i comunisti stessi, cioè coloro che si vuole combattere. È probabilmente questa la ragione per cui si fanno commettere attentati a uomini dell'estrema destra con l'obiettivo di scaricarne la responsabilità sulla sinistra e, subito dopo, proprio per evitare l'effetto paradosso di un rafforzamento di quest'ultima, si fa filtrare l'ipotesi che forse è stata invece la destra a realizzarli. Il dubbio insinuato ottiene un duplice effetto: da una parte scredita la sinistra rivoluzionaria (e indirettamente il Pci) in quanto forse responsabile degli attentati, ma nello stesso tempo impedisce che essa possa godere del successo che nasce dagli attentati realizzati, proprio perché forse non suoi. Dall'altra, far emergere le responsabilità della destra neofascista ha lo scopo inverso: screditarla a sua volta, ma pure evitare che possa approfittare degli attacchi terroristici per far precipitare la situazione e, nel caos che ne seguirebbe, andare al potere.

Peraltro, come spiega bene un testo, forse di provenienza sovietica, pubblicato nel 1952 in una rivista di intelligence statunitense, la guerra psicologica prevede esplicitamente che quando si commettono azioni violente per scaricarne la responsabilità sull'avversario, non si può puntare il dito e dire semplicemente "è stato lui!". Per essere veramente credibili è molto più efficace instillare il dubbio e sostenere la probabilità, non la certezza indiscutibile, che il nemico sia colpevole (RAPOPORT; ALEXANDER, 1989, p. 197-198).

È questa la strada seguita per far sì che nessuno degli "opposti estremismi", come si diceva nell'Italia di quegli anni, possa veramente avvantaggiarsi della tensione creata nel Paese, e che anzi entrambi ne escano delegittimati. E per far sì che lo Stato – controllato dalle forze moderate, cioè antifasciste e contemporaneamente anticomuniste – trovandosi aggredito nello stesso momento dall'estrema destra e dall'estrema sinistra, si trasformi nell'unico garante della vita civile, nell'unico saldo appiglio a cui aggrapparsi per non sprofondare nel caos, nel solo baluardo capace di tutelare la sicurezza della nazione. D'altronde, come prevede la guerra contro-rivoluzionaria, il conflitto deve essere combattuto per "interposti avversari" e i veri contendenti, quelli che manovrano dietro le quinte, non devono mai apparire pubblicamente (BEAUFRE, 1966, p. 81).

I documenti di cui oggi disponiamo mi sembra che dimostrino convincentemente che questa sia la prospettiva attraverso cui leggere la strategia della tensione. Come ha affermato nel corso di un processo Giorgio Pisanò, proveniente dalla RSI, relatore al convegno del Pollio e in contatto con apparati dello Stato ed estrema destra:

Della strage di piazza Fontana non si è mai saputo chi ha messo le bombe, né di piazza della Loggia, né dell'Italicus, non si sa mai niente qua perché non si debbono sapere certe cose [...] di fronte al calo del centrismo democratico [...] viene elaborata una strategia detta degli opposti estremismi [...] nell'ufficio affari riservati del Ministero degli Interni, capo Umbertino D'Amato [...] questa strategia cosa prevede? Impressionare l'opinione pubblica, gli elettori che non siano centristi, di destra e di sinistra, soprattutto di destra, per spingerli a votare ancora per il centro; e abbiamo tutta la serie degli attentati fra il 1967 e '68 [...]. Ad un certo momento si mettono in mente di fare una serie di attentati di colore rosso

che si alternavano con gli attentati presumibilmente di colore nero tutti manovrati dall'Ufficio Affari Riservati del Ministero degli Interni; nasce così la faccenda delle bombe nelle banche che devono essere una serie di attentati colorati di rosso perché sono attentati antimperialisti, le banche sono il simbolo dell'imperialismo, quindi colpiamo le banche.³

E Giorgio Genovesi, alto funzionario del SID, il servizio segreto militare, ha ribadito davanti ai giudici che Guido Giannettini, come abbiamo visto implicato nella strategia della tensione, era una loro fonte e dipendeva direttamente dal capo del Reparto D (il controspionaggio). Egli era stato incaricato “[...] di infiltrarsi in Veneto nei gruppi estremisti della destra e della sinistra al fine di accreditare la teoria degli opposti estremismi e di alzare il livello di scontro” (PACINI, 2021, p. 227-228).

Non ha quindi fondamento l'immagine caotica del mondo legato alla strategia della tensione che ha dominato per decenni. Un'immagine composta apparentemente da un intreccio inestricabile di centri di potere e di organismi dello Stato in lotta tra di loro, e per di più attraversati a loro volta da divisioni e spaccature interne.

Nell'immagine che abbiamo avuto di questo periodo, sembrava di assistere a una guerra permanente di tutti contro tutti, in cui ognuno era portatore di interessi e progetti inconciliabili con quelli degli altri: forze armate, carabinieri, polizia, guardia di finanza, massoneria, mondo imprenditoriale, neofascisti, neonazisti, settori lealisti e non lealisti dei servizi segreti, Ufficio Affari Riservati del Ministero dell'Interno (UAR, embrione del futuro servizio segreto civile), regimi filofascisti di Grecia, Spagna e Portogallo, superpotenze come gli Stati Uniti, ed altri ancora. Proprio l'esistenza e la pervasività di questi conflitti intestini sono state utilizzate per giustificare l'incapacità dello Stato di riuscire a fermare, e poi ad arrestare, i responsabili dell'orrore che ha colpito il Paese.

Dalla documentazione raccolta, invece, è vero che emerge con chiarezza l'esistenza di una pluralità di soggetti attivi, ognuno dei quali

³ Le dichiarazioni sono rese nel corso di un processo per diffamazione a suo carico, celebratosi a Monza, Tribunale penale di Monza, Procedimento penale contro Pisanò Giorgio + 3, n. 178/94 Reg. Gen., udienza del 18 ottobre 1995, ora in Casa della Memoria di Brescia, fasc. Digit, B-b9, pp. 467-468; la Casa della Memoria di Brescia ha curato la digitalizzazione di gran parte dei materiali acquisiti nel corso dei vari procedimenti giudiziari sulla strage di piazza della Loggia.

ha una propria volontà, propri scopi, propri metodi. Ma all'interno di una regia coordinata e convergente su un obiettivo comune, condiviso da tutti: tenere il Partito comunista fuori dal governo e ridurne la forza e la legittimazione popolare. È questa la ragione che spiega un'affermazione come quella del gen. Nicola Falde, tra i massimi dirigenti del SID, secondo il quale "l'attentato di piazza Fontana era stato in qualche modo organizzato dall'Ufficio Affari Riservati del ministero dell'Interno", e il "Sid si era poi adoperato per coprire tutto" (PACINI, 2021, p. 149-150).

Non c'è quindi un unico soggetto a manovrare ogni cosa, un grande burattinaio, un'unica mente che agisce ma - questo ormai si può dire - la strategia è condotta ai livelli alti in modo unitario, anche attraverso la mediazione tra le esigenze nazionali e le pressioni internazionali legate alla Guerra fredda. Ed è proprio questo uno dei motivi per cui funziona così bene se ancora oggi, nonostante l'individuazione di molti dei responsabili diretti, non sappiamo quasi nulla dei mandanti.

Tutto ciò, naturalmente non vuol dire che i conflitti interni non ci siano stati, né che non ci sia stata una effettiva e a volte accesa competizione tra i vari centri di comando per rivalità personali o per scontri di correnti interne ai soggetti coinvolti. Ma questa competizione si è sempre mossa, per l'appunto, entro una strategia condivisa e coordinata. L'effetto confusione, le cortine di nebbia sparse a piene mani, le messe in scena costruite ad arte, sono dunque da considerare una parte essenziale dell'intera strategia.

Per anni abbiamo sentito parlare di "settori deviati" dei Servizi segreti. Ma per chiarire quanto sia fuorviante questa affermazione basti pensare al fatto che dell'intelligence nazionale non sono stati indagati, arrestati e in alcuni casi condannati solo ufficiali intermedi o magari alti gradi «deviati», ma i suoi stessi massimi vertici, come i generali Miceli, Maletti e Santovito, ovvero coloro che controllavano l'organizzazione, decidevano le nomine, assegnavano gli incarichi e emanavano le direttive da seguire. Come è possibile, inoltre, continuare a credere a conflitti e lotte ferocissime tra UAR e SID se, come oggi sappiamo, ogni settimana, puntualmente, i loro massimi dirigenti si vedevano per coordinare le proprie azioni? Se Giuseppe Santovito, Comandante della divisione Folgore, rimosso dal ministro della Difesa Giulio Andreotti nel 1974 in quanto coinvolto nel golpe Sog-

no, viene richiamato nel 1978 a capo del SISMI (il nuovo nome assunto dal Servizio segreto militare) dallo stesso Andreotti, questa volta nelle vesti di Presidente del Consiglio? Se Gianadelio Maletti, capo dell'ufficio "D" del SID, ovvero del controspionaggio, condannato in via definitiva per aver depistato le indagini sulla strage di piazza della Loggia, ha raccontato che fino al 1974 nessuno aveva spiegato alla nostra intelligence che la priorità era difendere la Costituzione, lasciando quindi intendere che l'unico vero obiettivo era la lotta al comunismo? (FASANELLA; SESTIERI; PELLEGRINO, 2000, p. 99).

C'è una testimonianza, in particolare, che smentisce, o sarebbe meglio dire sbugiarda, l'immagine dei servizi segreti italiani come non sufficientemente preparati a gestire l'emergenza terroristica. Una testimonianza che mostra, al contrario, quanto meno l'abbondanza di informazioni di cui essi disponevano e che per anni, se non per decenni, sono state nascoste ai magistrati. Come ha infatti ricordato un perito che ha lavorato al processo per la strage di Brescia, i casi accertati di infiltrati o collaboratori di organismi istituzionali o internazionali dentro Ordine Nuovo, l'organizzazione direttamente responsabile delle stragi, sono così numerosi da lasciare stupefatti:

Un confidente dei Carabinieri..., uno della Guardia di Finanza, un ufficiale del SIOS-Esercito [il servizio segreto dell'esercito], un confidente del servizio segreto tedesco, quattro informatori della CIA, tre informatori dell'ufficio affari riservati, nove tra confidenti del SIFAR/SID [SIFAR è il nome del servizio segreto militare fino al 1966], e due persone in contatto con elementi del SIFAR/SID o della CIA. Senza contare i contatti con il SIFAR del leader nazionale Pino Rauti. (Ventrone, 2019, p. 255).

Da quanto abbiamo visto, sembra quindi inevitabile ricavarne una conclusione netta: la nebbia che ha aleggiato – e in parte continua ad aleggiare ancora oggi - su quegli anni così drammatici, non è stata il frutto di un caotico sommarsi di impreparazione, depistaggi, omissioni, fughe all'estero di testimoni, omicidi e suicidi sospetti, distruzione di documenti, rivalità tra i corpi dello Stato e personali, ma è stata, al contrario, il primo e più importante obiettivo da raggiungere.

RIFERIMENTI BIBLIOGRAFICI

BEAUFRE, A. *Introduzione alla strategia*. Bologna: Il Mulino, 1966. (prima ed.1963).

BELTRAMETTI, E. La guerra rivoluzionaria. Filosofia, linguaggio e procedimenti. Accenni a una prasseologia per la risposta. *In:*

BELTRAMETTI, E. (a cura di). *La guerra rivoluzionaria*. Atti del Primo Convegno di studio promosso e organizzato dall'Istituto Alberto Pollio. Roma: Volpe, 1965.

BELTRAMETTI, E. *Il colpo di Stato militare in Italia*. Roma: Volpe, 1975.

BRANCHE, R. *La torture et l'armée pendant la guerre d'Algérie: 1954-1962*. Paris: Gallimard, 2016.

CERQUETTI, E. *Le forze armate italiane dal 1945 al 1975: strutture e dottrine*. Milano: Feltrinelli, 1975.

CORTE DI ASSISE DI APPELLO DI MILANO. Sentenza sulla strage di Brescia, 28 maggio 1974. Milano, 22 luglio 2015.

DE BOCCARD, E. Lineamenti ed interpretazione storica della guerra rivoluzionaria. *In:* BELTRAMETTI, E. (a cura di). *La guerra rivoluzionaria*. Atti del Primo Convegno di studio promosso e organizzato dall'Istituto Alberto Pollio. Roma: Volpe, 1965.

DARD, O. *Voyage au Cœur de l'OAS*. Paris: Perrin, 2011. (prima ed. 2005).

DELGADO, M. Confini labili: la guerra civile tra individuo e società. *In:* RANZATO, G. (a cura di). *Guerre fratricide: le guerre civili in età contemporanea*. Torino: Bollati Boringhieri, 1994.

DELMAS, C. *La guerra rivoluzionaria*. Messina-Firenze: D'Anna, 1973. (Tangenti. 8). (prima ed. 1959).

DI GIOVANNI, E. M.; Ligini, M.; Pellegrini, E. *La strage di Stato: controinchiesta*. 3. ed. Roma: Odradek, 2006. (prima ed. 1970).

DÍAZ DE VILLEGAS, J. *Guerra + rivoluzione*. Roma: Trevi Editore, 1967 (prima ed. 1963).

DONDI, M. *L'eco del boato: storia della strategia della tensione*. Roma; Bari: Laterza, 2014.

E QUESTI sono i nastri del SID. *L'Espresso*, Milano, 14 luglio 1974.

FASANELLA, G.; SESTIERI, C.; PELLEGRINO, G. *Segreto di Stato: la verità da Gladio al caso Moro*. Torino: Einaudi, 2000.

FRANZINELLI, M. *Il piano Solo: i servizi segreti, il centro-sinistra e il golpe del 1964*. Milano: Oscar Mondadori, 2014.

GALLI, G. Un programma per tutto l'Occidente (1962). In: Galli, G. *La democrazia e il pensiero militare*. Gorizia: La Libreria Editrice Goriziana, 2008.

GIANNETTINI, G. *Tecniche della guerra rivoluzionaria*. Roma: I Gialli Politici, 1965.

GIANNULI, A. *La strategia della tensione: servizi segreti, partiti, golpe falliti, terrore fascista, politica internazionale: un bilancio definitivo*. Milano: Ponte alle Grazie, 2018.

GIANNULI, A. *Storia della Strage di Stato: Piazza Fontana: la strana vicenda di un libro e di un attentato*. Milano: Ponte alle Grazie, 2019.

GIRARDET, R. Sur la guerre subversive. *Le Contrat Social: Revue Historique et Critique des Faits et des Idees*, Paris, v. 4, n. 4, p. 243-248, luglio 1960.

GRAZIANI, C. La guerra rivoluzionaria. *Ordine Nuovo*, Roma, n. 2, p. 11-27, apr. 1963.

GRAZIANI, C. Appunti per una “risposta” alla guerra sovversiva. *Ordine Nuovo*, Roma, n. 3-4, magg./giugno 1965.

HOGARD, J. Cette guerre de notre temps. *Revue de Défense Nationale*, Paris, n. 161, p. 1304-1319, août/sept. 1958.

KISSINGER, H. A. *Nuclear weapons and foreign policy*. New York: Harper & Bros, 1957.

MORANDO, P. *Prima di Piazza Fontana: la prova generale*. Roma-Bari: Laterza, 2019.

NAGL, J. A. *Learning to eat soup with a knife: counterinsurgency lessons from Malaya and Vietnam*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

PACINI, G. *La spia intoccabile: Federico Umberto D’Amato e l’Ufficio affari riservati*, Torino: Einaudi, 2021.

PAHLAVI, P. C. *La guerre révolutionnaire de l’armée française en Algérie: 1954-1961: entre esprit de conquête et conquête des esprits*. Paris: L’Harmattan, 2004.

RAPOPORT, D. C.; ALEXANDER, y. *The morality of terrorism: religious and secular justifications*. New York: Columbia University Press, 1989.

RAUTI, P. La tattica della penetrazione comunista in Italia. In: BELTRAMETTI, E. (a cura di). *La guerra rivoluzionaria*. Atti del Primo Convegno di studio promosso e organizzato dall’Istituto Alberto Pollio. Roma: Volpe, 1965.

SALIERNO, G. *Autobiografia di un picchiatore fascista*. Torino: Einaudi, 1976.

TAMBURINO, G. La Rosa dei Venti nel quadro dell’eversione stabilizzante. In: FUMIAN, C.; VENTRONE, A. (a cura di). *Il terrorismo di destra e di sinistra in Italia e in Europa: storici e magistrati a confronto*. Padova: Padova University Press, 2017.

TAVIANI, P. E. *Politica a memoria d'uomo*. Bologna: Il Mulino, 2002.

TOBAGI, B. *Piazza Fontana: il processo impossibile*. Torino: Einaudi, 2019.

TRINQUIER, R. *La guerre moderne*. Paris: Economica, 2017. (prima ed. 1961).

VENTRONE, A. Hombre, animal, cosa, polvo: la violencia contra el enemigo político en perspectiva histórica. In: Canal, J.; Gonzáles Calleja, E. (ed.). *Guerras civiles: una clave para entender la Europa de los siglos XIX y XX*. Madrid: Casa de Velázquez, 2012.

VENTRONE, A. *La strategia della paura: eversione e stragismo nell'Italia del Novecento*. Milano: Mondadori, 2019.

VIDAL-NAQUET, P. *Les crimes de l'armée française: Algerie 1954-1962*. 9. éd. Paris: La Decouverte, 2001. (prima ed. 1975).

VINCIGUERRA, V. *Stato d'emergenza: raccolta di scritti sulla strage di Piazza Fontana*. [Durham]: Lulu.com, 2013.

O Regresso das Ditaduras

António Costa Pinto¹

Após algumas décadas de inúmeras transições do autoritarismo à democracia no final do século xx, estarão as ditaduras de regresso?² De facto, entre antigas e novas, as ditaduras dominam hoje mais de um terço do mundo. Aliás, a Freedom House estimava, em 2019, que a liberdade global se encontrava em declínio. No entanto, mais importante do que o seu número – e como, sob o ponto de vista do poder internacional, os países não são todos iguais –, é fácil de observar que o autoritarismo domina grandes potências, como a Rússia e a China, ou países com grande importância estratégica para o mundo, como alguns produtores de petróleo e de outras matérias-primas, como nos casos da Arábia Saudita e das monarquias do Golfo, ou da Venezuela de Chávez e Maduro.

Algumas ditaduras sobreviveram ao fim da Guerra Fria e à chamada terceira vaga de democratização, demonstrando grande capacidade de adaptação e resiliência, e outras são novas ou sofreram mudanças ligeiras. A China contemporânea poderia ser a mais interessante “evolução na continuidade”. Outras ditaduras conheceram sucessões familistas, quase dinásticas, e no início do século xx estavam ainda próximas do totalitarismo, como, por exemplo, a Coreia do Norte. Nas últimas décadas, os regimes autoritários cresceram em número, mas sobretudo em variedade, marcando desde a quase totalidade dos países que nasceram da antiga União Soviética à ainda hesitante deriva autoritária de Erdogan na Turquia, ou de Orbán na Hungria.

Este artigo pretende ser uma introdução às ditaduras e aos seus modos de dominação política. Ainda que as autocracias tenham mais variedade institucional do que as democracias, ambas têm muito

1 Doutoramento pelo Instituto Universitário Europeu (1992, Florença) e Agregado pelo ISCTE (1999), é atualmente Investigador Coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Professor Convidado no ISCTE, Lisboa.

2 Esta conferência retoma alguns temas que desenvolvo no meu livro, *O Regresso das Ditaduras?* Lisboa, FFMS, 2021.

em comum: têm partidos únicos ou dominantes, têm parlamentos e também organizam eleições. Às vezes reprimem selvaticamente, mas também cooptam e integram as massas e as elites; outras vezes podem mesmo ser, conjunturalmente, populares para certos segmentos da sociedade. A diversidade tem sido grande: das ditaduras comunistas às militares, ou às monarquias tradicionalistas; das ditaduras de direita às de esquerda, ou às de difícil classificação, como a de Juan Perón na Argentina, mais associadas ao modelo populista. Nos últimos anos, no entanto, o modelo dominante das novas ditaduras tem sido o dos regimes que “se vestem como democracias” (GANDHI, 2008). São, em certo sentido, “regimes híbridos” ou “autoritarismos competitivos” (LEVITSKY; WAY, 2010): organizam eleições, permitem a existência legal de vários partidos, não têm censuras rígidas, mas encontram novos meios de distorcer os resultados eleitorais, reprimir a cidadania e controlar a comunicação social a favor da elite dominante.

Ainda que as ditaduras socialistas, por exemplo, tenham chegado ao poder com base em dinâmicas políticas, sociais e ideológicas bem diferentes e até antagónicas às de direita – do fascismo às ditaduras militares –, elas partilham alguns «universais»: a tendência para a personalização do poder, um partido único ou dominante, ou ainda a repressão mais ou menos completa das liberdades fundamentais, bem como a ameaça constante à integridade física da cidadania.

Entre os vários estereótipos sobre as ditaduras que dominam o mundo de hoje, aquele que prevalece é ainda o que as encara como obras individuais de tiranos brutais, como Hitler, Estaline, Mao, Saddam Hussein, o general Franco ou Pinochet. Mas ainda que centrais, os ditadores, estão longe de governar sozinhos. Elites, instituições, crises, cooptação, dependência internacional, guerras, golpes e revoluções marcam e determinam a vida das ditaduras, como, aliás, a das democracias.

AS DITADURAS: TIPOS E VARIEDADE

O termo *ditadura* teve alguma popularidade na cultura de elites e de massas durante grande parte do século XX. A “ditadura do proletariado”, como modelo positivo para o movimento comunista internacional, foi um exemplo disso. Grandes intelectuais foram apóstolos

das suas virtudes, à direita e à esquerda do espectro político. Na verdade, uma pequena multidão.

Na década de 1930 do século passado, o termo passou a ter conotações mais negativas, com o surgimento dos regimes fascistas e ditatoriais de direita a ele associados, como, por exemplo, o franquismo. Mas foi sobretudo após a Segunda Guerra Mundial que se deu um processo de legitimação dos regimes democráticos na ordem internacional, com o surgimento de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), que se reveem formalmente nos princípios da democracia liberal. Os próprios regimes comunistas passaram a legitimar-se como “democracias populares”, e as “democracias com adjetivos” passaram a ser moeda comum também à direita do espectro político, como, por exemplo, as “democracias orgânicas”, com os casos do salazarismo e do franquismo após 1945.

A centralidade das democracias deu lugar a definições do conceito de ditadura pela negativa. As ditaduras foram, assim, transformadas no lado negro e contrastante do espelho democrático, como regimes de “sem”: sem liberdade, sem eleições livres, sem direitos políticos, sem primado da lei. Apesar de a maioria das ditaduras terem sido estabelecidas por meios não eleitorais – golpes de Estado, revoluções ou mesmo ocupações externas –, algumas foram institucionalizadas após uma chegada ao poder por meios eleitorais e/ou mais próximas da legalidade, como foi o caso de uma das mais violentas e mortíferas que o século xx conheceu, a nacional-socialista alemã, e o próprio fascismo italiano, ou, para dar um exemplo latino-americano, a ditadura de Hugo Chávez na Venezuela. Muitas destas, portanto, com processos mais lentos de transição a uma ordem ditatorial.

A definição mais abrangente e simples de ditadura é a que a caracteriza como um regime político em que a elite política governa por meios outros do que eleições livres e justas (GANDHI, 2008). Por mais voltas que dermos à distinção ou dissolução da fronteira entre democracia e ditadura, este é o elemento diferenciador mais saliente. Nenhuma ditadura se baseia em eleições livres e justas, e nenhuma democracia se constrói sem elas. “Uma competição livre pelo voto popular é a base de um regime democrático.” (SCHUMPETER, 1976, p. 338) e, na sua variedade, todas as ditaduras a iludem ou negam. Claro que, como muitos apontarão imediatamente, vários regimes políticos

escapam a definições mais complexas, deambulando entre o preto ditatorial e o branco democrático. Durante mais de 50 anos, mais precisamente até 2000, o regime mexicano, por exemplo, conheceu níveis de liberdade de expressão, de organização da sociedade civil e política consideráveis, mas foi governado pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI), sem rotação no poder. A diferença entre o México e o nacional-socialismo ou a União Soviética é gigantesca, no entanto a variedade de regimes autoritários não deve fazer esquecer aquela que é a pedra de toque classificatória central entre ditaduras e democracias: o acesso ao poder e a saída do poder por eleições livres e justas. A partir daí, é grande a variedade na família política das ditaduras.

ONDAS E TIPOS

A evolução dos tipos de ditaduras conhecidas ao longo do século XX e XXI aponta para um padrão por vagas, com a difusão, ao longo do tempo, de modelos políticos que se consolidam e expandem com características muito semelhantes. Assim, por exemplo, a primeira ditadura socialista, com a criação da União Soviética, representou um modelo de sucesso que se consolidou após a Segunda Guerra Mundial, independentemente dos modos de chegada ao poder, por revolução, ocupação externa, ou outro. As ditaduras socialistas, não obstante a sua implantação em tecidos sociais, geográficos ou culturais diversos, apresentaram características de organização política muito semelhantes. Ainda que com maior diversidade, o mesmo se poderia dizer das ditaduras da chamada “época do fascismo”, desde o fascismo italiano e do nacional-socialismo alemão ao salazarismo, ou à ditadura de Getúlio Vargas no Brasil, ou mais tarde, às ditaduras militares da América Latina, na década de 1960 e 1970.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o surgimento da Guerra Fria, não só as ditaduras socialistas aumentaram exponencialmente no mundo, até meados da década de 1970, como a descolonização deu origem a novos regimes autoritários que chegaram a dominar quase todo o continente africano e o Sudoeste asiático até à chamada terceira vaga de democratização, no final do século XX.

Ainda que a primeira ditadura socialista, com a consolidação da União Soviética, anteceda as ditaduras associadas ao fascismo, estas só

se desenvolveram exponencialmente após a Segunda Guerra Mundial, o mesmo tendo acontecido com as ditaduras militares e civis. Muitas destas ditaduras reproduziram algumas instituições autoritárias dos regimes socialistas e, ainda que estabelecendo regimes civis, tiveram uma forte componente militar, a começar nos seus ditadores.

As transições entre regimes autoritários também se multiplicaram após a Segunda Guerra Mundial, e muitos países conheceram regimes ditatoriais que não foram o produto de derrube de regimes democráticos, mas de mudanças de tipo de ditaduras. Na América Latina, no Norte de África e na Ásia, por exemplo, vários regimes autoritários deram lugar a novos tipos de ditadura, como no Egito, na Líbia, no Irão, ou em Cuba.

AS VÁRIAS FACES DO AUTORITARISMO CONTEMPORÂNEO. UMA NOVA VAGA?

Após várias décadas de democratização a nível global, as ditaduras estão de volta. Como vimos anteriormente, muitas delas são meras sobrevivências, mas com adaptações e mudanças significativas, no entanto esta nova vaga de “autocratização” confunde-se muitas vezes com uma erosão dos regimes democráticos, cujos contornos ainda são incertos. A chegada de novos partidos e líderes populistas de direita radical ao poder, como, por exemplo, Jair Bolsonaro no Brasil, é o símbolo da erosão da democracia. Se, no passado, a quase norma de institucionalização de um regime autoritário passava pelo derrube da democracia por rutura súbita (na maioria dos casos, um golpe de Estado), no século xxi, o acesso legal ao poder para, a partir dele, provocar a erosão da democracia e a institucionalização de uma ditadura é uma marca distintiva desta nova vaga. Os exemplos abundam: da Turquia de Erdogan à ainda híbrida experiência de Orbán na Hungria. Mesmo no caso do bem consolidado poder autocrático de Putin na Rússia, a norma aponta para o lento e gradual minar de instituições democráticas.

Aparentemente, os “[...] aspirantes a ditadores encontraram novos instrumentos para se manterem no poder e essas notícias espalharam-se.” (LÜHRMANN; LINDBERG, 2019, p. 1096). A maioria destes novos regimes organizam eleições multipartidárias, e as transições ao autoritarismo são lentas, o que leva alguns estudiosos a salientar que, se é verdade que a democracia está em perigo, aquilo a que chamam a terceira vaga de “[...] autocratização pode ser mais moderada do que

a que levou ao poder os seus ‘primos históricos’” (LÜHRMANN; LINDBERG, 2019, p, 1096).

Os modelos mais graduais de transição ao autoritarismo, quase sempre acompanhados de eleições cada vez menos livres e justas, são mais complexos de identificar, pois os candidatos a autocratas têm sido bem mais discretos nos seus modos de perverter a democracia. A erosão da democracia, e não o seu derrube abrupto, parece ser a via dominante. Este aspeto leva também muitos estudiosos a interrogarem-se sobre como este caminho condiciona a magnitude da mudança. Daí as múltiplas definições destes novos regimes: de “democracias iliberais” a “regimes híbridos”, ou de “autoritarismos eleitorais” a “autoritarismos competitivos”. Estes processos representam, segundo alguns estudiosos, cerca de 70 % do que consideram ser uma terceira vaga de autocratização (LÜHRMANN; LINDBERG, 2019). Os exemplos abundam e alguns destes processos já ultrapassaram a fase da incerteza. Ninguém terá dúvidas sobre o caráter autoritário do regime de Putin na Rússia, ou de Erdogan na Turquia. E quanto à Hungria de Orbán, mais condicionada pela UE? Ficaria no limbo da hibridez durante mais de 20 anos de duração? São estes novos regimes que abordamos aqui, com os exemplos da Turquia, da Rússia e da China.

O caso da Turquia é particularmente ilustrativo da dinâmica que caracteriza os novos autoritarismos: transição lenta e a partir do poder, reforço de um partido dominante e da sua hegemonia eleitoral, controlo progressivo da autonomia do judicial e dos meios de comunicação social.

A transição ao autoritarismo na Turquia fez-se a partir de um processo de democratização em que Erdogan chegou ao poder em eleições livres e justas, e foi a partir dele que o lento processo de “autocratização” se desenvolveu: limitando e depurando as Forças Armadas enquanto depositárias do kemalismo laico, depurando e limitando a autonomia do aparelho judicial e do Tribunal Constitucional, e controlando os meios de comunicação social. Isto claro, mantendo sempre a hegemonia política e eleitoral do partido dominante.

Erdogan representou um novo tipo de autoritarismo na Turquia, longe da tradição (ditatorial) militar, laica e nacionalista do passado. Episódios como o da reconversão islâmica da Catedral de Santa Sofia em Istambul e da adoção de rituais e práticas islâmicas pelo Estado

fizeram alguns analistas voltar ao debate sobre religião e democracia, mas, apesar de o partido dominante ter base islâmica, a transição ao autoritarismo na Turquia não teve no fundamentalismo islâmico o seu eixo. Ainda que com a utilização do Islão conservador e do nacionalismo como elementos simbólicos e de mobilização societal importantes, estamos longe da revolução iraniana. No entanto, o Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP) foi o produto da unificação, dissolução e ilegalização de vários partidos islâmicos, e foi constituído a partir de uma ala mais moderada, chefiada por Erdogan. O AKP foi-se reforçando como um partido em crescimento eleitoral e de direção coletiva, que, com a chegada ao poder, não só foi consolidando uma chefia mais personalizada em Erdogan, como foi eliminando outros dirigentes que lhe poderiam fazer sombra. Pelo caminho foram ficando grupos e mesmo seitas islâmicas que o ajudaram na dissolução de alguns pilares do Estado laico, herdado de Kemal Atatürk.

Durante os primeiros anos do seu mandato, Erdogan foi moderado, evitando conflitos com os militares e a tradição laica da elite política turca, apresentando-se como protagonista do desenvolvimento económico, pelo reforço dos laços com a União Europeia (UE) e a eventual integração. Ironicamente, as reformas para diminuir o poder dos militares ainda tiveram o apoio da UE. Os principais agentes de veto, sobretudo os militares, foram então progressivamente limitados, e o próprio Tribunal Constitucional, que tinha, no passado, ilegalizado vários partidos islâmicos, também começou a ser reformado. Quando a partir de 2005, a perspetiva de adesão à UE ficou encerrada, Erdogan reforçou um discurso *anti-establishment* que fundamentava o Estado turco, tendo como alvo os militares e o aparelho judicial, com o Tribunal Constitucional na primeira linha. A comunicação social foi lentamente colocada sob controlo, com enormes processos de depuração de jornalistas, e as redes sociais, outro universal dos regimes autoritários, começaram também a ser controladas. Um golpe de Estado militar falhado, em 2016, permitiu-lhe não só uma contraofensiva, com o afastamento de juizes, militares e funcionários públicos, como também a repressão ao movimento de Fethullah Gülen, acusado de estar por detrás do golpe.

O discurso populista foi dominante nas campanhas eleitorais, que contaram progressivamente com a utilização clientelar do aparelho de

Estado a expensas dos partidos de oposição. Quando ocasionalmente, às vezes de forma inesperada, vencem os candidatos da oposição, como foi o caso de Istambul, onde, em eleições locais, ganhou o candidato da oposição, as eleições foram repetidas, mas deram a vitória ao mesmo candidato. A hegemonia eleitoral do partido dominante foi assim mantida a nível nacional, mas não foi esmagadora. Em 2017, após um referendo, Erdogan transformou a Turquia num regime presidencialista e, entre o cargo de primeiro-ministro e o de presidente, está no poder desde 2003.

A Rússia de Vladimir Putin representa um regime autoritário consolidado, a que muitos chamaram um processo de democratização falhado (FISH, 2005). Vladimir Putin foi o grande estratega da eliminação da incerteza democratizadora da Rússia pós-soviética, contruindo um regime político de instituições fracas e de grande centralização do poder na sua pessoa, a partir de um presidencialismo autoritário, de um partido dominante dele dependente, e com um legislativo de poderes limitados. Como salientou um politólogo russo em 2014, “Putinismo é um sistema consolidado, com instituições fracas.” (MELVILLE *apud* PRZEWORSKI, 2015, p. 301).

A Rússia conheceu um processo quase simultâneo de crise e queda do regime comunista soviético e da sua própria unidade territorial. A ameaça de desintegração territorial esteve sempre presente e, ainda que a rutura com o passado fosse um facto, a continuidade do aparelho de segurança e militar na elite política foi um facto limitador de uma eventual democratização. Apesar disso, o pluralismo aumentou significativamente ao longo da década de 1990, quer sob o ponto de vista político quer na transição a uma economia de mercado, mas sempre acompanhado de crises internas e externas.

A evolução do sistema político russo para um presidencialismo, com uma Duma com algum poder de veto, a partir da Constituição de 1993, foi antecedida pela fase mais próxima do envolvimento da sociedade no campo político e pelo pluralismo de representação, com os especialistas a reconhecerem as eleições de 1990-91 como as mais próximas de umas eleições justas e livres. Chegados aqui, os estudiosos dividem-se nos fatores que levaram à reconsolidação autoritária chefiada pelo sucessor e protegido de Boris Yeltsin, Vladimir Putin, quando este passa de primeiro-ministro a presidente, após a saída

abrupta do primeiro. A maioria sublinha fatores como a escassa liberalização económica, o domínio do Governo na exploração dos recursos naturais, passando pelas ameaças à integridade territorial bem como o projeto de retoma do poder nos territórios da antiga União Soviética, acompanhado do enfraquecimento do poder do Parlamento a favor de uma presidência toda poderosa (FISH, 2005).

Um facto é que a reconsolidação autoritária de Vladimir Putin foi marcada por um reforço tanto da autoridade do Estado, como do controlo da economia de exploração de recursos naturais, e por uma resposta autoritária e agressiva à perceção de que os interesses da Rússia nas suas áreas de influência estavam ameaçados. Quaisquer que sejam os fatores de explicação desta reconsolidação autoritária, os seus passos institucionais são conhecidos, ilustrando o caminho após a terceira vaga de democratizações, e sobretudo o funcionamento e a dinâmica destas novas ditaduras.

A pessoalização é o primeiro traço, quer coincida formalmente ou não com a sede do poder, mas com maior preocupação de lhe dar legitimidade constitucional e eleitoral. Putin já foi primeiro-ministro nomeado (1999), depois presidente eleito, entre 2000 e 2008, depois primeiro-ministro outra vez, entre 2008 e 2012, e novamente presidente em 2012, tendo sido reeleito em 2018.

O que foi considerado o «superpresidencialismo russo» domina a Duma a partir de um partido dominante.

Criado em 2001, com base na unificação de outros para constituir o partido de apoio ao Governo, o Rússia Unida consolidou-se como partido dominante de Putin. Com um sistema multipartidário, o Rússia Unida, auxiliado por outros pequenos partidos-satélite, ganha sistematicamente as eleições, com a ajuda de fraudes eleitorais, meios de comunicações controlados e ação complementar das administrações centrais e locais. O seu domínio, no entanto, está longe da estabilidade e sob dinâmicas de desafeção e denúncias. Em 2018, o partido assegurava 74 % dos deputados da Duma. Ainda que a sua dinâmica ideológica e programática não seja um elemento importante, vale a pena salientar que as suas relações internacionais privilegiavam, em 2018, os partidos de direita radical europeus.

O presidencialismo autoritário russo e o seu partido dominante secundarizaram a Duma, promoveram a recentralização administrativa

e política, bem como a desmobilização política, com partidos de oposição erráticos e pouco consolidados. Por outro lado, em contraste com o passado autoritário russo, Putin promoveu uma desmobilização e alienação da sociedade da política, a partir do poder, já com grande tradição nos autoritarismos de direita. Apesar disso, quer em termos eleitorais quer em termos de ativismo político, o “pluralismo limitado” inerente ao novo autoritarismo russo introduziu maior incerteza e maior utilização de fraude e corrupção políticas. Por outro lado, os modelos repressivos passaram a ser mais administrativos e por vezes clandestinos, visando sobretudo a elite de oposição, quando o desafio ao governo tem mais saliência e mobilização. Jornalistas e políticos da oposição são regularmente visados. O caso de Alexei Navalny pode servir de exemplo. Ativista de oposição, empenhado sobretudo na denúncia da corrupção, Navalny concorreu a eleições municipais em Moscovo e foi vítima de fraude eleitoral. Condenado várias vezes a pena de prisão, foi impedido de concorrer às eleições presidenciais em 2018 e, dois anos depois, foi vítima de envenenamento.

Em 2020, cerca de 78 % dos votantes russos aprovaram, em referendo, uma reforma constitucional que pode manter Putin na presidência até 2036, com uma participação de 65 % do eleitorado. Se lá chegar, baterá Estaline em longevidade política.

A China contemporânea baralha os dados do modelo autoritário pós-comunista, desde logo porque o processo de mudança se deu dentro do mesmo quadro autoritário, com grandes alterações económicas, mas por reforma, e com grande continuidade de instituições políticas. Os cidadãos chineses têm hoje uma liberdade muito maior do que a de um regime comunista do passado e, no entanto, são dirigidos por um partido único, ainda formalmente marxista-leninista. Metade da sua economia, medida pela produção, está em mãos privadas, mas é o setor público que a dirige, com princípios de economia de mercado. Quando o observador incauto chega aos arranha-céus de Xangai, está longe dos arranha-céus de Nova Iorque, pois 80 % do músculo económico da cidade encontra-se em mãos públicas, numa versão particular do capitalismo de Estado (RINGEN, 2016). A China representa, assim, alguma singularidade no quadro das ditaduras contemporâneas.

A primeira característica da ditadura chinesa é facilmente observável: trata-se de um regime de partido único, mas as transformações

que sofreu não têm paralelo com outras ditaduras socialistas. Além de ser um regime de partido único, a China é um regime de “Partido-Estado”. Mais de 30 anos passados sobre a queda da maioria das ditaduras socialistas, o Partido Comunista Chinês dirigiu a transição económica para o capitalismo, continuou a assegurar o monopólio da representação e o enquadramento político da sociedade, ao mesmo tempo que quadros tecnocratas formados nas suas escolas dirigiam um segmento central das empresas públicas chinesas. A modernização administrativa e económica iniciada, na década de 80 do século xx, por Deng Xiaoping foi seguida de uma reforma sem paralelo no partido.

Complementando um gigantesco desenvolvimento do ensino universitário, com cerca de 2800 escolas de quadros do Partido, a China criou um poderoso conjunto de quadros políticos e técnicos. Raramente um partido único de matriz leninista criou uma burocracia tão moderna e adaptada a uma economia de mercado. Na China contemporânea, o partido único concentra controlo político, burocracia e gestão empresarial. A dupla componente de formação académica nas universidades de elite e nas escolas do Partido Comunista é a sede da promoção dos seus quadros (LEE, 2015). Por outro lado, o aquele continua a desempenhar a função clássica de um partido comunista, controlando a elite política nacional e local, com uma presença central nas organizações de interesses e no controlo da crescente sociedade civil (KOSS, 2018).

Sem reforçar os traços singulares do autoritarismo chinês, muitos estudiosos sublinham, no entanto, uma rara e virtuosa dinâmica de entrelaçamento entre público e privado em contexto autoritário. Como defende Stein Ringen, provavelmente com algum exagero,

[...] em nenhum outro lado o Estado dirige uma máquina gigantesca de investimento através dos seus bancos e empresas para expandir autoestradas, megaportos, arranha-céus, centros comerciais, em todo o território, e depois os oferece ao desenvolvimento da iniciativa privada [...]. Em nenhum outro lado os atores económicos, quer privados quer públicos, operam ambos sob a mão reguladora do Estado e do Partido [...]. Assim como o Partido-Estado não é igual a nenhum outro Estado, a economia de mercado socialista não existe em nenhuma outra economia. (RINGEN, 2016, p. 4).

Formalmente, a China tem as clássicas instituições políticas de uma ditadura socialista, sem concessões a dinâmicas de transição para um «autoritarismo competitivo». Só a nível local e aldeão (equivalente às freguesias), foi introduzida alguma competição, com a permissão de candidatos independentes; mas quando estes se apresentam em círculos urbanos, mais politizados, são informalmente impedidos de concorrer. O Congresso Nacional do Povo não conhece representação partidária não oficial, mesmo que sem poderes, e a sede do poder executivo encontra-se na Comissão Permanente do Politburo do Comité Central do Partido Comunista. Como nas ditaduras socialistas do passado, o poder executivo está mais no partido do que no Governo, este último mais “administrativo-político”. As fações e a gestão das suas tensões estão assim integradas no partido único, que tem demonstrado uma grande capacidade de inclusão. A centralização da diversidade étnico-cultural, que por vezes é denunciada na imprensa ocidental, também é acompanhada de políticas de discriminação positiva de minorias, a favor da obsessão da integridade territorial (FRANTZ, 2018).

A pessoalização sempre marcou a República Popular da China, sob a omnipresente figura de Mao Tsé-Tung, fundador do regime. No entanto, após o consulado de Deng Xiaoping, que nunca exerceu formalmente as funções de chefia, os secretários-gerais têm-se sucedido, a um ritmo mais ou menos regular, com mandatos entre dois e 13 anos. Chegado à chefia em 2012, Xi Jinping – simultaneamente secretário-geral do partido, presidente, e comandante das Forças Armadas – tem concentrado mais poder pessoal do que os seus antecessores imediatos, realizando alguma depuração de rivais e permitindo algum culto da personalidade. Apesar de a direção coletiva continuar, o processo de pessoalização ainda é incerto.

A cidadania chinesa é hoje bem mais livre do que no passado, ainda que sempre com os limites habituais: algumas liberdades inerentes a uma economia de mercado, a começar pela propriedade e por uma (quase) completa liberdade de circulação, de atitudes sociais e comportamentais, estão presentes; mas além das inexistentes liberdades políticas, os chineses também não têm autonomia de organização social, estando presos a uma gigante estrutura neocorporativa, dominada pelo Partido-Estado (RINGEN, 2016). Com escassa liberdade de informação e métodos sofisticados de controlo das redes sociais e de

informações sobre a cidadania, a China ainda conhece modelos prisionais e de “reeducação” tradicionais para delitos políticos.

DITADURAS: PASSADO E PRESENTE

Independentemente das suas diferentes naturezas, as ditaduras contemporâneas apresentam alguns traços de continuidade e de mudança em relação ao passado.

A personalização do poder é um elemento de continuidade. Se 44 % das ditaduras se tornaram personalizadas entre 1946 e 1999, esse número subiu para 75%, de 2000 a 2010 (FRANTZ, 2018). De Vladimir Putin a Lukashenko, de Erdogan a Orbán, a personalização parece continuar a ser um universal dos regimes autoritários. Com reformas constitucionais à medida ou alteração de posição no sistema político (como no caso da Rússia), a cristalização do poder num ditador manteve-se, e o dilema da sucessão permanece.

São regimes menos ideológicos do que os do passado. As ditaduras fascistas e comunistas impunham modelos ideológicos muito fortes, com instituições de socialização complexas e fortemente enraizadas na sociedade, e inimigos bem definidos. Outras tinham valores mais difusos mas importantes, que iam do reacionarismo de inspiração religiosa ao marxismo e ao nacionalismo. Se o nacionalismo está quase sempre presente, os novos regimes autoritários são bem menos ideológicos do que os do passado e o seu discurso legitimador aponta para a “ordem” e o “bem-estar” da sociedade, com mais elementos miméticos das democracias. Muitas vezes o discurso associado ao crescimento económico e à melhoria das condições de vida da população é quase exclusivo, aproximando-o dos regimes democráticos. No entanto, a construção de “inimigos externos” associados à comunidade internacional e suas organizações, bem como ao soberanismo são acionados com regularidade.

Mimetizando mais as democracias. As velhas ditaduras faziam escasso recurso a eleições semicompetitivas ou parcialmente livres, parlamentos com representantes das oposições, e liberalização de censuras prévias aos meios de comunicação social. As novas, sim. Em 1975, quase metade delas nem tinham simulacros de instituições representativas, como parlamentos, por exemplo. Em 2015, mais de

dois terços das ditaduras tinham parlamentos com representação de oposição, ainda que, muitas vezes, sem qualquer capacidade de condicionar o poder. Os regimes de partido único foram, em inúmeros casos, substituídos por regimes com um partido dominante bem enrincheirado no Estado. Por outro lado, as tensões em volta deste aumento do “pluralismo limitado” são também mais evidentes. Apesar da diminuição clara das pressões democratizadoras da comunidade internacional desde o início do século xxi, o escrutínio internacional sobre as eleições é hoje mais forte, e a incerteza introduzida pela sua realização para os ditadores é maior. Da Bielorrússia de Lukashenko à Venezuela de Maduro, as batalhas eleitorais são conjunturas de saliência negativa para os seus regimes, e às vezes fatores de crise.

A repressão é sempre um universal das ditaduras, mas as execuções e a criminalização política em massa (ou seja, a chamada “repressão de alta intensidade”) estão menos presentes. A mobilidade da população é maior e a sua integridade física é menos ameaçada. Quando existem modos mais violentos de repressão, utilizam-se métodos mais clandestinos, sobretudo quando visam elites de oposição, como é o caso das execuções. O historial de envenenamentos e “desaparecimentos” bem conhecidos da opinião pública mundial está aí para o ilustrar. A repressão aberta das manifestações de desafeção é menor, utilizando expedientes administrativos para as limitar. Por sua vez, a repressão a ativistas da oposição é mais selecionada, evitando-se a sua forma mais descontrolada, as prisões e os julgamentos políticos.

A censura e o controlo da informação são um universal das ditaduras. Vários regimes sobreviventes à chamada terceira vaga das democratizações mantêm clássicos regimes de censura, mas as alterações profundas que as redes sociais e as suas relações com os meios de comunicação social ocasionaram levaram a novos modelos de controlo de informação. De uma forma geral, o “pluralismo limitado” aumentou. Os principais meios de comunicação social, jornais e televisões, sofrem sobretudo um controlo económico indireto e autocensura, com ameaças, demissões forçadas de jornalistas, e até encerramentos em conjunturas críticas. De Singapura à Rússia, a autocensura é dominante. Mais complexo é o controlo das redes sociais, que passa por alguma diversidade, desde a sua “nacionalização” à mobilização de meios clandestinos de infiltração, informação e contrapropaganda nas

redes. A admissão da censura pelos regimes é rara e, quando presente, legitima-se na moral e no nacionalismo (GURIEV; TREISMAN, 2019).

Os novos regimes autoritários têm um nível de integração maior nos mecanismos da economia de mercado. Ainda que algumas ditaduras socialistas e tradicionais sobrevivam, os novos regimes autoritários têm um nível de integração maior nos mecanismos da economia de mercado, sobretudo na gestão nacional. Mesmo as ditaduras socialistas sobreviventes foram-se adaptando ao capitalismo, ainda que o neguem formalmente. Os seus modos de dominação, no entanto, são mais propícios às intervenções ilegais do Estado, à corrupção, às nacionalizações ou privatizações erráticas, em benefício particular. A corrupção da elite política, ajudada pela fraca autonomia do judicial e pelo controlo da comunicação social, introduz também uma incerteza generalizada nas relações entre um Estado, na maioria dos casos capturado, e a sociedade.

Claro que, tal como conhecemos muitas democracias com poucos elementos de rutura institucional, também alguns regimes no mundo das ditaduras mudaram pouco, apresentando fortes elementos de continuidade. Apesar disso, a grande maioria das autocracias são menos ideologizadas, usam menos a repressão brutal e indiscriminada sobre a sociedade, cooptam mais para a sua elite, e aumentam o “pluralismo limitado”, em eleições, a formação de partidos e a liberdade de expressão, em comparação com as suas congéneres do passado. Estes elementos de mudança, no entanto, não escondem os universais desta família de regimes políticos, que se encontra no polo oposto das democracias.

E O POPULISMO?

A vaga populista de direita (mais ou menos radical) das últimas décadas e a chegada ao poder de alguns partidos e líderes, como, por exemplo, Orbán, na Hungria, Bolsonaro no Brasil, Trump nos EUA, ou o do Partido da Lei e da Justiça, de Kaczyński e Duda, na Polónia, têm levado muitos académicos e analistas a regressar a um conceito introduzido por Fareed Zakaria no final do século xx, o de “democracia iliberal” (ZAKARIA, 1997). Acresce que, na UE, vários destes partidos já passaram pelo poder, como a Liga Norte, de Matteo Salvini, em Itália,

ou na Áustria, em governos de coligação, e o seu balanço conhece níveis de diminuição da qualidade da democracia, mas não processos de mudança de regime. Para alguns analistas de política contemporânea, esta dinâmica de radicalização tem sido marcada, desde o início do século xxi, por uma polarização política, à custa dos partidos e governos de centro-esquerda ou de centro-direita. No entanto, a maioria destes novos partidos populistas tem-se situado à direita do espectro político e, como salientou Marc Plattner, um conservador liberal fundador do *Journal of Democracy*, “[...] os desenvolvimentos mais interessantes e com consequências para o futuro da democracia liberal provavelmente vão emergir das lutas internas na direita.” (PLATTNER, 2019, p. 6).

Quais as características destes novos partidos, movimentos e líderes, que geralmente são definidos como populistas? A maioria dos estudos aponta para três traços distintivos: a oposição entre “o povo” e a “elite corrupta”; o discurso em nome do povo e da sua “vontade”; o facto de terem uma “ideologia fina”, ou seja, sem coerência, eclética, e por vezes contraditória e mutante (MUDDE; KALTWASSER, 2017). O populismo repete enfaticamente o seu carácter democrático, ainda que aponte difusamente para regimes pessoalizados e plebiscitários, que ultrapassam as instituições políticas, sobretudo os parlamentos. As poucas experiências de governo populista nas democracias apontam para a sua tentativa (por vezes conseguida, como na Hungria) de limitar a independência do judicial, dos meios de comunicação social, e direitos individuais e de minorias.

A prática populista no poder tem variado, conforme a autonomia e a resistência das instituições. No Brasil de Bolsonaro, o discurso presidencial autoritário e revisionista sobre o legado da ditadura militar tem sofrido resistência no Congresso ou no aparelho judicial. O caso de Trump nos EUA é conhecido de todos. Na UE, a permanência no poder destes partidos demonstra que o seu desafio mais importante à democracia liberal se tem refletido no combate à autonomia do judicial, aos direitos das minorias, e à própria UE. No entanto “[...] deve ser assinalado que ainda que muito perigoso para os elementos liberais das democracias europeias contemporâneas, o populismo também está embutido nas regras e nos procedimentos eleitorais das democracias.” (ALBERTAZZI; MUELLER, 2013, p. 364).

A distinção entre liberalismo e democracia é antiga, mas o conceito de democracia iliberal já sofreu alguma evolução e define hoje regimes

políticos que, muito embora conhecendo eleições livres (ou quase) e justas, e estejam integrados em comunidades democráticas como a UE, sofrem limitações a algumas liberdades, menor autonomia do judicial, limitações ao poder legislativo dos parlamentos, e outras. A democracia iliberal é uma forma de regime político? É duvidoso. Talvez exprima apenas uma dinâmica incerta e não uma forma política consolidada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTAZZI, D.; MUELLER, S. Populism and Liberal Democracy: populists in government in Austria, Italy, Poland and Switzerland. *Government and Opposition*, London, v. 48, n. 3, p. 343-371, 2013.

ESCRIBÀ-FOLCH, A.; WRIGHT, J. *Foreign pressure and the politics of autocratic survival*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

FISH, M. S. *Democracy derailed in Russia: the failure of open politics*. New York: Cambridge University Press, 2005.

FRANTZ, E. *Authoritarianism: what everyone needs to know*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

FRANTZ, E.; e KENDALL-TAYLOR, A. A dictator's Toolkit: understanding how cooptation affects repression in autocracies. *Journal of Peace Research*, London, v. 51, n. 3, p. 332-346, 2014.

FRIEDRICH, C.; BRZEZINSKI, Z. *Totalitarian dictatorship and autocracy*, Cambridge: Harvard University Press, 1956.

GANDHI, J. *Political institutions under dictatorship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

GANDHI, J. Elections and political regimes. *Government and Opposition*, London, v. 50, p. 446-468, July, 2015.

GANDHI, J.; NOBLE, B.; SVOLIK, M. Legislatures and legislative politics without democracy. *Comparative Political Studies*, Beverly Hills, v. 53, n. 9, p. 1359-1379, 2020.

GEDDES, B. What do we know about democratization after twenty years. *Annual Review of Political Science*, San Mateo, v. 2, p. 115-144, 1999.

GEDDES, B., WRIGHT, J., E FRANTZ, E., *How dictatorships work: power, personalization, and collapse*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

GURIEV, S.; TREISMAN, D. Informational autocrats. *The Journal of Economic Perspectives*, Nashville, v. 33, n. 4, p. 100-127, Aut. 2019.

KENDALL-TAYLOR, A.; FRANTZ, E. When dictators die. *Journal of Democracy*, Baltimore, v. 27, n. 4, p. 159-171, Oct. 2016.

KOSS, D. *Where the party rules, the rank and file of China's communist state*. New York: Cambridge University Press, 2018.

LEE, C. P. *Training the party: party adaptation and elite training in reform-era China*, New York: Cambridge University Press, 2015.

LEVITSKY, S.; WAY, L. *Competitive authoritarianism: hybrid regimes after the Cold War*. New York: Cambridge University Press, 2010.

LINZ, J. *Totalitarian and authoritarian regimes*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2000.

LÜHRMANN, A.; LINDBERG, S. I. A Third wave of autocratization is here: what is new about it? *Democratization*, London, v. 26, n. 7, p. 1095-1113, 201.

MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. *Populism: a very short introduction*, Oxford: Oxford University Press, 2017.

PINTO, A. C. *O regresso das ditaduras?* Lisboa: FFMS, 2021.

PLATTNER, M. F. Illiberal democracy and the struggle on the right. *Journal of Democracy*, Baltimore, v. 3, n. 1, p. 5-19, Jan. 2019.

PRZEWORSKI, A.; NEWMAN, S.; PARK, S. K.; QUERALT, D.; RIVERO, G.; SHIN, K. J. *Political Institutions and Political Events (PIPE) Dataset*. New York: Department of Politics; New York University, 2013.

PRZEWORSKI, A. (Ed.). *Democracy in a Russian mirror*. New York: Cambridge University Press, 2015. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/democracy-in-a-russian-mirror/760238546B04748B-25D5B6F0E2F27C97>. Acesso em: 1 mar. 2021

RINGEN, S. *The perfect dictatorship: China in the 21st century*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2016.

SCHUMPETER, J. *Capitalism, socialism, and democracy*. London: Allen and Unwin, 1976.

SVOLIK, M. *The politics of authoritarian rule*. New York: Cambridge University Press, 2012.

WINTROBE, R. *The political economy of dictatorships*. New York: Cambridge University Press, 1998.

ZAKARIA, F. The rise of illiberal democracy. *Foreign Affairs*, New York, v. 76, n. 6, p. 22-43, 1997.